



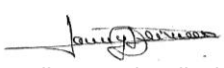
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
SSRH-CSAN

REV.	DATA	MODIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
4	22/09/2014	Emissão final		
3	11/08/2014	Atendimento de Análise de Relatório R2 (SSRH)		
2	04/08/2014	Atendimento de Análise de Relatório R1 (SSRH)		
1	29/07/2014	Atendimento de Análise de Relatório R0 (SSRH)		
0	01/07/2014	Emissão Inicial		



Elaboração de planos integrados regionais de saneamento básico e atividades de apoio técnico à elaboração de planos integrados municipais de saneamento básico para a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9

PRODUTO 6 (P6) – PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO
MUNICÍPIO: SANTA RITA DO PASSA QUATRO

ELABORADO:	M.G.	APROVADO:	
VERIFICADO:	J.G.S.B.	COORDENADOR GERAL:	 Danny Dalberson de Oliveira CREA: 0600495622
Nº (CLIENTE):		DATA:	22/09/2014
Nº ENGE CORPS:	1222-SSE-34-SA-RT-0006-R4	REVISÃO:	R4
		FOLHA:	1 DE 269

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E
RECURSOS HÍDRICOS DE SÃO PAULO**

SSRH/CSAN

**Elaboração de planos integrados regionais de saneamento básico e
atividades de apoio técnico à elaboração de planos integrados
municipais de saneamento básico para a Unidade de Gerenciamento de
Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9**

**PRODUTO 6 (P6) – PROPOSTA DE PLANO
MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO
BÁSICO**

**MUNICÍPIO: SANTA RITA DO PASSA
QUATRO**

CONSÓRCIO ENGECORPS▲MAUBERTEC

1222-SSE-34-SA-RT-0006-R4

Setembro/2014

SUMÁRIO

PÁG.

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO E SUA INSERÇÃO REGIONAL	10
2.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS	10
2.2 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS	20
2.3 ASPECTOS AMBIENTAIS	27
3. POPULAÇÕES, DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES DOS SISTEMAS.....	28
3.1 PROJEÇÕES POPULACIONAIS E DE DOMICÍLIOS RELATIVOS À ÁREA DE PROJETO	28
3.2 ESTUDO DE DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES	29
4. DIAGNÓSTICO SETORIAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	51
4.1 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS	51
4.2 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	104
4.3 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL	110
5. OBJETIVOS E METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	116
5.1 ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA OS SISTEMAS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO	116
5.2 CONDICIONANTES E DIRETRIZES GERAIS ADVINDAS DE DIAGNÓSTICOS LOCAIS E REGIONAIS.....	116
5.3 OBJETIVOS E METAS	119
6. RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS, ESTIMATIVA DE CUSTOS E CRONOGRAMAS DA SEQUÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO	122
6.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	122
6.2 SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS	128
6.3 SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	134
6.4 SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	153
7. ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS SOLUÇÕES ADOTADAS	160
7.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	160
7.2 SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS	164
7.3 SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	168
7.4 SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	175
8. RESUMO DOS ESTUDOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA ...	178
9. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.....	181
9.1 PROGRAMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS ÁREAS DE SANEAMENTO	181
9.2 PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL	188

10.	PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	193
10.1	CONDICIONANTES GERAIS	193
10.2	FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS.....	194
10.3	FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	195
10.4	LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO.....	196
10.5	DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMSB	200
10.6	INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS	205
11.	FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS	215
12.	DIRETRIZES PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	222
12.1	DIRETRIZES GERAIS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS PARA PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	222
12.2	RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE SANEAMENTO.....	224
13.	INDICADORES DE DESEMPENHO	226
13.1	INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	226
13.2	INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO E RESÍDUOS SÓLIDOS.....	233
13.3	INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	238
14.	ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA	242
14.1	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTOS SANITÁRIOS	242
14.2	SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	244
14.3	SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	249
15.	MINUTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO	251
15.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	251
15.2	MINUTA DE PROJETO DE LEI.....	252
15.3	MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL	258
16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265

SIGLAS

AAB – Adutora de Água Bruta
AAT – Adutora de Água Tratada
ANA – Agência Nacional de Águas
APA - Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CBH-MOGI – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu
CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CF – Constituição Federal
CONSÓRCIO – Consórcio Engecorps▲Maubertec
CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CRHi - Coordenadoria de Recursos Hídricos
CSAN – Coordenadoria de Saneamento da SSRH
DAE – Departamento de Água e Esgotos
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EEAB – Estação Elevatória de Água Bruta
EEAT – Estação Elevatória de Água Tratada
EEE – Estação Elevatória de Esgoto
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos
FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GEL – Grupo Executivo Local
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG – Instituto Geológico
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IQA – Índice de Qualidade das Águas
IVA – Índice de Proteção da Vida Aquática
MCidades – Ministério das Cidades
MME – Ministério de Minas e Energia
PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento Básico

PMSB – Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PRISB – Plano Regional Integrado de Saneamento Básico
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SIG – Sistema de Informações Georreferenciadas
SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SMA – Secretaria do Meio Ambiente
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SSRH – Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos – SP
STF – Supremo Tribunal Federal
TR – Termo de Referência
UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao Produto P6, relatório final da Proposta de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Santa Rita do Passa Quatro, integrante da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi Guaçu – UGRHI 9, conforme contrato CSAN 001/SSRH/2013, firmado em 05/02/2013 entre o Consórcio ENGECORPS▲MAUBERTEC e a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) do governo do Estado de São Paulo.

Esse plano municipal deverá estar agregado aos planos municipais dos outros municípios pertencentes à UGRHI 9 (principalmente àqueles do entorno) e, necessariamente, ao Plano Regional Integrado de Saneamento Básico (PRISB) dessa unidade de gerenciamento de recursos hídricos.

Para a elaboração do plano municipal, foram considerados a lei federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, o termo de referência (TR) da concorrência CSAN 001-2012 – UGRHI 9 para contratação dos serviços objeto desse contrato, a proposta técnica do Consórcio ENGECORPS▲MAUBERTEC, as diretrizes emanadas de reuniões prévias entre os técnicos da SSRH/CSAN e do CONSÓRCIO e as premissas e procedimentos apresentados no documento Reunião de Partida, fornecido aos representantes dos municípios presentes no evento de assinatura dos contratos para a elaboração dos PMSBs, realizado no Palácio dos Bandeirantes em 31 de janeiro de 2013.

O Plano Detalhado de Trabalho, proposto pelo CONSÓRCIO para elaboração do PMSB, que engloba as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, representa um modelo de integração entre os produtos de serviços estabelecidos no edital de concorrência, com inter-relação lógica e temporal, conforme apresentado a seguir:

- ◆ PRODUTO 1 - PLANO DETALHADO DE TRABALHO;
- ◆ PRODUTO 2 - COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES;
- ◆ PRODUTO 3 - DIAGNÓSTICO E ESTUDO DE DEMANDAS;
- ◆ PRODUTO 4 - OBJETIVOS E METAS;
- ◆ PRODUTO 5 - PLANO REGIONAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO - PRISB;
- ◆ PRODUTO 6 - PROPOSTAS DE PLANOS MUNICIPAIS INTEGRADOS DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB.

O processo de elaboração do PMSB terá como referência as diretrizes sugeridas pelo Ministério das Cidades, através do Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento (MCidades, 2011), quais sejam:

- ♦ Integração de diferentes componentes da área de Saneamento Ambiental e outras que se fizerem pertinentes;
- ♦ Promoção do protagonismo social a partir da criação de canais de acesso à informação e à participação que possibilite a conscientização e a autogestão da população;
- ♦ Promoção da saúde pública;
- ♦ Promoção da educação sanitária e ambiental que vise à construção da consciência individual e coletiva e de uma relação mais harmônica entre o homem e o ambiente;
- ♦ Orientação pela bacia hidrográfica;
- ♦ Sustentabilidade;
- ♦ Proteção ambiental;
- ♦ Inovação tecnológica.

1. INTRODUÇÃO

O Produto 6 é resultante da consecução das atividades desenvolvidas nos Blocos 2 (Coleta de Dados e Informações), Bloco 3 (Diagnóstico e Estudo de Demandas) e Bloco 4 (Objetivos e Metas), configurando-se como o relatório final da Proposta de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMSB). Nesse produto, estão sintetizadas todas as informações e dados obtidos durante o transcorrer dos trabalhos, apresentando-se os planos de saneamento para cada um dos componentes do saneamento básico, quais sejam, água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem pluvial urbana.

A elaboração do PMSB obedeceu aos preceitos da Lei 11.445/07, baseando-se, principalmente, nas diretrizes do Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, especificamente no documento “Definição da Política de Elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico”. As definições da Política e do Plano de Saneamento Básico estão contidas, respectivamente, nos Capítulos II e IV da supracitada lei, que estabelece a finalidade, o conteúdo e a responsabilidade institucional do titular por sua elaboração.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO E SUA INSERÇÃO REGIONAL

A seguir estão relacionados os aspectos geográficos, político-administrativos e fisiográficos que caracterizam o território que compreende o município de Santa Rita do Passa Quatro.

2.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS

2.1.1 Aspectos Gerais

O município de Santa Rita do Passa Quatro localiza-se na região norte do Estado de São Paulo, estendendo-se por 754 km², com altitude média de 760 metros acima do nível do mar, e sua sede situa-se nas coordenadas geográficas 21°43'53" de latitude sul e 47°29'50" de longitude oeste.

Santa Rita do Passa Quatro está inserida na Região Administrativa Central e Região de Governo de São Carlos, fazendo divisa com os municípios de São Simão, Santa Rosa do Viterbo ao Norte, Descalvado, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras ao Sul, Tambaú a Leste e Luiz Antônio a Oeste.

Distante 253 km da capital paulista, o acesso ao município, a partir da capital, pode ser feito através da Rodovia Anhanguera (SP-330) e via de acesso Zequinha de Abreu (SPA-241/330). A Ilustração 2.1 mostra essa situação.

Santa Rita do Passa Quatro é considerada uma Estância Climática fundada por doações de terra feitas entre outras, pela Dona Rita Ribeiro Vilela, que originou o nome do município. Em 1938 passou a chamar-se somente Santa Rita e em 1944 voltou a chamar Santa Rita do Passa Quatro.

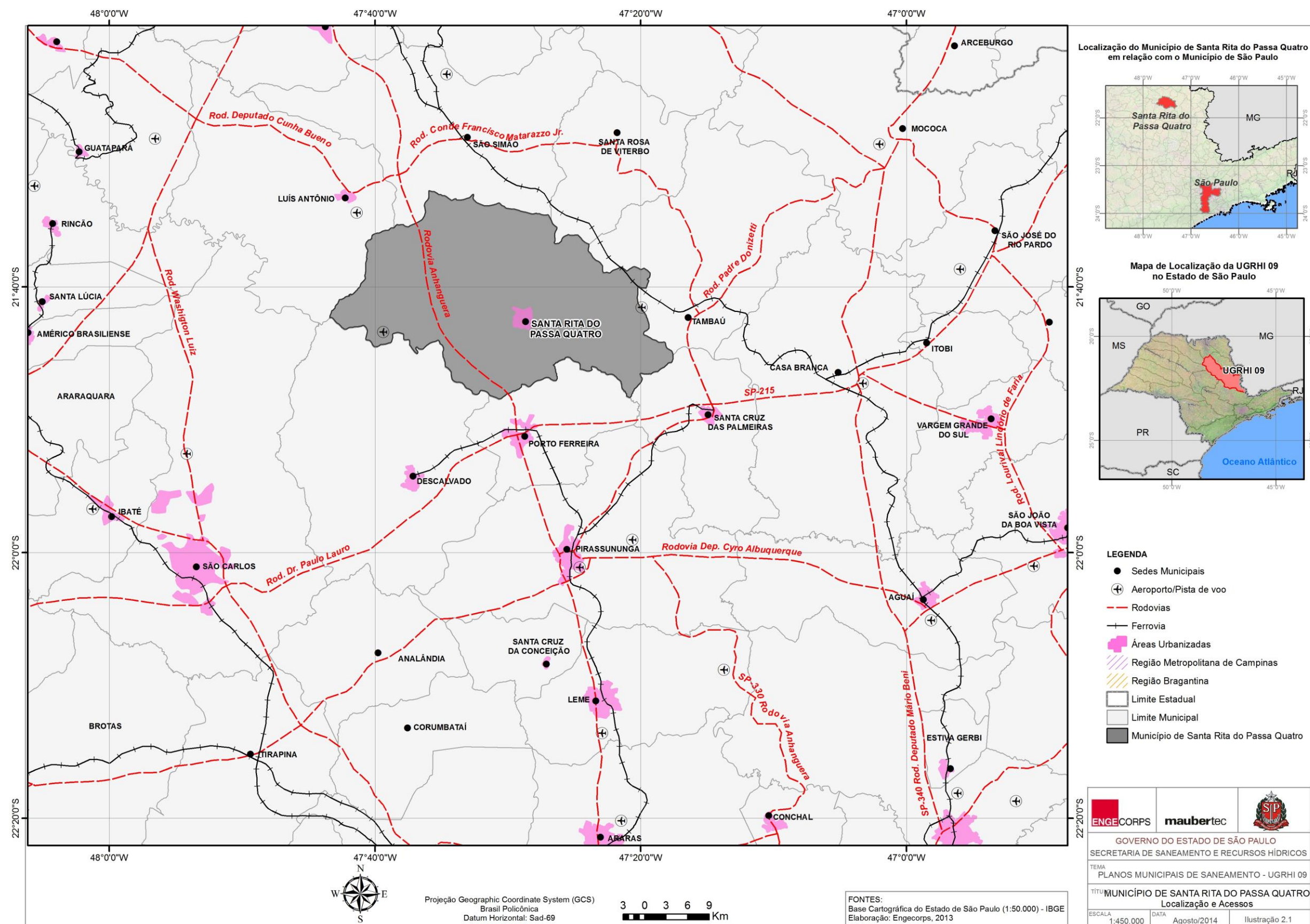


Ilustração 2.1 – Localização e Acessos

2.1.2 Geologia

O município de Santa Rita do Passa Quatro situa-se na porção nordeste da Bacia Sedimentar do Paraná, próximo ao limite com as unidades metamórficas e intrusivas do Embasamento Cristalino do Estado de São Paulo.

Segundo a Carta Geológica Compilada e Simplificada do Projeto Mogi-Pardo na escala 1:500.000 publicada pelo CPRM (1998), o substrato rochoso do município é composto pelas Formações: Corumbataí (Paleozoico/Mesozoico), Pirambóia (Triássico/Jurássico) e Botucatu (Jurássico/Cretáceo). As rochas dessas Formações são sedimentares, como argilitos, siltitos, arenitos muito finos a médios e conglomerados, de antigos ambientes deltaicos, lacustres, fluviais e continental eólico.

Rochas intrusivas tabulares, tais como sills de diabásio e basalto, dioritos, andesitos e traquitos, dos períodos Jurássico/Cretáceo, também são encontradas no município, (CPRM, 1998).

Destacam-se ainda coberturas cenozoicas indiferenciadas (Formação Rio Claro) e depósitos aluviais mais recentes, (CPRM, 1998).

2.1.3 Geomorfologia

O estudo geomorfológico permite um entendimento da dinâmica das bacias de drenagem e de aspectos importantes, tais como a susceptibilidade a processos erosivos, o comportamento e características do lençol freático e a avaliação das vazões de cheia, em função da estimativa mais precisa de tempos de concentração e processos de retardamento que são, de certo modo, dependentes das formas do relevo.

Segundo o mapa geomorfológico do IPT (1981), o município de Santa Rita do Passa Quatro situa-se, regionalmente na zona das Cuestas Basálticas inseridas na Bacia Sedimentar do Paraná.

As Cuestas são formas de relevo tabular, onde escarpas íngremes limitam um topo plano, formado por terras de maiores altitudes que se contrapõem com o reverso de Cuesta, constituído de planícies interfluviais relativamente mais planas e de menores altitudes (IPT, 1981).

O relevo do município é bastante variado, formado predominantemente por Morros Amplos, Colinas Amplas, Colinas Médias e, em menor escala, por Morros Arredondados, Mesas Basálticas, Encostas com Cânions Locais e Planícies Aluviais.

Os Morros Amplos, que compõem o relevo no noroeste do município, são formados por interflúvios arredondados com área superior a 15 km², topos arredondados e achatados, vertentes com perfis retilíneos a convexos. A drenagem é de baixa densidade com padrão dendrítico, vales abertos, planícies aluviais interiores restritas. Caracteriza-se, também, pela presença de boçorocas (IPT, 1981).

As Colinas Amplas, caracterizadas por interflúvios superiores a 4 km², topos extensos e aplainados e vertentes com perfis retilíneos a convexos, são predominantes no sul do município. Nesta área a drenagem é de baixa densidade, com padrão subdendrítico, vales abertos e planícies aluviais interiores (IPT, 1981).

As Colinas Médias atravessam o município no sentido leste-oeste e, na parte oriental, de norte a sul. Nesse tipo de relevo predominam interflúvios de 1 a 4 km², topos aplainados, vertentes com perfis convexos a retilíneos. A drenagem caracteriza-se por ser de média à baixa densidade, padrão sub-retangular, vales abertos a fechados e planícies aluviais interiores restritas (IPT, 1981).

Com topos arredondados e localmente achatados, vertentes com perfis convexos a retilíneos e localmente ravinados, os Morros Arredondados localizam-se no centro-norte e centro-sul do município. Possuem também exposições locais de rochas e eventual presença de espigões curtos. A drenagem é de média densidade, padrão dendrítico a subdendrítico com vales fechados (IPT, 1981).

No sudeste da área de estudo, as Mesas Basálticas formam morros testemunhos isolados (peões e baús) com topos aplainados a arredondados, vertentes com perfis retilíneos, muitas vezes com trechos escarpados e exposições de rochas. A drenagem é de média densidade, padrão pinulado a subparalelo em vales fechados (IPT, 1981).

As Encostas com Cânions Locais ocupam uma pequena área no sudeste do município. Esse tipo de relevo caracteriza-se por possuir vertentes com perfis retilíneos a convexos e trechos escarpados, com declividades entre 15% e 30%. A drenagem apresenta média densidade com padrão pinulado, vales fechados, localmente formando cânions, vales principais com fundo achatado (IPT, 1981).

As Planícies Aluviais que margeiam o rio Mogi Guaçu apresentam terrenos baixos e mais ou menos planos, sujeitos a inundações periódicas (IPT, 1981).

2.1.4 Pedologia

A grande diversidade de relevo e geologia do município de Santa Rita do Passa Quatro dá origem a uma grande variedade de solos.

Nesse sentido, os solos deste município caracterizam-se por forte heterogeneidade litológica, englobando rochas sedimentares das Formações Corumbataí, Pirambóia e Botucatu, além de rochas efusivas tabulares. Ocorrem ainda, capeando as diversas litologias da região, extensos depósitos arenoargilosos com espessuras variáveis, de idade cenozoica (Formação Rio Claro) e depósitos aluviais mais recentes (CPRM, 1998).

Segundo o Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (OLIVEIRA, J.B *et al*, 1999), realizado pela Embrapa-Solos/IAC na escala 1:500.000, os solos dominantes na área em questão são os Latossolos Vermelho-Amarelos. Ocorrem ainda, em menor escala, os Neossolos Quartzarênicos e os Gleissolos Háplicos.

Os Latossolos Vermelhos são formados do substrato de rochas intrusivas básicas, com predominância de diabásios. São constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto horizonte H hístico. Apresentam um avançado estágio de intemperização, são muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários, menos resistentes ao intemperismo (IBGE, 2004). Desenvolvem-se em relevo suave a pouco ondulado, com declividades variando entre 0% e 10% e predominância de 0% a 5%. Ocorre em área com densidade de drenagem baixa (OLIVEIRA, J.B *et al*, 1999).

No noroeste e nordeste do município ocorrem os Neossolos Quartzarênicos, em relevo plano a ondulado, apresentando textura arenosa ao longo do perfil logo abaixo do horizonte A. São profundos não existindo a limitação física para o desenvolvimento radicular, presença de caráter hálico ou distrófico e reduzida quantidade de água (EMBRAPA, 2013).

Os Gleissolos Hálicos possuem declividades menores do que 2% em média e localizam-se em regiões de várzea que margeiam o rio Mogi Guaçu. Esses solos apresentam drenagem imperfeita ou impedida, e um horizonte turfoso A chernozêmico ou A húmico, com 20 cm ou mais de espessura, sobre um horizonte gleizado. Apresenta características morfológicas relativamente desenvolvidas, sofrendo, entretanto, a influência local do relevo que condiciona a drenagem restrita (OLIVEIRA, J.B *et al*, 1999).

2.1.5 *Clima*

Segundo a classificação de Köppen, o clima de Santa Rita do Passa Quatro se enquadra no tipo Cwa, isto é, mesotérmico (subtropical e temperado), com verões quentes e chuvosos, com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C.

Segundo o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI), o município é caracterizado por apresentar temperatura média anual de 21,1°C, oscilando entre mínima média de 14,6°C e máxima média de 27,5°C. A precipitação média anual é de 1.507 mm.

▪ *Pluviosidade*

Segundo o Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE, o município de Santa Rita do Passa Quatro não possui estações pluviométricas de monitoramento, conforme consulta no banco de dados por meio do endereço eletrônico (<http://www.sigrh.sp.gov.br/>).

2.1.6 *Recursos Hídricos*

O município de Santa Rita do Passa Quatro está inserido na Sub-Bacia do Médio Mogi, sendo o sistema de drenagem natural do município composto, principalmente, pelos córregos: Capituva, Rangel, Marinho, do Espraiado, Passa Quatro e do Sapé. A Ilustração 2.2 apresenta a localização dos cursos d'água de interesse.

O manancial superficial de abastecimento do município é o Córrego Passa Quatro, enquadrado na classe 2. A captação de água bruta é realizada nas represas Passa Quatro e São Valentim, sendo que a primeira delas possui vazão de disponibilidade $Q_{7,10}$ de 517 L/s.

O município também possui captações subterrâneas através de 2 poços em operação. De acordo com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 9 (2011), os principais aquíferos na região e suas respectivas vazões, são: Serra Geral (7 a 100 m³/s); Tubarão (0 a 20 m³/s); Guarani (20 a 80 m³/s) e Passa Dois (N/D). Conforme metodologia apresentada em relatório anterior, a vazão efetiva explorável subterrânea para o município é de 552,36 L/s.

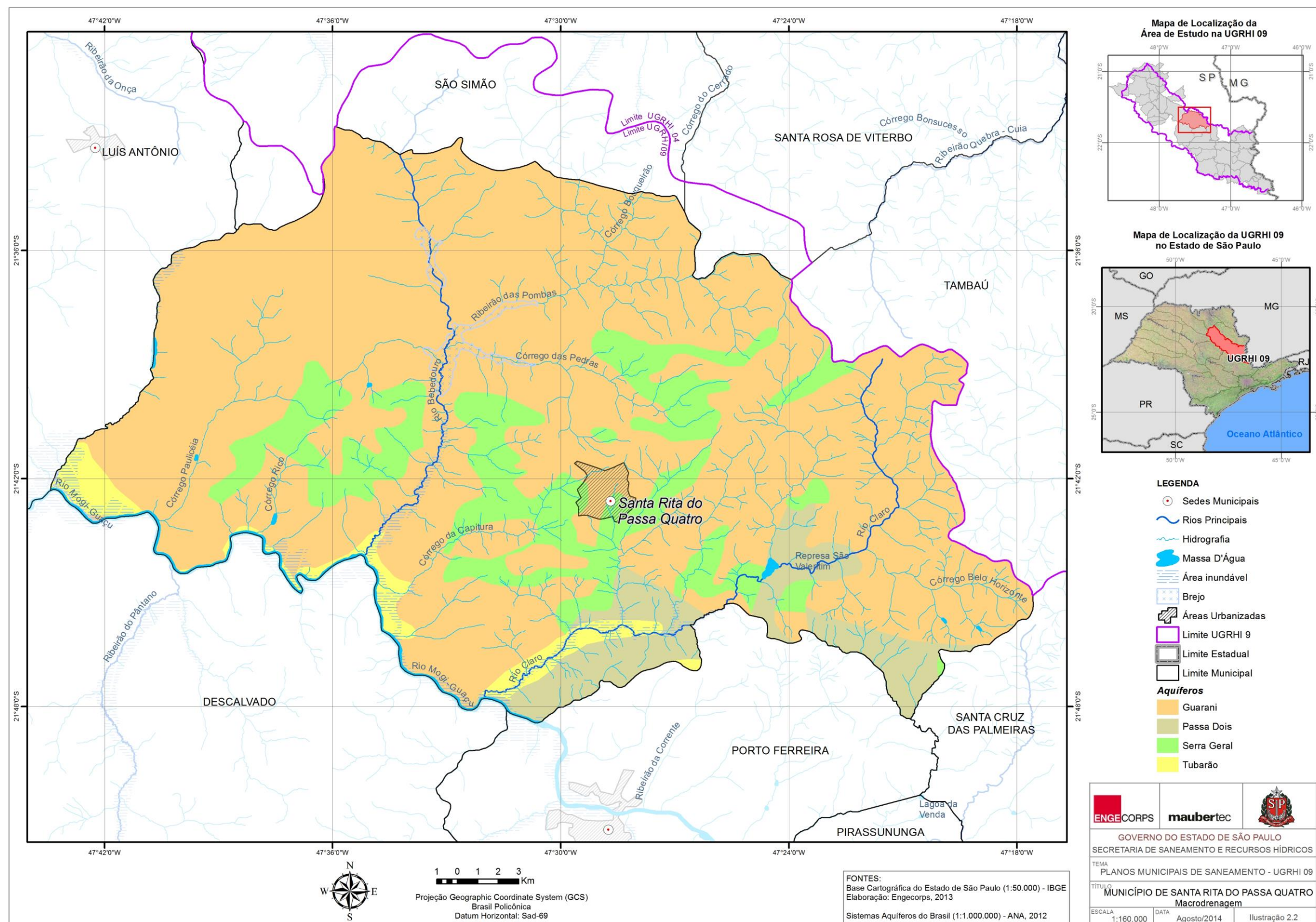


Ilustração 2.2 – Macrodrenagem

2.1.7 Vegetação

Os remanescentes da vegetação original foram compilados no Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo – SIFESP, do Instituto Florestal da SMA/SP, reunidos no Inventário Florestal do Estado de São Paulo, em 2009.

Em Santa Rita do Passa Quatro, dos 73.800 ha de superfície de cobertura original, restam apenas 4.711 ha preenchidos por Floresta Ombrófila Densa, 1.797 ha por Savana (cerrado e cerradão), 464 ha por Formações Arbóreo-Arbustiva-Herbácea em Regiões de Várzea e 6 ha por vegetação não classificada, totalizando 6.978 ha, correspondendo a 9,46% da superfície total municipal. Ressalta-se que o município também possui 10.490 ha de superfície reflorestada, que corresponde a 14,21% da área total de Santa Rita do Passa Quatro.

O município abriga duas Unidades de Conservação, a saber: Estação Ecológica de Santa Rita do Passa Quatro e Parque Ecológico de Vassununga, que totalizam uma área de 1.828 ha, correspondendo a 2,5% da área total municipal.

Quando comparados aos 17,5% correspondentes à cobertura vegetal original contabilizada para o Estado de São Paulo, decorrente da somatória de mais de 300 mil fragmentos, pode-se afirmar que a vegetação original remanescente do município de Santa Rita do Passa Quatro é considerável, e decorrendo em especial da presença das Unidades de Conservação.

2.1.8 Uso e Ocupação do Solo

2.1.8.1 Uso do solo

O uso e ocupação da terra são o reflexo de atividades econômicas, como a industrial e comercial entre outras, que são responsáveis por alterações na qualidade da água, do ar, do solo e de outros recursos naturais, que interferem diretamente na qualidade de vida da população.

O Plano Diretor de Macrodrenagem de Santa Rita do Passa Quatro, de maio de 2010, foi elaborado pela FB – Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Ltda e apresentou os tipos de culturas encontradas no município, conforme Quadro 2.1.

Verifica-se que a cana-de-açúcar ocupa a primeira posição entre as culturas do município, representando cerca de 34% da área cultivada, seguida do eucalipto, representando cerca de 25%.

QUADRO 2.1 – ÁREA CULTIVADA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Cultura	Total (ha)
Cana-de-açúcar	19.438,90
Eucalipto	14.291,60
Braquiária	9.472,30
Laranja	8.004,40
Gramas	3.326,10
Milho	1.360,00
Café	392,9
Capim-napier	303,4
Colonião	179,2
Capim-jaraguá	50,9
Nabica	50
Limão	41,3
Macadâmia	34
Soja	24
Pinus	21,7
Abóbora	19,8
Banana	9,5
Abacate	8
Milho-silagem	7,2
Viveiro de flores ornamentais	7
Outras gramíneas para pastagem	5,5
Outras frutíferas	5
Lichia	4,2
Goiaba	2
Horta doméstica	1,3
Figo	0,1
Viveiro de florestais	0,1

Fonte: Plano Diretor de Macrodrenagem de Santa Rita do Passa Quatro, maio 2010.

Na análise do uso do solo, uma das principais categorias a ser analisada é a divisão do território em zonas urbanas e zonas rurais.

Segundo a relação dos setores censitários do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o município tinha duas áreas urbanas, conforme indicado na Figura 2.1.

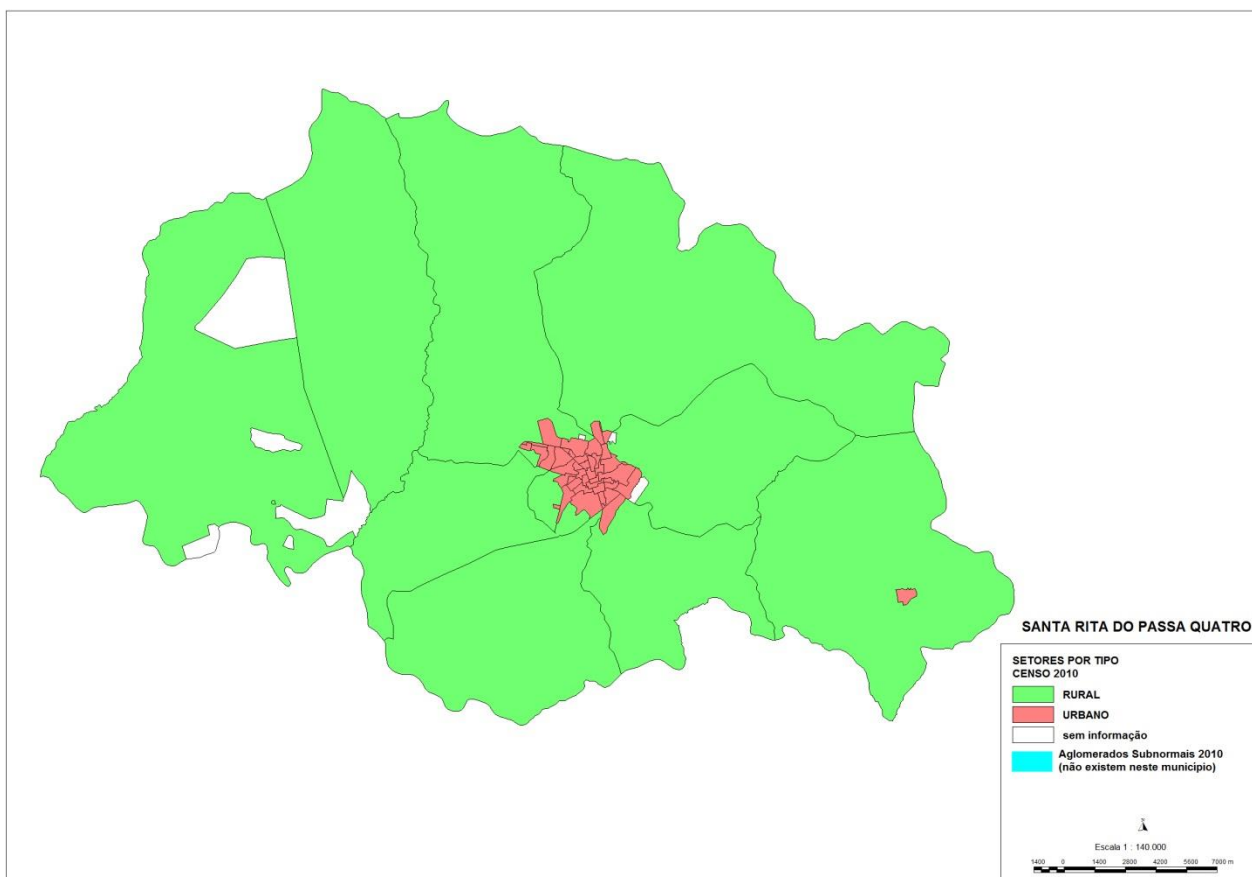


Figura 2.1 – Setores do município de Santa Rita do Passa Quatro, segundo o Censo do IBGE
 Fonte: IBGE, 2010.

2.1.8.2 Densidades da ocupação

O município Santa Rita do Passa Quatro tem uma superfície territorial de 734 km², sendo 642,5 km² (88%) correspondentes ao distrito sede e 91,5 km² (12%), ao distrito de Santa Cruz da Estrela.

Segundo projeções da SEADE para 2013, a população do município totaliza 26,5 mil habitantes, atingindo densidade média de 35 hab./km². Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE o distrito sede contava com 25.573 habitantes e o distrito de Santa Cruz da Estrela, com 905 habitantes, resultando densidades médias de 39,8 hab./km² e 9,9 hab./km², respectivamente.

As densidades de ocupação do território, por setores censitários, registradas pelo Censo de 2010 acham-se representadas na Figura 2.2.

Verifica-se que as maiores densidades, ou seja, as densidades superiores a 3.000 hab./km² ou 30 hab./ha se localizam na região central do distrito sede de Santa Rita do Passa Quatro. No setor urbano do distrito de Santa Cruz da Estrela, a densidade varia entre 1.000 e 2.000 hab./km² ou entre 10 e 20 hab./ha.

Os demais loteamentos de chácaras foram subsumidos nos setores rurais e, assim, têm suas densidades diluídas no computo geral dos amplos setores censitários que os contêm, ficando assim necessariamente com densidades extremamente baixas, inferiores a 2 hab./ha.

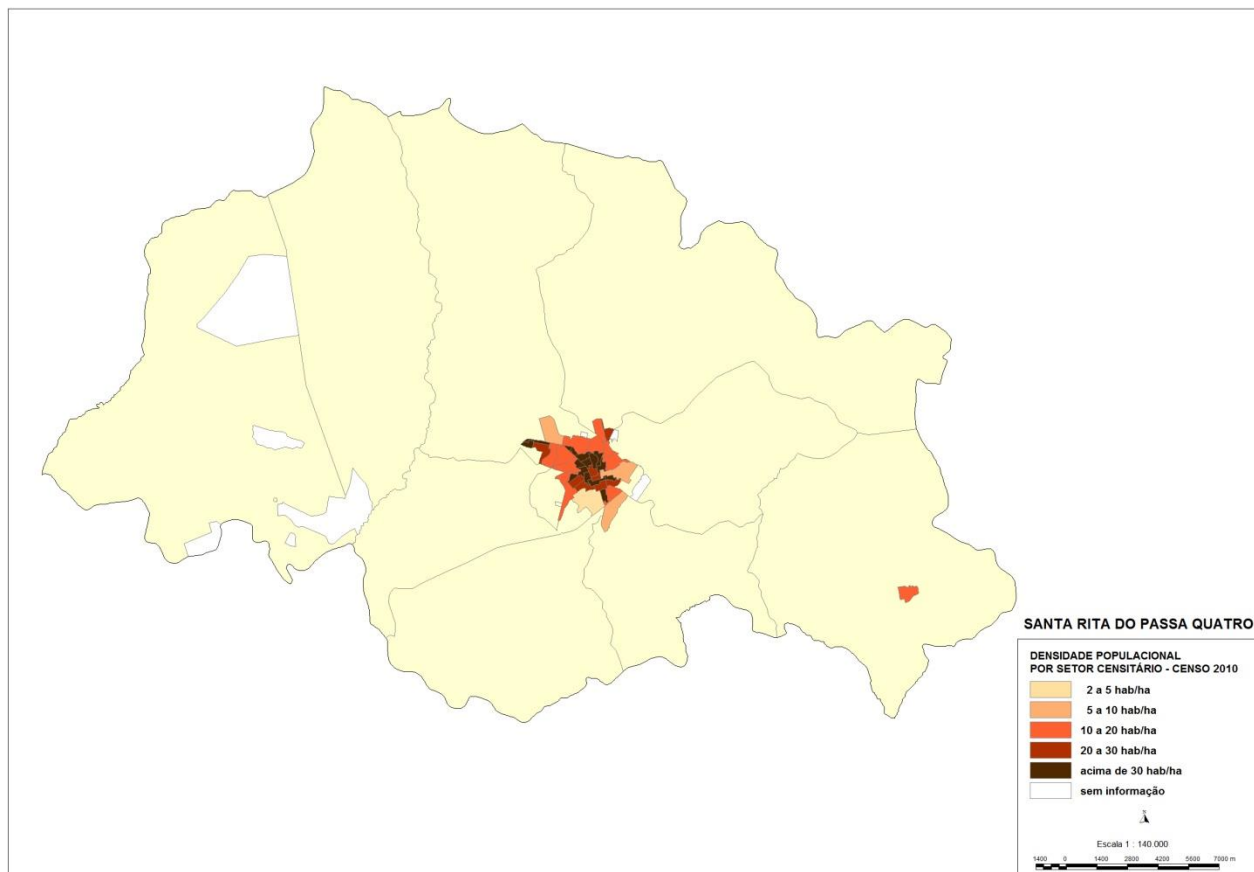


Figura 2.2 – Densidades residenciais por setores censitários do município de Santa Rita do Passa Quatro
Fonte: IBGE, 2010.

2.2 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

2.2.1 Dinâmica Populacional

Este item visa analisar o comportamento populacional, tendo como base os seguintes indicadores demográficos¹:

- ♦ porte e densidade populacional;
- ♦ taxa geométrica de crescimento anual da população; e
- ♦ grau de urbanização do município.

¹ Conforme os dados disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Ressalta-se que os valores estimados pela SEADE são da mesma ordem de grandeza dos valores publicados pelo IBGE, a partir do Censo Demográfico realizado em 2010.

Em termos populacionais, Santa Rita do Passa Quatro pode ser considerado um município de médio porte. Com uma população de 26.475 habitantes, representa 6,9% do total populacional da Região de Governo (RG) de São Carlos, com 382.003 habitantes. Sua extensão territorial de 754,14 km² impõe uma densidade demográfica de 35,09 hab./km², bastante inferior às densidades da RG de 100,67 hab./km² e do Estado de 168,96 hab./km².

Na dinâmica da evolução populacional, Santa Rita do Passa Quatro apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual de -0,02% ao ano (2000-2010), bastante inferior às médias da RG de 0,83% a.a. e do Estado, de 0,87% a.a..

Com uma taxa de urbanização de 89,51%, o município de Santa Rita do Passa Quatro apresenta índice inferior à RG de 95,08% e ao Estado de 95,94%.

O Quadro 2.2 a seguir apresenta as principais características demográficas.

QUADRO 2.2 – PRINCIPAIS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO, REGIÃO DE GOVERNO E ESTADO - 2010

Unidade territorial	População total (hab.) 2010	População urbana	Taxa de urbanização (%) 2010	Área (km ²)	Densidade (hab./km ²)	Taxa geométrica de crescimento 2000-2010 (% a.a.)
Santa Rita do Passa Quatro	26.475	23.698	89,51	754,14	35,09	-0,02
RG de São Carlos	382.003	363.206	95,08	3.858,17	100,67	0,83
Estado de São Paulo	41.223.683	39.548.206	95,94	248.223,21	168,96	0,87

Fonte: Fundação SEADE.

2.2.2 Características Econômicas

Visando conhecer os segmentos econômicos mais representativos do município, em termos de sua estrutura produtiva e o peso dessa produção no total do Estado, foi realizada uma breve análise comparativa entre as unidades territoriais, privilegiando a participação dos setores econômicos no que tange ao Valor Adicionado Setorial (VA) na totalidade do Produto Interno Bruto (PIB), sua participação no Estado e o PIB *per capita*.

O município de Santa Rita do Passa Quatro foi classificado com perfil de serviços², uma vez que o setor de serviços apresenta maior participação no PIB do município, seguido da indústria e, por fim, a agropecuária. Essa mesma ordem de relevância ocorre na RG e no Estado, conforme pode ser observado no Quadro 2.3.

² A tipologia do PIB dos municípios paulistas considera o peso relativo da atividade econômica dentro do município e no Estado e, por meio de análise fatorial, identifica sete agrupamentos de municípios com comportamento similar. Os agrupamentos são os seguintes: perfil agropecuário com relevância no Estado; perfil industrial; perfil agropecuário; perfil multissetorial; perfil de serviços da administração pública; perfil industrial com relevância no Estado e perfil de serviços. SEADE, 2010.

O valor do PIB *per capita* em Santa Rita do Passa Quatro (2010) é de R\$17.518,95 por hab./ano, não superando o valor da RG que é de R\$21.256,12 e nem o PIB *per capita* estadual de R\$30.264,06.

A representatividade de Santa Rita do Passa Quatro no PIB do Estado é de 0,04%, o que demonstra baixa expressividade, considerando que a Região de Governo de São Carlos participa com 0,65%.

QUADRO 2.3 – PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SETORIAL NO PIB TOTAL* E O PIB PER CAPITA - 2010

Unidade territorial	Participação do Valor Adicionado (%)			PIB (a preço corrente)		
	Serviços	Agropecuária	Indústria	PIB (milhões de reais)	PIB per capita (reais)	Participação no Estado (%)
Santa Rita do Passa Quatro	60,71	18,19	21,10	463,81	17.518,95	0,04
RG de São Carlos	61,42	6,46	32,12	8.119,90	21.256,12	0,65
Estado de São Paulo	69,05	1,87	29,08	1.247.595,93	30.264,06	100,00

Fonte: Fundação SEADE.

*Série revisada conforme procedimentos metodológicos adotados pelo IBGE, a partir de 2007. Dados de 2010 sujeitos a revisão.

♦ Emprego e Renda

Neste item, serão relacionados os valores referentes ao mercado de trabalho e poder de compra da população de Santa Rita do Passa Quatro.

Segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2011, em Santa Rita do Passa Quatro há um total de 1.407 unidades locais, considerando que 1.232 são empresas atuantes, com um total de 7.308 pessoas ocupadas sendo destas, 5.593 assalariadas, com salários e outras remunerações somando 114.227 mil reais. O salário médio mensal no município é de 2,5 salários mínimos.

Ao comparar a participação dos vínculos empregatícios dos setores econômicos, no total de vínculos, em Santa Rita do Passa Quatro, observa-se que a maior representatividade fica por conta do setor de serviços com 34,30%, seguido da indústria com 33,30%, comércio com 21,70%, agropecuário com 8,80% e, por fim, a construção civil com 1,90%. Na RG, a maior representatividade é do setor de serviços, seguido da indústria, comércio, agropecuário e construção civil. No Estado o setor da construção civil é mais relevante que a agropecuária. O Quadro 2.4 apresenta a participação dos vínculos empregatícios dos setores econômicos.

QUADRO 2.4 – PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR SETOR (%) - 2011

Unidade territorial	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Santa Rita do Passa Quatro	8,80	21,70	1,90	33,30	34,30
RG de São Carlos	5,50	20,60	4,40	29,60	39,80
Estado de São Paulo	2,70	19,30	5,50	20,90	51,60

Fonte: Fundação SEADE.

Ao comparar o rendimento médio de cada setor nas unidades territoriais, observa-se que a indústria e serviços detêm os maiores valores. O comércio detém o valor mais baixo no município e o setor da agropecuária por sua vez, apresenta valor mais baixo na RG e no Estado.

Em Santa Rita do Passa Quatro, o rendimento mais relevante foi registrado no setor da indústria, assim como no Estado. Na RG, porém, serviços é o setor mais relevante.

Os valores maiores de rendimento para os setores são encontrados no Estado e na RG respectivamente, quando comparado ao município.

Quanto ao rendimento médio total, Santa Rita do Passa Quatro detém o menor valor dentre as unidades, conforme o Quadro 2.5 a seguir.

QUADRO 2.5 – RENDIMENTO MÉDIO NOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR SETOR E TOTAIS (EM REAIS CORRENTES) - 2011

Unidade territorial	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços	Rendimento Médio no Total
Santa Rita do Passa Quatro	1.059,98	981,08	1.245,67	1.656,06	1.624,92	1.435,66
RG de São Carlos	1.085,26	1.177,33	1.423,91	1.986,86	2.265,56	1.855,69
Estado de São Paulo	1.234,37	1.590,37	1.903,48	2.548,90	2.309,60	2.170,16

Fonte: Fundação SEADE.

♦ Finanças Públicas Municipais

A análise das finanças públicas está fortemente vinculada à base econômica dos municípios, ou seja, o patamar da receita orçamentária e de seus dois componentes básicos: a receita corrente e a receita tributária, bem como o Imposto Sobre Serviço – ISS são funções diretas do porte econômico e populacional dos municípios.

Para tanto, convencionou-se analisar a participação da receita tributária e o ISS na receita total do município, em comparação ao que ocorre na RG.

De início, nota-se que a participação da receita tributária é a fonte de renda mais relevante em Santa Rita do Passa Quatro, assim como na RG. Ao comparar os percentuais de participação, em Santa Rita do Passa Quatro a receita tributária representa 17% da receita corrente, mesmo valor apresentado na RG.

Situação semelhante ocorre com a participação do ISS nas receitas correntes nas duas unidades territoriais, sendo que, no município, a contribuição é de 8% e na RG, de 6%.

Os valores das receitas para o Estado não estão disponíveis. O Quadro 2.6 a seguir apresenta os valores das receitas no município e na RG.

QUADRO 2.6 – PARTICIPAÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DO ISS NA RECEITA CORRENTE (EM REAIS) - 2012

Unidade territorial	Receitas Correntes (total)	Total da Receita Tributária	Participação da Receita Tributária na Receita Total	Arrecadação de ISS	Participação do ISS na Receita Total
Santa Rita do Passa Quatro	64.927.883,00	11.220.115,00	17%	5.103.427,00	8%
RG de São Carlos	891.237.632,00	147.718.963,00	17%	49.687.996,00	6%

Fonte: Fundação SEADE.

2.2.3 *Infraestrutura Urbana e Social*

A seguir, serão relacionadas às estruturas disponíveis à circulação e dinâmica das atividades sociais e produtivas, além da indicação a respeito do atendimento às necessidades básicas da população pelo setor público em Santa Rita do Passa Quatro.

♦ Sistema Viário

O sistema viário de Santa Rita do Passa Quatro é composto principalmente pelas Rodovias Ângelo Roberto (SP-328), Anhanguera (SP-330), Alcino Ribeiro Meirelles, da Cana Túlio Ribeiro, Luiz Piazzetta, além das Estradas José Colussi Filho, Arlindo Bueno Borges, José Ferronato, Municipal José Perna Sobrinho e das Vias de Acesso 241/330 – Zequinha de Abreu e 250/328.

♦ Energia

Segundo a Fundação SEADE, o município de Santa Rita do Passa Quatro registrou em 2009 um total de 10.561 consumidores de energia elétrica, que fizeram uso de 45.884 MWh.

Em 2010, foi registrado um total de 10.767 consumidores, o que representa um aumento de 2,0% em relação ao ano anteriormente analisado. Esse aumento é abaixo dos 3,1% apresentado na RG e do Estado com 2,5%. Porém em relação ao acréscimo do consumo de energia que, em 2010, passou para 49.391 MWh, houve um aumento de 7,6%, acima do registrado na RG de 7,0%, e no Estado, de 5,9%.

♦ Saúde

Em Santa Rita do Passa Quatro, segundo dados do IBGE (2009), há 10 estabelecimentos de saúde, sendo 5 públicos municipais, 1 público estadual e 4 privados. No entanto, no município apenas o estabelecimento de saúde público estadual oferece o serviço de internação, dispondo de 9 leitos.

Em relação à taxa de mortalidade infantil, destaca-se o fato de Santa Rita do Passa Quatro apresentar aumento dos índices durante o período de 2009 a 2011, tendência contrária ocorre no Estado. Já na RG há queda na taxa em 2010 e aumento em 2011. O Quadro 2.7 a seguir apresenta os índices.

QUADRO 2.7 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL* – 2009, 2010 E 2011

Unidade territorial	2009	2010	2011
Santa Rita do Passa Quatro	3,98	10,10	11,76
RG de São Carlos	9,51	8,32	10,56
Estado de São Paulo	12,48	11,86	11,55

Fonte: Fundação SEADE.

*Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período.

♦ Ensino

Segundo informações do IBGE (2012), há no município 10 estabelecimentos de ensino pré-escolar, sendo 6 públicos municipais e 4 privados. A rede pública recebeu ao todo 429 matrículas e a privada, 92. As escolas públicas dispõem de 17 professores e as privadas de 12.

O ensino fundamental é oferecido em 11 estabelecimentos e destes, 4 são públicos municipais, 2 estaduais e 5 privados. As escolas públicas municipais foram responsáveis por 1.300 matrículas, as estaduais por 841 e as privadas por 775. A rede pública municipal possui 74 profissionais, a estadual 47 e a privada 74.

O ensino médio é oferecido em 7 estabelecimentos em Santa Rita do Passa Quatro, sendo 3 públicos estaduais e 4 privados. As escolas estaduais receberam ao todo 625 matrículas e possui o corpo docente formado por 58 professores. Já as escolas privadas foram responsáveis por 250 matrículas e dispõem de 50 profissionais.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade permite traçar o perfil municipal em relação à educação. Assim, Santa Rita do Passa Quatro, com uma taxa de 5,52%, possui maior número de analfabetos do que a RG e o Estado. Os valores das taxas das três unidades territoriais estão apresentados no Quadro 2.8 a seguir.

QUADRO 2.8 – TAXA DE ANALFABETISMO* – 2011

Unidade territorial	Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais (%)
Santa Rita do Passa Quatro	5,52
RG de São Carlos	4,70
Estado de São Paulo	4,33

Fonte: Fundação SEADE.

*Consideram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Segundo o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB³, indicador de qualidade educacional do ensino público que combina rendimento médio (aprovação) e o tempo médio necessário para a conclusão de cada série, em Santa Rita do Passa Quatro o índice obtido foi de 5,7 para os anos iniciais da educação escolar e 4,9 para os anos finais.

2.2.4 Qualidade de Vida e Desenvolvimento Social

O perfil geral do grau de desenvolvimento social de um município pode ser avaliado com base nos indicadores relativos à qualidade de vida, representados também pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS. Esse índice sintetiza a situação de cada município, no que diz respeito à riqueza, escolaridade, longevidade e, desde a edição de 2008, foram incluídos dados sobre meio ambiente, conforme apresentado no item seguinte.

Tratava-se de um instrumento de políticas públicas, desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, numa parceria entre o seu Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e a Fundação SEADE. Reconhecido pela ONU e outras unidades da federação, permite a avaliação simultânea de algumas condições básicas de vida da população.

O IPRS, como indicador de desenvolvimento social e econômico foi atribuído aos 645 municípios do Estado de São Paulo, classificando-os em 5 grupos. Nos anos de 2008 e 2010 Santa Rita do Passa Quatro foi classificado no grupo 3, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e bons indicadores de longevidade e escolaridade.

Em síntese, no âmbito do IPRS, o município registrou avanços nos indicadores riqueza e escolaridade. Em termos de dimensões sociais, o escore de riqueza é inferior à média estadual e nos quesitos longevidade e escolaridade os escores são superiores à média estadual. O Quadro 2.9 apresenta o IPRS do município.

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é um indicador de qualidade que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (os anos iniciais são representados pelos 1º ao 5º ano e os anos finais, do 6º ao 9º anos) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação), pensado para permitir a combinação entre rendimento escolar e o tempo médio necessário para a conclusão de cada série. Como exemplo, um IDEB 2,0 para uma escola A é igual à média 5,0 de rendimento pelo tempo médio de 2 anos de conclusão da série pelos alunos. Já um IDEB 5,0 é alcançado quando o mesmo rendimento obtido é relacionado a 1 ano de tempo médio para a conclusão da mesma série na escola B. Assim, é possível monitorar programas e políticas educacionais e detectar onde deve haver melhoria. Fonte: MEC – INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

QUADRO 2.9 – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS – POSIÇÃO NO ESTADO EM 2008 E 2010

IPRS	2008	2010	Comportamento das variáveis
Riqueza	234 ^a	221 ^a	Santa Rita do Passa Quatro somou pontos no seu escore de riqueza no último período e avançou posições nesse ranking. Entretanto, seu índice situa-se abaixo do nível médio estadual.
Longevidade	109 ^a	168 ^a	Santa Rita do Passa Quatro registrou estabilidade no indicador agregado de longevidade e situa-se acima do escore estadual. Sua posição relativa no conjunto dos municípios piorou nesta dimensão.
Escolaridade	203 ^a	193 ^a	Entre 2008 e 2010 o município aumentou seu indicador agregado de escolaridade e melhorou sua posição no ranking. Seu escore é superior ao nível médio do Estado.

Fonte: Fundação SEADE.

2.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Este item reúne elementos que permitem avaliar preliminarmente as condições do meio ambiente do município no que diz respeito ao cumprimento de normas, legislação e instrumentos que visem o bem estar da população e o equilíbrio entre processos naturais e os socioeconômicos.

No que diz respeito ao indicador meio ambiente, as características de Santa Rita do Passa Quatro estão apresentados no Quadro 2.10.

QUADRO 2.10 – INDICADORES AMBIENTAIS

Tema	Conceitos	Existência
Organização para questões ambientais	Unidade de Conservação Ambiental Municipal	Não
	Legislação Ambiental (Lei de Zoneamento Especial de Interesse Ambiental ou Lei Específica para Proteção ou Controle Ambiental)	Não
	Existência de Unidade Administrativa Direta (Secretaria, diretoria, coordenadoria, departamento, setor, divisão, etc.)	Não

Fonte: Fundação SEADE.

3. POPULAÇÕES, DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES DOS SISTEMAS

Apresentam-se, a seguir, dados resumidos relativos às populações atendidas e as respectivas demandas e contribuições dos serviços de saneamento básico ao longo do período de planejamento (2015 a 2034).

3.1 PROJEÇÕES POPULACIONAIS E DE DOMICÍLIOS RELATIVOS À ÁREA DE PROJETO

3.1.1 Projeções Populacionais e de Domicílios relativos à Área de Projeto

As projeções populacionais e de domicílios adotadas no presente Plano de Saneamento foram baseadas nas projeções da população total do município realizadas pela SEADE para o período de 2010 a 2030, pelo método dos componentes.

A população total do município no ano 2034, horizonte de projeto deste plano, foi estimada adotando-se a mesma taxa de crescimento médio anual resultante das projeções da SEADE para o período de 2025 a 2030.

A desagregação da população projetada segundo a situação do domicílio foi realizada considerando a taxa de urbanização verificada pelo Censo IBGE em 2010.

Os resultados para a evolução das populações e domicílios relativos à área de projeto, ano a ano, encontram-se apresentados no Quadro 3.1.

QUADRO 3.1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL E DE DOMICÍLIOS ADOTADA – SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SEQUÊNCIA ANO A ANO - 2011 A 2034

Ano	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	Domicílios Totais (un.)	Domicílios Urbanos (un.)	Domicílios Rurais (un.)
2011	26.469	23.720	2.749	8.783	8.008	775
2012	26.462	23.742	2.720	8.802	8.030	772
2013	26.455	23.763	2.692	8.820	8.051	768
2014	26.448	23.784	2.664	8.838	8.073	765
2015	26.442	23.806	2.636	8.856	8.094	762
2016	26.430	23.822	2.608	8.875	8.116	759
2017	26.419	23.840	2.579	8.893	8.137	756
2018	26.408	23.857	2.551	8.911	8.158	753
2019	26.397	23.875	2.522	8.929	8.180	749
2020	26.385	23.891	2.494	8.948	8.201	746
2021	26.356	23.892	2.464	8.966	8.223	743
2022	26.326	23.893	2.434	8.984	8.244	740
2023	26.297	23.893	2.404	9.002	8.266	737
2024	26.267	23.894	2.374	9.021	8.287	733
2025	26.238	23.894	2.344	9.039	8.308	730
2026	26.197	23.884	2.313	9.057	8.330	727
2027	26.157	23.874	2.282	9.075	8.351	724
2028	26.116	23.864	2.252	9.094	8.373	721
2029	26.075	23.854	2.221	9.112	8.394	718
2030	26.035	23.844	2.191	9.130	8.416	714
2031	25.995	23.834	2.160	9.148	8.437	711
2032	25.954	23.824	2.130	9.167	8.459	708
2033	25.914	23.814	2.100	9.185	8.480	705
2034	25.874	23.804	2.070	9.203	8.501	702

3.2 ESTUDO DE DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES

3.2.1 Sistema de Abastecimento de Água

Os dados relativos às populações e demandas estimadas para o Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro encontram-se resumidos nos quadros 3.2 a 3.4 a seguir, de forma global e separadamente para cada distrito. Deve-se ressaltar que as datas de referência relativas ao S.A.A. são as seguintes:

- 1) ano 2015 – início de planejamento;
- 2) ano 2016 – data limite para implantação das obras de emergência;
- 3) ano 2018 – data limite para implantação das obras de curto prazo;
- 4) ano 2022 – data limite para implantação das obras de médio prazo;
- 5) ano 2034 – data limite para implantação das obras de longo prazo e horizonte de planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

QUADRO 3.2 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, DEMANDAS E VOLUMES DE RESERVAÇÃO NECESSÁRIOS – SANTA RITA DO PASSA QUATRO – TOTAL – 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Vazões Disponibilizadas/Volumes de Reservação Necessários			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Volume (m³)
2015	23.806	23.806	100	100,2	111,2	144,3	3.203
2016	23.822	23.822	100	98,4	109,4	142,5	3.151
2018	23.857	23.857	100	95,0	106,0	139,1	3.053
2022	23.893	23.893	100	88,7	99,7	132,9	2.872
2034	23.804	23.804	100	73,5	84,5	117,5	2.433

QUADRO 3.3 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, DEMANDAS E VOLUMES DE RESERVAÇÃO NECESSÁRIOS – DISTRITO SEDE – 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Vazões Disponibilizadas/Volumes de Reservação Necessários			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Vol. m³
2015	23.272	23.272	100	97,9	108,7	141,0	3.131
2016	23.287	23.287	100	96,2	106,9	139,3	3.080
2018	23.318	23.318	100	92,8	103,6	136,0	2.984
2022	23.346	23.346	100	86,6	97,5	129,9	2.807
2034	23.240	23.240	100	71,7	82,5	114,8	2.376

QUADRO 3.4 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, DEMANDAS E VOLUMES DE RESERVAÇÃO NECESSÁRIOS – DISTRITO SANTA CRUZ DA ESTRELA – 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Vazões Disponibilizadas/Volumes de Reservação Necessários			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Vol. m³
2015	533	533	100	2,25	2,49	3,23	72
2016	535	535	100	2,21	2,46	3,20	71
2018	540	540	100	2,15	2,40	3,15	69
2022	547	547	100	2,03	2,28	3,04	66
2034	564	564	100	1,74	2,00	2,78	58

Para melhor visualização, apresentam-se, nos gráficos 3.1 a 3.3, a evolução das populações urbanas totais e urbanas atendidas (que apresentam valores iguais, já que o atendimento se mantém em 100% para todo o período de planejamento), a evolução das demandas máximas diárias e a evolução dos volumes de reservação necessários ao longo do período de planejamento. Os valores indicados nos gráficos referem-se ao Município de Santa Rita do Passa Quatro como um todo, isto é, englobando os dois distritos.

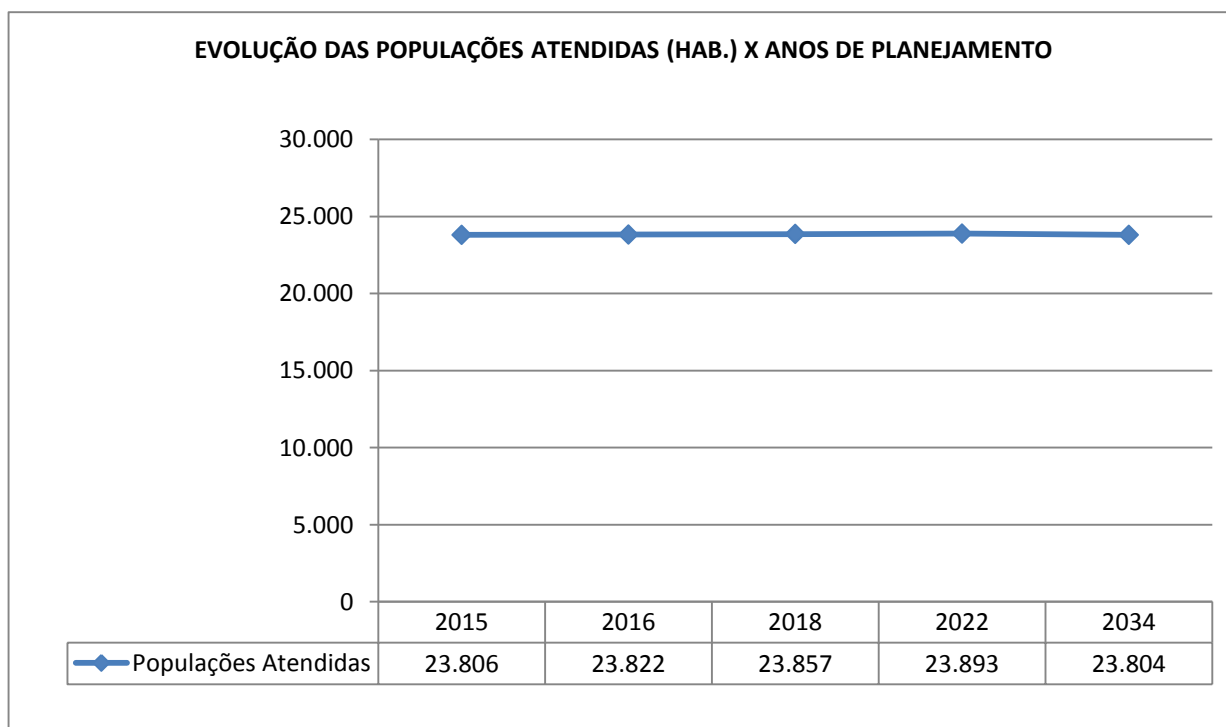


Gráfico 3.1 – Populações Atendidas (hab.) x Anos de Planejamento

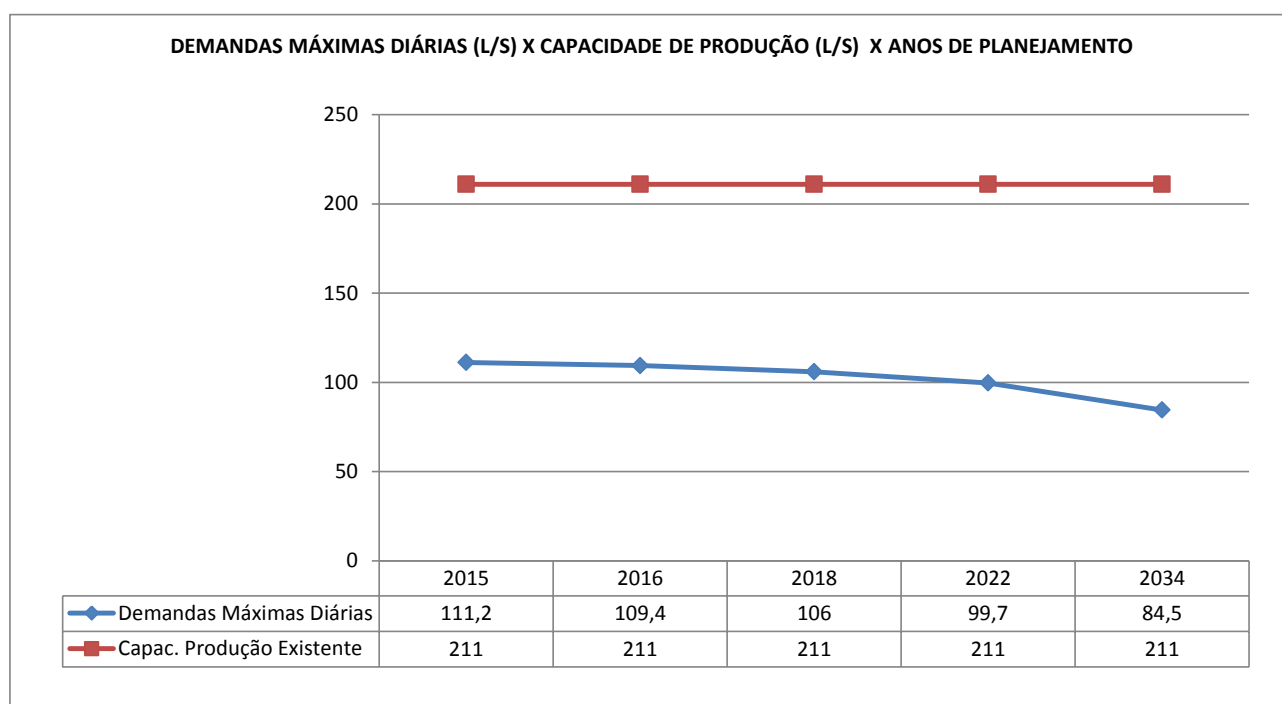


Gráfico 3.2 – Demandas Máximas Diárias (L/s) x Capacidade de Produção (L/s) x Anos de Planejamento

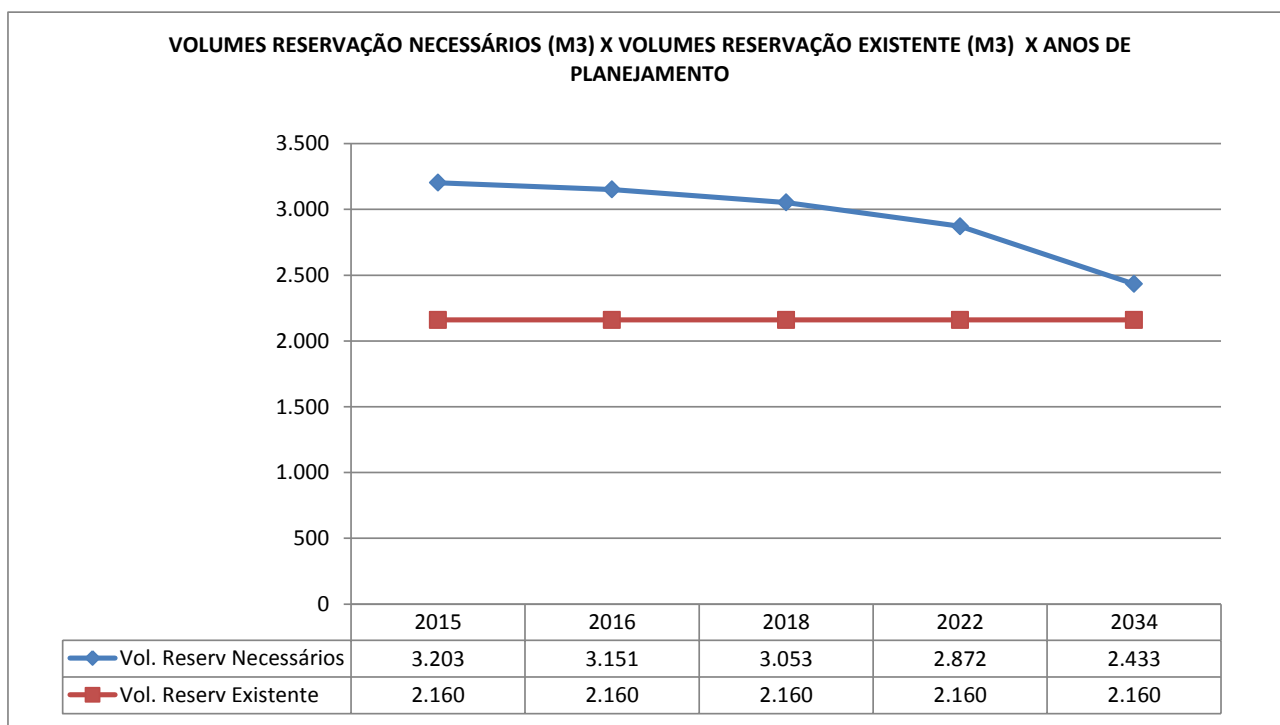


Gráfico 3.3 – Volumes de Reservação Necessários (m³) x Volume de Reservação Planejado (m³) x Anos de Planejamento

Notas

1 – A capacidade total do sistema de produção refere-se às capacidades de produção de cada distrito, sendo: Distrito Sede – 208 L/s e Distrito de Santa Rita do Passa Quatro – 3 L/s, totalizando 211,0 L/s;

2 – A capacidade total do sistema de reservação refere-se às capacidades de armazenamento de cada distrito, sendo: Distrito Sede – 2.080 m³ e Distrito de Santa Rita do Passa Quatro – 80 m³, totalizando 2.160 m³.

A análise dos dados permite se chegar às seguintes conclusões principais, considerando-se o sistema global de Santa Rita do Passa Quatro:

- ♦ haverá um decréscimo de populações urbanas atendidas de 2 hab. entre 2015 e 2034, correspondendo a um percentual praticamente nulo, ou seja, estima-se que não haverá crescimento populacional no município;
- ♦ as demandas máximas diárias e os volumes de reservação necessários deverão decrescer cerca de 31,6% durante o período 2015 a 2034, como consequência, evidentemente, da adoção de um Programa de Redução de Perdas.

Com relação ao Programa de Redução de Perdas, que prevê a redução das perdas reais e aparentes para 25% até 2034, deve-se ressaltar a consequente redução dos volumes produzidos, com economia em energia elétrica, produtos químicos, etc. Para se ter uma ideia do valor aproximado da redução dos volumes produzidos, simularam-se duas situações, onde se consideram as demandas médias do sistema:

- ♦ Situação 1 - adotando-se uma redução de perdas de 45,0% (valor previsto para 2011 para o sistema global) para 25,0% (valor previsto para 2034), conforme planejado no Plano de Perdas existente (2011) e corroborado nesse PMSB 2013;

- ♦ Situação 2 – considerando-se nenhuma redução de perdas, mantendo-se o mesmo valor (previsto em 2011) durante todo o período de planejamento (45,0%).

Na situação 2, admitiu-se que não seja implantado nenhum programa de redução de perdas, com o índice de perdas permanecendo no patamar de 45,0% durante todo o período de planejamento.

As vazões médias a serem produzidas, conforme as datas de referência anteriormente indicadas, ficariam assim estimadas (Quadro 3.5):

QUADRO 3.5 – VAZÕES MÉDIAS ESTIMADAS CONSIDERANDO-SE AS SITUAÇÕES INDICADAS - COM REDUÇÃO DE PERDAS E SEM REDUÇÃO DE PERDAS – SANTA RITA DO PASSA QUATRO - TOTAL - 2015 A 2034

Ano	Populações (hab.)		Vazões Médias Produzidas (L/s)	
	População Urbana Total	População Urbana Atendida	Situação 1 – Com Redução de Perdas	Situação 2 – Sem Redução de Perdas
2011	23.720	23.720	100,2	100,2
2015	23.806	23.806	100,2	100,2
2016	23.822	23.822	98,4	100,3
2018	23.857	23.857	95,0	100,4
2022	23.893	23.893	88,7	100,6
2034	23.804	23.804	73,5	100,2

Para melhor compreensão, a evolução das vazões médias a serem produzidas encontra-se reproduzida no Gráfico 3.4 a seguir:

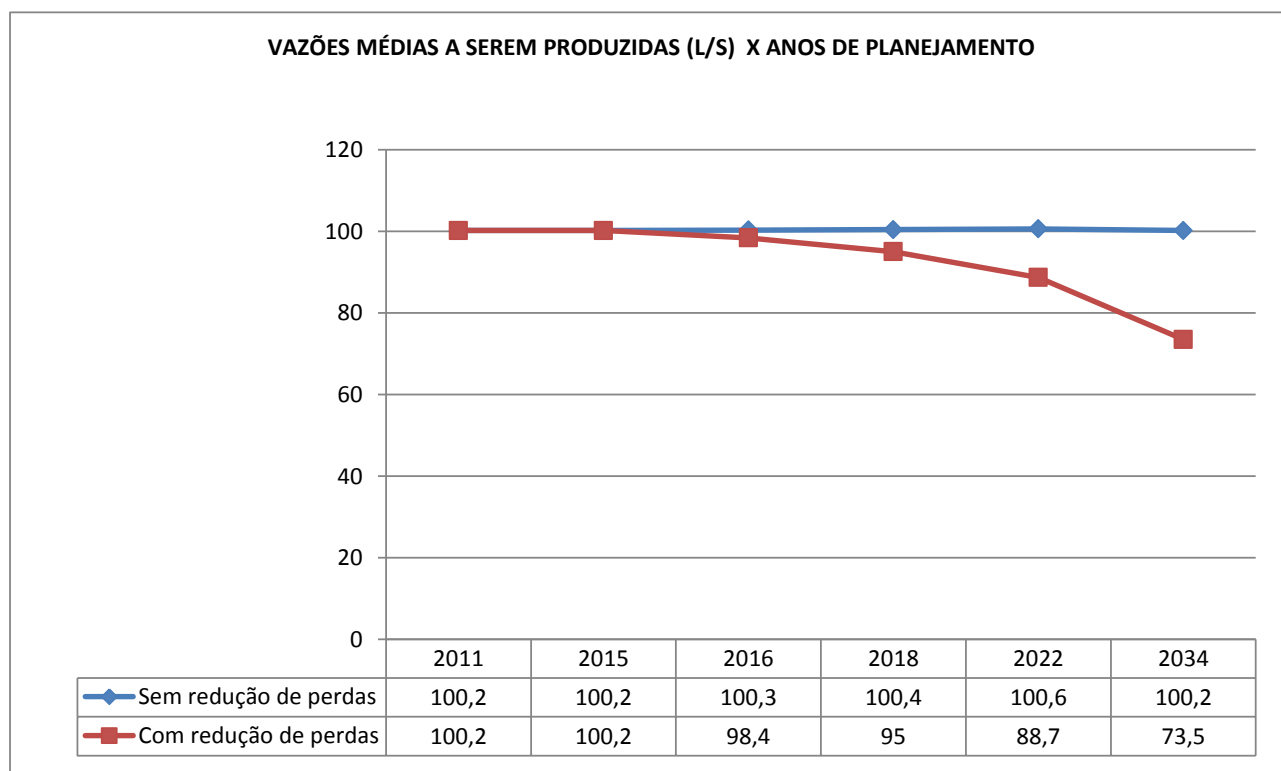


Gráfico 3.4 – Vazões Médias a serem Produzidas (L/s) x Anos de Planejamento

Verifica-se que, somente no ano 2034, a economia com a produção de água atinge $(100,2-73,5) = 26,7$ L/s ou $26,7 \times 86,4 \times 365 = 842.011$ m³ ou 842 mil de litros d'água/ano, em termos arredondados.

3.2.2 Sistema de Esgotos Sanitários

Os dados relativos às populações e demandas estimadas para o Sistema de Esgotos Sanitários de Santa Rita do Passa Quatro encontram-se resumidos nos quadros 3.6 a 3.8, de forma global e separadamente para cada distrito. Deve-se ressaltar que as datas de referência relativas ao S.E.S. são as seguintes:

- ♦ ano 2015 – início de planejamento;
- ♦ ano 2016 – data limite para implantação das obras de emergência;
- ♦ ano 2018 – data limite para implantação das obras de curto prazo;
- ♦ ano 2022 – data limite para implantação das obras de médio prazo;
- ♦ ano 2034 – data limite para implantação das obras de longo prazo e horizonte de planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

QUADRO 3.6 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, CONTRIBUIÇÕES DE VAZÃO E CARGA ORGÂNICA – SANTA RITA DO PASSA QUATRO – TOTAL - 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Contribuições de Vazão e Carga Orgânica			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Carga Orgânica (Kg DBO/dia)
2015	23.806	23.806	100	56,9	65,7	92,2	1.286
2016	23.822	23.822	100	56,9	65,7	92,2	1.286
2018	23.857	23.857	100	57,0	65,8	92,3	1.288
2022	23.893	23.893	100	57,0	65,9	92,4	1.290
2034	23.804	23.804	100	56,9	65,7	92,1	1.285

QUADRO 3.7 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, CONTRIBUIÇÕES DE VAZÃO E CARGA ORGÂNICA — DISTRITO SEDE - 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Contribuições de Vazão e Carga Orgânica			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Carga Orgânica (Kg DBO/dia)
2015	23.272	23.272	100	55,3	63,9	89,8	1.257
2016	23.287	23.287	100	55,3	63,9	89,8	1.257
2018	23.318	23.318	100	55,4	64,0	89,9	1.259
2022	23.346	23.346	100	55,4	64,1	90,0	1.261
2034	23.240	23.240	100	55,2	63,8	89,7	1.255

QUADRO 3.8 – POPULAÇÕES URBANAS TOTAIS E ATENDIDAS, CONTRIBUIÇÕES DE VAZÃO E CARGA ORGÂNICA – DISTRITO SANTA CRUZ DA ESTRELA - 2015 A 2034

Ano	Populações e Porcentagens de Atendimento			Contribuições de Vazão e Carga Orgânica			
	População Urbana Total (hab.)	População Urbana Atendida (hab.)	Atendimento (%)	Q _{média} (l/s)	Q _{máx.dia} (l/s)	Q _{máx.hora} (l/s)	Carga Orgânica (Kg DBO/dia)
2015	533	533	100	1,59	1,79	2,38	29
2016	535	535	100	1,59	1,79	2,38	29
2018	540	540	100	1,60	1,80	2,40	29
2022	547	547	100	1,61	1,82	2,42	30
2034	564	564	100	1,64	1,85	2,48	30

Para melhor visualização, apresentam-se, nos gráficos 3.5 a 3.7 a seguir, a evolução das populações urbanas totais e urbanas atendidas (que apresentam valores iguais, já que o atendimento se mantém em 100% para todo o período de planejamento), a evolução das demandas médias diárias e a evolução das cargas orgânicas ao longo do período de planejamento. Os valores indicados nos gráficos referem-se ao Município de Santa Rita do Passa Quatro como um todo, isto é, englobando os dois distritos.

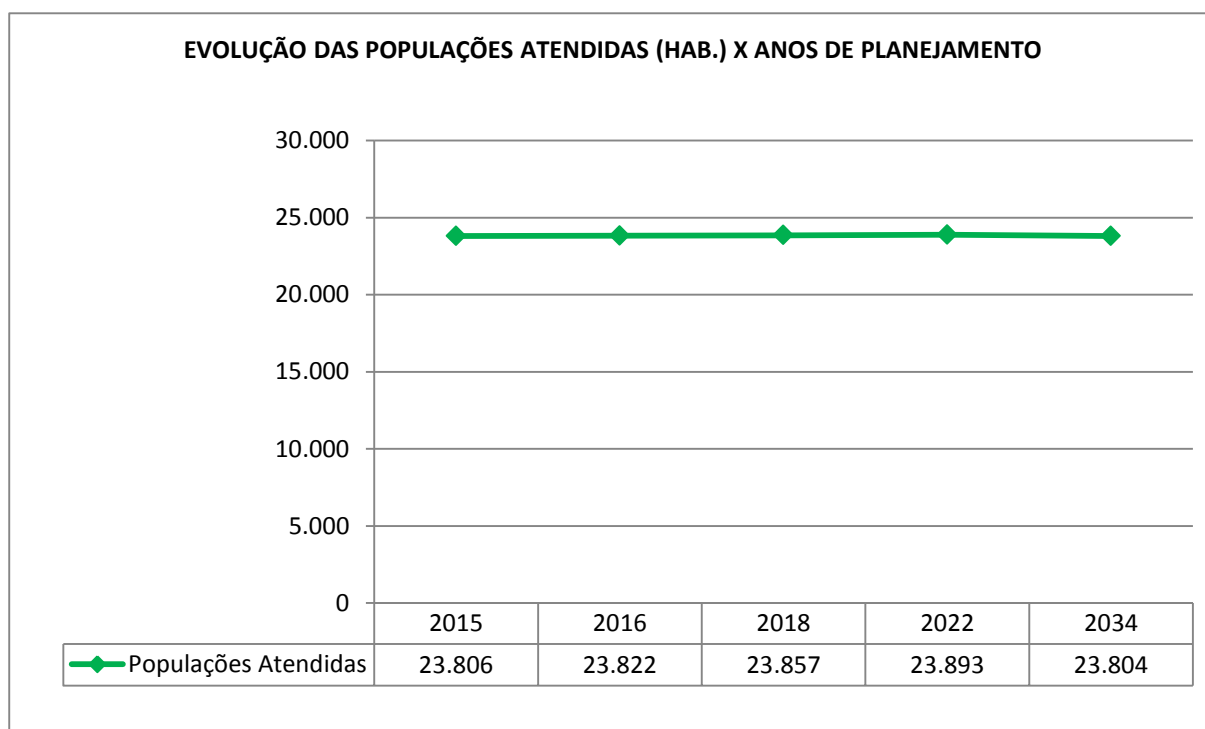


Gráfico 3.5 – Populações Atendidas (hab.) x Anos de Planejamento

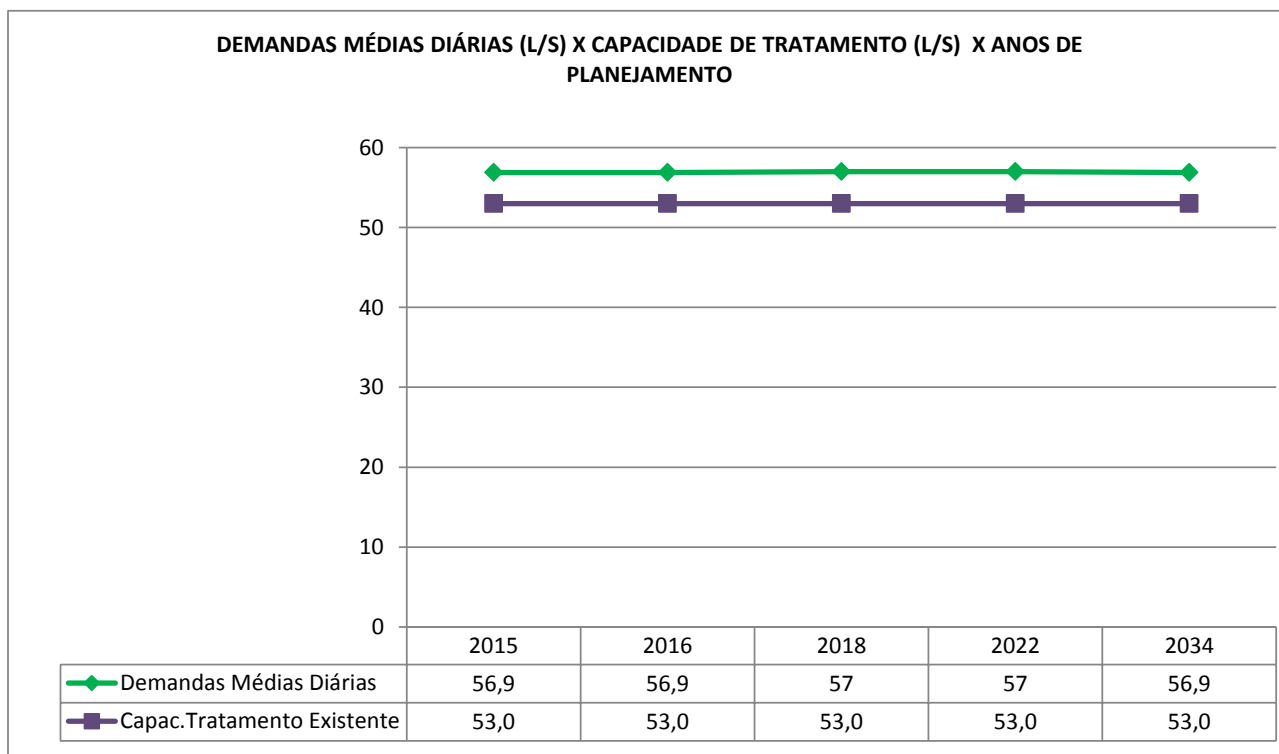


Gráfico 3.6 – Demandas Médias Diárias (L/s) x Capacidade de Tratamento (L/s) x Anos de Planejamento

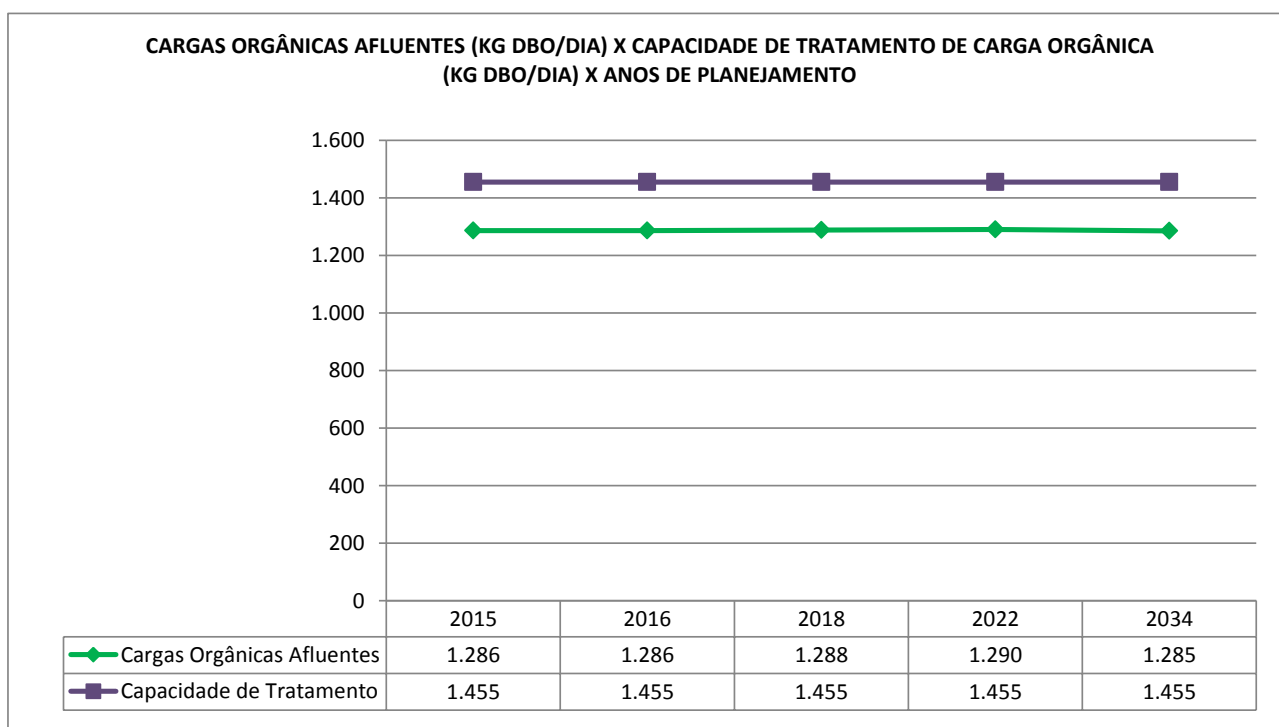


Gráfico 3.7 – Cargas Orgânicas Afluentes (Kg DBO/dia) x Capacidade de Tratamento de Carga Orgânica (Kg DBO/dia) x Anos de Planejamento

Nota:

- 1) A capacidade de tratamento, em termos de vazão média ou carga orgânica, foi estabelecida com base na capacidade indicada para a ETE Santa Rita do Passa Quatro e foram convertidas em termos de vazão média e carga orgânica;
- 2) O Distrito de Santa Cruz da Estrela não possui estação de tratamento, de modo que o valor indicado refere-se apenas ao dado na ETE da Sede.

A análise dos dados permite-se chegar às seguintes conclusões principais, considerando-se o sistema de esgotos coberto pelo sistema público:

- ♦ haverá um decréscimo de populações urbanas atendidas de 2 hab. entre 2015 e 2034, correspondendo a um percentual praticamente nulo, ou seja, estima-se que não haverá crescimento populacional no município;
- ♦ as demandas médias diárias e as cargas orgânicas não terão aumento durante o período 2015 a 2034, permanecendo constantes;
- ♦ as capacidades de tratamento, expressadas em termos de vazão média sempre são inferiores às demandas, enquanto em termos de cargas orgânicas são sempre superiores às demandas, durante todo o período de planejamento.

3.2.3 Sistema de Resíduos Sólidos

3.2.3.1 Critérios e Parâmetros Adotados

O planejamento dos serviços de limpeza pública visa atingir os padrões de qualidade recomendáveis de limpeza das vias e logradouros públicos e assegurar a adequada destinação dos resíduos gerados.

Como critério fundamental para o planejamento, encontra-se a universalização do atendimento às comunidades locais, independentemente das dificuldades impostas atualmente pelas condições em que se encontram. Além deste critério, também foram adotados e, até mesmo desenvolvidos, quando inexistiam critérios para medição da qualidade de serviços e para projeções de resíduos sólidos, adiante.

Boa parte dos critérios para medição de qualidade não podem ser aplicados à situação atual por não existirem informações disponíveis, mas, certamente, poderão ser aplicados em planejamentos futuros, melhorando em muito as avaliações.

Assim, no momento atual, tais critérios servem de orientadores do passo-a-passo para se atingirem as metas almejadas.

No que se refere às projeções de resíduos sólidos, procuraram-se fontes existentes, mas que não respondiam satisfatoriamente às necessidades do plano, o que estimulou a elaboração de novas curvas baseadas nos dados dos municípios da própria região.

A seguir, está abordada cada uma destas fases de planejamento, que geraram as informações necessárias para a formulação das proposições.

3.2.3.2 Projeção da Geração de Resíduos Brutos

A projeção dos resíduos brutos foi feita separadamente para resíduos sólidos domiciliares, resíduos sólidos inertes e resíduos de serviços de saúde, uma vez que cada um destes segmentos apresenta aspectos específicos, que afetam diretamente a geração de resíduos.

Cabe salientar que para os municípios que ainda não possuem controle quantitativo, as equações de Geração_{RSD, RCC e RSS} foram aplicadas diretamente, enquanto para os municípios que têm dados de geração atual, as projeções no horizonte de planejamento foram feitas pela multiplicação do resultado das curvas de geração por (1+ Fator de Ajuste), de forma a adequar os valores da geração atual aos resultados das equações.

$$\text{Fator de Ajuste} = (\text{Geração Real 2012} / \text{Geração}_{\text{RSD, RCC e RSS}}) - 1$$

▪ **Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)**

A geração dos resíduos sólidos domiciliares está diretamente relacionada à população residente.

Os índices de crescimento da geração dos resíduos sólidos domiciliares foram extraídos da curva construída com os pontos resultantes dos cruzamentos entre População e Geração Atuais, a seguir relacionada:

$$\text{Geração}_{\text{RSD}} = (\text{População}/466,39)^{(1/0,6664)}$$

Os dados básicos de população, e geração utilizados para a montagem da curva e a geração através dela projetada, possibilitando o cálculo do fator de ajuste, encontram-se apresentados no Quadro 3.9.

QUADRO 3.9 – CURVA GERAÇÃO RSD X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Aguai	300,0	32.820	-0,487
Águas da Prata	128,0	7.628	0,845
Águas de Lindóia	480,0	17.493	1,116
Américo Brasiliense	561,0	35.620	-0,152
Araras	2.550,0	121.260	-0,402
Barrinha	270,0	29.243	-0,451
Conchal	-	25.634	0,022
Cravinhos	600,0	32.235	0,054
Descalvado	600,0	31.339	0,100
Dumont	240,0	8.450	2,163
Engenheiro Coelho	-	16.684	0,004
Espírito Santo do Pinhal	-	42.054	0,043
Estiva Gerbi	-	10.249	-0,016
Guariba	450,0	36.197	-0,336
Guataporã	110,0	7.057	0,901
Itapira	1.330,3	69.226	-0,260
Jaboticabal	1.676,0	72.208	-0,160
Leme	1.300,0	93.576	-0,541
Lindóia	5,6	6.928	-0,900
Luiz Antônio	158,0	11.886	0,246
Mogi Guaçu	3.690,0	139.476	-0,285
Mogi Mirim	1.775,0	87.349	-0,324

Continua...

Continuação.

QUADRO 3.9 – CURVA GERAÇÃO RSD X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Monte Alto	-	47.032	0,048
Motuca	70,0	4.359	1,431
Pirassununga	1.200,0	70.824	-0,355
Pitangueiras	750,0	35.945	0,118
Pontal	750,0	42.141	-0,120
Porto Ferreira	885,9	51.963	-0,241
Pradópolis	420,0	18.094	0,760
Rincão	142,0	10.426	0,297
Santa Cruz da Conceição	-	4.069	-0,053
Santa Cruz das Palmeiras	300,0	30.682	-0,432
Santa Lúcia	151,0	8.313	1,026
Santa Rita do Passa Quatro	-	26.462	0,023
Santo Antônio do Jardim	30,0	5.913	-0,413
São João da Boa Vista	1.710,0	84.423	-0,319
Serra Negra	570,0	26.609	0,337
Sertãozinho	3.042,0	112.645	-0,198
Socorro	1.120,0	37.127	0,420
Taquaral	150,0	2.728	9,841
Vargem Grande do Sul	-	39.716	0,041

Aplicando as populações projetadas ano a ano na curva obtida, obtiveram-se as projeções anuais dos resíduos sólidos domiciliares brutos, conforme apresentado no Quadro 3.10.

QUADRO 3.10 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RSD BRUTO

	Ano	População (hab.)	Projeção de RSD (t/mês)
Município: Santa Rita do Passa Quatro	2013	26.455	432,61
	2014	26.448	432,43
	2015	26.442	432,29
	2016	26.430	431,99
	2017	26.419	431,72
	2018	26.408	431,45
	2019	26.397	431,18
	2020	26.385	430,89
	2021	26.356	430,17
	2022	26.326	429,45
	2023	26.297	428,73
	2024	26.267	428,01
	2025	26.238	427,29
	2026	26.197	426,30
	2027	26.157	425,30
	2028	26.116	424,31
	2029	26.075	423,33
	2030	26.035	422,34
	2031	25.995	421,36
	2032	25.954	420,38
	2033	25.914	419,40
	2034	25.874	418,42

▪ **Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCC)**

A geração dos resíduos da construção civil também pode ser associada diretamente à evolução da população residente, cujo crescimento estimula a construção civil e a verticalização.

Os índices de crescimento da geração destes resíduos foram extraídos de curvas construídas com os pontos resultantes dos cruzamentos entre População e Geração Atuais.

Por tratar-se de resíduos cuja coleta nem sempre está sob controle das municipalidades, há pouca disponibilidade deste tipo de dado, o que obrigou a se extrair a seguinte curva crescimento baseada na UGRHI estudada:

$$\text{Geração}_{\text{RCC}} = (\text{População}/1121,9)^{(1/0,528)}$$

Os dados básicos de população e geração utilizados para a montagem da curva e a geração através dela projetada, possibilitando o cálculo do fator de ajuste, encontram-se apresentados no Quadro 3.11.

QUADRO 3.11 – CURVA GERAÇÃO RCC X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Aguai	320,0	32.148	-0,444
Águas da Prata	-	7.584	-1,000
Águas de Lindóia	280,0	17.266	0,580
Américo Brasiliense	1.140,0	34.478	0,736
Araras	7.200,0	118.713	0,054
Barrinha	-	28.496	-1,000
Conchal	-	25.229	-1,000
Cravinhos	700,0	31.691	0,250
Descalvado	-	31.056	-1,000
Dumont	-	8.143	-1,000
Engenheiro Coelho	-	15.721	-1,000
Espírito Santo do Pinhal	-	41.907	-1,000
Estiva Gerbi	-	10.044	-1,000
Guariba	-	35.486	-1,000
Guataporá	80,0	6.966	1,518
Itapira	-	68.537	-1,000
Jaboticabal	3.000,0	71.662	0,143
Leme	600,0	91.756	-0,857
Lindóia	72,0	6.712	1,432
Luiz Antônio	-	11.286	-1,000
Mogi Guaçu	1.300,0	137.245	-0,855
Mogi Mirim	3.000,0	86.505	-0,200
Monte Alto	250,0	46.642	-0,785
Motuca	51,0	4.290	3,021

Continua...

Continuação.

QUADRO 3.11 – CURVA GERAÇÃO RCC X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Pirassununga	-	70.081	-1,000
Pitangueiras	-	35.307	-1,000
Pontal	-	40.244	-1,000
Porto Ferreira	-	51.400	-1,000
Pradópolis	-	17.377	-1,000
Rincão	290,0	10.414	3,263
Santa Cruz da Conceição	-	4.002	-1,000
Santa Cruz das Palmeiras	-	29.932	-1,000
Santa Lúcia	-	8.248	-1,000
Santa Rita do Passa Quatro	-	26.478	-1,000
Santo Antônio do Jardim	360,0	5.943	14,311
São João da Boa Vista	45,0	83.639	-0,987
Serra Negra	385,0	26.387	-0,027
Sertãozinho	8.500,0	110.074	0,436
Socorro	150,0	36.686	-0,797
Taquaral	112,0	2.726	19,843
Vargem Grande do Sul	-	39.266	-1,000

Aplicando as populações projetadas ano a ano na curva obtida, obtiveram-se as projeções anuais dos resíduos da construção civil e demolição decorrentes, conforme apresentado no Quadro 3.12.

QUADRO 3.12 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RCC

	Ano	População (hab.)	Projeção de RCC (t/mês)
Município: Santa Rita do Passa Quatro	2013	26.455	397,68
	2014	26.448	397,48
	2015	26.442	397,31
	2016	26.430	396,97
	2017	26.419	396,66
	2018	26.408	396,34
	2019	26.397	396,03
	2020	26.385	395,69
	2021	26.356	394,85
	2022	26.326	394,02
	2023	26.297	393,18
	2024	26.267	392,35
	2025	26.238	391,52
	2026	26.197	390,37
	2027	26.157	389,23
	2028	26.116	388,08
	2029	26.075	386,94
	2030	26.035	385,81
	2031	25.995	384,67
	2032	25.954	383,54
	2033	25.914	382,42
	2034	25.874	381,29

▪ **Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)**

A geração dos resíduos de serviços de saúde não é proporcional à população residente porque os habitantes de municípios menos equipados recorrem a municípios vizinhos melhor dotados de unidades de saúde.

Porém, pode-se notar que com raras exceções os equipamentos de saúde apresentam maiores concentrações quanto maior é a população dos municípios, o que permite que se considere que os efeitos da polarização podem ser compensados pela concentração demográfica.

Cabe ressaltar que, as quantidades de RSS geradas nos municípios e abaixo apresentadas, referem-se apenas à parcela que necessitam de tratamento especial antes da disposição final, podendo ser citados os materiais perfurocortantes, os potencialmente infectantes e os químicos.

Assim, optou-se por montar uma única curva para responder pela relação entre população e geração de RSS, conforme segue:

$$\text{Geração}_{\text{RSS}} = (\text{População}/22434)^{(1/0,5346)}$$

Os dados básicos de população e geração utilizados para a montagem da curva e a geração através dela projetada, possibilitando o cálculo do fator de ajuste, encontram-se apresentados no Quadro 3.13.

QUADRO 3.13 – CURVA GERAÇÃO RSS X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Aguaí	5,00	32.820	1,454
Águas da Prata	0,05	7.628	-0,624
Águas de Lindóia	0,10	17.493	-0,841
Américo Brasiliense	1,67	35.620	-0,295
Araras	15,00	121.260	-0,361
Barrinha	0,40	29.243	-0,756
Conchal	-	25.634	0,016
Cravinhos	1,10	32.235	-0,442
Descalvado	4,00	31.339	1,140
Dumont	-	8.450	0,013
Engenheiro Coelho	-	16.684	0,015
Espírito Santo do Pinhal	1,20	42.054	-0,074
Estiva Gerbi	1,20	10.249	0,082
Guariba	0,50	36.197	-0,796
Guataporã	0,30	7.057	1,610
Itapira	-	69.226	0,019
Jaboticabal	9,42	72.208	0,057
Leme	-	93.576	0,019
Lindóia	0,15	6.928	0,351
Luiz Antônio	1,00	11.886	2,281
Mogi Guaçu	9,10	139.476	-0,702
Mogi Mirim	10,00	87.349	-0,213

Continua...

Continuação.

QUADRO 3.13 – CURVA GERAÇÃO RSS X POPULAÇÃO

Municípios	Geração Real 2012 (t/mês)	População 2012 (hab.)	Fator de Ajuste
Monte Alto	3,50	47.032	-0,124
Motuca	0,30	4.359	5,428
Pirassununga	8,00	70.824	-0,069
Pitangueiras	4,00	35.945	0,656
Pontal	2,00	42.141	-0,385
Porto Ferreira	-	51.963	0,018
Pradópolis	-	18.094	0,015
Rincão	0,30	10.426	0,258
Santa Cruz da Conceição	0,42	4.069	9,236
Santa Cruz das Palmeiras	1,70	30.682	-0,054
Santa Lúcia	0,20	8.313	0,281
Santa Rita do Passa Quatro	1,20	26.462	-0,119
Santo Antônio do Jardim	0,06	5.913	-0,273
São João da Boa Vista	10,00	84.423	-0,162
Serra Negra	1,50	26.609	0,090
Sertãozinho	21,00	112.645	0,026
Socorro	2,00	37.127	-0,221
Taquaral	0,03	2.728	0,545
Vargem Grande do Sul	3,80	39.716	0,305

Aplicando as populações projetadas ano a ano na curva obtida, obtiveram-se as projeções anuais dos resíduos provenientes de serviços de saúde decorrentes, conforme apresentado no Quadro 3.14.

QUADRO 3.14 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RSS

	Ano	População (hab.)	Projeção de RSS (t/mês)
Município: Santa Rita do Passa Quatro	2013	26.455	1,22
	2014	26.448	1,22
	2015	26.442	1,22
	2016	26.430	1,22
	2017	26.419	1,22
	2018	26.408	1,21
	2019	26.397	1,21
	2020	26.385	1,21
	2021	26.356	1,21
	2022	26.326	1,21
	2023	26.297	1,21
	2024	26.267	1,20
	2025	26.238	1,20
	2026	26.197	1,20
	2027	26.157	1,19
	2028	26.116	1,19
	2029	26.075	1,19
	2030	26.035	1,18
	2031	25.995	1,18
	2032	25.954	1,18
	2033	25.914	1,17
	2034	25.874	1,17

3.2.3.3 Reaproveitamento de Resíduos

O reaproveitamento dos resíduos sólidos passou a ser compromisso obrigatório das municipalidades após a Lei Federal 12.305 de 02/08/10, referente à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Desta forma, focou-se este aspecto nos resíduos sólidos domiciliares e nos resíduos da construção civil e demolição já que, pelos riscos à saúde pública pela sua patogenicidade, os resíduos de serviços de saúde não são recicláveis.

▪ Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)

A massa de resíduos sólidos domiciliares é formada por diversos componentes, como papéis, plásticos, metais, vidros, trapos, couros, borrachas, madeiras, terra, pedras e outros tipos de detritos, além da matéria orgânica presente nos restos de alimentos.

Estes componentes vêm apresentando participação variável durante os anos, particularmente devido à evolução das embalagens, conforme pode ser observado no Quadro 3.15.

QUADRO 3.15 – EVOLUÇÃO DA GRAVIMETRIA DOS RSD NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Tipo de RSD	Componentes	1927 (%)	1957 (%)	1969 (%)	1976 (%)	1991 (%)	2010 (%)
Lixo Seco	Papel/Papelão	13,40%	16,70%	29,20%	21,40%	13,87%	10,60%
	Plástico Duro/Filme	-	-	1,90%	5,00%	11,47%	13,60%
	Metal Ferroso	1,70%	2,23%	7,80%	3,90%	2,83%	1,40%
	Metal Não Ferroso		-	-	0,10%	0,69%	0,40%
	Vidros	0,90%	1,40%	2,60%	1,70%	1,69%	1,70%
	Trapos/Couro/Borracha	1,50%	2,70%	3,80%	2,90%	4,39%	2,60%
	Subtotal	17,50%	20,33%	45,30%	35,00%	34,94%	30,30%
Lixo Úmido	Matéria Orgânica	82,50%	76,00%	52,20%	62,70%	60,60%	62,90%
	Madeira	-	-	2,40%	1,60%	0,75%	1,20%
	Terra/Pedras	-	-	-	0,70%	0,77%	2,10%
	Diversos	-	0,10%	-	-	1,23%	2,00%
	Perdas	-	3,57%	0,10%	-	1,71%	1,50%
	Subtotal	82,50%	79,67%	54,70%	65,00%	65,06%	69,70%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dados de 1927 a 1991: DOM São Paulo - 03/12/92

Dados de 2010: PMSP/LIMPURB

Observando-se este quadro, nota-se que, nos idos de 1927, havia uma predominância absoluta de embalagens de papel/papelão, metais ferrosos e vidros e uma ocorrência maior de matéria orgânica, talvez devido às piores condições de refrigeração da época.

Ao longo dos anos, esses materiais usados nas embalagens foram sendo substituídos principalmente por plásticos e, mais recentemente, por metais não ferrosos, sobressaindo o alumínio.

Provavelmente, até para se adequar à nova legislação, os fabricantes de embalagens devem estar estudando materiais e formatos que possibilitem o máximo reaproveitamento, pois destiná-las está ficando cada vez mais caro.

Porém, é extremamente difícil preverem-se tais mudanças, até porque estão relacionadas com o comportamento humano voltado para a compra e consumo dos produtos.

Por essa razão, preferiu-se um posicionamento conservador e adotou-se que a atual composição gravimétrica da massa de resíduos sólidos domiciliares deverá persistir sem grandes alterações por todo o horizonte de projeto.

Através da análise da composição gravimétrica acima referida, é possível concluir que 30% dos resíduos são do tipo *lixo seco*, e os outros 70% são do tipo *lixo úmido*. Diante disto, para o estabelecimento de metas de reaproveitamento é importante analisar duas condições de disponibilidade dos materiais:

- ◇ Condição Mínima: O lixo bruto chega à central de triagem sem ter sido separado no local de sua geração e, portanto, sem ter sido recolhido separadamente pela coleta seletiva; e
- ◇ Condição Máxima: O lixo é separado na origem em duas partes: lixo seco e lixo úmido, sendo coletadas em separado respectivamente pela coleta seletiva e pela coleta regular, chegando à central de triagem sem estarem misturadas.

Com relação à aceitabilidade pelo mercado consumidor, com a instituição da nova legislação, que obriga a retirada dos materiais reaproveitáveis e limita a disposição apenas daqueles para os quais o reaproveitamento não é viável, acredita-se que haverá um maior desenvolvimento no setor de reciclagem, principalmente se houver incentivos governamentais para que isto aconteça.

Diante deste cenário, para efeito de cálculo e projeção das demandas, consideraremos que o reaproveitamento dos resíduos será implantado de maneira progressiva e que os demais resíduos terão sua destinação final feita adequadamente, ainda que de maneira emergencial em outra unidade, uma vez que o presente município já não dispõe de unidade adequada para tal. As proposições para esta problemática serão feitas em etapas futuras do presente trabalho.

Para retratar esse cenário, segue descrita a progressão adotada para a implementação do reaproveitamento dos resíduos sólidos domésticos, considerando o Ano 1 sendo o ano de implementação do plano:

- ◇ Ano 1: faixa de 0 a 5%, com média anual de 2,5% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 5: faixa de 5 a 10%, com média anual de 7,5% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 10: faixa de 10 a 20%, com média anual de 15% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 15: faixa de 20 a 30%, com média anual de 25% de reaproveitamento; e

- ◇ Ano 20 em diante: 30% de reaproveitamento.

Com estas metas sendo implantadas progressivamente ao longo dos anos, atende-se a legislação no quesito reciclagem, dando tempo para o município e o mercado se adaptarem à nova realidade. Cabe ressaltar que, como o plano deve ser revisado a cada quatro anos, as metas podem ser alteradas de acordo com as expectativas do município.

Extraíndo essas parcelas progressivas da massa dos resíduos sólidos domiciliares brutos, obteve-se a evolução dos totais de rejeitos, que continuarão a ser dispostos em aterros sanitários, como manda a nova legislação, apresentada no Quadro 3.16.

▪ **Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCC)**

Ao contrário dos resíduos sólidos domiciliares, a massa de resíduos sólidos inertes é formada principalmente por entulhos da construção civil, onde costuma estarem presentes restos de concreto, tijolos, pedras, terra e ferragem.

Com exceção à ferragem, que deve ser separada na origem para ser reaproveitada como aço, os demais detritos podem ser submetidos ao processo de britagem e, depois de triturados, resultam em material passível de ser utilizado pela própria construção civil como material de enchimento ou em outros tipos de serviços, como operação tapa-buracos em estradas de terra, dentre outros.

Portanto, seu melhor reaproveitamento também está associado à estocagem nos locais de geração, não devendo ser juntados a outros tipos de resíduos, particularmente à matéria orgânica.

Assim como para os RSD, para efeito de cálculo e projeção das demandas, consideraremos que o reaproveitamento dos RCC será implantado de maneira progressiva e que os demais resíduos terão sua destinação final feita adequadamente.

Para retratar esse cenário, segue descrita a progressão adotada para a implementação do reaproveitamento dos resíduos da construção civil e demolição, considerando o Ano 1 sendo o ano de implementação do plano:

- ◇ Ano 1: faixa de 0 a 5%, com média anual de 2,5% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 5: faixa de 5 a 10%, com média anual de 7,5% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 10: faixa de 10 a 20%, com média anual de 15% de reaproveitamento;
- ◇ Ano 15: faixa de 20 a 30%, com média anual de 25% de reaproveitamento; e
- ◇ Ano 20 em diante: 30% de reaproveitamento.

Com estas metas sendo implantadas progressivamente ao longo dos anos, atende-se a legislação no quesito reciclagem, dando tempo para o município se adaptar para processar os materiais brutos gerados em seu território.

Extraindo essas parcelas progressivas da massa dos resíduos da construção civil e de demolição brutos, obteve-se a evolução dos totais de rejeitos, que continuarão a ser dispostos em aterros de inertes, como manda a nova legislação, apresentada no Quadro 3.17.

3.2.3.4 *Projeção da Geração de Resíduos Não Reaproveitáveis*

Deduzindo-se dos totais de resíduos brutos as quantidades de resíduos reaproveitáveis estimadas em função das metas pré-fixadas, obteve-se a projeção da geração de resíduos não reaproveitáveis.

Este procedimento não foi aplicado aos resíduos de serviços de saúde que, pela sua patogenicidade, não pode ser reaproveitável.

▪ **Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)**

A projeção dos resíduos sólidos domiciliares não reaproveitáveis encontra-se apresentada no Quadro 3.16.

QUADRO 3.16 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE REJEITOS DE RSD

	Ano	População (hab.)	Projeção de Rejeitos de RSD (t/mês)
Município: Santa Rita do Passa Quatro	2013	26.455	432,61
	2014	26.448	421,62
	2015	26.442	421,48
	2016	26.430	421,19
	2017	26.419	420,93
	2018	26.408	399,09
	2019	26.397	398,84
	2020	26.385	398,57
	2021	26.356	397,90
	2022	26.326	397,24
	2023	26.297	364,42
	2024	26.267	363,81
	2025	26.238	363,20
	2026	26.197	362,35
	2027	26.157	361,51
	2028	26.116	318,24
	2029	26.075	317,49
	2030	26.035	316,76
	2031	25.995	316,02
	2032	25.954	315,28
	2033	25.914	293,58
	2034	25.874	292,89

Observando-se este quadro, pode-se notar que o decréscimo dos primeiros cinco anos é menor do que dos anos em diante, visto que as metas aumentam gradativamente a cada cinco anos, até que seja atingido o limite previsto de 30% de reaproveitamento dos

materiais contidos no lixo domiciliar a partir de 2033. Ainda com a implantação das metas de reaproveitamento, faz-se necessário planejar unidades de disposição capazes de receber os resíduos não reaproveitáveis (rejeitos).

▪ **Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCC)**

A projeção dos resíduos sólidos inertes não reaproveitáveis encontra-se apresentada no Quadro 3.17.

QUADRO 3.17 – PROJEÇÃO DE REJEITOS DE RCC

Município: Santa Rita do Passa Quatro	Ano	População (hab.)	Projeção de Rejeitos de RCC (t/mês)
	2013	26.455	397,68
	2014	26.448	387,54
	2015	26.442	387,38
	2016	26.430	387,04
	2017	26.419	386,74
	2018	26.408	366,62
	2019	26.397	366,33
	2020	26.385	366,01
	2021	26.356	365,24
	2022	26.326	364,47
	2023	26.297	334,21
	2024	26.267	333,50
	2025	26.238	332,80
	2026	26.197	331,82
	2027	26.157	330,84
	2028	26.116	291,06
	2029	26.075	290,21
	2030	26.035	289,36
	2031	25.995	288,51
	2032	25.954	287,66
	2033	25.914	267,69
	2034	25.874	266,91

Da mesma forma que para os resíduos sólidos domiciliares, o decréscimo dos primeiros cinco anos é menor do que dos anos em diante, visto que as metas aumentam gradativamente a cada cinco anos, até que seja atingido o limite previsto de 30% de reaproveitamento dos materiais contidos nos entulhos a partir de 2033.

Quanto ao planejamento das unidades de disposição destes materiais não reaproveitáveis (rejeitos), ainda com a implantação das metas de reaproveitamento, a municipalidade deve prever unidades capazes de atender todo o horizonte do planejamento.

3.2.4 Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

No caso específico de Santa Rita do Passa Quatro, o estudo da componente drenagem considerou a mesma área das bacias hidrográficas adotadas no Plano Diretor de Macro Drenagem (2010) do município. Essa área tem como foco principal a zona urbana do município, pois é o local onde ocorre a maioria dos problemas relacionados à drenagem.

A área urbana de Santa Rita do Passa Quatro está localizada nos divisores das bacias dos córregos do Marinho e Capituva, assim o Plano delimitou uma área de estudo que englobam as duas bacias e a área urbana do município. A Figura 3.1 ilustra a área estudada pelo Plano.



Figura 3.1 – Limite da área do Plano

Fonte: Plano Diretor de Macro Drenagem do Município de Santa Rita do Passa Quatro, 2010.

Para os objetivos do Plano Diretor de Drenagem, foi utilizada a equação de chuva do município de Leme (DAEE) como estimativa das chuvas intensas do município de Santa Rita do Passa Quatro, considerando um período de retorno de 100 anos.

O Plano realizou o cálculo das vazões máximas de projeto para as bacias através do método do NRCS (“National Resources Conservation Service”) por meio da simulação computacional com o software DRENÁGUA 2009.

O método do Departamento de Recursos Naturais e Conservação do Solo norte-americano, NRCS, antigo, SCS (Soil Conservation Service) objetivou estabelecer relações entre precipitação, deflúvio superficial, vegetação, tipo e ocupação do solo. Apesar de esse método ter sido desenvolvido para pequenas bacias rurais e eventos chuvosos diários, tem sido adaptado para as condições urbanas. Atualmente é amplamente utilizado e recomendado em diversas referências bibliográficas.

O método propõe um equacionamento relacionando a chuva excedente, a chuva acumulada e a retenção potencial do solo na bacia. Seu último valor depende do tipo e da ocupação do solo. Para os cálculos da vazão máxima este valor deverá considerar um cenário futuro, com possível crescimento populacional e aumento da impermeabilização do solo.

Segundo o GEL o ponto crítico referente ao problema de macrodrenagem é:

- a) Córrego que atravessa a Rua Visconde do Rio Branco, entre as ruas Ignácio Ribeiro e Victor Meirelles – $Q_{max} = 2,63 \text{ m}^3/\text{s}$.

Além do ponto crítico levantado pelo GEL, o Plano apontou outros pontos críticos e suas vazões máximas:

- a) Travessia a jusante da via Zequinha de Abreu, próximo ao bairro Jardim Planalto – $Q_{max} = 30,14 \text{ m}^3/\text{s}$;
- b) Travessia da Rua Monsenhor Porphiri – $Q_{max} = 9,33 \text{ m}^3/\text{s}$;
- c) Travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles – $Q_{max} = 18,43 \text{ m}^3/\text{s}$;
- d) Travessia da Rua José Ribeiro de Oliveira – $Q_{max} = 8,82 \text{ m}^3/\text{s}$;
- e) Travessia da Avenida Professor José Gonso – $Q_{max} = 15,32 \text{ m}^3/\text{s}$;
- f) Travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe – $Q_{max} = 37,69 \text{ m}^3/\text{s}$.

4. DIAGNÓSTICO SETORIAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

4.1 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS

4.1.1 Diagnóstico dos Serviços de Abastecimento de Água

4.1.1.1 Características Gerais

As características gerais do sistema de Santa Rita do Passa Quatro, conforme dados coletados na prefeitura através do GEL (Grupo Executivo Local) entre Fevereiro e Março de 2013 ou constantes do diagnóstico do sistema de abastecimento de água (SNIS), para todos os distritos do município (Sede e Santa Cruz da Estrela), encontram-se apresentados a seguir:

- ◆ Índice de Atendimento Urbano de Água..... 100% (SNIS 2010);
- ◆ Índice de Hidrometração 100% (SNIS 2010);
- ◆ Extensão da Rede de Água 158 km (Prefeitura 2013);
- ◆ Volume Anual Produzido Total 4.660.641 m³ (Prefeitura dez/2012);
- ◆ Volume Anual Micromedido Total 1.857.084 m³ (Prefeitura dez/2012);
- ◆ Volume Anual Faturado Total 2.535.132 m³ (Prefeitura dez/2012);
- ◆ Índice de Perdas na Distribuição..... 50% (Prefeitura 2013);
- ◆ Quantidade de Ligações Ativas de Água 10.228 (Prefeitura 2013);
- ◆ Vazão de Captação (mananciais superficiais) 208 L/s (Prefeitura 2013);
- ◆ Vazão de Captação (mananciais subterrâneos) 3 L/s (Prefeitura 2013);
- ◆ Vazão Tratada na ETA 1.....101 L/s (Prefeitura 2013);
- ◆ Vazão Tratada na ETA 2.....107 L/s (Prefeitura 2013);
- ◆ Vazão Extraída dos Poços 2,86 L/s (Prefeitura 2013);
- ◆ Volume Total de Reservação Existente SEDE..... 3.380 m³ (Prefeitura 2013);
- ◆ Volume Total de Reservação Em Operação SEDE 2.080 m³ (Prefeitura 2013);
- ◆ Volume Total de Reservação Sta. Cruz da Estrela 130 m³ (Prefeitura 2013).

O Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro, operado pelo Departamento de Obras e Infraestrutura da própria prefeitura, é atendido principalmente por manancial de superfície por meio de 02 (duas) represas, a saber: Represa Passa Quatro e Represa São Valentim. Esta última é responsável por abastecer a Represa Passa Quatro nas épocas de estiagem quando há necessidade de uma complementação de vazão para atender a demanda da população residente na Sede Municipal. O sistema também é atendido por manancial subterrâneo, através de 2 (dois) poços, conforme descrito adiante, exclusivamente para o Distrito de Santa Cruz da Estrela (sistema isolado).

Todos os mananciais superficiais utilizados no abastecimento pertencem à Bacia do Rio Mogi Guaçu, inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 9, e tem-se que o Córrego Passa Quatro está enquadrado como Classe 2, conforme Decreto Estadual nº 10.755/76. Segundo o Relatório de Qualidade das Águas Superficiais (CETESB, 2011) o corpo d'água não possui nenhum ponto de monitoramento da CETESB, que possibilite uma análise da qualidade do manancial.

Além das unidades de captação, o sistema de abastecimento conta com 2 (duas) Estações de Tratamento de Água, e 8 (oito) reservatórios responsáveis por armazenar a água tratada para posterior distribuição.

Segundo informação do GEL, na área rural do município, que abrange o Bairro Albinópolis, não existe cobertura de abastecimento de água, sendo que os domicílios dispersos são abastecidos através de soluções individuais, destacando-se a utilização de poços rasos.

Salienta-se que a prefeitura possui um Plano Diretor de Combate a Perdas, a ser implantado em duas fases, sendo que no final da última, estima-se que o índice de perdas seja de 20% até 25%. Ressalta-se que o Plano foi entregue ao município em abril de 2011, e que ainda não foi implantada nenhuma medida.

A Ilustração 6.1, inserida no Capítulo 6, apresenta as localizações das unidades componentes do sistema.

4.1.1.2 Descrição Resumida do Sistema de Abastecimento de Água

4.1.1.2.1 Sistema Produtor de Água

Captação de Água Bruta

Captação Superficial - Represa Passa Quatro

A captação de água bruta no Córrego Passa Quatro é efetuada em 2 (dois) pontos, através de duas casas de bombas que se encontram em prédios separados, localizadas na margem direta, por meio de uma barragem de acumulação. A Casa de Bombas 1 recalca água para a ETA 1 por meio de adutora de diâmetro 250 mm e material F°F°. Já a

Casa de Bombas 2 recalca água bruta para a ETA 2 por meio de adutora de diâmetro 250 mm e material PVC DeF°F°. Atualmente a vazão captada é da ordem de 210 L/s, representando 100% do volume total necessário ao abastecimento da Sede Municipal de Santa Rita do Passa Quatro.

A vazão média de operação da Captação 1 é de 101 L/s, funcionando 18 horas por dia, e da Captação 2 é de 107 L/s, funcionando entre 12 e 14 horas por dia.

O município não possui outorga de captação para este manancial.

As fotos 4.1 a 4.2 ilustram os pontos de captação na Represa Passa Quatro.



Foto 4.1 – Casa de Bombas 1 – Captação 1



Foto 4.2 – Casa de Bombas 2 – Captação 2

Em relação à qualidade da água captada, são feitas análises mensais na entrada da ETA, cujos dados do último Relatório de Análises disponibilizado (18/11/2011) indicaram somente a presença de cianobactérias, em nível inferior a 10.000 cel/ml, recomendando que o monitoramento continue a ser efetuado mensalmente.

Salienta-se que a Represa Passa Quatro apresenta sinais de assoreamento visível, que exigiu da prefeitura medida emergencial, na qual o DAEE foi contratado para realizar as atividades de desassoreamento. As obras tiveram início em 21/02/2013.

Captação Superficial - Represa São Valentim

A captação é efetuada junto a uma barragem de acumulação particular, sendo a vazão captada encaminhada, por meio de uma adutora de 500 mm, até a Captação 1 da Represa Passa Quatro, nas épocas de estiagem (média de 3 meses ao ano). Juntamente

com a captação na Represa Passa Quatro, a vazão captada corresponde a 100% do volume total necessário ao abastecimento da Sede do município. A Foto 4.3 abaixo ilustra o ponto de captação na Represa São Valentim.

A análise de qualidade da água captada é feita na entrada da ETA, após mistura com a água captada na Represa Passa Quatro. Não foram apresentados problemas qualitativos devido à adução de água da Represa São Valentim.



Foto 4.3 – Captação Represa São Valentim

Captação Subterrânea

Atualmente, no Distrito de Santa Cruz da Estrela, estão em operação apenas 2 (dois) poços, fornecendo uma vazão média de aproximadamente 3 L/s, operando em função do tempo de preenchimento dos reservatórios, com controle manual. Ambos os poços possuem outorga de captação e a água captada recebe um tratamento simples, apenas cloração, nos reservatórios antes da distribuição.

Ressalta-se que são feitas análises da qualidade da água bruta, a última realizada em 2010. Segundo o GEL, são feitas análises bacteriológica e físico-química a cada 30 dias. O Quadro 4.1 apresenta as principais características dos poços.

QUADRO 4.1 - MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS

Número do Poço	Endereço	Recurso Hídrico	Cadastro DAEE			Status Operação	Coord. UTM (km)		Prof. (m)	Vazão (m³/h)
			Poço Local	Status DAEE	Nº DAEE		N	E		
1	Saída para Porto Ferreira, s/nº - Bairro Santa Cruz da Estrela	Aquífero Guarani	002	Cadastrado	169-0037	Em Operação	7.592,41	257,46	180	5,50
2	Rua Eugênio Anocleto Rodrigues Dias, s/nº - Bairro Santa Cruz da Estrela	Aquífero Guarani	003	Cadastrado	169-0038	Em Operação	7.592,51	257,84	80	4,80

Neste sistema foram identificados problemas com as bombas de captação, que a cada 6 meses, aproximadamente, sofrem algum dano, requerendo manutenção. As fotos 4.4 e 4.5 ilustram os poços citados.



Foto 4.4 – Poço 1



Foto 4.5 – Poço 2

Salienta-se que o município de Santa Rita do Passa Quatro possui mais um poço no Bairro afastado Albinópolis, também cadastrado no DAEE e em operação. Esse bairro possui poucas habitações, e, portanto, não será integrado ao presente estudo.

4.1.1.2.2 Elevação e Adução de Água Bruta

A) Sede

Represa Passa Quatro→ETA - Adução de Água Bruta por Recalque

As estações elevatórias EEAB1 e EEAB2 recalcam água bruta a partir da Represa Passa Quatro até as ETAs através de duas adutoras (uma para cada captação). As principais características dessas elevatórias são descritas no Quadro 4.2, juntamente com as fotos dos conjuntos (fotos 4.6 e 4.7):

QUADRO 4.2 - CARACTERÍSTICAS DAS EEAB – REPRESA PASSA QUATRO

Denominação	Vazão Nominal (L/s)	Vazão Bombeada (L/s)	Nº de Conjuntos motobombas	Potência (CV)	AMT (m.c.a.)	Situação
EEAB1	111,11	101	1+1	250	105	Boa
EEAB2	111,11	107	1+0	250	105	Boa



Foto 4.6 - Conjunto moto-bombas EEAB1



Foto 4.7 - Conjunto moto-bomba EEAB2

Fonte: Plano Diretor de Combate a Perdas (2011)

A adução, feita por recalque, percorre a Rua Francisco Borri seguindo em direção à Av. São Paulo, com as características apresentadas no Quadro 4.3:

QUADRO 4.3 - CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA – REPRESA PASSA QUATRO

Denominação	Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Vazão (L/s)	Situação
AAB1	F°F°	250	1.000	101	Boa
AAB2	DeF°F°	250	1.090	107	Boa

Segundo informações obtidas na visita, as adutoras estão em estado precário, com constantes problemas de vazamentos e rompimentos, especialmente devido à idade avançada das mesmas.

Represa São Valentim→ETA - Adução de Água Bruta por Recalque

A estação elevatória EEAB3 recalca água bruta a partir da Represa São Valentim, de propriedade particular, até a Represa Passa Quatro, no poço de sucção da EEAB1, nas épocas de estiagem, através de uma adutora. As principais características dessa elevatória são apresentadas no Quadro 4.4:

QUADRO 4.4 - CARACTERÍSTICA DA EEAB – REPRESÃO VALENTIM

Denominação	Vazão Nominal (L/s)	Nº de Conjuntos moto-bombas	Potência (CV)	AMT (m.c.a.)	Situação
EEAB3	60	1+1	125	95	Boa

A adutora de recalque (AAB3) é em PVC, com diâmetro de 250 mm e extensão de 6.000 m. A vazão média aduzida é de aproximadamente 60 L/s e a tubulação encontra-se em bom estado.

B) Distrito de Santa Cruz da Estrela

Poços 1 e 2→Reservatórios Apoiados - Adução de Água Bruta por Recalque

As aduções de água subterrânea dos Poços 1 e 2 até os respectivos reservatórios, são efetuada pelo recalque da bomba dos poços através de uma adutora em cada, com as características apresentadas no Quadro 4.5:

QUADRO 4.5 - CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA – POÇOS

Denominação	Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Vazão (L/s)	Situação
AAB4	PVC	75	5	1,53	Boa
AAB5	PVC	50	15	1,33	Boa

4.1.1.2.3 Tratamento de Água e Disposição Final do Lodo da ETA

A) Sede

O tratamento de água é efetuado em 2 ETAs, denominadas ETA 1 e ETA 2, dispostas uma ao lado da outra, localizadas na Av. São Paulo. As duas ETAs operam juntas deste maio de 1992, sendo o tipo de tratamento denominado convencional. Atualmente a ETA 1 trata aproximadamente 100 L/s e a ETA, 107 L/s. Estima-se que a ETA 1, mais antiga, tenha perdido parte de sua capacidade de tratamento, uma vez que as ETAs são iguais, e esta opera com uma vazão menor. Ressalta-se que o sistema de operação das ETAs não é automatizado.

De acordo com informações contidas no 'Plano Diretor de Combate a Perdas de Água' (2011) e dados coletados no local, o processo de tratamento se resume a coagulação (adição de cal hidratada e cloreto férrico), floculação hidráulica (4 floculadores – 2 em cada ETA), decantação (2 unidades – 1 em cada ETA), filtração (4 unidades – 2 em cada

ETA), desinfecção com cloro e fluoretação. A reservação da água tratada é feita na própria estação (Reservatório ETA)

Dados coletados na ETA indicam que atualmente somente um sistema de limpeza dos filtros está funcionando, devido a problemas na operação do outro. Além disso, há problemas relacionados a instalações provisórias e vazamentos em diversos pontos, especialmente no sistema de fluoretação.

O tempo de funcionamento da ETA 1 é de 17/18 horas por dia, enquanto a ETA 2 opera por 12/13 horas diária. Os volumes macromedidos para o ano de 2012 estão apresentados no Quadro 4.6.

QUADRO 4.6 - VOLUME PRODUZIDO (MACROMEDIDO) NA ETA

Período	Volume Produzido (m³)
Janeiro	401.418
Fevereiro	405.400
Março	407.170
Abril	373.673
Maio	373.481
Junho	400.739
Julho	404.195
Agosto	417.937
Setembro	371.762
Outubro	378.216
Novembro	354.998
Dezembro	371.652

As ETAs não possuem sistemas de tratamento do lodo dos decantadores e floculadores, nem sistema de recirculação das águas de lavagem dos filtros, de modo que tais resíduos são lançados no Córrego Passa Quatro, a montante da captação. Não há informações sobre os volumes descartados.

As fotos 4.8 a 4.11 ilustram as unidades da ETA.



Foto 4.8 -Floculadores



Foto 4.9 -Decantadores



Foto 4.10 - Equipamentos- Lavagem dos Filtros



Foto 4.11 - Fluoretação

Toda a operação da ETA é monitorada diariamente por meio de análises químicas, em diversas etapas. A água tratada é analisada de modo a verificar se a mesma está enquadrada na Portaria MS nº 2.914 de 12/12/2011 – Federal. Análises de 13/07/2012 indicam que todos os parâmetros avaliados estão em acordo com a legislação.

B) Distrito de Santa Cruz da Estrela

A água subterrânea captada recebe como tratamento uma simples cloração, no reservatório antes da distribuição. Cada reservatório possui um dosador e um sistema para adição do cloro.

4.1.1.2.4 Reservação

A) Sede

Conforme dados fornecidos pelo GEL e presentes no ‘Plano Diretor de Combate a Perdas de Água no Sistema de Abastecimento do Município de Santa Rita do Passa Quatro’ (2011), os reservatórios existentes encontram-se apresentados no Quadro 4.7.

QUADRO 4.7 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES

Denominação	Local	Tipo	Material	Volume (m³)
Reservatório ETA	ETA	Apoiado	Concreto	1.000
Reservatório Jd. Bonanza 1	Jd. Bonanza	Apoiado	Metálico	1.000
Reservatório Jd. Bonanza 2	Jd. Bonanza	Elevado	Concreto	250
Reservatório Escola Agrícola	Escola Agrícola	Elevado	Concreto	30
Reservatório Garagem Municipal	Garagem Municipal	Elevado	Concreto	250
Reservatório Jd. Nova Sta. Rita	Jd. Nova Santa Rita	Elevado	Concreto	250
Reservatório Parque Lagoinha	Parque Lagoinha	Apoiado	Metálico	300
Reservatório Jd. Planalto	Jd. Planalto	Apoiado	Metálico	300
Total				3.380
Total - Reservatórios em Operação				2.080

A Reservação Central (ETA) é responsável por abastecer, por meio de recalque, a rede de distribuição da Zona Alta, por meio de uma adutora com diâmetro inicial de 200 mm em Cimento Amianto. Esse reservatório também abastece a Zona Baixa da cidade e o Bairro Itália, por meio de adutoras por gravidade, sendo as principais de 100 mm em PVC, e de 200 mm em Cimento Amianto. Há também, junto ao recalque da ETA, uma canalização de diâmetro igual a 50 mm, que abastece o Parque Industrial.

A Reservação Jardim Bonanza é composta por dois reservatórios, sendo que o de capacidade de 1.000 m³ encontra-se desativado. Esse reservatório é responsável pelo abastecimento do Jardim Bonanza, e do Parque Lagoinha.

O Reservatório da Escola Agrícola é alimentado diretamente pelo recalque existente na saída da ETA, e tem como função abastecer a Escola Agrícola e uma área da Zona Alta do Bairro Jardim Cinelândia.

O Reservatório Jardim Nova Santa Rita é abastecido por meio de derivação da rede de distribuição da Zona Alta, que opera por recalque da casa de bombas existente na ETA. Esse reservatório é responsável pelo abastecimento do Jardim Nova Santa Rita. O Reservatório da Garagem Municipal também é abastecido por meio de derivação da rede de distribuição da Zona Alta e abastece a região do Centro.

O Reservatório do Parque Lagoinha encontra-se atualmente desativado, porém está em boas condições de operação, podendo ser colocado em carga para auxiliar no abastecimento do Parque Lagoinha e bairros adjacentes. Atualmente, estes bairros são abastecidos pelo reservatório em operação do Jardim Bonanza.

O Reservatório Jardim Planalto recebe água tratada da rede de saída do Reservatório da ETA, de diâmetro 200 mm em PVC, e alimenta toda a rede de distribuição do Jardim Planalto.

Em geral, todos os reservatórios estão em condições aceitáveis de uso, conforme observado nas fotos 4.12 a 4.15, com representação de alguns deles.



Foto 4.12 – Reservatório ETA



Foto 4.13 – Reservatório Jardim Bonanza 1*



Foto 4.14 – Reservatório Jardim Bonanza 2*



Foto 4.15 – Reservatório Jardim Nova Santa Rita*

*Fonte: Plano Diretor de Combate a Perdas (2011)

B) Distrito de Santa Cruz da Estrela

Conforme dados fornecidos pelo GEL, os reservatórios existentes no distrito de Santa Cruz da Estrela encontram-se apresentados no Quadro 4.8.

QUADRO 4.8 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS RESERVATÓRIOS EM OPERAÇÃO

Local	Tipo	Material	Volume (m³)
Reservatório Poço 1 - 1	Apoiado	Metálico	60
Reservatório Poço 1 - 2	Semienterrado	Concreto	50
Reservatório Poço 2	Elevado	Metálico	20
Total			130

Ressalta-se que apenas o reservatório apoiado do Poço 1 está em operação, uma vez que o semienterrado funciona como reserva. Durante a visita, observou-se que o Reservatório Poço 1 - 2 apresenta diversos pontos de vazamento, ocasionando perda da água armazenada. Os demais estão em condições aceitáveis de uso.

As fotos 4.16 e 4.17 ilustram os três reservatórios apresentados.



Foto 4.16 – Reservatórios 1 e 2 – Poço 1



Foto 4.17 - Reservatório – Poço 2

4.1.1.2.5 Elevação e Adução de Água Tratada

A água tratada no sistema do Distrito de Santa Cruz da Estrela é distribuída diretamente, por gravidade, sem necessidade de adutoras e elevatórias.

O sistema produtor da Sede Municipal possui estações elevatórias de água tratada (EEATs), descritas a seguir.

A) Sede

Existem 3 elevatórias de água tratada no sistema de abastecimento de água da Sede Municipal, conforme a configuração apresentada a seguir:

- ♦ EEAT1 – Reservatório ETA → Zona Alta – situada na área da ETA, recalca para a rede de distribuição do Setor Zona Alta;
- ♦ EEAT2 – Reservatório ETA → Distrito Industrial – situada na área da ETA, recalca para a rede de distribuição do Distrito Industrial;
- ♦ EEAT3 – Reservatório ETA → Reservatório Escola Agrícola – situada na área da ETA, recalca para o reservatório da Escola Agrícola.

Essas elevatórias são do tipo poço seco, com bombas de eixo horizontal. As principais características estão apresentadas no Quadro 4.9.

QUADRO 4.9 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA

Denominação	Número de conjuntos motobomba *	Características de um conjunto moto-bomba			Idade (anos)
		Vazão (L/s) *	Potência (cv) *	AMT (m.c.a) *	
EEAT1	1+0	130	200	75	15
EEAT2	1+0	130	200	75	15
EEAT3	1+0	ND	7,5	75	20

ND: Não disponibilizado pelo GEL.

As adutoras principais de água tratada (AAT) interligam a Reservação das ETAs com os reservatórios de distribuição da cidade ou diretamente a uma rede de distribuição. A configuração das mesmas encontra-se apresentada a seguir:

- ♦ AAT 1 - adutora que interliga a EEAT1 a rede de distribuição da Zona Alta;
- ♦ AAT 2 - adutora que interliga a EEAT2 a rede de distribuição do Distrito Industrial;
- ♦ AAT 3 - adutora que interliga a EEAT3 com o Reservatório da Escola Agrícola;
- ♦ AAT 4 - adutora que interliga o Reservatório da ETA a rede de distribuição da Zona Baixa;
- ♦ AAT5 – adutora que interliga o Reservatório da ETA ao Reservatório do Jardim Planalto.

As principais características dessas adutoras estão apresentadas no Quadro 4.10.

QUADRO 4.10 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DAS ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA

Denominação	Unidade de saída	Unidade de chegada - Setor	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Material	Recalque (R) ou Gravidade (G)	Situação (boa / precária)
AAT1	Reservatório ETA	Zona Alta	200	NI	Cimento Amianto	R	Boa
AAT2	Reservatório ETA	Distrito Industrial	50	320	PVC	R	Boa
AAT3	Reservatório ETA	Reservatório Escola Agrícola	100	300	PVC	R	Boa
AAT4	Reservatório ETA	Zona Baixa	400	ND	PVC/F°F°/ Amianto	G	Precária
AAT5	Reservatório ETA	Reservatório Jd. Planalto	200	1.700	PVC	G	Boa

ND: Não disponibilizado pelo GEL.

B) Distrito de Santa Cruz da Estrela

Neste distrito não há adutoras de água tratada, de modo que a água armazenada nos reservatórios segue diretamente por gravidade a rede de distribuição.

No entanto, foram informadas quais as tubulações de saída dos reservatórios e o material das mesmas. O Quadro 4.11, a seguir, apresenta as principais características das referidas tubulações.

QUADRO 4.11 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DAS TUBULAÇÕES DE SAÍDA DOS RESERVATÓRIOS

Denominação	Unidade de saída	Unidade de chegada - Setor	Diâmetro (mm)	Material	Situação (boa / precária)
AAT6	Reservatório Apoiado Poço 1	Setor oeste do distrito	75	PVC	Boa
AAT7	Reservatório Elevado Poço 2	Setor leste do distrito	50	PVC	Boa

4.1.2 Rede de Distribuição

Com base no 'Plano Diretor de Combate a Perdas de Água' (2011) e nas informações fornecidas pelo GEL, a rede de distribuição pode ser dividida em 7 setores de abastecimento, considerando a situação atual de operação dos reservatórios existentes, e demais reservatórios instalados, porém desativados (Reservatórios Parque Lagoinha e Jardim Bonanza 2). Os setores estão apresentados no Quadro 4.12, juntamente com os bairros de abrangência.

QUADRO 4.12 - RELAÇÃO DOS SETORES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Setor	Descrição	Bairros
01	Jd. Planalto	Jd. Planalto
02	Jd. Itália/Centro	Centro (parcial), Jd. Itália, Recanto da Colina (parcial) e Distr. Industrial
03	Jd. Cinelândia	Jd. Cinelândia, Recanto da Colina (parcial) e Jd. 22 de Maio
04	Centro I	Centro (parcial)
05	Jd. Santa Rita	Jd. Flamboyant, Jd. São Luiz, Jd. Boa Vista, Jd. Alvorada, Recreio dos Bandeirantes, Jd. Primavera e Jd. Do Lago
06	Jd. Bonanza	Jd; Bonanza
07	Parque Lagoinha	Pq. Lagoinha, Jd. Lagoinha e Jd. Bela Vista

Para cada um desses setores, foram levantados dados referentes à extensão da rede e o diâmetro da tubulação de entrada em cada região. Tais informações estão apresentadas no Quadro 4.13.

QUADRO 4.13 - RELAÇÃO DOS SETORES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Setor	Descrição	Diâmetro (mm)	Extensão (m)
01	Jd. Planalto	100	9.100
02	Jd. Itália/Centro	200	34.125
03	Jd. Cinelândia	100	12.350
04	Centro I	150	11.440
05	Jd. Santa Rita	150	15.600
06	Jd. Bonanza	200	19.760
07	Parque Lagoinha	100	11.310

Estes dados foram levantados quando da elaboração do 'Plano Diretor de Combate a Perdas de Água' (2011), cuja extensão da rede era de cerca de 115 km, com uma defasagem de aproximadamente 40 km da extensão atual.

Em relação aos pontos de controle sanitário na rede de distribuição, tem-se que no distrito Sede de Santa Rita do Passa Quatro há 14 pontos monitorados semanalmente. Nestes pontos, são analisados os parâmetros: cloro, pH, turbidez, cor, flúor e contagem de bactérias heterotróficas.

Além dessas análises realizadas pela própria prefeitura, são feitas também análises mensais pelo Instituto Adolfo Lutz, nas quais são analisados os parâmetros: cor aparente, turbidez, coliformes fecais e *Escherichia coli*. Dados disponibilizados pelo GEL, referentes ao mês de outubro de 2012, indicaram que todos os parâmetros estavam satisfatórios.

4.1.3 Diagnóstico Operacional dos Sistemas de Abastecimento de Água

4.1.3.1 Mananciais de Suprimento

O Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro é atendido principalmente por manancial de superfície, o Córrego Passa Quatro, com captação de água bruta em 02 (duas) represas: Represa Passa Quatro e Represa São Valentim. Esta última é responsável por abastecer a Represa Passa Quatro nas épocas de estiagem quando há necessidade de uma complementação de vazão para atender ao Distrito Sede.

Há um sistema isolado atendido por manancial subterrâneo cuja exploração é realizada através de 2 (dois) poços profundos, responsáveis por abastecer o Distrito de Santa Cruz da Estrela.

■ Manancial superficial

Será avaliada, a seguir, a disponibilidade hídrica desse manancial através do método de regionalização de vazões do DAEE, para o ponto de captação.

A metodologia aplicada leva em conta a vazão de referência para outorga, vazão total consumida na área de drenagem da captação (usos outorgados - DAEE), bem como vazão ecológica obrigatória a ser mantida para jusante do ponto de captação.

Os dados de entrada são os seguintes:

Córrego Passa Quatro

Regionalização Hidrológica do Estado de São Paulo

Posicionar o ponto de saída da bacia hidrográfica por:

 Coordenadas Geográficas	 Coordenadas UTM
---	---

Dados de entrada:

Área da bacia hidrográfica (km ²):	132,12
Longitude do Meridiano Central:	45 °

Coordenadas Geográficas:

Latitude:	21 °	42	43,92
Longitude:	47 °	27	42,48

Resultados

Precipitação anual média (mm):	1521,8
Região hidrológica:	N
Região hidrológica (parâmetro C):	Y
Latitude:	21° 42' 43"
Longitude:	47° 27' 42"
Norte (m):	7596994,680
Este (m):	245323,165

Resultado 1: Vazão média de longo termo

Vazão média plurianual (m^3/s):	2,124
---	-------

Resultado 2: Curva de Permanência

Vazão para "P (%)" de permanência (m^3/s):

P (%)	5	10	15	20	25	30	40	50	60	70	75	80	85	90	95	100
Q (m^3/s)	5,089	4,212	3,534	3,063	2,666	2,381	1,960	1,676	1,442	1,257	1,162	1,075	0,996	0,892	0,771	0,474

Resultado 3: Volume de regularização

Volume necessário para se regularizar "Qf" com risco "R (%)" de probabilidade de não atendimento em um ano qualquer (10^6 m^3):

Vazão firme "Qf" (m^3/s):	1,062					
T (anos)	10	15	20	25	50	100
R (%) = 100 / T	10,00	6,67	5,00	4,00	2,00	1,00
Volume (10^6 m^3)	3,209	3,769	4,151	4,431	5,166	5,781
Dur. crítica (meses)	5,318	5,898	?????	?????	?????	?????

Resultado 4: Q_{7,T}

Vazão mínima anual de 7 dias consecutivos com "T" anos de período de retorno:
Q_{7,T} (m^3/s):

T (anos)	10	15	20	25	50	100
Q (m^3/s)	0,517	0,494	0,479	0,470	0,446	0,429

A vazão de referência está apresentada no Quadro 4.14.

QUADRO 4.14 – VAZÃO DE REFERÊNCIA PARA OUTORGA

Descrição	Área de Drenagem (km²)	Q7,10 (L/s)
Represa Passa Quatro	141,04	517,00

Elaboração ENGECORPS/MAUBERTEC, 2013

A expressão (1) mostra o equacionamento para a avaliação da disponibilidade hídrica por meio do cálculo do saldo disponível para outorga.

$$S = [(Q_{ref} * k_1) - Q_c] \quad (1)$$

Onde:

- ◇ S = saldo disponível para outorga, em L/s;
- ◇ $k_1 = 0,50$ (segundo Lei Estadual nº 9.034 de 27 de Dezembro de 1994);
- ◇ $Q_{ref} = Q_{7,10}$ = vazão de referência para orientar a outorga de direito de uso de recursos hídricos, em L/s;
- ◇ Q_c = vazão total consumida na área de drenagem em que a captação superficial está inserida, em L/s.

Segundo o ‘Atlas do Abastecimento Urbano de Água’, elaborado pela ANA em 2009, não foram identificados usos outorgados na área de drenagem associada à captação atual.

Com base no Quadro 4.14, e a partir da expressão (1), obteve-se o saldo disponível para outorga, conforme apresentado no Quadro 4.15.

QUADRO 4.15 – SALDOS DISPONÍVEIS PARA OUTORGA NOS PONTOS DE CAPTAÇÃO

Manancial	Q_{ref} (L/s)	$k1.Q_{ref}$ (L/s)	Q_c (L/s)	S (L/s)
Represa Passa Quatro	517,00	258,50	0,00	258,50

Elaboração ENGECORPS/MAUBERTEC, 2013

Analisando o ponto de captação na Represa Passa Quatro, verifica-se que não há consumo (Q_c) na área de drenagem, restando um saldo para outorga positivo de 258,50 L/s, o qual atende as demandas atuais (2013), de 108,5 L/s e futuras (2034), de 82,5 L/s.

▪ **Mananciais Subterrâneos**

Para avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea, foi utilizada a metodologia desenvolvida no estudo: “Atlas do Abastecimento Urbano de Água” da ANA – Agência Nacional de Águas, que leva em consideração a Reserva Ativa do aquífero disponível na área do município.

Disponibilidades Hídricas Subterrâneas com Base na Reserva Ativa (RA)

As disponibilidades hídricas subterrâneas compreendem o volume máximo que pode ser extraído dos aquíferos sem causar risco de exaustão ou provocar danos ambientais irreversíveis e, na concepção atual, devem abranger parte das reservas ativas e parte das reservas permanentes dos aquíferos.

Em estudos hidrogeológicos realizados no Brasil, a ANA (2004, 2005) assumiu que a disponibilidade hídrica subterrânea corresponde a 20% das reservas renováveis, desconsiderando a contribuição das reservas permanentes.

O método de cálculo das disponibilidades hídricas subterrâneas relativas às reservas ativas de aquíferos livres, considera a reserva ativa (Ra) como o volume de água resultante da diferença entre a vazão de escoamento de base (Qb) e a vazão mínima requerida para manutenção dos rios ($Q_{7,10}$), conforme apresentado por (Liazi et al, 2007) (Figura 4.1).

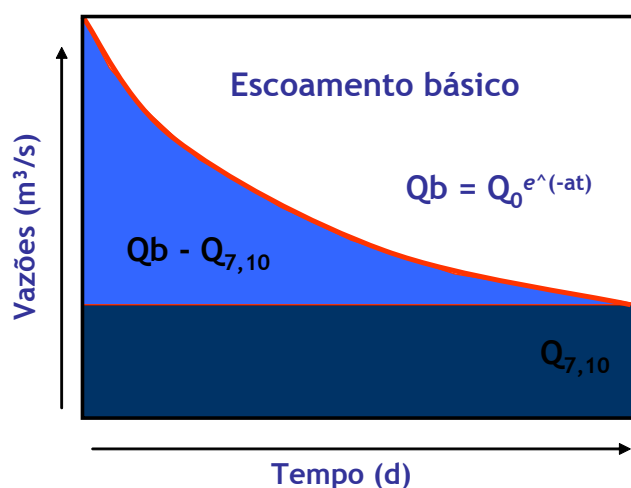


Figura 4.1 – Representação Esquemática da Hidrógrafa de Escoamento Básico, com Separação das Vazões Mínimas ($Q_{7,10}$) e Reservas Ativas ($Q_b - Q_{7,10}$)

Uma vez que as vazões mínimas de fluxo de base foram preservadas, o passo seguinte é convencionar, em termos percentuais, o quanto da Ra poderá ser disponibilizado para uso, sem prejudicar o aquífero. Para efeito de cálculo, no Estado de São Paulo, adotou-se, como vazão explotável, o percentual de 50% da Ra, de acordo com a equação a seguir:

$$VE = (0,5 * Ra) \quad (2)$$

Onde:

- ◇ VE = Vazão Explotável;
- ◇ Ra = Reserva Ativa (L/s).

Os consumos de água subterrânea na área do município foram calculados através da seguinte expressão:

$$Q_c = QDU + \text{Usos Out (3)}$$

Sendo:

- ◇ Q_c : Consumo de Água Subterrânea;
- ◇ QDU: Vazões correspondentes às demandas urbanas de água relativas às demais captações subterrâneas para abastecimento público de água situadas na sede municipal;
- ◇ Usos Outorgados = Σ das retiradas de água subterrânea situadas na sede do município, excluindo os usos para abastecimento público de água.

Com isso, a disponibilidade hídrica subterrânea, aqui denominada de VEE (Vazão Explotável Efetiva) para o município de Santa Rita do Passa Quatro, foi calculada através da seguinte equação:

$$VEE = \{(VE - Q_c)\} \quad (4)$$

Com base na equação (4), obteve-se a vazão explotável efetiva, correspondente ao saldo disponível de água subterrânea na área do município, apresentada no Quadro 4.16.

QUADRO 4.16 – VAZÃO EXPLOTÁVEL EFETIVA DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

Município	Ra (L/s)	VE (L/s)	Q_c (L/s)	VEE (L/s)
Santa Rita do Passa Quatro	1.104,71	552,36	0,00	552,36

Fonte: Atlas Abastecimento Urbano de Água, (2009).

Portanto, a vazão explotável efetiva para o município de Santa Rita do Passa Quatro atende com folga as demandas do Distrito de Santa Cruz da Estrela, correspondente a 2,47 L/s, atual (2013), e 2,00 L/s, futura (2034).

4.1.3.2 Sistemas Produtores

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

A capacidade atual do mesmo, considerando o Distrito Sede de Santa Rita do Passa Quatro, com base nas informações do ano de 2013 da Prefeitura Municipal, através do Departamento de Obras e Infraestrutura, é a seguinte:

- ◆ Vazão de captação no manancial Represa Passa Quatro – Captação 1 – 101 L/s;
- ◆ Vazão de captação no manancial Represa Passa Quatro – Captação 2 – 107 L/s;
- ◆ Vazão total de produção – 208 L/s.

Essa capacidade de produção está muito acima das demandas teóricas estabelecidas durante todo o período de planejamento (2015 a 2034). Os valores máximos, em termos de demanda máxima diária, estão em torno de 108,7 L/s. Evidentemente, as demandas, apontadas no quadro supracitado, estão referidas a um período de 24 horas de produção e foram estimadas levando-se em conta a implantação de um Programa de Redução de Perdas, que possa implicar a diminuição do valor atual de 45% até 25%, como valor idealizado para o ano de 2034, segundo o Plano Diretor de Combate a Perdas-2011 existente.

Para que se possa ter uma ideia da economia que poderá ser proporcionada pela redução de perdas, evitando-se ampliações desnecessárias em sistemas produtores, apresenta-se, no Quadro 4.17, a comparação das demandas médias diárias ao longo do período de planejamento com abordagem de dois cenários:

- ♦ **CENÁRIO 1** – com implantação de um Programa de Redução de Perdas que possa proporcionar a redução dessas perdas de 45% (em 2015) para 25% (em 2034);
- ♦ **CENÁRIO 2** – sem redução de perdas, mantendo-se o valor em 45% durante todo o período de planejamento.

QUADRO 4.17 – COMPARAÇÃO DE DEMANDAS-PERÍODOS QUINQUENAIS-2015 A 2034

Ano	Índices de Perdas (%) CENÁRIO 1	Demandas Médias Diárias (L/s) CENÁRIO 1	Índices de Perdas (%) CENÁRIO 2	Demandas Médias Diárias (L/s) CENÁRIO 2
2015	45,0	97,9	45,0	97,9
2020	39,7	89,7	45,0	98,3
2025	34,5	82,5	45,0	98,2
2030	29,2	76,1	45,0	98,0
2034	25,0	71,7	45,0	97,8

Como se verifica, caso seja implantado um Programa de Redução de Perdas e se forem seguidas, em linhas gerais, as reduções propostas, somente no ano de 2034 a economia anual em termos de volume de água produzido será de $(97,8-71,76) \times 86,4 \times 365 = 823.090 \text{ m}^3$, ou seja, cerca de 823 milhões de litros de água. Se for considerado o período completo de planejamento, a economia proporcionada poderá chegar a 2,3 bilhões de litros de água produzida. No Gráfico 4.1, encontra-se a comparação ilustrativa da evolução das demandas médias diárias ao longo do período de planejamento.

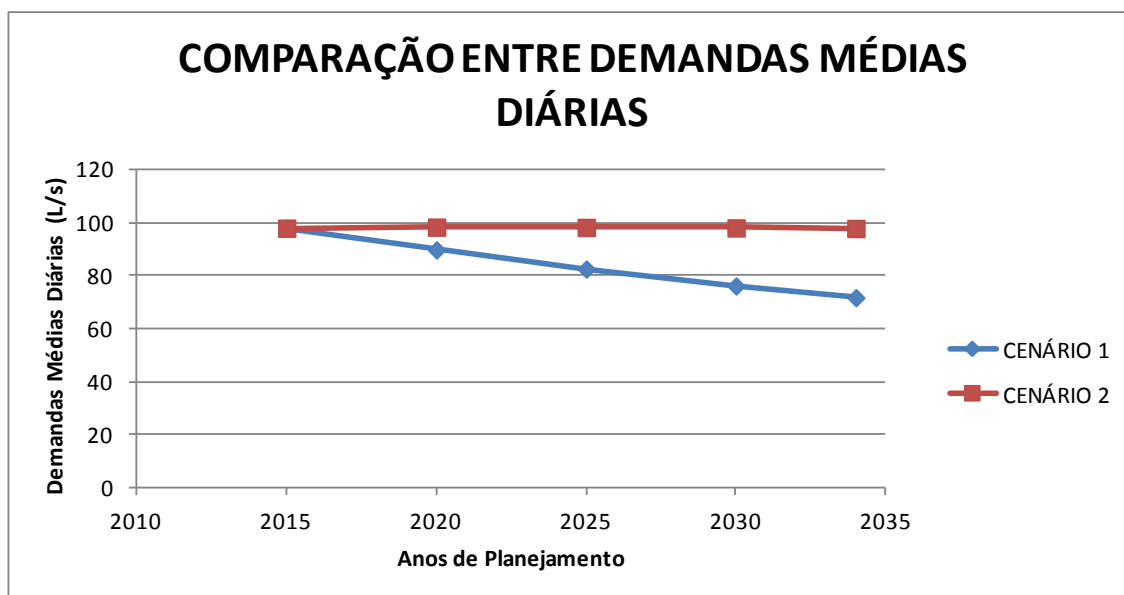


Gráfico 4.1 - Comparação de Demandas-Períodos Quinquenais - 2015 a 2034 – Distrito Sede

Evidentemente, esses valores são estimados e dependem de uma redução gradativa dos índices de perdas na distribuição, tal como planejado. Em função disso, pode haver substancial economia em investimentos e despesas de exploração do sistema de água, pois o volume produzido será bem menor para um mesmo volume consumido.

Em função desses fatores, nesse PMSB do Município de Santa Rita do Passa Quatro recomenda-se que seja implantado um Programa de Redução de Perdas, tal como será delineado nos itens subsequentes. Com isso, evitar-se-ão ampliações desnecessárias no sistema produtor.

Por outro lado, as capacidades nominais das estações de tratamento de água são de 117 L/s, operando por um período de 18 h/dia (ETA 1) e 14 h/dia (ETA 2). Atualmente, as mesmas operam com vazões médias de 100 L/s (ETA 1) e 107 L/s (ETA 2), suportando, portanto, a demanda máxima diária cujo valor máximo corresponde a 108,7 L/s, já no ano de 2015. Como há período de operação ainda não aproveitado nas ETAs, é de se esperar que o sistema produtor como um todo (captações, elevatórias e adutoras de água, e ETAs, etc.) possa ser integralmente aproveitado, eventualmente sem ampliações, apenas com reformas e adequações para melhoria operacional do sistema.

Deve-se ressaltar que nas ETAs não existe um sistema de reaproveitamento das águas de lavagem dos filtros, nem de tratamento dos despejos de lodo dos floculadores e decantadores, sendo estes resíduos descartados no Córrego Passa Quatro, a montante da captação. Também não há sistema de macromedição, para monitoramento do volume produzido com maior eficiência.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

O Sistema Produtor do Distrito de Santa Cruz da Estrela já foi descrito com maiores detalhes nos itens anteriores. A capacidade atual do mesmo, com base nas informações

do ano 2013 da Prefeitura Municipal, através do Departamento de Obras e Infraestrutura, é a seguinte:

- ♦ Vazão de captação nos poços e total de produção – 3 L/s.

Essa capacidade de produção está levemente acima das demandas teóricas estabelecidas durante todo o período de planejamento (2015 a 2034). Os valores máximos, em termos de demanda máxima diária, estão em torno de 2,34 L/. Evidentemente, as demandas, apontadas no quadro supracitado, estão referidas a um período de 24 horas de produção e foram estimadas levando-se em conta a implantação de um Programa de Redução de Perdas, que possa implicar a diminuição do valor atual de 45% até 25%, como valor idealizado para o ano de 2034, segundo o Plano Diretor de Combate a Perdas-2011 existente.

Para que se possa ter uma ideia da economia que poderá ser proporcionada pela redução de perdas, evitando-se ampliações desnecessárias em sistemas produtores, apresenta-se, no Quadro 4.18, a comparação das demandas médias diárias ao longo do período de planejamento com abordagem de dois cenários:

- ♦ **CENÁRIO 1** – com implantação de um Programa de Redução de Perdas que possa proporcionar a redução dessas perdas de 45% (em 2015) para 25% (em 2034);
- ♦ **CENÁRIO 2** – sem redução de perdas, mantendo-se o valor em 45% durante todo o período de planejamento.

QUADRO 4.18 – COMPARAÇÃO DE DEMANDAS-PERÍODOS QUINQUENAIS-2015 A 2034

Ano	Índices de Perdas (%) CENÁRIO 1	Demandas Médias Diárias (L/s) CENÁRIO 1	Índices de Perdas (%) CENÁRIO 2	Demandas Médias Diárias (L/s) CENÁRIO 2
2015	45,0	2,25	45,0	2,25
2020	39,7	2,09	45,0	2,29
2025	34,5	1,95	45,0	2,32
2030	29,2	1,83	45,0	2,35
2034	25,0	1,74	45,0	2,37

Como se verifica, caso seja implantado um Programa de Redução de Perdas e se forem seguidas, em linhas gerais, as reduções propostas, somente no ano de 2034 a economia anual em termos de volume de água produzido será de $(2,37-1,74) \times 86,4 \times 365 = 19.868 \text{ m}^3$, ou seja, cerca de 20 milhões de litros de água. Se for considerado o período completo de planejamento, a economia proporcionada poderá chegar a 54 milhões de litros de água produzida. No Gráfico 4.2, encontra-se a comparação ilustrativa da evolução das demandas médias diárias ao longo do período de planejamento.

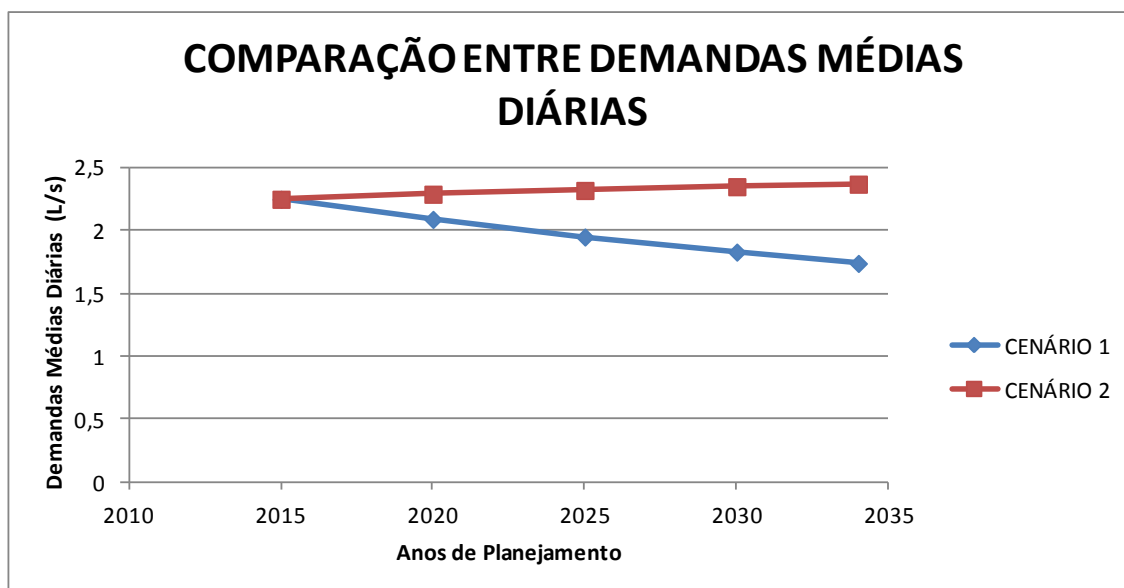


Gráfico 4.2 - Comparação de Demandas - Períodos Quinquenais - 2015 a 2034 – Distrito de Santa Cruz da Estrela

Conforme já constatados, esses valores são estimados e dependem de uma redução gradativa dos índices de perdas na distribuição, segundo planejado. Portanto, pode ocorrer significativa economia em investimentos e despesas de exploração do sistema de água, pois o volume produzido será menor para um mesmo volume consumido.

Em função desses fatores, reforça-se nesse PMSB do Município de Santa Rita do Passa Quatro a recomendação para que seja implantado um Programa de Redução de Perdas, tal como será delineado nos itens subsequentes desse PMSB. Com isso, evitar-se-ão ampliações desnecessárias no sistema produtor.

Por outro lado, considerando-se o quadro de demandas estabelecido ao longo do horizonte de planejamento, verifica-se que a demanda máxima diária assume o valor máximo de 2,49 L/s, já no ano de 2015, o que poderia ser perfeitamente suportado pelo sistema atual. Como a captação nos poços é feita manualmente em função do tempo de preenchimento dos reservatórios, ou seja, há um responsável no distrito por ligar e desligar a bomba de cada poço conforme o preenchimento do respectivo reservatório seja satisfatório ao longo do dia, operam-se os mesmos por um período de pelo menos 12 horas/dia, de modo a se esperar que o sistema produtor como um todo possa ser integralmente aproveitado, eventualmente com ampliações, e com reformas e adequações para melhoria operacional do sistema. Ressalta-se que o período máximo de captação nos poços será de 18 horas/dia, em função de garantir um tempo de recarga ao manancial.

Ressalta-se que não há sistema de macromedição no distrito, sem controle real do volume produzido.

4.1.3.3 *Sistemas de Reservação*

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

A capacidade atual do Sistema de Reservação do Distrito Sede, constituído de 6 centros de reservação em operação, é de 2.080 m³. A maior capacidade de reservação está situada na ETA, com existência de um reservatório de concreto, apoiado, com volume de 1.000 m³. Os demais reservatórios estão alocados em diversos pontos do Distrito Sede, com volumes variando de 30 a 300 m³. O Sistema possui, ainda, dois reservatórios desativados, com volumes de 1.000 e 300 m³, respectivamente, denominados Reservatório Jd. Bonanza 1 e Reservatório Parque Lagoinha.

Os volumes de reservação necessários para o Distrito Sede, variam entre 3.131 m³ (ano 2015) e 2.376 m³ (ano 2034). Portanto, já não há suficiência de reservação para o primeiro ano de planejamento. Uma vez que o sistema possui dois reservatórios desativados, em boas condições de uso, é de se esperar que o sistema de reservação atual possa ser aproveitado como um todo, eventualmente, sem ampliações, apenas com reformas e adequações para melhoria operacional do mesmo.

Deve-se ressaltar que os volumes de reservação necessários são calculados como um terço da demanda máxima diária e, como as demandas deverão ser decrescentes até o final do plano, em função da implementação de um Programa de Redução de Perdas, os volumes de reservação também serão decrescentes⁴.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

A capacidade atual do Sistema de Reservação do Distrito de Santa Cruz da Estrela, constituído de 2 centros de reservação em operação, é de 80 m³. A maior capacidade de reservação está situada próxima ao Poço 1, com existência de um reservatório metálico, apoiado, com volume de 60 m³. Outro reservatório está alocado próximo ao Poço 2, sendo metálico e elevado, com volume 20 m³. O Sistema ainda possui um reservatório próximo ao Poço 1, com volume de 50 m³, desativado em função de más condições de conservação.

Os volumes de reservação necessários para o Distrito de Santa Cruz da Estrela variam entre 72 m³ (ano 2015) e 58 m³ (ano 2034). Portanto, há suficiência de reservação até o horizonte de planejamento, do início ao final do plano.

4.1.3.4 *Sistemas de Elevação/Adução de Água Tratada*

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

Existem três estações elevatórias de água tratada no sistema de adução tanto aos reservatórios quanto diretamente à rede de distribuição de determinado setor, duas com

⁴ Nota – Na impossibilidade de se obterem as curvas de consumo, conforme as prescrições contidas nas normas ABNT NBR 12.217/94 e NBR 12.218/94, que estabelecem os critérios de volume a ser reservado, adotou-se, como regra prática usual, 33% da demanda do dia de maior consumo.

considerável vazão de operação e potência. Todas são dotadas de bomba horizontal. As principais características dessas elevatórias e das respectivas linhas adutoras já foram apresentadas nos itens anteriores.

Nenhuma das elevatórias é dotada de conjuntos motobombas reservas, operando com apenas um conjunto e com vazões semelhantes (130 L/s), exceto a EEAT3 cuja vazão não foi disponibilizada. Esta última opera com baixa potência, com maior idade de instalação (20 anos).

Não foram fornecidas maiores informações a respeito dessas elevatórias, inclusive a suficiência de bombeamento aos respectivos reservatórios. Com o fornecimento de maiores dados acerca das mesmas, poderão ser efetuadas as devidas análises para verificação da necessidade de eventuais ampliações ou reformas e adequações diversas nas mesmas.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

A água tratada no sistema do Distrito de Santa Cruz da Estrela é distribuída diretamente, por gravidade, sem necessidade de adutoras e elevatórias.

4.1.3.5 Rede de Distribuição

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

A rede de distribuição de água apresenta, atualmente, uma extensão de cerca de 158 km, com predominância de tubulação em PVC. Não foram apontados pelo GEL (Grupo Executivo Local) problemas operacionais com a mesma, como vazamentos e rompimentos.

Ressalta-se que não há cadastro completo e atualizado do sistema de abastecimento de água da Sede, o mesmo de extrema importância ao município, de modo que a sua elaboração é recomendada nesse PMSB, a ser mais bem delineada nos produtos subsequentes.

O índice de Perdas na Distribuição, tal como estimado no Plano Diretor de Perdas-2011, apresenta valor em torno de 45%, em consonância com o informado pela Prefeitura, de cerca de 50%, que pode ser considerado elevado. Portanto, com esse elevado índice e para que se evitem ampliações desnecessárias no Sistema Produtor, é recomendável a implantação de um Programa de Redução de Perdas, com intervenções que abranjam a nova setorização da rede, substituição de trechos de redes, troca de hidrômetros e ramais, etc., e a implementação de uma gestão comercial eficaz, que permita melhor eficiência no sistema de micromedição.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

No Distrito de Santa Cruz da Estrela, a rede de distribuição de água apresenta, atualmente, uma extensão de cerca de 6,0 km, também predominando tubos de PVC.

Ressalta-se que também não há cadastro completo e atualizado do sistema de abastecimento de água do distrito, o mesmo de extrema importância ao município, de modo que a sua elaboração é recomendada nesse PMSB.

Adotou-se o mesmo percentual de Índice de Perdas na Distribuição para o Distrito Sede e Distrito de Santa Cruz da Estrela, cujo valor corresponde a 45%, conforme supracitado. Dessa forma, o Programa de Redução de Perdas deve abranger para este distrito as mesmas ações identificadas para o Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (possível setorização da rede, substituição de trechos de redes, troca de hidrômetros e ramais, etc., e a implementação de uma gestão comercial eficaz).

4.1.3.6 Principais Problemas e Estado de Conservação das Unidades dos Sistemas de Abastecimento de Água

Os principais problemas verificados no Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro encontram-se resumidos a seguir. Deve-se ressaltar que novos dados deverão ser obtidos para a complementação das informações sobre os sistemas.

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

SISTEMA PRODUTOR

- ♦ Captação 1, EEAB1 e AAB1: manancial não protegido (Represa Passa Quatro), com visível sinal de assoreamento; há informações a respeito de análises de água bruta, com base em análises rotineiras; há canal de tomada e poço de sucção na EEAB1; há conjunto motobomba reserva, e ambos conjuntos estão em bom estado de conservação; inexistência de automação; adutora de água bruta (AAB1) encontra-se em estado precário, com vazamentos e rompimentos constantes;
- ♦ Captação 2, EEAB2 e AAB2: manancial não protegido (Represa Passa Quatro), com visível sinal de assoreamento; há informações a respeito de análises de água bruta, com base em análises rotineiras; há canal de tomada e poço de sucção na EEAB2; inexistência de conjunto motobomba reserva; inexistência de automação; adutora de água bruta (AAB2) encontra-se em estado precário, com vazamentos e rompimentos constantes;
- ♦ Captação Represa São Valentim: manancial não protegido, com captação em propriedade particular; há conjunto motobomba reserva; adutora de água bruta (AAB3) em bom estado de conservação; sistema utilizado somente quando da necessidade de complementar a vazão captada na Represa Passa Quatro em épocas de estiagem;

- ♦ ETA 1 e ETA 2: são do tipo convencional, com capacidade nominal de 117 L/s, operando com vazão média de 100 L/s, por um período de 18 horas diárias e de 107 L/s, por um período de 14 horas diárias, respectivamente; não possuem sistema de reaproveitamento das águas de lavagem dos filtros nem sistema de tratamento do lodo gerado nos decantadores e floculadores, sendo esses resíduos descartados no Córrego Passa Quatro a montante da captação; estima-se que a ETA 1 perdeu capacidade de operação desde o início de funcionamento, pois esta é idêntica a ETA 2, que opera com maior vazão; ETAs em más condições de conservação, com problemas relacionados a instalações provisórias, vazamentos em diversas etapas, com destaque ao sistema de fluoretação; paralisação de um dos sistemas de lavagem dos filtros por longo período, sem perspectiva de manutenção; não há sistema de macromedição.

SISTEMA DE RESERVAÇÃO/ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA

- ♦ Volume de reservação total: insuficiente durante todo o período de planejamento;
- ♦ Reservação setorial: há necessidade de identificação de possíveis déficits setoriais, para rearranjo do sistema de distribuição e implementação de um Programa de Redução de Perdas;
- ♦ Estado de conservação dos centros de reservação: todos os reservatórios estão em boas condições de uso;
- ♦ Elevação e adução de água tratada: nenhuma das elevatórias possui conjunto motobomba reserva; inexistência de automação; falta de informações sobre a capacidade da EEAT3; todas as elevatórias estão em bom estado de conservação, assim como as respectivas linhas adutoras (AAT1 a AAT3); há problemas operacionais com a AAT4, pois apresenta trechos em amianto, com diversos vazamentos; AAT5 em boas condições de uso.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

- ♦ Rede de distribuição com mais de 15 anos, sem informações sobre problemas operacionais nas mesmas; há controle de pontos sanitários, em um total de 14; não há cadastro completo e atualizado da rede de abastecimento de água;
- ♦ Há necessidade de se efetuar/analisar a setorização na rede, com possível estabelecimento de novos setores de medição, concomitantemente à implementação de um Programa de Redução de Perdas, que esteja relacionado com a substituição de redes, troca de hidrômetros e ramais e com implantação de uma gestão comercial eficaz do sistema de micromedição/faturamento.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

SISTEMA PRODUTOR

- ◆ Poços profundos: apresentam baixa vazão de captação (total de 3 L/s), funcionando em função do preenchimento dos reservatórios; operação manual; última análise da qualidade da água bruta feita em 2010; há adição de cloro, nos reservatórios antes da distribuição; os dois poços possuem cadastro no DAEE e outorga de captação; os poços estão em bom estado de conservação; não há sistema de macromedição.

SISTEMA DE RESERVAÇÃO/ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA

- ◆ Volume de reservação total: suficiente durante todo o período de planejamento;
- ◆ Estado de conservação do centro de reservação: os reservatórios Poço 1 – 1 e Poço 2 estão em bom estado de conservação, porém o Reservatório Poço 1 -2 apresenta diversos vazamentos.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

- ◆ Rede de distribuição está em bom estado de conservação, sem problemas apontados pela Prefeitura; não há controle de pontos sanitários; não há cadastro completo e atualizado da rede de abastecimento de água;
- ◆ Há necessidade de se efetuar/analisar setorização na rede, com estabelecimento de setores de medição, concomitantemente à implementação de um Programa de Redução de Perdas, que esteja relacionado com a substituição de redes, troca de hidrômetros e ramais e com implantação de uma gestão comercial eficaz do sistema de micromedição/faturamento.

4.1.3.7 Análise Operacional dos Serviços de Água com Base em um Sistema de Indicadores

Para análise e avaliação da prestação atual dos serviços de abastecimento de água, adotaram-se alguns indicadores constantes do Glossário de Informações de Água e Esgotos do Ministério das Cidades, considerados mais apropriados para essa avaliação em questão.

Indicadores Operacionais – Água

IN₀₀₉ – Índice de Hidrometração - %

Quantidade de Ligações Ativas de Água Micromedidas

Quantidade de Ligações Ativas de Água

IN₀₂₀ – Extensão de Rede de Água por Ligação – m/ligação

Extensão da Rede de Água

Quantidade de Ligações Totais de Água

IN₀₂₂ – Consumo Médio Per Capita de Água – L/hab.dia

Volume de Água Consumido – Volume de Água Tratada Exportado

População Total Atendida com Abastecimento de Água

IN₀₂₃ – Índice de Atendimento Urbano de Água - %

População Urbana Atendida com Abastecimento de Água

População Urbana do Município Atendida com Abastecimento de Água

IN₀₂₈ – Índice de Faturamento de Água – %

Volume de Água Faturado

Volume de Água (Produzido + Tratado Importado – de Serviço)

IN₀₄₉ – Índice de Perdas na Distribuição - %

Volume de Água (Produzido+Tratado Importado – de Serviço) – Volume de Água Consumido Volume de Água (Produzido + Tratado Importado – de Serviço)⁵

IN₀₅₁ – Índice de Perdas por Ligação – l/ligação.dia

Volume de Água (Produzido+Tratado Importado – de Serviço) – Volume de Água Consumido

Quantidade de Ligações Ativas de Água

IN₀₅₅ – Índice de Atendimento Total de Água - %

População Total Atendida com Abastecimento de Água

População Total do Município Atendida com Abastecimento de Água

No Quadro 4.19 encontram-se reproduzidos os valores desses indicadores para a situação de 2010, conforme informações constantes do SNIS do Ministério das Cidades:

QUADRO 4.19 - VALORES DE ALGUNS INDICADORES OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SNIS 2010 – SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Indicador	Unidade	Valor
IN ₀₀₉ – Índice de Hidrometração	%	100,00
IN ₀₂₀ – Extensão de Rede de Água por Ligação	m/ligação	14,10
IN ₀₂₂ – Consumo Médio Per Capita de Água	L/hab.dia	551,80*
IN ₀₂₃ – Índice de Atendimento Urbano de Água	%	100,00
IN ₀₂₈ – Índice de Faturamento de Água – %	%	92,00
IN ₀₄₉ – Índice de Perdas na Distribuição	%	8,00*
IN ₀₅₁ – Índice de Perdas por Ligação	L/ligação.dia	120,26*
IN ₀₅₅ – Índice de Atendimento Total de Água	%	89,90

A análise dos indicadores supracitados permite concluir que se trata de um sistema que apresenta valores adequados e outros não conformes, segundo apresentado a seguir:

- ♦ o índice de hidrometração (IN₀₀₉ = 100,00%) é elevado, atingindo a totalidade das residências; no entanto, não se pode garantir uma medição adequada nos volumes

⁵ Notas

1 – Por definição, o volume de água consumido não deve ser confundido com o volume de água faturado; o volume consumido compreende o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com o hidrômetro parado e o volume de água tratada exportado;

2 – O volume de água micromedido compreende o volume anual medido pelos hidrômetros instalados nos ramais prediais.

consumidos, uma vez que esse indicador não está referido a certas condições não conformes, quais sejam, hidrômetros parados ou com incapacidade de medição do consumo de forma o mais precisa possível;

- ♦ a extensão de rede por ligação ($IN_{020} = 14,10$ m/ligação) é um pouco elevada, indicando atendimento, em média, a construções com largura maior dos lotes ou distâncias maiores entre as áreas de atendimento, implicando maiores custos para implantação de redes;
- ♦ o consumo de água per capita ($IN_{022} = 551,80$ L/hab.dia) é muito elevado e não condiz com informações mais recentes fornecidas pela Prefeitura (2013), que apontam um índice de cerca de 220 L/s, valor também elevado, porém mais coerente e usado como base para realizar a previsão de demandas;
- ♦ o índice de atendimento urbano de água é elevado ($IN_{023} = 100\%$), abrangendo a totalidade da população urbana do município, ou seja, há universalização dos serviços de abastecimento de água;
- ♦ o índice de faturamento de água é elevado ($IN_{028} = 92,00\%$) e não é coerente com o alto índice de perdas na distribuição informado pela Prefeitura (50%) ou estimado no Plano Diretor de Perdas-2011 (45%); deve-se salientar que o índice de faturamento é sempre superior ao volume consumido (micromedido ou não), uma vez que são cobrados consumos mínimos não necessariamente atingidos pelos usuários;
- ♦ o índice de perdas na distribuição é muito baixo ($IN_{049} = 8,00\%$), e não está coerente com o alto índice informado pela Prefeitura (50%) ou estimado no Plano Diretor de Perdas-2011 (45%); deve-se salientar que esse índice informado pelo SNIS-2010 não é comum para sistemas de abastecimento de água no Brasil e certamente está incorreto;
- ♦ como consequência, quando se exprimem as perdas por ligação, o valor encontrado também é muito baixo ($IN_{051} = 120,26$ L/ligação.dia), uma vez que é inferior a 200L/ligação.dia, considerado limite de adequação do indicador, e certamente está incorreto;
- ♦ o índice de atendimento de água não é elevado ($IN_{055} = 89,90\%$), podendo esse índice de atendimento ser considerado baixo, em função do não abastecimento pela rede pública a populações situadas no entorno da área mais central de Santa Rita do Passa Quatro.

Pode-se chegar à conclusão de que o sistema de água apresenta informações conflitantes entre as informações do SNIS 2010 e as informações da Prefeitura (ano 2013), principalmente aquelas indicadas com o sinal de asterisco no quadro acima, o que não permite uma avaliação mais precisa dos indicadores principais do sistema de abastecimento de água.

4.1.4 Diagnóstico dos Serviços de Esgotos Sanitários

4.1.4.1 Características Gerais

As características gerais do sistema, conforme dados coletados na prefeitura através do GEL (Grupo Executivo Local) em Fevereiro e Março de 2013 ou dados constantes dos projetos existentes, encontram-se apresentados a seguir:

- ◆ Índice de Atendimento Urbano de Esgoto 100% (SNIS 2010);
- ◆ Índice de Tratamento de Esgotos 50% (SNIS 2010);
- ◆ Quantidade de Ligações Ativas de Esgoto..... 9.590 ligações (SNIS 2010);
- ◆ Quantidade de Economias Ativas de Esgoto 9.590 economias (SNIS 2010);
- ◆ Extensão de Rede de Esgoto..... 122 Km (Prefeitura 2013);
- ◆ Volume Anual Coletado Total..... 3.911.000 m³ (Prefeitura 2011);
- ◆ Volume Anual Tratado Total..... 1.955.000 m³ (Prefeitura 2011);
- ◆ Vazão média de esgoto tratado ETE Córrego Marinho.....83 L/s (Prefeitura 2013).

Atualmente, o Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Rita do Passa Quatro, operado pelo Departamento de Obras e Infraestrutura da própria prefeitura, conta com uma estação de tratamento de esgoto em operação, com capacidade nominal de 53 L/s, segundo a Licença de Operação da CETESB, responsável pelo tratamento de 53% do esgoto coletado na Sede Municipal.

Encontra-se em andamento, já com licença prévia e de instalação na CETESB, a implantação de uma nova ETE (ETE Capituva), que tratará os 47% de esgotos restantes. A capacidade nominal da estação, segundo a Licença Prévia e de Instalação é de 28 L/s.

O Distrito de Santa Cruz da Estrela possui 100% de rede de coleta, porém não há tratamento, sendo todo o volume coletado lançado diretamente em córrego (sem nome) que corta a região.

Em relação à área rural e ao bairro de Albinópolis, as soluções são individualizadas, predominando o tratamento em fossas sépticas.

A Ilustração 6.2, inserida no Capítulo 6, apresenta as localizações das unidades componentes do sistema.

4.1.4.2 Sistema de Esgotamento

O município de Santa Rita do Passa Quatro possui dois sistemas de esgotamento sanitário independentes na sua Sede e um sistema no Distrito de Santa Cruz da Estrela.

Os dois sistemas existentes na Sede são: a Bacia Córrego Marinho, com ETE em operação, e a Bacia Ribeirão Capituva, com ETE e demais unidades em processo de implantação.

A porcentagem de atendimento por coleta do Sistema Córrego Marinho e do Sistema Ribeirão Capituva é de aproximadamente 53% e 42%, respectivamente.

A) Sistema de Esgotamento Córrego Marinho

Este sistema situa-se na porção Leste do município, abrangendo os bairros: Jardim Planalto, Jardim Itália, Jardim Cinelândia, Recanto da Colina, Distrito Industrial, Jardim 22 de Maio, Jardim Bonanza (parcial) e Centro (parcial).

O interceptor é de manilha com diâmetro inicial de 150 mm, chegando à ETE com um diâmetro de 400 mm, em PVC, compondo extensão total de aproximadamente 5 km.

Estima-se que há apenas dois coletores troncos, localizados em ambos os sentidos da Av. Augusto Zorzi, com extensões aproximadas de 1.200 m e 600 m. Em geral, os coletores são de manilha com diâmetros de 200 mm e 300 mm. Recentemente foi substituído um trecho do coletor, devido ao seu estado precário, cuja rede do novo trecho é de PVC com diâmetro de 400 mm e extensão aproximada de 400 m.

Ressalta-se que a maior parte da rede coletora de esgoto existente é de manilha com diâmetros de 150 mm e 250 mm. As mesmas estão em estado precário devido ao material e a idade em operação, apresentando diversos problemas como entupimentos e vazamentos.

B) Sistema de Esgotamento Ribeirão Capituva

Este sistema situa-se na porção Oeste do município, abrangendo os bairros: Jardim Bonanza (parcial), Centro (parcial), Parque Lagoinha, Jardim Lagoinha, Jardim Flamboyant, Jardim Boa Vista, Jardim São Luiz, Recreio dos Bandeirantes, Jardim Alvorada, Jardim Santa Rita, e os demais localizados na região oeste.

Segundo informações do GEL, no bairro Parque Lagoinha há um pequeno trecho, de cerca de 3 quarteirões, que não possui rede coletora, assim como no Jardim Flamboyant e no Recreio dos Bandeirantes, este último ocupado apenas por chácaras dispersas.

Atualmente, o sistema da bacia Ribeirão Capituva encontra-se em implantação, com licença de instalação junto a CETESB. O sistema conta com a rede coletora, porém está incompleto e lança todo o volume coletado no Ribeirão Capituva.

C) Distrito Santa Cruz da Estrela

A rede coletora do distrito de Santa Cruz da Estrela é constituída em sua totalidade por manilhas, que, segundo informações do GEL, encontra-se em péssimas condições.

Todo o esgoto coletado é lançado sem tratamento no córrego que corta a região (sem nome). A Foto 4.18 a seguir ilustra o ponto de lançamento.



Foto 4.18 – Lançamento de esgoto *in natura*

4.1.4.3 Estações Elevatórias e Linhas de Recalque

Segundo informações do GEL, o município não possui nenhuma estação elevatória de esgoto em operação.

Ressalta-se que na bacia de esgotamento do Ribeirão Capituva, no Bairro Jardim São Luiz, devido ao desnível desfavorável na Av. José Ribeiro de Oliveira, foi instalado em um dos PVs um conjunto motobomba responsável por recalcar o esgoto até o PV da Rua João Pavani, a fim de que o mesmo siga por gravidade na rede. A linha de recalque possui diâmetro de 50 mm e comprimento de aproximadamente 800 m

4.1.4.4 Tratamento de Esgotos

O Município conta com uma estação de tratamento de esgoto (ETE Córrego Marinho), em operação há 4 anos, com capacidade nominal total de cerca de 53 L/s. Há também um projeto de implantação de uma nova ETE (ETE Capituva).

Sistema da Bacia Córrego Marinho

Segundo dados do GEL, a ETE Córrego Marinho opera com uma vazão média de 83 L/s, sendo o tratamento composto pelas seguintes unidades:

- ♦ Medidor de vazão (Calha Parshall) na entrada da ETE;
- ♦ Tratamento preliminar (gradeamento);
- ♦ Lagoa Aerada (aeradores eletromecânicos);
- ♦ Lagoa de Sedimentação;
- ♦ Lagoa de Maturação.

A ETE tem como corpo receptor do efluente tratado o Córrego Marinho, sem outorga de lançamento.

A prefeitura possui contrato com empresa especializada responsável pela coleta, transporte e disposição final de resíduos de lodo, areia e gradeamento da ETE Córrego Marinho, tendo como destino final a CGR Guataparã, localizada na Rodovia Deputado Cunha Bueno, SP 253, Km 183 – Guataparã/SP. Além disso, está vigente junto a CETESB o Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, que garante o transporte legal dos resíduos gerados na estação de tratamento.

Vale ressaltar que devido a pouca idade em operação da ETE ainda não houve retirada de lodo. As fotos 4.19 a 4.24 ilustram as unidades da ETE.



Foto 4.19 - Vista Geral da ETE



Foto 4.20 - Tratamento Preliminar



Foto 4.21 - Lagoa Aerada



Foto 4.22 - Lagoa de Sedimentação



Foto 4.23 - Vista Geral da ETE



Foto 4.24 - Lançamento Efluente Tratado

Segundo análises efetuadas pela CETESB do esgoto bruto e do esgoto tratado em 11/06/2012 da ETE Córrego Marinho, pode-se verificar uma redução (em termos de Demanda Bioquímica de Oxigênio – $DBO_{5,20}$) de 72%.

Resultado: $DBO_{5,20}$ – esgoto bruto = 375 mgO_2/L ;

$DBO_{5,20}$ – esgoto tratado = 103 mgO_2/L ;

DQO – esgoto bruto = 740 mgO_2/L ;

DQO – esgoto tratado = 276 mgO_2/L .

Apesar de a redução ser maior que 70%, o valor ainda está em desacordo com a legislação estadual em termos de padrão de emissão estadual (Decreto 8468/76). Isso provavelmente se deve pela vazão média de operação ser maior que a capacidade nominal da ETE (53 L/s), de modo que o tratamento não é efetivo.

Análises mais recentes de 30/11/2012, realizadas por laboratório contratado pela prefeitura, obtiveram os resultados apresentados no Quadro 4.20 para amostras na entrada e na saída da ETE (esgoto bruto e esgoto tratado):

QUADRO 4.20 - RESULTADOS DAS ANÁLISES DO ESGOTO BRUTO E TRATADO 30/11/2012

Parâmetros	Resultado – Esgoto Bruto	Resultado – Esgoto Tratado
Oxigênio Dissolvido	< LQ	< LQ
DBO	297 mg/L O ₂	72 mg/L O ₂
DQO	532 mg/L O ₂	198 mg/L O ₂
pH	6,5	7,0
Temperatura	31,0°C	32,0°C
Resíduos Sedimentáveis	1,5 ml/L	0,2 ml/L

Apenas o parâmetro DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) apresentou-se em desacordo com os limites do Decreto Estadual 8468/76 – Artigo 18 (limite de 60 mgO₂/L).

4.1.4.5 Sistema de Esgotamento Sanitário Projetado

Elaboração de Projetos Executivos de Sistemas de Afastamento e Tratamento de Esgotos – Programa Água Limpa – DAEE – TCRE Engenharia Ltda. – 2010

O documento teve como objetivo apresentar o Projeto de Engenharia da Implantação do Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgoto Sanitário do Município de Santa Rita do Passa Quatro, Subsistema Capituva, para o qual foram dimensionados: o Coletor Tronco – CT Capituva, a Estação Elevatória de Esgoto (EEE), a Linha de Recalque (LR) e a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

O estudo identificou a necessidade da implantação das seguintes unidades, apresentadas no Quadro 4.21, para complementação e operação do Sistema Capituva:

QUADRO 4.21 - UNIDADES DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO BACIA RIBEIRÃO CAPITUVA A SEREM IMPLANTADOS

Unidade	Descrição	Extensão (m)	DN (mm)	Material
Coletor Tronco	Coleta o efluente da rede coletora existente e o direciona para a EEE - 01	1.058,59	400	EA-2
LR-01 (Linha de Recalque, Trecho 01)	Recalca o efluente da EEE – 01 para a ETE	239,88	250	F°F° – PN-10
Estação Elevatória de Esgoto – EEE - 01	Coleta o efluente provindo do CT e direciona a ETE Q _{bombas} = 80 L/s Nº de bombas = 1 + 1 Altura Manométrica = 28,57 m Desnível Geométrico = 23,30 m	-	-	-
Emissário	Lança o efluente da ETE no Ribeirão Capituva	159,97	400	EA-2

Fonte: TCRE Engenharia Ltda, 2010.

O coletor tronco previsto no projeto iniciará sua coleta logo após a confluência dos córregos Rangel e Capituva, próximo ao limite do Sítio Figueira Branca, localizado na Estrada Municipal, e seguirá por esta estrada até a área de implantação da ETE. Ele será composto por um total de 24 PVs, e como apresentado acima, será de 400 mm de diâmetro em Concreto Armado do tipo 2.

Em relação à EEE, o sistema projetado prevê o uso de duas bombas centrífugas (1+1) de eixo horizontal, com rotor aberto, autoeskorvantes e rotação contínua. Foi previsto gradeamento do tipo cesto. Receberá os efluentes a partir do PV-24 de coordenadas N=7.596.900,55 e E=240.565,34, que também será usado como *by-pass* da estação elevatória.

A linha de recalque, com início na saída da EEE, foi projetada com uma extensão de 240 m, com 250 mm de diâmetro em F°F°.

Em relação à Estação de Tratamento de Esgoto, a mesma será composta de:

- ♦ Tratamento preliminar (gradeamento);
- ♦ Caixa de areia;
- ♦ Medidor de vazão (Calha Parshall);
- ♦ Lagoa Aerada com Nitrificação;
- ♦ Lagoa de Decantação com Sistema de Remoção do Lodo;
- ♦ Tratamento físico químico complementar, para implantação futura, para remoção de fósforo;
- ♦ Desinfecção com cloro;
- ♦ Desaguamento de lodo removido da lagoa de decantação através de leitos de secagem.

A lagoa aerada foi projetada para armazenar um volume de 11.200 m³, com profundidade útil de 4,0 m, e a de decantação com volume de 5.456 m³ e profundidade útil também de 4,0 m.

O efluente tratado será lançado no Ribeirão Capituva, através do emissário final, projetado com extensão de 157 m, em Concreto Armado tipo 2 e 400 mm de diâmetro. Este emissário terá início na saída do tanque de contato.

O projeto apresenta por fim todas as especificações técnicas relacionadas às instalações, assim como um orçamento estimado para a implantação do sistema de esgotamento. O investimento total previsto é de R\$ 4.627.366,76, ano base 2010.

4.1.5 Diagnóstico Operacional dos Sistemas de Esgotos Sanitários

4.1.5.1 Sistemas de Coleta e Encaminhamento

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

O Sistema de coleta e encaminhamento do Distrito Sede é composto por duas bacias de esgotamento (Córrego Marinho e Ribeirão Capituva), com rede coletora (cerca de 122 km), dois coletores troncos, um interceptor, sem estações elevatórias. O índice de coleta de esgotos é de 89,70% (referido à população total do município) atendendo principalmente à área central do Distrito Sede, e o índice de atendimento urbano é de 100%. Ressalta-se que foi informado pelo GEL, há presença de uma pequena área não atendida por rede coletora de esgoto, de modo que a porcentagem de 100% (dado pelo SNIS 2010), não condiz com a situação atual.

Cerca de 53% de todo o esgoto coletado na área urbana da Sede é encaminhado a ETE Córrego Marinho, onde se realiza o tratamento. O restando coletado é lançado “in natura” no Ribeirão Capituva, com diversos pontos de lançamento.

A descrição do sistema de coleta e encaminhamento já foi apresentada com maiores detalhes no item 4.1.1 anterior.

Em relação à rede coletora, aos coletores troncos e ao interceptor, os mesmos são constituídos em manilha, com diâmetros de 150 e 250 mm, e estão em estado precário de conservação, devido ao material e idade avançada em operação, apresentando constantes problemas como entupimentos e vazamentos.

Apesar de não haver uma estação elevatória, o GEL afirmou que foi instalado um conjunto motobomba em um dos PVs no Bairro Jardim São Luiz (Sistema de Esgotamento Ribeirão Capituva), responsável por recalcar esgoto até PV da Rua João Pavani. Essa instalação indica um local com desnível desfavorável ao esgotamento por gravidade, exigindo estudos detalhados a fim de avaliar soluções definitivas ao sistema.

No caso do Sistema de Esgotamento Ribeirão Capituva, há projeto existente, Projetos Executivos de Sistemas de Afastamento e Tratamento de Esgotos – Programa Água Limpa – DAEE, elaborado pela TCRE Engenharia Ltda e finalizado em 2010, no qual estão previstas as implantações de um coletor tronco, uma estação elevatória, uma ETE (ETE Capituva) e um emissário, complementando, portanto, o sistema de esgotamento do município, abrangendo toda a área urbana da Sede.

Ressalta-se que não há cadastro completo e atualizado do sistema de esgotamento sanitário da Sede, o mesmo de extrema importância ao município, de modo que a sua elaboração é recomendada nesse PMSB.

Algumas ampliações no sistema de coleta e encaminhamento dependem de detalhamentos constantes de projetos executivos a serem elaborados, restringindo uma

avaliação mais precisa das intervenções propostas, pois o aumento do índice de coleta deve interferir em todo o sistema de encaminhamento, principalmente nas elevatórias e emissários de recalque (caso sejam implementados). De qualquer forma, nos itens subsequentes desse PMSB, encontram-se informações mais consistentes sobre as obras necessárias para ampliação das unidades constantes do sistema de coleta e encaminhamento do Distrito Sede, assim como avaliação de projetos existentes, a fim de averiguar a sua validade.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

O Sistema de coleta e encaminhamento do Distrito de Santa Cruz da Estrela é composto somente por rede coletora (cerca de 6,0 km), constituídas em manilha. As mesmas, segundo o GEL, encontram-se em péssimas condições de conservação, apresentando diversos vazamentos. O índice de coleta de esgoto é de 100%, abrangendo toda a localidade, porém sem que seja feito o tratamento do volume coletado. A descrição desse sistema já foi apresentada com maiores detalhes anteriormente no item 4.1.4.

Também não há cadastro completo e atualizado do sistema de esgotamento sanitário do distrito, o mesmo de extrema importância ao município, de modo que a sua elaboração é recomendada nesse PMSB.

Novamente, em vista de implantações de sistema de coleta e encaminhamento depender de detalhamentos constantes de projetos executivos a serem elaborados e/ou existentes, restringe-se uma avaliação mais precisa das intervenções propostas. De qualquer forma, nos itens subsequentes, encontram-se informações mais consistentes sobre as obras necessárias para implantação das unidades constantes do sistema de coleta e encaminhamento do Distrito.

4.1.5.2 Sistemas de Tratamento

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

O Distrito Sede conta com uma estação de tratamento de esgotos, denominada ETE Córrego Marinho, composta de um sistema de lagoas (1 aerada + 1 de sedimentação + 1 de maturação), operando com uma vazão média de 83 L/s, superior a sua capacidade nominal de 53 L/s. A ETE é antecedida por unidades de tratamento preliminares para retirada de material grosseiro e areia, e medidor de vazão (Calha Parshall).

As características principais dessa ETE já foram apresentadas no item 4.1.4 anterior. Conforme análise efetuada pela CETESB, datada em 11/06/12, a ETE apresentou eficiência de 72%, significando que há baixa remoção de $DBO_{5,20}$. Isso provavelmente se deve pela vazão média de operação ser maior que a capacidade nominal da ETE (53 L/s), de modo que o tratamento não é eficaz. O efluente tratado é lançado no Córrego Marinho, sem outorga, para o qual não há informações a respeito da qualidade no ponto de lançamento.

Tendo em vista que a ETE Córrego Marinho recebe a contribuição de esgotos de aproximadamente 53% do Distrito Sede, a contribuição média é cerca de 29,4 L/s, já no ano de 2017, de modo que a ETE possui capacidade suficiente para atender a demanda ao longo do período de planejamento, sem eventuais ampliações. Vale ressaltar que atualmente a ETE recebe uma vazão muito superior, o que pode ser indício de aporte de águas pluviais ao sistema.

No caso do Sistema de Esgotamento Ribeirão Capituva, não há estação de tratamento, sendo todo o esgoto coletado lançado “in natura” no corpo receptor. Ressalta-se, conforme supracitado, que o município possui os “Projetos Executivos de Sistemas de Afastamento e Tratamento de Esgotos – Programa Água Limpa – DAEE”, elaborado pela TCRE Engenharia Ltda e finalizado em 2010, no qual está prevista a instalação de uma ETE na região, responsável pelo tratamento de todo o esgoto do sistema.

Em vista de implantações de sistema tratamento depender de detalhamentos constantes de projetos executivos a serem elaborados e/ou existentes, restringe-se uma avaliação mais precisa das intervenções propostas. De qualquer forma, nos itens subsequentes desse PMSB, encontram-se informações mais consistentes sobre as obras necessárias para implantação das unidades constantes do sistema completo de esgotamento sanitário do Sistema Capituva, abrangendo uma análise do projeto existente, a fim de verificar a sua validade.

Distrito de Santa Cruz da Estrela

O Distrito de Santa Cruz da Estrela não possui sistema de tratamento de esgoto instalado, sendo todo o volume coletado lançado “in natura” no córrego que corta a região (sem nome).

Em vista de implantações de sistema tratamento depender de detalhamentos constantes de projetos executivos a serem elaborados e/ou existentes, restringe-se uma avaliação mais precisa das intervenções propostas. De qualquer forma, nos itens subsequentes desse PMSB, encontram-se informações mais consistentes sobre as obras necessárias para implantação das unidades constantes do sistema completo de esgotamento sanitário da região.

4.1.5.3 Principais Problemas e Estado de Conservação das Unidades dos Sistemas de Esgotos Sanitários

Os principais problemas verificados no Sistema de Esgotos Sanitários de Santa Rita do Passa Quatro encontram-se resumidos a seguir. Deve-se ressaltar que novos dados deverão ser obtidos para a complementação das informações sobre os sistemas.

Distrito de Santa Rita do Passa Quatro (Sede)

- ♦ Sistema de Coleta e Encaminhamento: baixo índice de coleta (89,70%); lançamento de esgotos “in natura” no Ribeirão Capituva; vazamentos e entupimentos constantes em toda a rede, incluindo nos coletores troncos e no interceptor; instalação de bomba improvisada em PV da rede, com função de suprir um desnível desfavorável no sistema; não há cadastro completo e atualizado da rede coletora;
- ♦ Sistema de Tratamento: vazão de operação da ETE Córrego Marinho muito superior à capacidade nominal da mesma, com perda de eficiência; as unidades da ETE Córrego Marinho estão em bom estado de conservação; não há outorga de lançamento do efluente tratado no Córrego Marinho; lançamento de esgoto “in natura” no Ribeirão Capituva (Sistema Capituva), em decorrência de falta de ETE implantada;

Distrito de Santa Cruz da Estrela

- ♦ Sistema de Coleta e Encaminhamento: lançamento de esgoto “in natura” em córrego próximo a região (sem nome); vazamentos e entupimentos constantes em toda a rede; não há cadastro completo e atualizado da rede coletora;
- ♦ Sistema de Tratamento: falta de estação de tratamento implantada.

4.1.5.4 Análise Operacional dos Serviços de Esgotos com Base em um Sistema de Indicadores

Para análise e avaliação da prestação atual dos serviços de esgotamento sanitário, adotaram-se alguns indicadores constantes do Glossário de Informações de Água e Esgotos do Ministério das Cidades, considerados mais apropriados para essa avaliação em questão.

Indicadores Operacionais - Esgoto

IN₀₁₅ – Índice de Coleta de Esgotos - %

Volume de Esgoto Coletado

(Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado)

IN₀₁₆ – Índice de Tratamento de Esgotos - %

Volume de Esgoto Tratado

(Volume de Esgoto Coletado + Volume de Esgoto Importado)

IN₀₂₁ – Extensão de Rede de Esgoto por Ligação – m/ligação

Extensão da Rede de Esgoto

Quantidade de Ligações Totais de Esgoto

IN₀₂₄ – Índice de Atendimento Urbano de Esgoto - %

População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário

População Urbana do Município Atendido com Abastecimento de Água

IN₀₅₆ – Índice de Atendimento Total de Esgoto - %

População Total Atendida com Esgotamento Sanitário

População Total do Município Atendido com Abastecimento de Água

No Quadro 4.22, a seguir, encontram-se reproduzidos os valores desses indicadores para a situação de 2010, conforme informações constantes do SNIS do Ministério das Cidades:

QUADRO 4.22 - VALORES DE ALGUNS INDICADORES OPERACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SNIS 2010 – SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Indicador	Unidade	Valor
IN ₀₁₅ – Índice de Coleta de Esgotos	%	87,00
IN ₀₁₆ – Índice de Tratamento de Esgotos	%	50,00
IN ₀₂₁ – Extensão de Rede de Esgoto por Ligação	m/ligação	12,70
IN ₀₂₄ – Índice de Atendimento Urbano de Esgoto	%	100,00
IN ₀₅₆ – Índice de Atendimento Total de Esgoto	%	89,70

A análise dos indicadores supracitados permite concluir que se trata de um sistema que apresenta alguns valores inadequados para os serviços, conforme apresentado a seguir:

- ♦ o índice de coleta de esgotos (**IN₀₁₅ = 87,00%**), isto é, o volume de esgotos coletado em função do volume de água consumido, é superior ao valor tradicional, 80%, significando que não há necessidade de se efetuarem ainda muitas ligações de esgoto, onde já existem ligações de água (provavelmente pela ausência de rede de esgotos) ou pela ausência de ligações de esgoto em locais já atendidos simultaneamente pelas redes de água e esgotos;
- ♦ o índice de tratamento de esgotos é muito baixo (**IN₀₁₆ = 50,00%**), abrangendo apenas cerca de 50% do volume de esgoto coletado; este índice está em consonância com informações recentes fornecidas pela Prefeitura Municipal;
- ♦ a extensão de rede por ligação (**IN₀₂₁ = 12,70 m/ligação**), é um pouco elevada, indicando atendimento, em média, a construções com largura maior dos lotes ou distâncias maiores entre as áreas de atendimento, implicando maiores custos para implantação de redes; este valor está em acordo com a rede de água/ligação, significando que os sistemas abrangem a mesmas áreas;
- ♦ o índice de atendimento urbano de esgotos referido à população urbana atendida com abastecimento de água é elevado (**IN₀₂₄ = 100%**), isto é, há universalização dos serviços de coleta de esgoto na área urbana, atendendo toda a população dessa localidade; no entanto, segundo a Prefeitura, pequenas regiões da Sede ainda não são atendidas pelo sistema de esgotamento;
- ♦ o índice de atendimento total de esgotos referido à população total atendida com abastecimento de água é pouco elevado (**IN₀₅₆ = 89,70%**), podendo-se concluir que alguns domicílios ainda não se encontram conectados à rede e há necessidade de

ampliação da rede coletora e de se efetuarem novas ligações para que o índice de esgotamento, referido à população total atendida com água, possa ser aumentado para 100%.

Pode-se chegar à conclusão de que o sistema de esgotos não apresenta, ainda, parâmetros adequados em boa parte dos indicadores analisados, havendo necessidade de se aumentar principalmente o índice de coleta de esgoto e o índice de tratamento do mesmo.

4.1.6 Análise das Condições Institucionais dos Serviços de Água e Esgoto

4.1.6.1 Titularidade da Prestação dos Serviços

Os serviços de abastecimento de água e esgotos do Município de Santa Rita do Passa Quatro são prestados pela Prefeitura Municipal, através do Departamento de Obras e Infraestrutura. Trata-se, portanto, de um sistema de administração direta, sem existência de uma autarquia (administração indireta).

O encargo desse Departamento de Obras e Infraestrutura, no tocante aos sistemas de água e esgotos, consiste em estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em Engenharia Sanitária, as obras relativas à construção ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, bem como administrar, operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e esgotos sanitários.

Embora instituída para uma finalidade específica, suas atividades não se encontram vinculadas a uma equação econômico-financeira, pois não há contrato de concessão. Também não se verificam, regras sobre sustentabilidade financeira ou regulação dos serviços.

As vantagens da gestão municipal estão relacionadas com os seguintes aspectos principais:

- ♦ os serviços são mais compatíveis com as características locais, aumentando a eficiência da prestação dos serviços;
- ♦ na administração municipal, os investimentos são aplicados integralmente no próprio município e, com a escassez de recursos governamentais no âmbito estadual e federal, cada vez há mais necessidade de investimentos com recursos próprios para ampliação e melhoria da infraestrutura de saneamento básico.

No entanto, existem desvantagens decorrentes da obtenção das fontes de financiamento, que são mais restritas, uma vez que, na administração pública direta, a diretoria que administra os serviços não pode ser a tomadora de crédito, devendo ser analisada a sua capacidade de endividamento em conjunto com a administração municipal e isso, muitas vezes, inviabiliza a obtenção de recursos. Nesse caso, os investimentos de capital ficam a

cargo somente dos recursos próprios que, para grandes obras de engenharia, não são suficientes para suprir as necessidades do município.

Outra desvantagem é a influência da política local na tomada de decisões, mesmo quando essas decisões são de natureza técnica. Isso reflete na fixação das tarifas de água e esgoto, pois, quando há falta de uma política tarifária local, pode haver distorções nas cobranças, já que a aprovação das tarifas se dá pelo Executivo Municipal e, dependendo dos interesses políticos em jogo, os valores das tarifas podem ser deficitários em relação às práticas de mercado. No entanto cabe destacar que, segundo a Lei nº 11.445/2007, tal atribuição passa a ser de responsabilidade de uma entidade reguladora.

Nesse caso de administração direta, a arrecadação não é separada da Prefeitura, tendo como consequência um controle menos adequado das receitas arrecadadas, bem como das despesas, o que não permite, de forma clara, a verificação da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados à população.

4.1.6.2 Legislação Aplicável

Em função das novas referências, em termos da legislação institucional em vigor, deve-se destacar que os planos municipais e regionais de saneamento deverão obedecer às exigências das Leis Federais nºs 11.445/07 (Lei Nacional do Saneamento Básico e sua regulamentação – Decreto nº 7.217/10) e 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos); outras leis de referência são as Leis nº 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas), Lei nº 8.987/95 (Lei de Concessões) e, no campo da regulação dos serviços, a Lei Complementar nº 1025/07, que criou a ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Deve-se, também, levar em conta a Lei Estadual nº 7.663/91, centrada na Política Estadual de Recursos Hídricos, e demais documentos que orientam a elaboração dos planos nacionais, estaduais, municipais ou regionais (como portarias, resoluções, guias, leis orgânicas municipais, etc.).

Na esfera municipal, pode-se destacar o Plano Diretor Participativo do Município de Santa Rita do Passa Quatro, que aborda, ao longo dos capítulos, questões relacionadas com o meio ambiente, recursos naturais, saneamento e recursos hídricos.

4.1.7 Análise da Situação Econômico-Financeira dos Serviços de Água e Esgotos

4.1.7.1 Informações Gerais e Financeiras

Apresentam-se, no Quadro 4.23, algumas informações de interesse, considerando o período de 2008 a 2010, para análise da situação econômico-financeira dos serviços de água e esgotos do município. Os Sistemas de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento dos Esgotos Sanitários do Município de Santa Rita do Passa Quatro englobam o Distrito Sede e o Distrito de Santa Cruz da Estrela.

QUADRO 4.23 – COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES GERAIS PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS

Descrição	Unidade	2008	2009	2010
População total atendida com abastecimento de água (AG001)	Habitantes	24.498	26.178	23.806
População atendida com esgotamento sanitário (ES001)	Habitantes	23.320	25.000	23.751
Quantidade de ligações ativas de água (AG002)	Ligações	9.761	9.937	10.020
Quantidade de economias ativas de água (AG003)	Economias	9.761	9.937	10.020
Quant de ligações ativas de esgoto (ES002)	Ligações	9.361	9.537	9.590
Quant de economias ativas de esgoto (ES003)	Economias	9.361	9.537	9.590
Receita operacional direta de água (FN002)	R\$/ano	1.673.885,67	1.703.017,00	2.009.811,71
Receita operacional direta de esgoto (FN003)	R\$/ano	731.006,56	764.233,00	910.568,51
Receita operacional indireta (FN004)	R\$/ano	0,00	0,00	0,00
Receita operacional total (FN005)	R\$/ano	2.404.892,23	2.467.250,00	2.920.378,22
Despesas com pessoal próprio (FN010)	R\$/ano	894.346,71	945.609,00	1.039.335,45
Despesas com serviços de terceiros (FN014)	R\$/ano	202.429,64	220.498,00	385.095,91
Despesas totais com os serviços (DTS) (FN017)	R\$/ano	2.309.520,87	2.352.405,00	2.764.693,52
Investimento realizado em abastecimento de água (FN023)	R\$/ano	0,00	54.377,00	18.514,99
Investimento realizado em esgotamento sanitário (FN024)	R\$/ano	283.905,60	747.597,00	487.539,16
Investimento com recursos próprios (FN030)	R\$/ano	91.495,08	279.126,00	545.326,17
Investimento com recursos onerosos (FN031)	R\$/ano	192.410,52	638.678,00	514.458,06
Investimento com recursos não onerosos (FN032)	R\$/ano	0,00	0,00	0,00
Investimentos totais (FN033)	R\$/ano	283.905,60	917.804,00	1.059.784,23
Despesa com juros e encargos do serviço da dívida exceto variações monetárias e cambiais (FN035)	R\$/ano	0,00	0,00	0,00
Investimento realizado em abastecimento de água pelo Estado (FN052)	R\$/ano	ND	ND	ND
Investimento realizado em esgotamento sanitário pelo Estado (FN053)	R\$/ano	ND	ND	ND
Investimentos totais realizados pelo Estado (FN058)	R\$/ano	ND	ND	ND

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - 2008 a 2010.

ND = não disponível

Elaboração ENGECORPS/MAUBERTEC, 2013

De acordo com o SNIS 2010, o município de Santa Rita do Passa Quatro, para o ano referente, apresentou valor total para despesas com serviços de água e esgoto de R\$ 2.764.693,52, informação em consonância com a fornecida pela Prefeitura Municipal.

4.1.8 Análise da Situação Econômico-Financeira Geral em Função das Receitas e Despesas

Considerando de modo integrado os serviços de água e esgotos, podem-se notar superávits entre as receitas e as despesas, havendo sempre saldos positivos nos anos de 2008 a 2010. As despesas totais com os serviços tiveram um aumento entre 2008 e 2010, assumindo um valor de cerca de 95% da receita total no ano de 2010.

Os investimentos foram realizados com recursos próprios, podendo-se considerá-los relativamente elevados, quando comparados às receitas totais do município. No entanto, podem ser considerados de pequena monta (principalmente no sistema de esgotos), quando se verifica que os índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário ainda se apresentam baixos em função da expansão necessária dos sistemas (rede, ligações, e principalmente tratamento). Não foram indicados investimentos realizados pelo Estado no período considerado.

Em decorrência do equilíbrio entre receitas versus despesas, pode-se afirmar que o sistema é bem administrado do ponto de vista econômico-financeiro, já que também não existem encargos sendo pagos a serviço de investimentos com recursos onerosos, considerando o período de 2008 a 2010. No entanto, deve-se ressaltar a necessidade de se realizarem maiores investimentos nos sistemas de água e esgoto (principalmente em relação às redes de distribuição de água e coleta de esgotos – rede e coletores, e no sistema de tratamento de esgotos). Como visto anteriormente, o Sistema Produtor de Água necessita apenas de reformas e adequações e o Sistema de Tratamento de Esgotos necessita além de reformas, em ambos os distritos, a implantação de estações de tratamento (uma em cada distrito).

Para melhor entendimento, apresenta-se no Gráfico 4.3 a evolução das receitas e despesas, bem como os investimentos totais realizados nos sistemas de água e esgotos durante o período de 2008 a 2010.

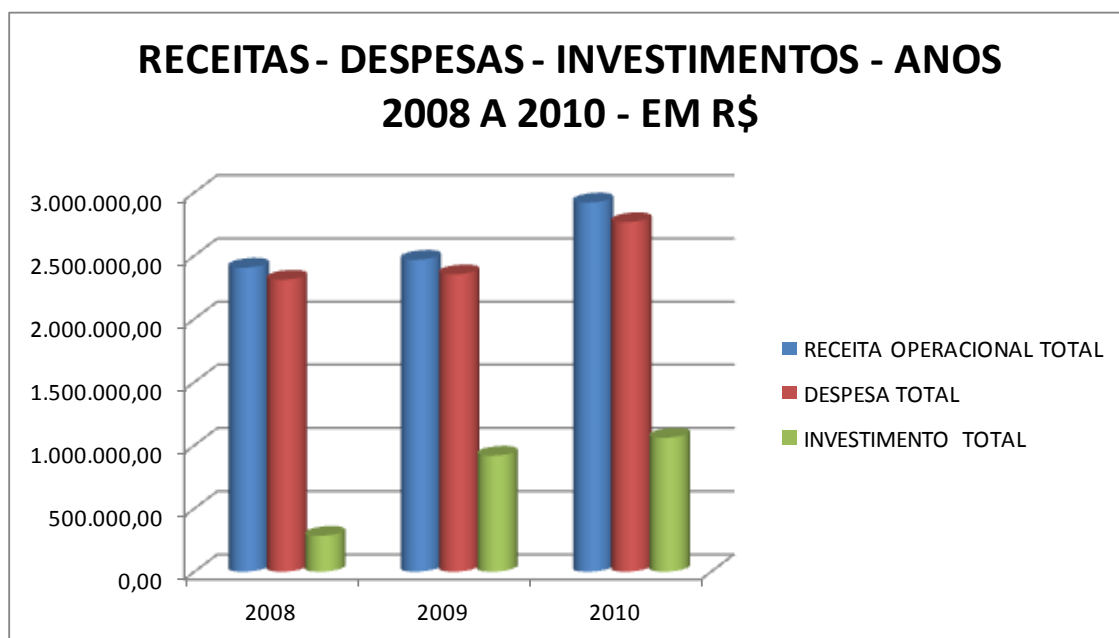


Gráfico 4.3 - Gráfico Comparativo das Receitas, Despesas e Investimentos – Serviços de Água e Esgoto

4.1.8.1 Indicadores Econômico-Financeiros

Apresentam-se, no Quadro 4.24, alguns indicadores econômico-financeiros, considerando o período 2008 a 2010, para análise da situação econômico-financeira dos serviços de água e esgotos do município. A análise também está referida à situação dos serviços de água e esgotos de um modo global para o Município de Santa Rita do Passa Quatro (distritos).

QUADRO 4.24 – COMPILAÇÃO DE ALGUNS INDICADORES PARA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS

Descrição	Unidade	2008	2009	2010
Despesa total dos serviços por m³ faturado (IN ₀₀₃)	R\$/m³	0,25	0,25	0,29
Tarifa média praticada (IN ₀₀₄)	R\$/m³	0,26	0,27	0,31
Tarifa média de água (IN ₀₀₅)	R\$/m³	0,34	0,34	0,40
Tarifa média de esgoto (IN ₀₀₆)	R\$/m³	0,17	0,18	0,21
Indicador de desempenho financeiro (IN ₀₁₂)	%	104,10	104,88	105,6
Despesa de exploração por m³ faturado (IN ₀₂₆)	R\$/m³	0,25	0,25	0,29

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-2008 a 2010.
Elaboração ENGECORPS/MAUBERTEC, 2013.

Definição dos Indicadores Econômico-Financeiros e Administrativos - Água + Esgoto

IN₀₀₃ – Despesa Total com os Serviços por m³ Faturado – R\$/m³

Despesas Totais com os Serviços

Volume Total Faturado (Água + Esgoto)

IN₀₀₄ – Tarifa Média Praticada – R\$/m³

Receita Operacional Direta (Água + Esgoto)

Volume Total Faturado (Água + Esgoto)

IN₀₁₂ – Indicador de Desempenho Financeiro – %

Receita Operacional Direta (Água + Esgoto +Água Exportada + Esgoto Importado)

Despesas Totais com os Serviços

IN₀₂₆ – Despesa de Exploração por m³ Faturado – R\$/m³

Despesas de Exploração

Volume Total Faturado (Água + Esgoto)

Análise Geral em Função de Indicadores Econômico-Financeiros

Pelos dados apontados no Quadro 4.24, pode-se concluir que as despesas totais com os serviços (IN₀₀₃), expressas em R\$/m³ de volume total faturado, encontram-se ligeiramente abaixo das tarifas médias praticadas (IN₀₀₄), significando que o sistema tarifário isoladamente pode ter proporcionado uma situação de equilíbrio entre receitas e despesas nos serviços de água e esgoto durante o período de 2008 a 2010.

Os resultados apontados para o indicador de desempenho financeiro (IN₀₁₂) demonstraram que, entre 2008 e 2010, houve algum acréscimo nesse indicador, uma vez que as incidências percentuais dos somatórios das receitas diretas de água e esgoto aumentaram em relação às despesas totais. Isso se deve ao aumento mais elevado do valor de receitas totais, sem que as despesas totais tenham aumentado, na mesma proporção, entre os anos de 2008 e 2010.

Quanto às despesas de exploração-DEX (IN₀₂₆), pode-se verificar que elas se situam em patamares abaixo de R\$ 1,00/m³, indicando um bom desempenho dos sistemas, com ligeira piora entre os anos 2009 e 2010. Deve-se realçar que essas despesas, que se referem unicamente às despesas com energia elétrica, produtos químicos, pessoal, etc., diferenciam-se das despesas totais, que já incluem, além das despesas de exploração, outras despesas incidentes na administração dos serviços. No entanto, para o município de Santa Rita do Passa Quatro tais despesas se igualam as totais, indicando que não há gastos significativos com a administração dos serviços.

Para melhor entendimento, apresenta-se, no Gráfico 4.4, a evolução das tarifas médias, das despesas totais e das despesas de exploração realizadas nos sistemas de água e esgotos durante o período de 2008 a 2010.

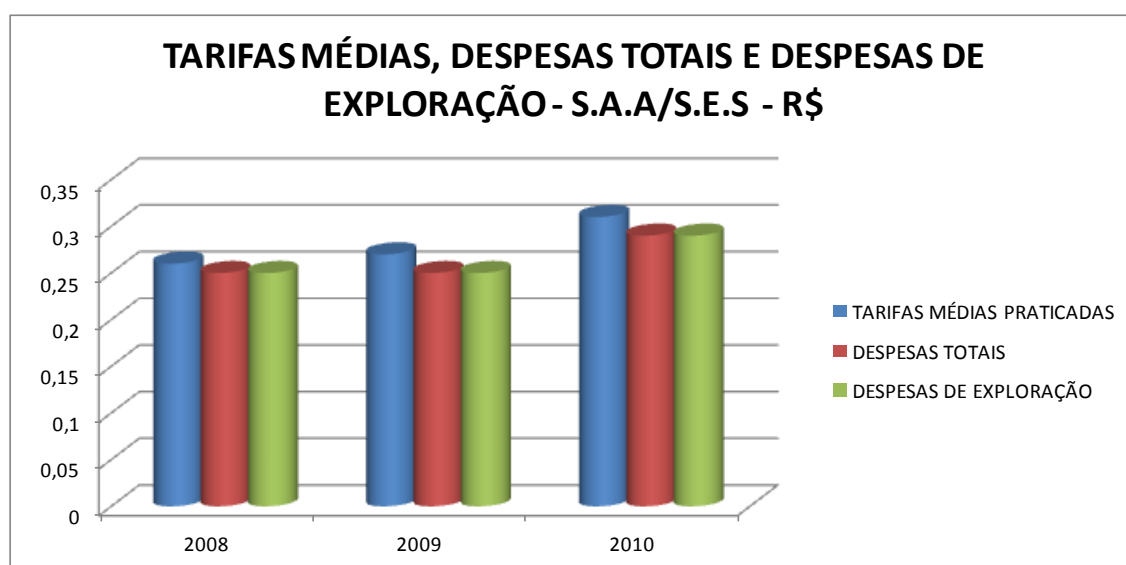


Gráfico 4.4 – Gráfico Comparativo das Tarifas Médias, Despesas Totais e Despesas de Exploração – Serviços de Água e Esgoto

4.1.9 Análise das Condições Intervenientes com os Serviços de Água e Esgotos

Para consecução do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMSB), a partir dos estudos de demandas e contribuições para um determinado horizonte de planejamento (ano de 2034), deve-se proceder à elaboração de outros estudos com base em uma visão integrada, em que se abordem as principais interfaces entre os sistemas, não somente no âmbito municipal, como no contexto da bacia hidrográfica, partindo-se do princípio de que sistemas de saneamento, mesmo que adequadamente planejados,

possam interferir, de forma inadequada, com as condições locais e até mesmo com outros municípios.

Os estudos deverão avaliar a realidade local na perspectiva da bacia hidrográfica e da região na qual o município está inserido, por meio da análise de estudos, planos e programas voltados para a área de saneamento básico; deve reunir e analisar, também, quando disponíveis, informações e diretrizes de outras políticas correlatas ao saneamento básico. Esses estudos devem contemplar, também, os setores que possuem inter-relação direta com o saneamento básico, englobando as seguintes situações em termos municipais e regionais:

▪ ***Situação do Desenvolvimento Urbano e habitação***

- ◇ Parâmetros do uso e ocupação do solo e definição do perímetro urbano;
- ◇ Definição de zonas especiais e identificação de ocupação irregular em APPs urbanas;
- ◇ Definições do zoneamento e identificação de eixos fundiários e eixos de desenvolvimento da cidade;
- ◇ Quadro de oferta habitacional, análise das projeções dos déficits habitacionais e impactos para as demandas de saneamento básico.

▪ ***Situação Ambiental e de Recursos Hídricos***

- ◇ Caracterização geral das bacias hidrográficas e a caracterização geral dos ecossistemas naturais;
- ◇ Situação e perspectivas dos usos e oferta de água, considerando as demandas presentes e futuras e o lançamento dos resíduos líquidos e sólidos dos sistemas de saneamento básico;
- ◇ A identificação das condições de gestão dos recursos hídricos, incluindo o domínio das águas superficiais e subterrâneas, a atuação dos comitês e agência de bacia, o enquadramento dos corpos d'água, a implementação da outorga e cobrança pelo uso d'água, os instrumentos de proteção dos mananciais, etc.;
- ◇ A identificação da relação de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais, incluindo o uso da água.

▪ ***Situação da Saúde***

- ◇ Morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico e existência de programas de educação ambiental;
- ◇ Identificação de fatores causais de enfermidades relacionadas ao saneamento básico;
- ◇ Identificação e análise das políticas e planos locais de saúde.

No contexto de todas essas questões, dever-se-á levar em conta o Plano Diretor Participativo do Município de Santa Rita do Passa Quatro, que aborda ao longo dos capítulos, questões relacionadas com o meio ambiente, recursos naturais, saneamento e recursos hídricos, conforme já citado. A transcrição dessas questões encontra-se apresentada a seguir.

CAPÍTULO III – Preservação e Conservação Histórico-Cultural e Ambiental

SEÇÃO I – Sistema Ambiental Municipal, Estratégias, Objetivos e Diretrizes Gerais

ART. 18 – A política municipal do meio ambiente tem como objetivo promover a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade do Município, para as presentes e futuras gerações.

ART. 19 – São estratégias para a preservação e conservação histórico-cultural e ambiental:

I. Implementação do Saneamento Ambiental Integrado – Urbano e Rural;

II. Regulamentação da Agenda 21 Local como instrumento de Gestão Econômico-Ambiental.

ART. 20 – São diretrizes gerais da política municipal do meio ambiente:

III. Assegurar que o lançamento na natureza, de qualquer forma de matéria ou energia, não produza riscos à natureza ou a saúde pública e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tenham sua implantação e operação controlada;

IV. Definir de forma integrada, áreas prioritárias de ação governamental visando à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico tendo como prioridade o Córrego Passa Quatro que abastece a cidade e as nascentes de todo Município;

V. Identificar e criar unidades de conservação e outras áreas e interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

VI. Estabelecer normas específicas para a proteção de recursos hídricos, por meio de planos de uso e ocupação de áreas de manancial e bacias hidrográficas;

VIII. Promover o saneamento ambiental, por meios próprios ou terceiros, com a oferta de serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

ART. 21 – O território municipal se organizará tendo como referência o Sistema Ambiental do Município de Santa Rita do Passa Quatro, compondo-se de:

I. Patrimônio natural do Município;

III. Sistema municipal de saneamento básico;

IV. Sistema municipal de meio ambiente.

ART. 22 – São elementos referenciais para o patrimônio natural do Município de Santa Rita do Passa Quatro:

I. A rede hidrográfica e as reservas subterrâneas de água;

II. Os remanescentes de mata;

III. As unidades de conservação da natureza instituídas ou a serem criadas [...].

ART. 24 – São elementos referenciais para o saneamento ambiental de Santa Rita do Passa Quatro, de modo a melhorar as condições de vida da população no Município e impedir a degradação dos seus recursos naturais, os seguintes sistemas:

I. Abastecimento de água;

II. Esgotamento sanitário;

III. Drenagem das águas pluviais;

IV. Gestão integrada de resíduos sólidos;

V. Controle da poluição ambiental.

SEÇÃO II – SANEAMENTO AMBIENTAL

ART. 25 – Constituem prioridades para a implementação da gestão do saneamento ambiental no Município de Santa Rita do Passa Quatro:

I. Implementação da Política Municipal de Saneamento Ambiental, em consonância com as políticas estadual e federal de saneamento;

II. Elaboração e implementação do Plano Diretor Municipal de Esgotamento Sanitária;

III. Definição do Plano Diretor de Drenagem Urbana;

IV. Implantação de um sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos que adote uma gestão integrada e participativa, com a definição de um local adequado para a destinação final, promovendo a recuperação ambiental de áreas degradadas.

ART. 26 – São diretrizes gerais para a gestão do saneamento ambiental no Município de Santa Rita do Passa Quatro:

I. Integração das políticas, programas e projetos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem pluvial, coleta e disposição final de resíduos sólidos;

II. Integração nos programas e projetos da infra-estrutura de saneamento básico, componentes de educação ambiental, de melhoria da fiscalização, do monitoramento e da manutenção das obras;

III. Adequação das características tecnológicas e do dimensionamento da infra-estrutura dos sistemas de saneamento básico às características do meio ambiente e às condições de ocupação do solo no Município;

IV. Articulação dos órgãos responsáveis pelo planejamento e controle urbano com a concessionária de água e esgoto para integrar as diretrizes e medidas relativas ao uso do solo à capacidade de infraestrutura implantada e prevista para o Município;

V. Articulação com municípios vizinhos para ações conjuntas de apoio na implantação ou adequação dos sistemas de saneamento básico;

VI. Atendimento dos serviços de saneamento básico de acordo com a vulnerabilidade ambiental das áreas urbanas e da intensidade da ocupação, especialmente por população de baixa renda;

VII. Apoio no cadastramento e mapeamento de equipamentos e serviços de infraestrutura de saneamento básico.

ART. 27 – São diretrizes específicas para a gestão do sistema de abastecimento de água

I. Adoção de sistema misto de captação de água, incluindo sistemas superficiais e subterrâneos, equilibrando as ofertas e buscando a universalização do acesso ao uso da água;

II. Implantação de cobrança diferenciada do serviço de abastecimento de água, de acordo com a faixa de renda dos segmentos da população, o consumo dos usuários e a qualidade da infraestrutura instalada;

III. Apoio aos órgãos e entidades estaduais na fiscalização de operações irregulares de captação de água, superficiais ou de subsolo, e no cumprimento de medidas rígidas para controle de perfuração de poços por particulares;

IV. Apoio ao controle, à institucionalização e ao monitoramento da abertura de poços profundos de captação;

V. Conscientização da população para a necessidade de diminuir o consumo e racionalizar o uso de água, através de campanhas de educação e ações técnicas específicas.

ART. 28 – São ações estratégicas para Implementação do Saneamento Ambiental Integrado Urbano e Rural, do Município de Santa Rita do Passa Quatro:

I. Implantar o aterro Sanitário;

II. Garantir a participação efetiva da comunidade visando o combate e erradicação dos despejos indevidos e acumulados de resíduos em terrenos baldios, logradouros públicos, pontos turísticos, rios, canais, valas e outros locais;

III. Implantar as Estações de Tratamento de Esgoto;

IV. Implantar estação de Recalque para atendimento das áreas: Recreio dos Bandeirantes, Flamboyant, Jardim Europa e parte do Parque da Lagoinha;

V. Ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias, por meio da complementação e/ou ativação das redes coletoras de esgoto e de água;

VI. Complementar o sistema de coleta de águas pluviais nas áreas urbanizadas do território, de modo a evitar a ocorrência de alagamentos e erosões;

VII. Melhorar a drenagem urbana;

VIII. Promover a universalização dos serviços de saneamento no município, atendendo às localidades rurais, provendo com água tratada e tratamento de esgoto, a unidade doméstica, de forma confiável e sustentável, com ênfase para o abastecimento de áreas rurais com alta concentração de famílias de baixa renda;

X. Construir sistemas individuais de esgotamento sanitário (fossas/filtros);

XII. Estabelecer de forma sustentável um processo de administração, operação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água;

XIII. Implantar a rede de água e esgoto, de forma progressiva, para as propriedades pluriativas.

SEÇÃO III – patrimônio Natural

ART. 31 – São ações estratégicas a gestão do patrimônio natural no território municipal de Santa Rita do Passa Quatro:

VI. Definição e implementação de normas rígidas para controle da poluição ambiental observando o disposto na legislação ambiental correlata, incluindo:

a) Implantação de sistema de esgotamento sanitário e tratamento de efluentes;

b) Monitoramento de atividades e equipamentos urbanos potencialmente poluidores.

VIII. Estudo das condições das microbacias urbanas.

4.2 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.2.1 Descrição dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais do município é realizada porta a porta por meio de caminhões coletores compactadores. A frequência da coleta varia de acordo com cada região e atende toda a população, ou seja, tanto a sede quanto o distrito de Santa Cruz da Estrela, as áreas rurais e o bairro afastado de Albinópolis.

Todos os resíduos domésticos e comerciais coletados são dispostos em um lixão do próprio município, numa área de 15.500 m² localizada na zona rural. Este lixão foi classificado como Aterro Controlado com IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos) 6,9, em avaliação realizada pela CETESB, em 2011. Segundo informações da prefeitura, está em atividade no lixão um trator, com a função de cobrir com solo os resíduos dispostos, que, no entanto, não é suficiente para atendimento de toda demanda. Na Foto 4.25 pode-se observar a situação inadequada da disposição no local.

No município não há serviço de coleta seletiva, porém em uma área coberta no lixão funciona uma associação de catadores que selecionam manualmente apenas resíduos de interesse. Atualmente, a associação possui 17 funcionários (sem perspectiva de novas contratações), e não tem qualquer vínculo com a prefeitura com exceção do fornecimento de alguns equipamentos.

A prefeitura fornece à associação de catadores além da área coberta, uma esteira para separação do material, uma prensa, um caminhão para encaminhar os rejeitos para a área de disposição do lixão, e um ônibus utilizado para o transporte dos funcionários. A prefeitura também dispõe um caminhão pipa para o abastecimento de água potável aos catadores. A Foto 4.26 ilustra as instalações da associação.



Foto 4.25 – Vista Geral do Lixão



Foto 4.26 - Instalações – Associação de Catadores

O município possui um projeto de Aterro em Valas com pedido de Licença de Instalação em análise pela CETESB.

Sobre os resíduos sólidos inertes, segundo informações da prefeitura, a coleta e destinação final são realizadas por empresa terceirizada, e os mesmos são encaminhados para disposição no município de Guatapará.

Segundo informações da prefeitura, a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde dos grupos “A”, “B” e “E”, é realizada por empresa especializada, seguindo todos os procedimentos estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 358/2005, da Resolução RDC ANVISA nº 306/2004 e Resolução

SMA nº 33/2006. O contrato com a empresa especifica um total de aproximadamente 1.200 kg/mês de resíduos gerados e coletados, resultando em um valor unitário mensal a ser pago pelos serviços de R\$ 3.840,00, contabilizando R\$ 46.080,00 ao ano. A totalidade dos resíduos coletados é encaminhada para tratamento e disposição final no município de Guataparã/SP.

Não existem dados quantitativos e/ou qualitativos quanto à geração e coleta de outros tipos de resíduos. Há apenas um posto de gasolina próximo ao município que recebe pneus usados para posterior revenda. Ressalta-se, no entanto, que no atual lixão do município há uma grande quantidade de pneus usados, aparentemente separados dos demais materiais.

A Ilustração 6.3, apresentada no capítulo 6, ilustra as principais unidades identificadas do sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos.

4.2.1.1 Projetos Existentes

Hoje o município possui dois projetos em andamento. O primeiro refere-se ao encerramento do antigo lixão, e o segundo refere-se à construção de um novo aterro em valas.

O projeto do novo aterro em valas prevê a utilização de área ao lado do atual lixão para a sua construção, a projeção de vida útil deste projeto é de 4 anos.

A CETESB já emitiu Licença Prévia de novo estabelecimento (válida como viabilidade de localização de aterro sanitário na forma de valas ou trincheiras), porém a Licença de Instalação está em análise.

4.2.2 Diagnóstico Operacional do Sistema de Resíduos Sólidos

O diagnóstico do sistema de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos em função da geração atual e futura desses resíduos constitui a base para a proposição de cenários, definição de diretrizes e metas, e para o detalhamento de programas, projetos e ações, que serão apresentados em fases posteriores deste trabalho.

Nesta fase, serão relacionados e classificados todos os resíduos diagnosticados no município, as condições de geração e as formas de coleta, transporte e destinação finais adotadas, a fim de se detalhar a situação em que o município se encontra atualmente.

4.2.2.1 Classificação, geração, coleta, transporte e destinação final

As informações quanto à classificação dos resíduos a seguir descritas, foram extraídas do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação – Ministério do Meio Ambiente (MMA).

4.2.2.1.1 Classificação

▪ ***Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)***

Corresponde aos resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas; é composta por resíduos secos e resíduos úmidos.

Os resíduos secos são constituídos principalmente por embalagens fabricadas a partir de plásticos, papéis, vidros e metais diversos, além das embalagens do tipo “longa vida”.

Já os resíduos úmidos são constituídos principalmente por restos oriundos do preparo de alimentos. Contém partes de alimentos *in natura*, como folhas, cascas e sementes, restos de alimentos industrializados, entre outros.

Os estudos que embasaram o Plano Nacional de Resíduos Sólidos apontaram uma composição média nacional de 31,9% de resíduos secos e 51,4% de resíduos úmidos do total dos resíduos sólidos urbanos coletados. Os 16,7% restantes, são rejeitos.

▪ ***Resíduos da Limpeza Pública (RLP)***

As atividades de limpeza pública, definidas na Lei Federal de Saneamento Básico, dizem respeito a: varrição, capina, podas e atividades correlatas; limpeza de escadarias, monumentos, sanitários, abrigos e outros; raspagem e remoção de terra e areia em logradouros públicos; desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos; e limpeza de feiras públicas e eventos de acesso aberto ao público (BRASIL, 2007a).

▪ ***Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCC)***

Nestes resíduos predominam materiais trituráveis como restos de alvenarias, argamassas, concretos e asfalto, além do solo, todos designados como RCC classe A (reutilizáveis ou recicláveis). Correspondem, a 80% da composição típica desse material. Comparecem ainda materiais facilmente recicláveis como embalagens em geral, tubos, fiação, metais, madeira e o gesso. Este conjunto é designado de classe B (recicláveis para outras destinações) e corresponde a quase 20% do total sendo que a metade é debitado às madeiras, bastante utilizadas nas construções.

▪ ***Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS)***

Para melhor controle e gerenciamento, estes resíduos são divididos em grupos, da seguinte forma: Grupo A (potencialmente infectante: produtos biológicos, bolsas transfusionais, peças anatômicas, filtros de ar, gases etc.); Grupo B (químicos); Grupo C (rejeitos radioativos); Grupo D (resíduos comuns) e Grupo E (perfuro cortantes). A observação de estabelecimentos de serviços de saúde tem demonstrado que os resíduos dos Grupos A, B, C e E são no conjunto, 25% do volume total. Os do Grupo D (resíduos comuns e passíveis de reciclagem, como as embalagens) respondem por 75% do volume (MMA, 2011).

4.2.2.2 Geração

A produção média de RSS no município é de 1,20 t/mês. Outros tipos de resíduos não foram quantificados.

4.2.2.3 Coleta e Transporte

A coleta dos RSD do município é realizada porta a porta por meio de caminhões coletores compactadores. A coleta ocorre em todo o município.

Os RSS são coletados e transportados por empresa contratada, que é também responsável pelo tratamento e disposição final.

4.2.2.4 Destinação Final

A seguir é apresentado o Quadro 4.25 com o resumo da destinação final dos resíduos municipais diagnosticados:

QUADRO 4.25 – DESTINAÇÃO FINAL

DESTINAÇÃO FINAL		
RSD	RCC	RSS
Aterro Municipal	Disposição irregular	Unidade privada – Guataparã-SP

4.2.2.5 Análise Operacional dos Serviços de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos com base no Sistema de Indicadores

Para a verificação da prestação atual dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, adotaram-se alguns indicadores, que se encontram analisados a seguir. A partir desta análise, foi realizado o diagnóstico do sistema.

♦ Icr – Indicador de Coleta Regular

Como o município de Santa Rita do Passa Quatro tem 100% de coleta de lixo domiciliar, o Icr é igual a 100. Neste caso, o atendimento da coleta deve ser mantido e continuamente avaliado para que o serviço não deixe de ser prestado.

♦ Iqr – Indicador de Tratamento e Disposição Final de RSD

De acordo com a avaliação da CETESB, no ano de 2012, o aterro municipal de Santa Rita do Passa Quatro, obteve IQR = 8,0, sendo avaliado em condições Adequadas. (Inventário de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2012 – CETESB). Ainda de acordo com esta avaliação, os itens que receberam pontuação zero foram:

- ♦ Impermeabilização do solo;
- ♦ Drenagem definitiva de águas pluviais;
- ♦ Drenagem de gases;

- ◇ Presença de aves e animais;
- ◇ Vida útil da área ≤ 2 anos;
- ◇ Licença de operação vencida.

A Prefeitura Municipal já está tratando do encerramento da atual área de disposição final de RSD no processo de licenciamento de uma nova área junto a CETESB. Além desta tratativa, é necessário que o município faça adequações no quesito reaproveitamento. Por exigência da PNRS, somente será permitida a disposição em aterro os resíduos não reaproveitáveis, ou seja, os rejeitos.

◆ Isr – Indicador de Saturação do Tratamento e Disposição Final de RSD

De acordo com a avaliação da CETESB (Inventário de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2012 – CETESB), a vida útil do aterro municipal é menor que 2 anos, portanto, é atribuído um Isr igual a zero. No caso de Santa Rita do Passa Quatro, o município já está licenciando uma nova área para a disposição final dos RSD, portanto, na proposição de cenários, apresentados em fase posterior do trabalho, o município terá o detalhamento de programas, projetos e ações, de forma a auxiliar na solução de tal problema.

◆ Demais serviços analisados

A coleta seletiva, apesar de praticada por catadores, é bastante incipiente e recolhe uma quantidade irrisória de materiais recicláveis, o que delega à coleta domiciliar a responsabilidade pelo recolhimento da grande maioria dos resíduos gerados pelos domicílios. Porém, por exigência da PNRS, somente será permitida a disposição em aterro sanitário dos resíduos não reaproveitáveis, ou seja, os rejeitos. Assim, o que era uma iniciativa voluntária passa a ser uma obrigação do município, que deverá planejar e implantar sistemas de coleta seletiva realmente amplos e eficientes.

Os resíduos da construção civil (RCC) precisam da conscientização por parte dos munícipes para que não haja descarte destes resíduos clandestinamente, como em terrenos baldios e margens de córregos, onerando os custos de coleta e transporte para o município. E ainda devem-se tomar medidas emergenciais para a implantação de uma infraestrutura capaz de receber estes resíduos, portanto, na proposição de cenários, apresentados em fase posterior do trabalho, o município terá o detalhamento de programas, projetos e ações, de forma a solucionar tal problema.

Os resíduos dos serviços de saúde (RSS), já tem um modelo de coleta, transporte e destinação final diferenciado pelo seu nível de periculosidade. Atualmente tal modelo atende de maneira adequada, em termos quantitativos, o município. É necessário que o município também acompanhe qualitativamente o modelo praticado.

Cabe ressaltar, que o município deve se utilizar dos indicadores sugeridos, ou se utilizar ainda de outros, para que todos os serviços prestados sejam sempre executados de maneira adequada, respeitando as legislações vigentes.

4.3 *DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL*

4.3.1 *Descrição dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais*

O município de Santa Rita do Passa Quatro está inserido na Sub-Bacia do Médio Mogi, cujas características principais são: alta suscetibilidade a processos erosivos, pontos dispersos de cobertura vegetal nativa e secundária, e economia baseada em atividades agrícolas e pastoris.

O sistema de drenagem natural do município é composto, principalmente, pelos córregos: Capituva, Rangel, Marinho, do Espraiado, Passa Quatro e do Sapé.

4.3.1.1 *Microdrenagem*

O sistema de microdrenagem urbana capta as águas escoadas superficialmente e as encaminha até o sistema de macrodrenagem através das seguintes estruturas: meio-fio ou guia, sarjeta, boca-de-lobo, poço de visita, galeria de água pluvial, tubo de ligação, conduto forçado e estação de bombeamento (quando necessário).

O município dispõe de estruturas de microdrenagem na área urbana. Porém, o levantamento em planta da rede de drenagem e demais informações técnicas relativas ao número de estruturas, dimensões como extensão da rede, diâmetro das galerias, número de bocas-de-lobo, localização dos poços de visita etc., não está cadastrado ou disponível para consulta. Também não há informação sobre a manutenção e limpeza periódica do sistema de microdrenagem.

A incapacidade de um sistema de microdrenagem fica evidenciada pela ocorrência de pontos de alagamento durante chuvas intensas, potencializados pelo aumento do escoamento superficial direto.

Segundo o GEL, o município conta com 2 (dois) pontos de alagamentos e 1 (um) de erosão, apresentados a seguir:

- ♦ No cruzamento da Avenida Severino Meirelles com Rua Dr. José Pereira de Abreu (fotos 4.27 e 4.28) há a nascente de um córrego, embaixo do posto de combustível aproximadamente. Este córrego recebe contribuição da rede de galerias pluviais;



Foto 4.27 - Cruzamento onde está situado o ponto de combustível



Foto 4.28 - Cruzamento com vista ao posto de combustível

- ♦ Rua Antônio Jacinto (próximo à Rua Major Antônio José de Araujo);
- ♦ Adicionalmente, na Rua Dorvaldo Ribeiro há um caso de erosão (fotos 4.29 e 4.30) relacionado a problemas com as redes de galerias da rua. Segundo o GEL, ocorreu um desalinhamento das galerias sob a via e, devido às infiltrações e vazamentos decorrentes, o solo sofre com erosões e voçorocas.



Foto 4.29 - Ponto de erosão na Rua Dorvaldo Ribeiro

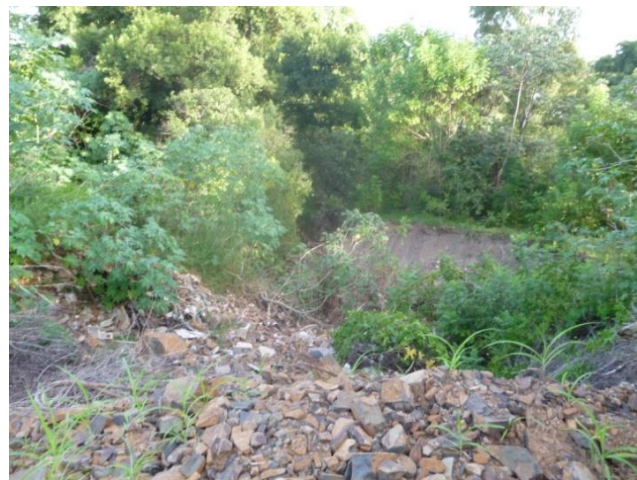


Foto 4.30 - Ponto de voçoroca

4.3.1.2 Macrodrenagem

A macrodrenagem de uma zona urbana corresponde à rede de drenagem natural, ou seja, constituída pelos córregos, riachos e rios que se localizam nos talwegues e vales. No caso do município de Santa Rita do Passa Quatro os cursos d'água identificados são: Capituva, Rangel, Marinho, do Espraiado, Passa Quatro e do Sapé.

As águas de chuva, ao alcançar um curso d'água, causam o aumento da vazão por certo período de tempo. Este acréscimo na descarga da água tem o nome de cheia ou enchente. Quando essas vazões atingem tal magnitude a ponto de superar a capacidade

de descarga da calha fluvial e extravasar para áreas marginais, habitualmente não ocupadas pelas águas, caracteriza-se uma inundação.

Segundo o Plano Diretor de Macrodrenagem de Santa Rita do Passa Quatro, foi realizado o levantamento e cadastro de algumas estruturas de interesse para a elaboração do mesmo. No total foram levantadas seções de 12 travessias, 4 canais e um extravasador. O Plano também apresenta os pontos levantados localizados em planta.

De acordo com o GEL, a Rua Visconde do Rio Branco (no quarteirão entre as ruas Ignácio Ribeiro e Victor Meirelles) é atravessada por um córrego canalizado que apresenta problemas de subdimensionamento e execução pela proximidade às casas. No Plano de Macrodrenagem, a seção do quarteirão anterior foi levantada com 1,70 m de base. As fotos 4.31 e 4.32 ilustram o córrego citado.



Foto 4.31 – Vista do Córrego – Rua Visconde do Rio Branco



Foto 4.32 – Vista do Canal – Rua Visconde do Rio Branco

De um modo geral, o município apresenta canalização (aberta ou fechada) dos córregos que atravessam a zona urbana e diversas estruturas de travessia, com levantamento do cadastramento apresentado no Plano de Macrodrenagem. Neste plano também foi cadastrado o extravasador e o lago do reservatório do bairro Jardim Lodovico (próximo à Rua Alcides Scorsolini).

A Ilustração 6.4 apresentada no Capítulo 6 mostra as áreas com risco de inundação, sujeitas a alagamento ou que apresentam erosão.

4.3.2 Diagnóstico do Sistema de Drenagem Pluvial Urbana

O diagnóstico de Santa Rita do Passa Quatro consistiu basicamente em verificar o funcionamento do sistema de macrodrenagem com as vazões máximas nos pontos de interesse.

A partir das características hidráulicas levantadas nos pontos pelo Plano, foi possível determinar sua capacidade de escoamento (vazão através de travessias construídas sobre galerias ou bueiros; vazão sob a estrutura de pontes; canais e estruturas vertedouras). Já a vazão máxima de projeto resultou da aplicação do modelo hidrológico apresentado no capítulo anterior.

4.3.2.1 Interpretação das Necessidades

O Quadro 4.26 apresenta a capacidade e as vazões máximas nos pontos críticos apresentados no capítulo anterior.

QUADRO 4.26 – DIAGNÓSTICO DOS PONTOS CRÍTICOS

Ponto Crítico	Capacidade (m³/s)	Vazão Máxima (m³/s)
Córrego que atravessa a Rua Visconde do Rio Branco	22,45	2,63
Travessia a jusante da via Zequinha de Abreu	25,71	30,14
Travessia da Rua Monsenhor Porphiri	100,86	9,33
Travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles	1,11	18,43
Travessia da Rua José Ribeiro de Oliveira	11,9	8,82
Travessia da Avenida Professor José Gonso	11,84	15,32
Travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe	21,37	37,69

Em nível de planejamento é possível concluir que, tanto sob o ponto de vista hidrológico quanto hidráulico, não ficou caracterizada a possibilidade de ocorrência de inundação em três pontos: córrego na Rua Visconde do Rio Branco, travessia na Rua Monsenhor Porphiri e travessia na Rua José Ribeiro de Oliveira. Provavelmente outras causas como obstrução da seção, elevadas velocidades, estrangulamento de seção a jusante, etc. podem estar associadas a esse evento.

Já os demais pontos críticos não possuem capacidade para escoar as vazões máximas, portanto necessitam de intervenções, a fim de evitar problemas quando ocorrer uma chuva crítica.

Para avaliação do componente drenagem, em relação aos aspectos institucionais e pontos críticos os quadros 4.27 e 4.28 mostram os indicadores referentes ao município de Santa Rita do Passa Quatro.

QUADRO 4.27 – AVALIAÇÃO DOS INDICADORES

INDICADORES DE DRENAGEM URBANA									
SANTA RITA DO PASSA QUATRO									
MICRODRENAGEM					MACRODRENAGEM				
INSTITUCIONALIZAÇÃO	I1	Existência de padronização para projeto viário e drenagem pluvial	SIM	0,5	INSTITUCIONALIZAÇÃO	I1	Existência de plano diretor urbanístico com tópicos relativos à drenagem	SIM	0,5
	I2	Serviço de verificação e análise de projetos de pavimentação e/ou loteamentos	SIM	0,5		I2	Existência de plano diretor de drenagem urbana	SIM	0,5
	I3	Estrutura de inspeção e manutenção da drenagem	NÃO	0		I3	Legislação específica de uso e ocupação do solo que trata de impermeabilização, medidas mitigadoras e compensatórias	SIM	0,5
	I4	Existência de monitoramento de chuva	SIM	0,5		I4	Monitoramento de cursos d'água (nível e vazão)	NÃO	0
	I5	Registros de incidentes envolvendo microdrenagem	NÃO	0		I5	Registros de incidentes envolvendo a macrodrenagem	SIM	0,5
TOTAL=			2,0		TOTAL=			2,0	

QUADRO 4.28 – AVALIAÇÃO DO INDICADOR RELACIONADO À QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

INDICADORES DE DRENAGEM URBANA									
SANTA RITA DO PASSA QUATRO									
MICRODRENAGEM					MACRODRENAGEM				
QUALITATIVO	Q1	Inexistência de Pontos de alagamento	NÃO	0	QUALITATIVO	Q1	Inexistência de pontos de inundação	NÃO	0
TOTAL=			0		TOTAL=			0	

Observa-se que Santa Rita do Passa Quatro apresenta somente uma deficiência quanto aos indicadores institucionais de macrodrenagem, pois não realiza monitoramento de nível e vazão dos seus cursos d'água.

Cabe destacar que apesar do Plano Diretor Urbanístico considerar o sistema de drenagem, não apresenta um capítulo focado nesse sistema.

Quanto ao sistema de microdrenagem, o município não pontuou dois indicadores. A ausência de uma equipe de inspeção e manutenção dificulta o controle sobre a execução e conservação do sistema de drenagem.

Vale ressaltar que o monitoramento das chuvas, é realizado pelo DAEE, sendo importante o município também registrar e elaborar um banco de dados.

É necessário também o monitoramento dos cursos d'água, do regime pluviométrico, e dos problemas envolvendo os sistemas de drenagem, a fim de o município registrar e criar um banco de dados dos incidentes e relacioná-los aos eventos naturais ocorridos.

5. OBJETIVOS E METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

5.1 ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA OS SISTEMAS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO

Neste capítulo serão definidos os objetivos e as metas para o Município de Santa Rita do Passa Quatro, contando com dados e informações que já foram sistematizados nos produtos anteriores, essencialmente quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de projeto, com relação ao nível de cobertura dos serviços de saneamento básico e sua futura universalização.

Sob essa intenção, os objetivos e metas serão mais bem detalhados em nível do território do município, orientando o desenvolvimento do programa de investimentos proposto, que constituirá a base do plano municipal.

Mais do que isso, com vistas à coerência no conceito dos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico, sobretudo quando postos frente ao Plano Regional Integrado de Saneamento Básico, os objetivos e metas também estão relacionados com a gestão de recursos hídricos da UGRHI 9, composta pelos 38 municípios⁶, a serem vistos em conjunto no contexto da bacia hidrográfica. Ou seja, em adição à abordagem dos PMSBs, este tópico considera a leitura sintética da região abrangida pela UGRHI 9, com a finalidade de identificar problemas comuns e eventuais conflitos entre os diferentes setores usuários de recursos hídricos, de modo a conferir subsídios à desejada definição de objetivos e metas dos PMSBs.

5.2 CONDICIONANTES E DIRETRIZES GERAIS ADVINDAS DE DIAGNÓSTICOS LOCAIS E REGIONAIS

Contando com todos os subsídios levantados – locais e regionais –, pode-se, então, chegar a conclusões e a diretrizes gerais relacionadas aos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico, que devem ser concebidos tanto sob a perspectiva local, quanto sob uma ótica regional, a ser traduzida no Plano Regional Integrado de Saneamento Básico.

Sob o conceito de Planos Integrados, entende-se que devem ser consideradas:

- ♦ de um lado, as articulações e mútuas repercussões entre os segmentos internos ao setor saneamento, que envolvem o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotos, a coleta e a disposição adequada de resíduos sólidos e, também, os sistemas de micro e macrodrenagem;

⁶ Na verdade, para elaboração dos planos municipais, foram agregados à UGRHI 9 três municípios, a saber: Cravinhos e Vargem Grande do Sul, da UGRHI 4 – Pardo, e Monte Alto – UGRHI 15 – Turvo-Grande.

- ♦ de outro, as ações conjuntas e processos de negociação para alocação das disponibilidades hídricas, com vistas a evitar conflitos com outros diferentes setores usuários das águas – no caso da UGRHI 9, com destaques para o setor agropecuário e de cultivos irrigados, a geração de hidroeletricidade, a produção industrial e a exploração de minérios.

Assim, sob tais subsídios e conceitos, em relação aos sistemas de abastecimento de água dos municípios da UGRHI 9, pode-se concluir que:

- ♦ há um quadro regional preocupante, em decorrência da baixa disponibilidade de água de boa qualidade, adequada à captação para abastecimento público;
- ♦ por consequência, ocorre elevada dependência de inúmeros municípios quanto:
 - ◇ à proteção e à operação adequada dos Reservatório Cachoeira de Cima em Mogi Guaçu e Reservatório Cachoeira das Emas em Pirassununga;
 - ◇ à melhoria da qualidade de água do próprio Rio Mogi Guaçu;
 - ◇ à proteção dos diversos mananciais locais (córregos, rios afluentes e mananciais subterrâneos);
 - ◇ sob as perspectivas do desenvolvimento regional, em decorrência da continuidade do processo de expansão e descentralização da RMSP, as disputas e conflitos pelas disponibilidades hídricas entre os diferentes setores usuários das águas tendem a implicar maiores dificuldades quanto ao abastecimento público.

No que tange aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, as conclusões são as seguintes:

- ♦ mesmo com diversos municípios da UGRHI 9 estando acima dos padrões nacionais de coleta e tratamento de esgotos, há espaço e demandas para avanços importantes, que terão rebatimentos positivos em termos da oferta de água para abastecimento, notadamente em termos da qualidade dos recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos;
- ♦ as prioridades desses avanços poderão ser estabelecidas de acordo com as associações de seus resultados em termos de melhoria de qualidade da água e proteção a mananciais de sistemas de abastecimento público.

Em relação aos sistemas de resíduos sólidos, não obstante os elevados percentuais de coleta, por vezes universalizados na maioria das cidades, pode-se concluir que os principais desafios referem-se:

- ♦ à disposição final adequada, com a implantação de aterros sanitários, com vistas a impedir a contaminação de aquíferos que sirvam como mananciais para abastecimento e, também, para reduzir os impactos negativos que são causados sobre as águas superficiais da região – rios córregos e reservatórios;

- ♦ à identificação de locais adequados, inclusive para empreendimentos coletivos de aterros sanitários e/ou unidades de valorização energética que atendam a conjuntos de municípios, considerando a perspectiva regional e o rebatimento de tais empreendimentos sobre o meio ambiente e sobre os recursos hídricos.

Por fim, em relação aos sistemas de drenagem, conclui-se que os casos mais frequentes dizem respeito:

- ♦ às inundações em locais específicos de áreas urbanas, o que requer intervenções de cunho mais pontual;
- ♦ à consideração, em termos de macrodrenagem, da operação adequada de barragens, para fins de reservação, regularização de vazões e controle de cheias;

Sob tais conclusões, os PMSBs devem considerar as seguintes diretrizes gerais:

- ♦ a universalização dos sistemas de abastecimento de água, não somente para atender às questões de saúde pública e direitos de cidadania, como também para que os mananciais presentes e potenciais sejam prontamente aproveitados para fins de abastecimento de água, consolidando o sistema de saneamento, prevendo projeções de demandas futuras e antecipando-se a possíveis disputas com outros setores usuários das águas;
- ♦ sob tal diretriz, apenas casos isolados de pequenas comunidades da área rural serão admitidos com metas ainda parciais, para chegar à futura universalização dos serviços de abastecimento de água;
- ♦ mais do que isso, também cabe uma diretriz voltada ao aumento da eficiência na distribuição de água potável, o que significa redução do índice de perdas reais e aparentes, com melhor aproveitamento dos mananciais utilizados;
- ♦ a máxima ampliação viável dos índices de coleta de esgotos sanitários, associados a sistemas de tratamento, notadamente nos casos onde possam ser identificados rebatimentos positivos sobre a qualidade de corpos hídricos nos trechos de jusante, com particular destaque à proteção dos Reservatórios Cachoeira de Cima e das Emas, que apresentam significativos impactos regionais – quantitativos e qualitativos – nas águas de jusante;
- ♦ tais resultados advindos da coleta e tratamento de esgotos não devem ser considerados somente na Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, mas também sobre as outras UGRHs que compõem as bacias hidrográficas do Estado de São Paulo;
- ♦ a implantação de todos os aterros sanitários demandados para a disposição adequada de resíduos sólidos – coletivos ou para casos isolados –, a serem construídos em locais identificados sob aspectos de facilidade logística e operacional, assim como de pontos que gerem menores repercussões negativas sobre o meio ambiente e os

recursos hídricos (ou seja, verificando acessibilidade, custos de transporte, tipo do solo, relevo e proximidade com corpos hídricos);

- ♦ a identificação de frentes para avanços relacionados a indicadores traçados para: serviço de coleta regular; saturação do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares; serviço de varrição das vias urbanas; destinação final dos resíduos sólidos industriais e manejo e destinação de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- ♦ execução de intervenções pontuais e de manutenção e limpeza em sistemas de macro e microdrenagem das cidades, a checagem de regras de operação de barragens, para fins de melhores resultados na reservação, regularização de vazões e controle de cheias, em termos de macrodrenagem;
- ♦ a previsão de tecnologias apropriadas à realidade local e regional para os quatro sistemas de saneamento;
- ♦ sob tal diretriz, das prioridades às tecnologias ambientalmente adequadas, que incentivam a redução das emissões de gases de efeito estufa.

5.3 OBJETIVOS E METAS

Em consonância com as diretrizes gerais, os Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico devem adotar os seguintes objetivos e metas, tal como já disposto, essencialmente, quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de projeto, em relação ao nível de cobertura e/ou aos padrões de atendimento dos serviços de saneamento básico e sua futura universalização, conforme apresentado nos itens a seguir, particularmente para cada sistema/serviço de saneamento.

5.3.1 Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotos Sanitários

No Quadro 5.1 encontram-se resumidos os objetivos e metas, considerando, em essência, metas progressivas de atendimento para consecução da universalização dos serviços, abordando as populações urbanas do Distrito Sede e do Distrito de Santa Cruz da Estrela. O período considerado está relacionado com um horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2015 e 2034.

QUADRO 5.1 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE COBERTURA, REDUÇÃO DAS PERDAS E ÍNDICES DE TRATAMENTO – MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO – ÁREA URBANA⁷

Serviços de Saneamento	ÁREA URBANA ATENDIDA PELO SISTEMA PÚBLICO			
	Objetivos	Situação Atual (2013)	Metas	Prazo
Água	Manter o índice de atendimento de água	Cobertura 100%	Cobertura 100%	2015 a 2034
	Reduzir as perdas de água	Índice de Perdas 45,0%	Índice de Perdas 25,0%	Longo Prazo até 2034
Esgotos	Manter o índice de coleta de esgotos	Cobertura 100%	Cobertura 100%	2015 a 2034
	Ampliar o índice de tratamento de esgotos	Índice de Tratamento Sede: 50% Distrito: 0%	Índice de Tratamento Sede: 100% Distrito: 100%	Curto Prazo - 2015 a 2018

Já para as áreas rurais do município, atualmente não atendidas pelo sistema público, apresentam-se no Quadro 5.2 os objetivos e metas.

QUADRO 5.2 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE COBERTURA E SUA FUTURA UNIVERSALIZAÇÃO – MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO – ÁREA RURAL

Serviços de Saneamento	ÁREA RURAL			
	Objetivos	Situação Atual	Metas	Prazo
Água	Universalizar o atendimento com água	Cobertura ND	Cobertura 100%	Longo Prazo até 2034
Esgotos	Universalizar a coleta e tratamento dos esgotos	Cobertura ND	Cobertura 100%	Longo Prazo até 2034

Com relação à área rural, adiante serão indicadas algumas soluções possíveis para se atingir a universalização do abastecimento de água e coleta e tratamento dos esgotos, baseadas em novas concepções e experiências desenvolvidas para várias localidades. Informações mais detalhadas, em relação à possibilidade de universalização do atendimento com água e esgotos, estarão indicadas em itens subsequentes desse PMSB.

5.3.2 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos

No Quadro 5.3 encontram-se resumidos os objetivos e as metas para a universalização do atendimento dos serviços de coleta e limpeza urbana e a disposição adequada dos resíduos sólidos domiciliares, da construção civil e de serviços de saúde, para o horizonte de projeto de 20 anos, ou seja, de 2015 a 2034.

⁷ 1 – O índice de cobertura de água refere-se ao indicador IN023 (índice de atendimento urbano de água) do SNIS (Municípios), que abrange a população urbana atendida em relação à população urbana total; 2 – O índice de perdas refere-se às perdas reais e aparentes na distribuição, associado ao indicador IN049 do SNIS; 3 – O índice de cobertura de coleta de esgotos refere-se ao indicador IN024 (Índice de atendimento urbano de esgotos) do SNIS, que abrange a população urbana atendida em relação à população urbana total; Ressalta-se que segundo o Gel, uma pequena parcela da área urbana não é atendida pelo sistema de coleta; 4 – O índice de tratamento de esgotos refere-se ao indicador IN016 (Índice de tratamento de esgotos) do SNIS, que abrange o volume de esgotos tratados em relação ao volume de esgotos coletados na área urbana.

QUADRO 5.3 – OBJETIVOS E METAS

Objetivos	Situação Atual (2013)	Metas	Prazo
Manter o índice de coleta de resíduos sólidos domiciliares	Cobertura 100%	Cobertura 100%	2015 a 2034
Ampliar o índice de coleta dos resíduos da construção civil	Cobertura ND	Cobertura 100%	2015 a 2034
Manter o índice de coleta de resíduos de serviços de saúde	Cobertura 100%	Cobertura 100%	2015 a 2034
Ampliar índice de reciclagem dos resíduos domiciliares coletados	ND	30%	2015 a 2034
Ampliar índice de reaproveitamento dos resíduos da construção civil coletados	0%	30%	2015 a 2034
Aumentar a nota da avaliação do IQR ⁸	80	100	2015 a 2034
Disposição adequada dos resíduos sólidos domiciliares	Adequado	Manter Adequado	2015 a 2034
Disposição adequada dos resíduos da construção civil	ND	Adequar	2015 a 2034
Tratamento e disposição adequada dos resíduos de serviços de saúde	Adequado	Manter adequado	2015 a 2034
Universalização dos serviços de limpeza e varrição	ND	100%	2015

5.3.3 Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

De acordo com o planejamento efetuado para elaboração deste Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das medidas necessárias para o Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas:

- ♦ obras emergenciais – de 2015 até o final de 2016 (imediatas);
- ♦ obras de curto prazo – de 2015 até o final do ano 2018 (4 anos);
- ♦ obras de médio prazo – de 2015 até o final do ano 2022 (8 anos);
- ♦ obras de longo prazo – A partir de 2023 até o final de plano (ano 2034).

No Quadro 5.4 encontram-se resumidos os objetivos e metas considerando, em essência, metas progressivas para o controle de inundações nas áreas urbanas. O período considerado está relacionado com um horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2015 e 2034.

QUADRO 5.4 – OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA – MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Objetivos	Situação Atual (2013)	Metas	Prazo
Controle de inundações	Pontos de inundação	Sem registros de problemas de inundação	Médio prazo

⁸ O IQR – Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos – Nova Proposta – é um indicador da CETESB que avalia diversos aspectos do aterro como: estruturas de apoio, aspectos operacionais, estruturas de proteção ambiental, características da área entre outros. Essa avaliação permite que seja atribuída uma nota à unidade, classificando-a como adequada ou inadequada.

6. *RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS, ESTIMATIVA DE CUSTOS E CRONOGRAMAS DA SEQUÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO*

6.1 *SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA*

6.1.1 *Resumo das Intervenções Principais e Estimativa de Custos*

O resumo das obras necessárias para o Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro encontra-se apresentado no Quadro 6.1. A estimativa de custos também é indicada, em termos globais e anuais, considerando-se todo o período de planejamento. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 14,1 milhões, com valores estimados na data base de dezembro de 2013.

QUADRO 6.1 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS E ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA⁹

Locais	Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Obras Principais Planejadas	Custos Estimados (R\$)	Investimentos Anuais Estimados (R\$)
ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE	PRODUÇÃO	AAB1	Médio Prazo - entre 2015 e 2022	• OSE: Substituição da adutora de água bruta da AAB1(EEAB1), com implantação de nova linha (D= 300 mm, L=1.000 m, FºFº).	1.500.000,00	2015 – 187.500,00 2016 – 187.500,00 2017 – 187.500,00 2018 – 187.500,00 2019 – 187.500,00 2020 – 187.500,00 2021 – 187.500,00 2022 – 187.500,00
		AAB2		• OSE: Substituição da adutora de água bruta AAB2 (EEAB2), com implantação de nova linha (D= 300 mm, L=1.090 m, FºFº).		
		EEAB2	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	• OSL: Instalação da unidade faltante (conjunto motobomba), englobando parte civil, elétrica, automação, arquitetura/paisagismo.	55.000,00	2015 – 13.750,00 2016 – 13.750,00 2017 – 13.750,00 2018 – 13.750,00
		ETA	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	• OSL: Implantação de sistemas de desidratação do lodo dos floculadores e decantadores das ETA's existente.	1.200.000,00	2015 – 300.000,00 2016 – 300.000,00 2017 – 300.000,00 2018 – 300.000,00
				• OSL: Implantação de sistemas de recirculação das águas de lavagem dos filtros das ETA's existente.		
			Emergencial – entre 2015 e 2016	• OSL: Reformas estruturais nas unidades da ETA.	1.500.000,00	2015 – 750.000,00 2016 – 750.000,00
	ELEVÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	EEAT1	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	• OSL: Instalação das unidades faltantes (conjunto motobomba), englobando parte civil, elétrica, automação, arquitetura/paisagismo.	90.000,00	2015 – 22.500,00 2016 – 22.500,00 2017 – 22.500,00 2018 – 22.500,00
		EEAT2				
		EEAT3				
		AAT1	Médio Prazo - entre 2015 e 2022	• OSE: Substituição da adutora de água tratada AAT1 (EEAT1), com implantação de nova linha (D= 200 mm, FºFº).	750.000,00	2015 – 93.750,00 2016 – 93.750,00 2017 – 93.750,00 2018 – 93.750,00 2019 – 93.750,00 2020 – 93.750,00 2021 – 93.750,00 2022 – 93.750,00
		AAT4		• OSE: Substituição da adutora de água tratada AAT4, com implantação de nova linha (D= 400 mm, FºFº).		
	DISTRIBUIÇÃO	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	• OSE: Substituição das tubulações em cimento amianto e FºFº, conforme dado no Plano Diretor de Combate a Perdas (2011).	8.600.000,00	2015 a 2034 430.000,00/ano
				• OSE: Implantação de um Programa de Redução de Perdas, conforme Plano Diretor de Combate a Perdas (2011).		
ÁREA URBANA – DISTRITO STA. CRUZ DA ESTRELA	PRODUÇÃO	CAPTAÇÃO	Emergencial – entre 2015 e 2016	• OSL: Ampliação do sistema produtor com implantação de um poço.	260.000,00	2015 – 130.000,00 2016 – 130.000,00
	DISTRIBUIÇÃO	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	• MNE: Implantação de um Programa de Redução de Perdas, que implique, de um modo geral, a setorização da rede, substituição de hidrômetros, pesquisa de vazamentos, implantação de VRPs, melhorias na gestão comercial, etc..	120.000,00	2015 a 2034 6.000,00/ano
				INVESTIMENTOS TOTAIS	14.075.000,00	

⁹ – valores arredondados

6.1.2 Cronograma da Sequência de Implantação das Intervenções Principais

De acordo com o planejamento efetuado para elaboração desse Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das obras necessárias no Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita do Passa Quatro:

- ♦ obras emergenciais – de 2015 até o final de 2016 (imediatas);
- ♦ obras de curto prazo – de 2015 até o final do ano 2018 (4 anos);
- ♦ obras de médio prazo – de 2015 até o final do ano 2022 (8 anos);
- ♦ obras de longo prazo – A partir de 2023 até o final de plano (ano 2034)¹⁰.

Em função dessa estruturação, apresenta-se na Figura 6.1, um cronograma elucidativo, com a sequência de implantação das obras necessárias no sistema:

¹⁰ Excepcionalmente, foi considerada como intervenção de longo prazo (2015 a 2034) a ampliação gradativa da rede de distribuição, em função do crescimento vegetativo das populações; idem em relação à implementação de um Programa de Redução de Perdas.

					Prazos																				
Locais	Sistemas	Unidades	Obras Principais Planejadas	Investimentos	Emergencial/ Curto Prazo				Médio Prazo				Longo Prazo												
				(R\$)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	
ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE	PRODUÇÃO	AAB1	Substituição da adutora de água bruta da AAB1(EEAB1), com implantação de nova linha (D= 300 mm, L=1.000 m, FºFº).	1.500.000,00																					
		AAB2	Substituição da adutora de água bruta AAB2 (EEAB2), com implantação de nova linha (D= 300 mm, L=1.090 m, FºFº).																						
		EEAB2	Instalação da unidade faltante (conjunto motobomba), englobando parte civil, elétrica, automação, arquitetura/paisagismo.	55.000,00																					
		ETA	Implantação de sistemas de desidratação do lodo dos floculadores e decantadores das ETA’s existente.	1.200.000,00																					
			Implantação de sistemas de recirculação das águas de lavagem dos filtros das ETA’s existente.																						
		Reformas estruturais nas unidades da ETA.		1.500.000,00																					
	ELEVÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	EEAT1	Instalação das unidades faltantes (conjunto motobomba), englobando parte civil, elétrica, automação, arquitetura/paisagismo.	90.000,00																					
		EEAT3																							
		AAT1	Substituição da adutora de água tratada AAT1 (EEAT1), com implantação de nova linha (D= 200 mm, FºFº).	750.000,00																					
		AAT4	Substituição da adutora de água tratada AAT4, com implantação de nova linha (D= 400 mm, FºFº).																						
	DISTRIBUIÇÃO	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	Substituição das tubulações em cimento amianto e FºFº, conforme dado no Plano Diretor de Combate a Perdas (2011).	8.600.000,00																					
			Implantação de um Programa de Redução de Perdas, conforme Plano Diretor de Combate a Perdas (2011).																						
ÁREA URBANA – DISTRITO STA. CRUZ DA ESTRELA	PRODUÇÃO	CAPTAÇÃO	Ampliação do sistema produtor com implantação de um poço.	260.000,00																					
	DISTRIBUIÇÃO	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	Implantação de um Programa de Redução de Perdas, que implique, de um modo geral, a setorização da rede, substituição de hidrômetros, pesquisa de vazamentos, implantação de VRPs, melhorias na gestão comercial, etc..	120.000,00																					
			INVESTIMENTOS TOTAIS	14.075.000,00	5.974.000,00				2.869.000,00				5.232.000,00												

Figura 6.1 - Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas no Sistema de Água

6.1.3 Principais Benefícios das Soluções Propostas

Tendo em vista as propostas de soluções apresentadas nos itens anteriores e cujas obras estão apresentadas na Ilustrações 6.1, tem-se como principais benefícios para o sistema de abastecimento de água:

- ♦ A universalização dos serviços, atendendo toda a população urbana dos distritos;
- ♦ A redução de perdas de água no processo, com a proposição de medidas correlatas, especialmente visando reduções no sistema de distribuição;
- ♦ Maior garantia de fornecimento de água com qualidade estabelecida pela legislação vigente, desde a saída da unidade de tratamento até as residências;
- ♦ Aumento da eficiência do sistema, com operação completa e eficaz, atrelada a substituição de unidades e implantação de outras em locais estratégicos;
- ♦ Melhoria no sistema de gerenciamento municipal, em função do maior controle dos processos realizados.

A Ilustração 6.1 a seguir apresenta as intervenções propostas para o sistema de abastecimento de água de Santa Rita do Passa Quatro.

ILUSTRAÇÃO 6.1 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SOLUÇÕES PROPOSTAS

6.2 SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS

6.2.1 *Resumo das Intervenções Principais e Estimativa de Custos*

O resumo das obras necessárias para o Sistema de Esgotos Sanitários de Santa Rita do Passa Quatro encontra-se apresentado no Quadro 6.2. A estimativa de custos também é indicada em termos globais e anuais, considerando-se todo o período de planejamento. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 51,4 milhões, com valores estimados na data base de dezembro de 2013.

QUADRO 6.2 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS E ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA O SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS¹¹

Locais	Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Obras Principais Planejadas	Custos Estimados (R\$)	Investimentos Anuais Estimados (R\$)
ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE	ENCAMINHAMENTO	REDE COLETORA	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	- OSE: Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 122 km, por novas em PVC. - OSE: elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital;	40.000.000,00	2015 a 2034 2.000.000,00/ano
			Emergencial – entre 2015 e 2016	OSE: Substituição do CT-2 (600 m) por outro, com tubulação em PVC.	200.000,00	2015 – 100.000,00 2016 – 100.000,00
			Emergencial – entre 2015 e 2016	OSE: Substituição de trecho do CT-1 (800 m) por outro com tubulação em PVC.	260.000,00	2015 – 130.000,00 2016 – 130.000,00
			Emergencial – entre 2015 e 2016	OSE: Substituição de trecho do interceptor (2.800 m) por outro com tubulação em PVC.	930.000,00	2015 – 465.000,00 2016 – 465.000,00
			Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSE: Implantação de rede coletora nos bairro Parque Lagoinha, Flamboyant e Recreio das Bandeirantes (6.800 m) e um total de 150 ligações domiciliares.	2.300.000,00	2015 – 575.000,00 2016 – 575.000,00 2017 – 575.000,00 2018 – 575.000,00
		ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSL: Implantação de elevatória (Bacia Capituva), incluindo casa de bombas e todos os componentes necessários.	110.000,00	2015 – 27.500,00 2016 – 27.500,00 2017 – 27.500,00 2018 – 27.500,00
		LINHA DE RECALQUE	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSE: Implantação do emissário de recalque referente a elevatória também a ser implantada (350 m, 75 mm, PVC).	45.000,00	2015 – 11.250,00 2016 – 11.250,00 2017 – 11.250,00 2018 – 11.250,00
		COLETOR TRONCO (1)	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSE: Implantação de Coletor Tronco (1.060 m) com diâmetro de 400 mm, conforme projeto existente.	5.500.000,00	2015 – 1.375.000,00 2016 – 1.375.000,00 2017 – 1.375.000,00 2018 – 1.375.000,00
		ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (1)	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSL: Implantação de elevatória (Bacia Capituva – EEE Final) com capacidade de 80 L/s, conforme projeto existente.		
		LINHA DE RECALQUE (1)	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSE: Implantação de emissário de recalque com extensão de 340 m, em FFº e diâmetro de 250 mm, conforme projeto existente.		
	TRATAMENTO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO (1)	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSL: Implantação da ETE com capacidade de 30,1 L/s, conforme projeto existente.		
		EMISSÁRIO (1)	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSE: Implantação de emissário de efluente tratado, com 1160 m, 400 mm, conforme projeto existente.		
ÁREA URBANA – DISTRITO STA. CRUZ DA ESTRELA	ENCAMINHAMENTO	REDE COLETORA	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	- OSE: Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 6,0 km, por novas em PVC. - OSE: elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital.	2.000.000,00	2015 a 2034 100.000,00/ano
	TRATAMENTO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	Curto Prazo- entre 2015 e 2018	OSL: Implantação de ETE com capacidade nominal mínima de 2,0 L/s.	60.000,00	2015 – 15.000,00 2016 – 15.000,00 2017 – 15.000,00 2018 – 15.000,00
				IINVESTIMENTOS TOTAIS	51.405.000,00	

(1) Os custos do sistema de esgotamento e tratamento da Bacia Capituva foram estimados com detalhes no projeto existente (TCRE Engenharia, 2010), e atualizados para a data base dez/13.

¹¹ – valores arredondados

6.2.2 Cronograma da Sequência de Implantação das Intervenções Principais

De acordo com o planejamento efetuado para elaboração desse Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das obras necessárias no Sistema de Esgotos Sanitários de Santa Rita do Passa Quatro:

- ♦ obras emergenciais – de 2015 até o final de 2016 (imediatas);
- ♦ obras de curto prazo – de 2015 até o final do ano 2018 (4 anos);
- ♦ obras de médio prazo – de 2015 até o final do ano 2022 (8anos);
- ♦ obras de longo prazo – A partir de 2023 até o final de plano (ano 2034)¹².

Em função dessa estruturação, apresenta-se, na Figura 6.2, um cronograma elucidativo, com a sequência de implantação das obras necessárias no sistema:

¹² Excepcionalmente, foi considerada como intervenção de longo prazo (2015 a 2034) a ampliação gradativa da rede coletora, em função do crescimento vegetativo das populações.

					Prazos																	
Locais	Sistemas	Unidades	Obras Principais Planejadas	Investimentos (R\$)	Emergencial/ Curto Prazo				Médio Prazo				Longo Prazo									
					2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE	ENCAMINHAMENTO	REDE COLETORA	Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 122 km, por novas em PVC.	40.000.000,00																		
			Elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital;																			
			Substituição do CT-2 (600 m) por outro, com tubulação em PVC.	200.000,00																		
			Substituição de trecho do CT-1 (800 m) por outro com tubulação em PVC.	260.000,00																		
			Substituição de trecho do interceptor (2.800 m) por outro com tubulação em PVC.	930.000,00																		
			Implantação de rede coletora nos bairro Parque Lagoinha, Flamboyant e Recreio das Bandeirantes (6.800 m) e um total de 150 ligações domiciliares.	2.300.000,00																		
		ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Implantação de elevatória (Bacia Capituva), incluindo casa de bombas e todos os componentes necessários.	110.000,00																		
		LINHA DE RECALQUE	Implantação do emissário de recalque referente à elevatória a também a ser implantada (350 m, 75 mm, PVC).	45.000,00																		
		COLETOR TRONCO	Implantação de Coletor Tronco (1.060 m) com diâmetro de 400 mm, conforme projeto existente.	5.500.000,00																		
		ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	Implantação de elevatória (Bacia Capituva – EEE Final) com capacidade de 80 L/s, conforme projeto existente.																			
LINHA DE RECALQUE	Implantação de emissário de recalque com extensão de 340 m, em FFº e diâmetro de 250 mm, conforme projeto existente.																					
TRATAMENTO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	Implantação da ETE com capacidade de 30,1 L/s, conforme projeto existente.																				
	EMISSÁRIO	Implantação de emissário de efluente tratado, com 1160 m, 400 mm, conforme projeto existente.																				
ÁREA URBANA – DISTRITO STA. CRUZ DA ESTRELA	ENCAMINHAMENTO	REDE COLETORA	Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 6,0 km, por novas em PVC.	2.000.000,00																		
			Elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital;																			
	TRATAMENTO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	Implantação de ETE com capacidade nominal mínima de 2,0 L/s.	60.000,00																		
			IINVESTIMENTOS TOTAIS	51.405.000,00	17.805.000,00				8.400.000,00				25.200.000,00									

Figura 6.2 - Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas no Sistema de Esgotos Sanitários

6.2.3 Principais Benefícios das Soluções Propostas

Tendo em vista as propostas de soluções apresentadas nos itens anteriores e cujas obras estão apresentadas na Ilustração 6.2, tem-se como principais benefícios para o sistema de esgotos sanitários:

- ♦ A universalização dos serviços, atendendo toda a população urbana dos distritos e aglomerados;
- ♦ Aumento da eficiência do sistema, com operação completa e eficaz, atrelada a substituição de unidades e implantação de outras em locais estratégicos;
- ♦ Melhoria no sistema de gerenciamento municipal, em função da nova configuração dos serviços;
- ♦ A redução e/ou eliminação de lançamento *in natura* de esgotos sanitários em corpos hídricos;
- ♦ Aumento da qualidade dos corpos hídricos, especialmente os situados nos limites territoriais do município de Santa Rita do Passa Quatro;
- ♦ Pode-se também citar, a diminuição de casos de contaminação por doenças de veiculação hídrica, em função da melhoria na qualidade da água dos rios/córregos presentes no município.

A Ilustração 6.2 a seguir apresenta as intervenções propostas para o sistema de esgotos sanitários.

ILUSTRAÇÃO 6.2 – SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS – INTERVENÇÕES PROPOSTAS

6.3 SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305 de 02/08/10, prevê, entre outros, que apenas os rejeitos devem ser dispostos em aterros e, sendo assim, o reaproveitamento dos resíduos passou a ser compromisso obrigatório das municipalidades.

Esse aspecto foi focado apenas para os resíduos domiciliares e da construção civil e demolição, tendo em vista que, pelos riscos à saúde devido às patogenicidades, os resíduos de serviços de saúde não são reaproveitáveis.

Uma vez que a PNRS discorre sobre todos os resíduos gerados no município, para a elaboração deste Produto, a formulação de alternativas e as soluções apresentadas nos itens subsequentes referem-se tanto aos resíduos gerados na área urbana quanto na área rural.

Neste relatório estão apresentadas propostas para equacionamento da disposição final dos resíduos sólidos gerados no município tendo como referência soluções que sejam de domínio municipal propiciando, dessa forma, a estimativa dos custos dessas intervenções sem o ganho de escala que pode ser obtido através de soluções regionais empregando o recurso do consórcio de municípios.

Tal procedimento dará subsídio para a abordagem qualitativa da solução consorciada a ser apresentada no Plano Regional Integrado de Saneamento Básico – PRISB.

6.3.1 Limpeza Pública

No âmbito dos serviços de limpeza pública recomenda-se que o município realize as seguintes atividades:

- ♦ Varrição manual - requer adequação da frequência do serviço em função das necessidades do local e a instalação de cestos em locais estratégicos para minimização dos resíduos, além da redução de riscos aos funcionários por meio de varrição mecanizada noturna em vias expressas e o atendimento de baixa frequência através de mutirões;
- ♦ Manutenção de vias e logradouros – através de fiscalizações para programação do serviço, manutenção de áreas verdes, prestação do serviço por meio de mutirões e mobilização de triturador para facilitar o transporte e o reaproveitamento dos resíduos de poda;
- ♦ Limpeza pós feiras livres – através do aperfeiçoamento do sistema de limpeza, da disponibilização de contêineres para lixo seco e úmido em local estratégico e lavagem pós varrição e aplicação de desinfetante nos locais de venda de pescados.

O detalhamento dos custos e a logística desses serviços demandam a elaboração de estudos mais detalhados como, por exemplo, o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS.

6.3.2 Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD)

Seguindo os preceitos da PNRS, há 3 destinos possíveis para os resíduos sólidos domiciliares:

- ◆ Central de Triagem e, posteriormente, reciclagem para os resíduos secos passíveis de reciclagem;
- ◆ Usina de Compostagem para os resíduos úmidos, compostos de matéria orgânica; e
- ◆ Aterro Sanitário para os rejeitos.

O reaproveitamento dos resíduos será implantado de maneira progressiva, conforme apresentado a seguir:

- ◆ Ano 1: faixa de 0 a 5%, com média anual de 2,5% de reaproveitamento;
- ◆ Ano 5: faixa de 5 a 10%, com média anual de 7,5% de reaproveitamento;
- ◆ Ano 10: faixa de 10 a 20%, com média anual de 15% de reaproveitamento;
- ◆ Ano 15: faixa de 20 a 30%, com média anual de 25% de reaproveitamento; e
- ◆ Ano 20 em diante: 30% de reaproveitamento.

Lembrando que dentre essa quantidade de resíduos reaproveitados, 30% corresponde ao lixo seco e, portanto, reciclável, enquanto que os 70% restantes seriam referentes ao lixo úmido, destinados à compostagem.

6.3.2.1 Central de Triagem

No município não há uma cooperativa oficial de reciclagem, no qual em um terreno ao lado do lixão há uma associação de catadores que selecionam do lixo o material reciclável. Dessa forma, será proposta a implantação de uma central de triagem, para atender toda a demanda ao longo do horizonte de projeto.

Assim, a projeção dos recicláveis ao longo do horizonte de projeto está apresentada no Quadro 6.3.

QUADRO 6.3 - PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RECICLÁVEIS

Ano	População (hab.)	Projeção de Recicláveis de RSD (t/ano)	Projeção de Recicláveis de RSD (t/dia)
2015	26.442	39,1	0,11
2016	26.430	39,1	0,11
2017	26.419	39,1	0,11
2018	26.408	116,8	0,32
2019	26.397	116,8	0,32
2020	26.385	116,8	0,32
2021	26.356	116,4	0,32
2022	26.326	116,4	0,32
2023	26.297	232,5	0,65
2024	26.267	232,1	0,64
2025	26.238	231,8	0,64
2026	26.197	231,0	0,64
2027	26.157	230,3	0,64
2028	26.116	383,3	1,06
2029	26.075	382,2	1,06
2030	26.035	381,4	1,06
2031	25.995	380,7	1,06
2032	25.954	379,6	1,05
2033	25.914	454,8	1,26
2034	25.874	453,7	1,26
TOTAL		4.674	Toneladas

Dessa forma, a central de triagem proposta deverá comportar no mínimo o recebimento diário de 1,26 toneladas de material reciclável.

Área requerida

Para o cálculo da área necessária para implantação da central de triagem, foi elaborada uma curva com dados de área e capacidade de unidades de diferentes dimensões. Essa curva está apresentada no Gráfico 6.1.

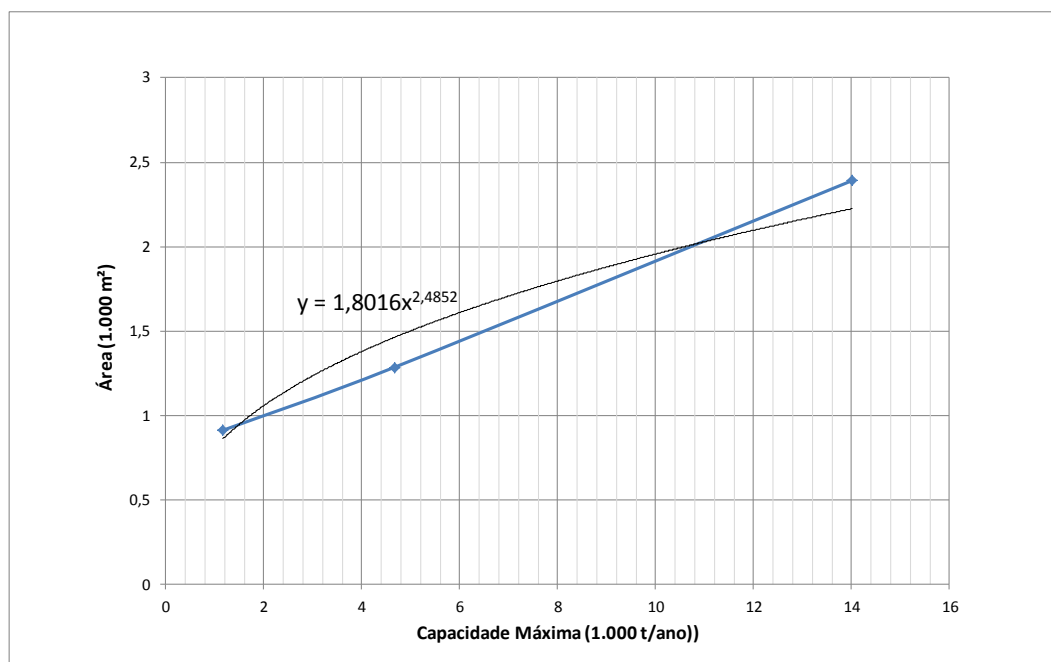


Gráfico 6.1 – Variação da área do terreno da CT em função da capacidade

6.3.2.2 Usina de Compostagem

O município não possui usina de compostagem. Desse modo, para o reaproveitamento da parte úmida dos resíduos, será necessária a implantação de uma usina no município.

Conforme citado no item anterior, a parcela úmida corresponde a 70% do total dos resíduos reaproveitáveis. O Quadro 6.4 apresenta a projeção dos materiais compostáveis.

QUADRO 6.4 - PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE COMPOSTÁVEIS

Ano	População (hab.)	Projeção de Compostáveis de RSD (t/ano)	Projeção de Compostáveis de RSD (t/dia)
2015	26.442	91,1	0,25
2016	26.430	91,1	0,25
2017	26.419	91,1	0,25
2018	26.408	272,5	0,76
2019	26.397	272,5	0,76
2020	26.385	272,5	0,76
2021	26.356	271,7	0,75
2022	26.326	271,7	0,75
2023	26.297	542,5	1,51
2024	26.267	541,7	1,50
2025	26.238	540,8	1,50
2026	26.197	539,1	1,50
2027	26.157	537,4	1,49
2028	26.116	894,3	2,48
2029	26.075	891,7	2,48
2030	26.035	890,0	2,47
2031	25.995	888,3	2,47
2032	25.954	885,7	2,46
2033	25.914	1.061,2	2,95
2034	25.874	1.058,6	2,94
TOTAL		10.906	Toneladas

Assim, a usina de compostagem deverá ter capacidade para receber no mínimo 2,94 toneladas diárias de matéria orgânica.

Área requerida

Para o cálculo da área necessária para implantação da usina de compostagem, foi elaborada uma curva com dados de área e capacidade de unidades de diferentes dimensões. Essa curva está apresentada no Gráfico 6.2.

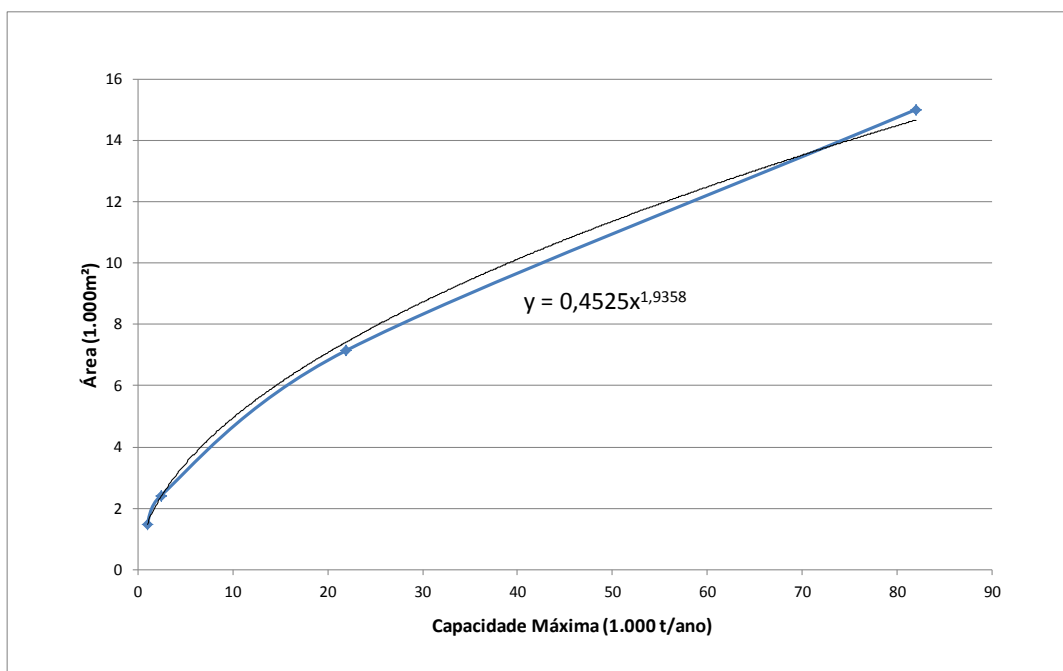


Gráfico 6.2 – Variação da área do terreno da UC em função da capacidade

6.3.2.3 Aterro Sanitário

O município de Santa Rita do Passa Quatro possui aterro próprio, com avaliação do IQR de 2012 em 8,0, sendo classificado como aterro adequado. No entanto essa unidade está sendo encerrada.

Atualmente há Licenças Prévias e de Instalação para um novo aterro que está sendo construído, com capacidade para receber 6,4 t/dia e com vida útil previsto de 4 anos.

Sendo assim, para atender toda a demanda do município até o ano de 2034, será necessária a implantação de uma nova unidade, que passará a funcionar a partir de 2018.

O Quadro 6.5 apresenta a evolução da geração de rejeitos, durante o horizonte de projeto.

QUADRO 6.5 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE REJEITOS DE RSD

Ano	População (hab.)	Projeção de Rejeitos de RSD (t/ano)	Projeção de Rejeitos de RSD (t/dia)
2015	26.442	5.075,9	13,91
2016	26.430	5.072,3	13,90
2017	26.419	5.069,9	13,89
2018	26.408	4.807,1	13,17
2019	26.397	4.803,4	13,16
2020	26.385	4.799,8	13,15
2021	26.356	4.792,5	13,13
2022	26.326	4.783,9	13,11
2023	26.297	4.388,5	12,02
2024	26.267	4.381,2	12,00
2025	26.238	4.373,9	11,98
2026	26.197	4.364,2	11,96
2027	26.157	4.354,5	11,93
2028	26.116	3.832,5	10,50
2029	26.075	3.824,0	10,48
2030	26.035	3.815,5	10,45
2031	25.995	3.805,7	10,43
2032	25.954	3.797,2	10,40
2033	25.914	3.535,6	9,69
2034	25.874	3.527,1	9,66
Total (2018-2034)		71.986,5	Toneladas
TOTAL		87.205	

O aterro sanitário a ser implantado deverá ter capacidade mínima para receber 71.987 toneladas de rejeitos, gerados durante o período de 2018 a 2034.

Cabe salientar que essa quantidade é uma estimativa e depende do atendimento às metas de reaproveitamento estabelecidas anteriormente.

Área requerida

Para o cálculo da área necessária para implantação do aterro sanitário, foi elaborada uma curva com dados de área e população. Essa curva está apresentada no Gráfico 6.3.

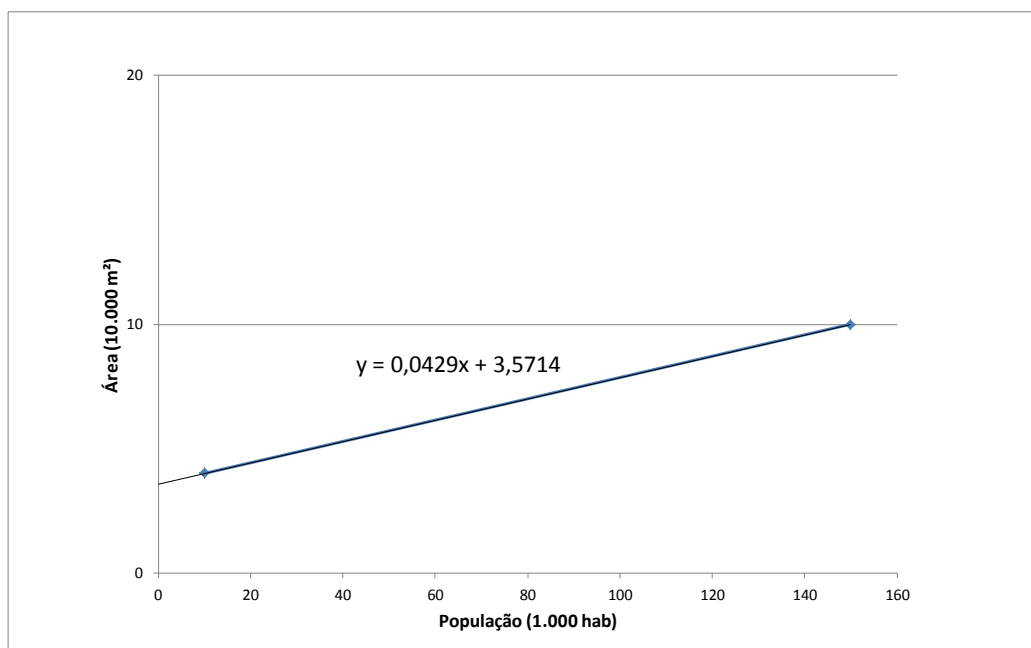


Gráfico 6.3 – Variação da área do terreno do ATS em função da população

♦ Lei Estadual 13.798/2009

Nos aterros sanitários ocorre a decomposição anaeróbia da matéria orgânica presente nos resíduos, com a consequente produção do biogás. De maneira geral, o biogás é composto em maior fração pelos gases metano e dióxido de carbono (gases causadores de efeito estufa), bem como por traços de outros gases, tais como hidrogênio, gás sulfídrico, oxigênio, amoníaco e nitrogênio. A composição de cada um dos gases, entretanto, pode variar de acordo com o material orgânico utilizado e o tipo de tratamento anaeróbio.

O biogás produzido nos aterros sanitários contribui de maneira significativa para o aumento da concentração de metano na atmosfera. Segundo a CETESB, 50% a 70% do volume do biogás produzido é composto por esse gás. Diante desse cenário, o Estado de São Paulo enfatiza, por meio da Lei nº 13.798/2009, a necessidade de se tomar ações no sentido de mitigar as emissões de metano decorrentes do gerenciamento de resíduos. Ao instituir a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), a lei define como meta apresentar, em 2020, uma redução das emissões totais de gases de efeito estufa em 20% em relação aos totais observados em 2005.

Dessa forma, algumas técnicas podem ser adotadas com o objetivo de mitigar as emissões de metano geradas por aterros sanitários. As principais alternativas utilizadas atualmente em escala comercial são: captura dos gases com queima em *flares* e captura dos gases para geração de energia. No primeiro caso, os gases gerados no aterro são captados em tubulações e queimados na saída dos drenos, transformando-se em dióxido de carbono, o qual possui potencial de geração de efeito estufa significativamente menor. No segundo caso, os gases captados são encaminhados para uma usina de geração,

onde alimentam motogeradores para a produção de eletricidade. Embora a opção de captura de gases para geração de energia seja mais vantajosa ambientalmente do que a simples queima em *flares*, em termos econômicos essa técnica não é considerada uma iniciativa muito interessante.

Outra opção que tem sido testada em escala laboratorial é o tratamento do biogás através de um sistema de biofiltros, o qual é composto por bactérias capazes de oxidar e consumir o gás metano, produzindo dióxido de carbono e água. Essa técnica tem como objetivo criar condições de desenvolvimento das bactérias consumidoras de metano na parte superior do sistema de cobertura do aterro, o que propicia a minimização das emissões de gases devido ao escape sem controle pelo sistema de cobertura. Essa opção, apesar de ainda não ser utilizada em escala comercial, apresenta a vantagem de permitir a geração de créditos de carbono, tendo em vista que reduz as emissões de gases de efeito estufa.

No aterro de Santa Rita do Passa Quatro não foi identificada nenhuma atividade que visa à redução das emissões de gases de efeito estufa. No entanto, uma vez que foi proposta a implantação de uma nova unidade no município, deverão ser elaborados estudos de viabilidade de atividades que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa, além do monitoramento desses gases.

6.3.3 Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCC)

Para os resíduos da construção civil e demolição, há 2 destinos possíveis:

- ♦ Central de Britagem; e
- ♦ Aterro de Inertes.

Assim como nos resíduos domiciliares, o reaproveitamento dos resíduos da construção civil e demolição ocorrerá gradualmente, conforme a progressão:

- ♦ Ano 1: faixa de 0 a 5%, com média anual de 2,5% de reaproveitamento;
- ♦ Ano 5: faixa de 5 a 10%, com média anual de 7,5% de reaproveitamento;
- ♦ Ano 10: faixa de 10 a 20%, com média anual de 15% de reaproveitamento;
- ♦ Ano 15: faixa de 20 a 30%, com média anual de 25% de reaproveitamento; e
- ♦ Ano 20 em diante: 30% de reaproveitamento.

6.3.3.1 Central de Britagem

Santa Rita do Passa Quatro não faz o reaproveitamento dos resíduos da construção civil e demolição, pois não há uma central de britagem e nem britador. Assim, deverá ser implantada no município uma central de britagem.

O Quadro 6.6 apresenta a projeção dos resíduos da reaproveitáveis da construção civil.

QUADRO 6.6 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE REAPROVEITÁVEIS

Ano	População (hab.)	Projeção de Reaproveitáveis de RCC (t/ano)	Projeção de Reaproveitáveis de RCC (t/dia)
2015	26.442	120,8	0,33
2016	26.430	120,7	0,33
2017	26.419	120,7	0,33
2018	26.408	361,7	0,99
2019	26.397	361,4	0,99
2020	26.385	361,1	0,99
2021	26.356	360,3	0,99
2022	26.326	359,5	0,99
2023	26.297	717,6	1,97
2024	26.267	716,0	1,96
2025	26.238	714,5	1,96
2026	26.197	712,5	1,95
2027	26.157	710,3	1,95
2028	26.116	1.180,4	3,23
2029	26.075	1.177,0	3,22
2030	26.035	1.173,5	3,22
2031	25.995	1.170,1	3,21
2032	25.954	1.166,7	3,20
2033	25.914	1.395,9	3,82
2034	25.874	1.391,7	3,81
TOTAL		14.392,3	Toneladas

Assim, a central de britagem deverá ter capacidade para receber e britar, no mínimo, 3,82 toneladas diárias de resíduos da construção civil e demolição.

Área requerida

A área necessária para implantação da central de britagem foi calculada pela curva elaborada a partir de dados de capacidade e área de implantação de centrais de britagem de diferentes portes. A área mínima considerada é de 900 m². O Gráfico 6.4 ilustra essa curva.

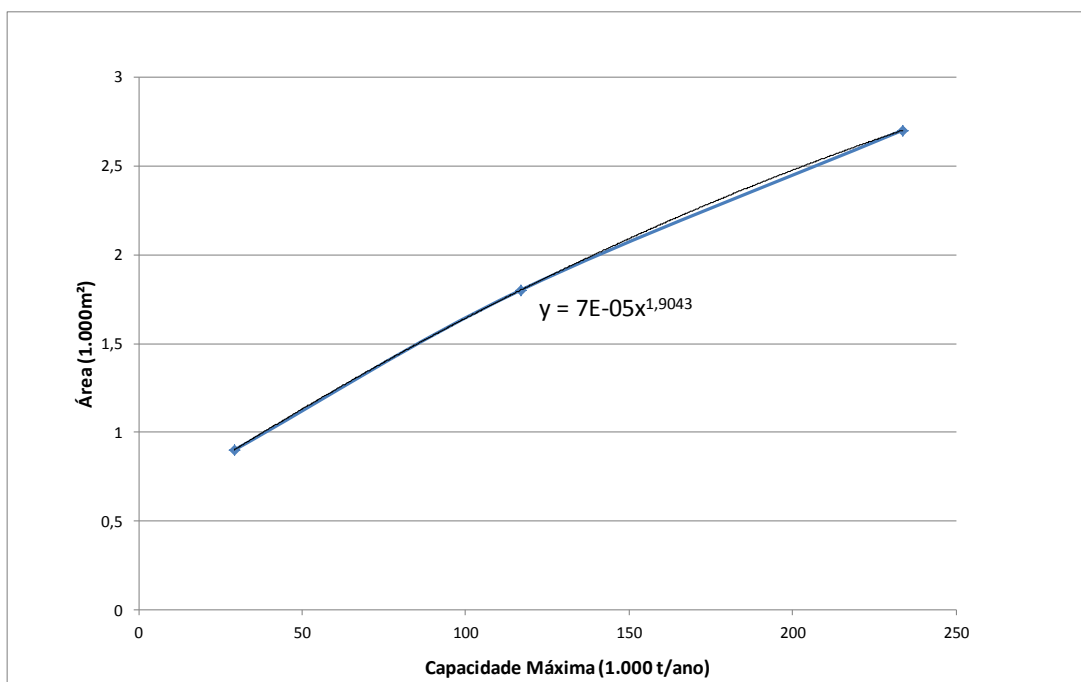


Gráfico 6.4 – Variação da área do terreno da CB em função da capacidade

6.3.3.2 Aterro de Inertes

O município não possui um aterro de inertes e os resíduos da construção civil e demolição são de responsabilidade dos próprios geradores, que contratam empresas terceirizadas para realizar a coleta e a destinação final.

Sendo assim, será considerada a implantação de um aterro, devidamente licenciado, e com capacidade para receber os rejeitos gerados durante todo horizonte de projeto.

A projeção da geração dos rejeitos de resíduos da construção civil e demolição está apresentada no Quadro 6.7.

QUADRO 6.7 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE REJEITOS DE RCC

Ano	População (hab.)	Projeção de Rejeitos de RCC (t/ano)	Projeção de Rejeitos de RCC (t/dia)
2015	26.442	4.713,4	12,91
2016	26.430	4.708,5	12,90
2017	26.419	4.704,9	12,89
2018	26.408	4.460,3	12,22
2019	26.397	4.456,7	12,21
2020	26.385	4.453,0	12,20
2021	26.356	4.443,3	12,17
2022	26.326	4.434,8	12,15
2023	26.297	4.066,1	11,14
2024	26.267	4.057,6	11,12
2025	26.238	4.049,1	11,09
2026	26.197	4.036,9	11,06
2027	26.157	4.024,7	11,03
2028	26.116	3.541,7	9,70
2029	26.075	3.530,8	9,67
2030	26.035	3.521,0	9,65
2031	25.995	3.510,1	9,62
2032	25.954	3.500,4	9,59
2033	25.914	3.257,0	8,92
2034	25.874	3.247,3	8,90
TOTAL		80.717,3	Toneladas

O aterro de inertes de Santa Rita do Passa Quatro deverá ter a capacidade mínima de receber 80.718 toneladas de resíduos da construção civil e demolição, que corresponde ao total gerado durante todo o horizonte de projeto.

No entanto, essa quantidade é apenas estimativa, dependendo do atendimento às metas de reaproveitamento estabelecidas anteriormente.

Área requerida

As instalações de apoio e a configuração do maciço para o aterro de inertes são similares aos aterros sanitários, portanto, admitiu-se uma área mínima para implantação do aterro de inertes de 4 ha, similar ao aterro sanitário.

Porém, como os aterros de inertes não necessitam de área para tratamento de gases e chorume, admitiu-se que a área necessária para implantação do aterro de inertes para população de 150.000 habitantes é de 88% da área necessária para implantação do aterro sanitário. O Gráfico 6.5 apresenta a curva resultante.

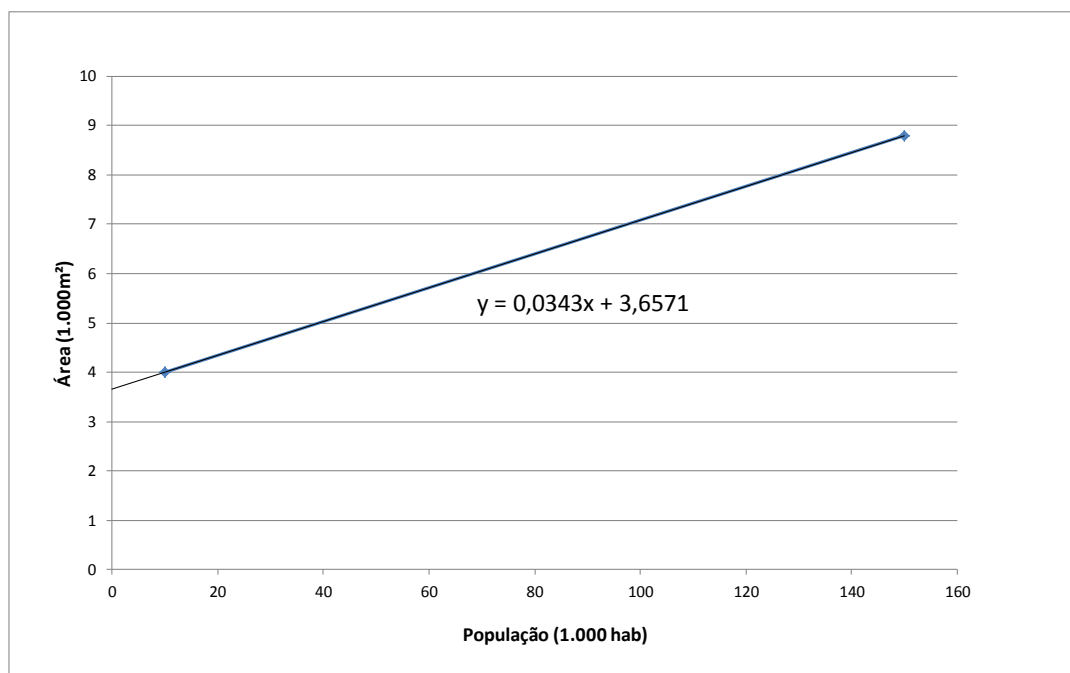


Gráfico 6.5 – Variação da área do terreno do ATI em função da população

6.3.4 Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS)

O transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde são de responsabilidade de uma empresa de Guatapará.

O Quadro 6.8 apresenta a projeção da geração de resíduos de serviços de saúde.

QUADRO 6.8 – PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS DE RSS

Ano	População (hab.)	Projeção de Resíduos de RSS (t/ano)	Projeção de Resíduos de RSS (t/dia)
2015	26.442	14,6	0,0401
2016	26.430	14,6	0,0401
2017	26.419	14,6	0,0401
2018	26.408	14,5	0,0398
2019	26.397	14,5	0,0398
2020	26.385	14,5	0,0398
2021	26.356	14,5	0,0398
2022	26.326	14,5	0,0398
2023	26.297	14,5	0,0398
2024	26.267	14,4	0,0395
2025	26.238	14,4	0,0395
2026	26.197	14,4	0,0395
2027	26.157	14,3	0,0391
2028	26.116	14,3	0,0391
2029	26.075	14,3	0,0391
2030	26.035	14,2	0,0388
2031	25.995	14,2	0,0388
2032	25.954	14,2	0,0388
2033	25.914	14,0	0,0385
2034	25.874	14,0	0,0385
TOTAL		287,6	Toneladas

Assim, essa atual unidade de tratamento para os resíduos provenientes dos serviços de saúde deverá tratar 40,1 quilogramas diárias de resíduos.

Uma possível unidade municipal não foi considerada, uma vez que os custos de implantação, operação e manutenção seriam muito altos para tratar pouca quantidade de resíduo. Além disso, em média, no Brasil a capacidade mínima de uma unidade de tratamento é de 3 t/dia e a máxima de 6 t/dia¹³, bastante superior às necessidades diárias de Santa Rita do Passa Quatro.

6.3.5 Outros resíduos

Embora não faça parte do escopo deste Plano de Saneamento, apresenta-se a seguir uma abordagem geral dos resíduos especiais e industriais. Para maiores detalhes quanto à geração, destinação e gestão deste tipo de resíduos será necessária a elaboração de um Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos.

6.3.5.1 Domésticos

Além dos chamados resíduos sólidos domiciliares, os resíduos gerados nos domicílios e grandes geradores contêm materiais especiais, cujo reaproveitamento está vinculado a processos mais complexos e onerosos.

¹³ Fonte: Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Sorocaba

Segundo preconiza a PNRS, a gestão desse tipo de resíduos ocorre através da chamada logística reversa, que significa providenciar meios de retorno desses materiais para os próprios geradores, sejam fabricantes, distribuidores ou simplesmente vendedores.

A logística reversa prevista na PNRS pode ser implementada através de Acordos Setoriais, que prevê responsabilidade compartilhada entre o poder público e fabricantes, importados, distribuidores ou comerciantes, pelo ciclo de vida do produto.

Esse processo já é realizado para alguns materiais e, como exemplos, podem-se citar os pneus usados e as embalagens de óleo lubrificantes, para os quais já existe o compromisso de reciclagem gradativa pelos próprios fabricantes, o que obriga os respectivos distribuidores a recebê-los de volta ao término da sua vida útil.

Com relação às pilhas e baterias, a Resolução CONAMA nº 257/99 estabelece os limites do que pode ser descartado como lixo comum e o que deve ser recolhido separadamente e conduzido para aterros industriais de resíduos perigosos.

As lâmpadas fluorescentes, por emitirem vapores de mercúrio que podem contaminar o solo e as águas subterrâneas e serem facilmente absorvidos pelos organismos vivos por meio da cadeia alimentar, também necessitam de tratamento em unidades específicas.

6.3.5.2 Industriais

A PNRS define, em seu artigo 13, resíduos industriais como aqueles gerados no processo produtivos e instalações industriais. Entre os resíduos industriais, inclui-se também grande quantidade de material perigoso, que necessita de tratamento especial devido ao seu alto potencial de impacto ambiental à saúde.

Já o CONAMA define, na Resolução nº 313/02, como todo resíduo que resulte de atividades industriais e que se encontre nos estados sólidos, semissólido, gasoso – quando contido, e líquido – cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água, ou que exijam para isso, soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição.

No Brasil, o gerador é responsável pelo resíduo gerado, e esta responsabilidade está descrita no artigo 10 da PNRS. Preferencialmente, os resíduos industriais devem ser tratados e depositados no local onde foram gerados, bem como devem ter destinação adequada, de acordo com as normas legais e técnicas vigentes.

6.3.6 *Resumo das Intervenções no Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos*

O resumo das obras necessárias para o Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos está apresentado no Quadro 6.9. A estimativa de custos também é indicada em termos globais anuais, considerando-se todo o horizonte de planejamento, de acordo com a metodologia apresentada no item anterior. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 6,5 milhões, com valores estimados na data base de dezembro de 2013.

QUADRO 6.9 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS NO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Obras Principais Planejadas	Custos Estimados (R\$)	Investimentos Anuais Estimados (R\$)
CENTRAL DE TRIAGEM (RSD)	Curto Prazo – entre 2015 e 2018	• OSL: Implantação da Central de Triagem com capacidade mínima de 1,26 t/dia.	106.437,00	2015 – 106.437,00
	Longo Prazo – entre 2015 e 2034	• OSL: Manutenção do local e dos equipamentos.	6.386,00	2025 – 6.386,00
USINA DE COMPOSTAGEM (RSD)	Curto Prazo – entre 2015 e 2018	• OSL: Implantação de uma Usina de Compostagem, com capacidade mínima de receber 2,94 t/dia.	224.716,00	2015 – 224.716,00
	Longo Prazo – entre 2015 e 2034	• OSL: Manutenção do local e dos equipamentos.	15.730,00	2025 – 15.730,00
CENTRAL DE BRITAGEM (RCC)	Curto Prazo – entre 2015 e 2018	• OSL: Implantação de uma Central de Britagem, com capacidade mínima de britar 3,82 t/dia.	31.523,00	2015 – 31.523,00
	Longo Prazo – entre 2015 e 2034	• OSL: Manutenção do local e dos equipamentos.	57.292,00	2020 – 18.233,00 2025 – 20.826,00 2030 – 18.233,00
ATERRO DE REJEITOS (RSD)	Curto Prazo – entre 2017 e 2018	• OSL: Implantação de um Aterro Sanitário, com capacidade mínima de 87.205 toneladas.	1.782.247,00	2015 – 1.782.247,00
	Longo Prazo – entre 2017 e 2034	• OSL: Manutenção do local e dos equipamentos.	3.526.735,00	2020 – 1.079.921,00 2025 – 1.366.893,00 2030 – 1.079.921,00
ATERRO DE REJEITOS (RCC)	Curto Prazo – entre 2015 e 2018	• OSL: Implantação de um Aterro de Inertes, com capacidade mínima de 71.897 toneladas.	250.576,00	2015 – 250.576,00
	Longo Prazo – entre 2015 e 2034	• OSL: Manutenção do local e dos equipamentos.	455.417,00	2020 – 144.935,00 2025 – 165.548,00 2030 – 144.935,00
INVESTIMENTOS TOTAIS			6.457.060,00	-

As intervenções propostas acima visam à universalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Para o melhor funcionamento do sistema, além das obras previstas, há necessidade de medidas complementares como a elaboração de projetos de setorização da coleta, com dias e horários definidos para cada região e o tipo de resíduos a ser coletado; programa de educação e conscientização da população para a reciclagem e o reaproveitamento; cadastro atualizado dos funcionários da cooperativa de reciclagem; melhorias nas condições do atual aterro como a impermeabilização do solo, a drenagem definitiva de águas pluviais, a drenagem de gases, o monitoramento de águas subterrâneas e a eliminação da presença de animais e aves; adequação do aterro de inertes; melhorias na infraestrutura de limpeza urbana através do cadastro de funcionários e distribuição de uniformes e EPIs para os mesmos; elaboração de estudos de viabilidade das atividades que reduzam a emissão de gases do efeito estufa e monitoramento desses efluentes (atendendo à Lei Estadual 13.798/2009), inclusive com recuperação energética; estudo de viabilidade de implantação de unidade de valorização energética (UVE) como opção ao aterro; e a elaboração de um Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos.

6.3.7 Cronograma da Sequência de Implantação das Intervenções Principais

Assim como para o sistema de abastecimento de água e para o sistema de esgotos sanitários, a estruturação sequencial para implantação das obras do sistema de resíduos sólidos é:

- ♦ obras emergenciais – de 2015 até o final de 2016 (imediatas);
- ♦ obras de curto prazo – de 2015 até o final do ano 2018 (4 anos);
- ♦ obras de médio prazo – de 2015 até o final do ano 2022 (8anos);
- ♦ obras de longo prazo – de 2023 até o final de plano (ano 2034).

Em função dessa estruturação, apresenta-se, na Figura 6.3, um cronograma elucidativo, com a sequência de implantação das obras necessárias no sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO DE PROPOSTAS
DATA BASE - DEZEMBRO 2013

			Emergencial/ Curto Prazo				Médio Prazo				Longo Prazo											
Unidade	Intervenção	Investimento (R\$)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Central de Triagem (CT)	Implantação da CT, com capacidade mínima para 1,26 t/dia	R\$ 106.437,00																				
	Manutenção do local e dos equipamentos	R\$ 6.386,00																				
Usina de Compostagem (UC)	Implantação da UC, com capacidade mínima para 2,94 t/dia	R\$ 224.716,00																				
	Manutenção do local e dos equipamentos	R\$ 15.730,00																				
Aterro de Rejeitos de RSD (ATS)	Implantação de ATS, capacidade mínima para 71.897 t	R\$ 1.782.247,00																				
	Manutenção do local e dos equipamentos	R\$ 3.526.735,00																				
Central de Britagem (CB)	Implantação da CB, capacidade mínima para 3,82 t/dia	R\$ 31.523,00																				
	Manutenção do local e dos equipamentos	R\$ 57.292,00																				
Aterro de Rejeitos de RCC (ATI)	Implantação de ATI, capacidade mínima para 80.718 t	R\$ 250.576,00																				
	Manutenção do local e dos equipamentos	R\$ 455.417,00																				
INVESTIMENTOS TOTAIS		6.457.060,00	2.395.499,00				1.243.089,00				2.818.472,00											

Figura 6.3 - Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas no Sistema de Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos

6.3.8 Principais Benefícios das Soluções Propostas

Os benefícios gerados pelas obras e soluções apresentadas para o sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos estão listadas:

- ♦ Universalização do sistema;
- ♦ Aumento do reaproveitamento dos resíduos e, conseqüentemente, a diminuição da geração de rejeitos e aumento da vida útil dos aterros (sanitário e inerte);
- ♦ Eliminação da disposição irregular, da contaminação do solo e da veiculação de doenças;
- ♦ Redução de pontos de inundação causados pelo carreamento dos resíduos dispostos irregularmente;
- ♦ Eliminação do risco de contaminação com os resíduos provenientes de serviços de saúde.

A Ilustração 6.3 apresenta as intervenções propostas para o sistema de resíduos sólidos.

ILUSTRAÇÃO 6.3 – SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – INTERVENÇÕES PROPOSTAS

6.4 SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

6.4.1 Medidas Estruturais

No caso do sistema de drenagem urbana, as propostas de combate à inundação já estão definidas pelo Plano Diretor de Macrodrenagem Urbana do município de Santa Rita do Passa Quatro (2010). Portanto, a formulação de novas propostas não é aplicável nesse caso, já que existe um planejamento de obras no sistema.

Foram identificados os pontos críticos no sistema de macrodrenagem. O Quadro 6.10 apresenta esses pontos e suas vazões resultantes.

QUADRO 6.10 – DIAGNÓSTICO DOS PONTOS CRÍTICOS DO SISTEMA DE MACRODRENAGEM DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Local	Capacidade da Seção (m³/s)	Vazão projeto (m³/s)	Déficit (m³/s)
Travessia a jusante da via Zequinha de Abreu	25,71	30,14	4,43
Travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles	1,11	18,43	17,32
Travessia da Avenida Professor José Gonso	11,84	15,32	3,48
Travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe	21,37	37,69	16,32

As características hidráulicas propostas pelo Plano estão descritas, a seguir:

Via Zequinha de Abreu

A travessia deve apresentar as seguintes características:

- ♦ Seção: retangular;
- ♦ Revestimento: concreto;
- ♦ Vazão de projeto: 30,14 m³/s;
- ♦ Largura: 4m;
- ♦ Altura necessária: 3m;
- ♦ Declividade mínima: 0,26%;
- ♦ Declividade máxima: 0,54%;
- ♦ Velocidade do escoamento: 3,03 m/s.

Travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles

A travessia deve apresentar as seguintes características:

- ♦ Seção: aduela com largura: 3m x altura: 2,5m;
- ♦ Revestimento: concreto;
- ♦ Vazão de projeto: 18,43 m³/s;
- ♦ Largura: 3m;
- ♦ Altura necessária: 2,5m;
- ♦ Declividade mínima: 0,35%;
- ♦ Declividade máxima: 0,75%;
- ♦ Velocidade do escoamento: 2,99 m/s.

Travessia da Avenida Professor José Gonso

A travessia deve apresentar as seguintes características:

- ♦ Seção: aduela com largura: 3m x altura: 2,0m;
- ♦ Revestimento: concreto;
- ♦ Vazão de projeto: 15,32 m³/s;
- ♦ Largura: 3m;
- ♦ Altura necessária: 2m;
- ♦ Declividade mínima: 0,47%;
- ♦ Declividade máxima: 0,85%;
- ♦ Velocidade do escoamento: 3,19 m/s.

Travessia da Avenida Professor José Gonso

A travessia deve apresentar as seguintes características:

- ♦ Seção: aduela com largura: retangular;
- ♦ Revestimento: concreto;
- ♦ Vazão de projeto: 18,85 m³/s;

- ♦ Largura: 2,5m;
- ♦ Altura necessária: 2,48m;
- ♦ Declividade mínima: 0,60%;
- ♦ Declividade máxima: 0,76%;
- ♦ Velocidade do escoamento: 3,64 m/s.

O Plano de Macrodrenagem (2010) também segmentou os cursos d'água em trechos e verificou-os com a instrução normativa do DAEE "*Guia prático para Projetos de Pequenas Obras Hidráulicas*". Assim definiram-se as características hidráulicas que cada trecho avaliado deveria ser adequado.

O município de Santa Rita do Passa Quatro apresenta 90% dos trechos de seus cursos d'água canalizados dificultando sua compatibilização com as seções propostas. Portanto o Plano sugere, como ideal, aproveitar os canais que apresentarem seções adequadas e executar degraus ao longo do trecho canalizado a fim de dissipar a energia desenvolvida.

6.4.2 Medidas não-estruturais

Além das propostas acima, foram adotadas, para o presente Plano, são elaboradas proposições baseadas na avaliação dos indicadores institucionais..

Para o sistema de microdrenagem propõe-se:

- ♦ Criar uma estrutura de inspeção e manutenção da drenagem;
- ♦ Elaborar padronização para projeto viário e drenagem pluvial;
- ♦ Registros de incidentes envolvendo microdrenagem;
- ♦ Monitoramento de chuva pelo município.
- ♦ Já para o sistema de macrodrenagem, propõe-se:
- ♦ Monitoramento de nível e vazão pelo município.

6.4.3 Resumo das Intervenções Principais e Estimativa de Custos

O resumo das intervenções necessárias para o sistema de drenagem urbana de Santa Rita do Passa Quatro encontra-se apresentado no Quadro 6.11. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 1 milhão, com valores estimados na data base de Dezembro de 2013.

QUADRO 6.11 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS E ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA O SISTEMA DE DRENAGEM

Tipo de Intervenção	Prazo de Implantação	Obras Principais Planejadas	Custos Estimados (R\$)	Investimentos Anuais Estimados (R\$)
Obras e serviços localizados	Médio Prazo até 2022	Redimensionamento da travessia a jusante da via Zequinha de Abreu	588.000,00	2019-294.000,00 2020-294.000,00
Obras e serviços localizados	Médio Prazo até 2022	Redimensionamento da travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles	110.000,00	2021-55.000,00 2022-55.000,00
Obras e serviços localizados	Emergencial até 2016	Redimensionamento da travessia da Avenida Professor José Gonso	49.000,00	2015-24.500,00 2016-24.500,00
Obras e serviços localizados	Curto Prazo até 2018	Redimensionamento da travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe	274.000,00	2017-137.000,00 2018-137.000,00
Medidas não-estruturais	Emergencial até 2016	Estudos complementares para execução de degraus hidráulicos ao longo dos cursos d'água	Custos considerados nas DEX	-
Medidas não-estruturais	Longo Prazo- até 2034	Criar uma estrutura de inspeção e manutenção da drenagem, Registros de incidentes envolvendo microdrenagem, Monitoramento de chuva, nível e vazão pelo município, Elaborar padronização para projeto viário e drenagem pluvial.	Custos considerados nas DEX	-
		INVESTIMENTOS TOTAIS	1.021.000,00	

6.4.4 Cronograma da Sequência de Implantação das Intervenções Principais

Apresenta-se na Figura 6.4, um cronograma com a sequência de implantação das intervenções necessárias no sistema.

		Emergencial/ Curto Prazo				Médio Prazo				Longo Prazo											
Intervenção	Investimento (R\$)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Redimensionamento da travessia a jusante da via Zequinha de Abreu	588.000,00																				
Redimensionamento da travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles	110.000,00																				
Redimensionamento da travessia da Avenida Professor José Gonso	49.000,00																				
Redimensionamento da travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe	274.000,00																				
TOTAIS	1.021.000,00	323.000,00				698.000,00															

Figura 6.4 - Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas no Sistema de Drenagem Urbana

6.4.5 Principais Benefícios das Soluções Propostas

Os principais benefícios proporcionados por essas intervenções no município de Santa Rita do Passa Quatro estão listados a seguir:

- ♦ Eliminação dos pontos de inundação, diminuindo-se a probabilidade de perdas de vida;
- ♦ Redução das perdas materiais e dos danos causados às edificações;
- ♦ Eliminação de interrupção do tráfego e das vias gerando maior mobilidade nos períodos de cheias;
- ♦ Redução de assoreamento dos cursos d'água devido ao escoamento superficial dos sedimentos;
- ♦ Eliminação do risco de contaminação com os dejetos provenientes do refluxo de redes de esgotos e de galerias de águas pluviais.

A Ilustração 6.4 apresenta as intervenções propostas para o sistema de drenagem urbana.

ILUSTRAÇÃO 6.4 - SISTEMA DE DRENAGEM – INTERVENÇÕES PROPOSTAS

7. ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS SOLUÇÕES ADOTADAS

7.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

7.1.1 Investimentos Necessários no Sistema de Água

O resumo de investimentos durante o período de planejamento encontra-se apresentado no Quadro 7.1. Deve-se ressaltar que, para efeito de estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema, os investimentos foram divididos ano a ano, a partir de 2015, de modo equânime, abrangendo os tipos de intervenção utilizados nos Planos de Saneamento elaborados para a SSRH. Evidentemente, o enquadramento das obras segundo a tipologia emergencial, de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pela Prefeitura Municipal, através do Departamento de Obras e Infraestrutura.

QUADRO 7.1 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO S.A.A. - HORIZONTE DE PLANEJAMENTO¹⁴

Ano	INVESTIMENTO NO SISTEMA-R\$			INVESTIMENTO EM REDE E LIGAÇÕES-R\$	INVESTIMENTO TOTAL - R\$
	Tipo de Intervenção			Tipo de Intervenção	
	Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
2015	880.000,00	336.250,00	281.250,00	436.000,00	1.933.500,00
2016	880.000,00	336.250,00	281.250,00	436.000,00	1.933.500,00
2017		336.250,00	281.250,00	436.000,00	1.053.500,00
2018		336.250,00	281.250,00	436.000,00	1.053.500,00
2019			281.250,00	436.000,00	717.250,00
2020			281.250,00	436.000,00	717.250,00
2021			281.250,00	436.000,00	717.250,00
2022			281.250,00	436.000,00	717.250,00
2023 a 2034				5.232.000,00	5.232.000,00
TOTAIS	1.760.000,00	1.345.000,00	2.250.000,00	8.720.000,00	14.075.000,00

7.1.2 Despesas de Exploração do Sistema de Água

As despesas de exploração foram adotadas com o valor de R\$ 0,53/m³ faturado, na data base de 2011, englobando os dois sistemas (água faturada+esgoto coletado faturado). Com a correção para dezembro/2013, considerando a inflação acumulada (IPCA-Geral), esse valor eleva-se a R\$ 0,59/m³.

7.1.3 Despesas Totais do Sistema de Água

No Quadro 7.2 encontra-se apresentado o resumo, ao longo do horizonte de planejamento, dos investimentos necessários e das despesas de exploração. A composição dos investimentos e despesas de exploração (DEX) está avaliada no item

¹⁴ Valores arredondados

subsequente, onde são efetuados os estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema.

QUADRO 7.2 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS E DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX) DO S.A.A. – HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	Pop.Urb. Atend-água (hab.)	Q _{média} Consu. (L/s)	Vol.Anual Água Faturado (m³)	DEX (R\$/m³ fat)	DEX (R\$)	Investimento (R\$)	Despesa Total (R\$)
2015	23.806	55,1	1.737.826	0,59	1.028.122,60	1.933.500,00	2.961.622,60
2016	23.822	55,1	1.739.037	0,59	1.028.839,30	1.933.500,00	2.962.339,30
2017	23.840	55,2	1.740.313	0,59	1.029.593,89	1.053.500,00	2.083.093,89
2018	23.857	55,2	1.741.586	0,59	1.030.347,50	1.053.500,00	2.083.847,50
2019	23.875	55,3	1.742.859	0,59	1.031.100,13	717.250,00	1.748.350,13
2020	23.891	55,3	1.744.063	0,59	1.031.812,67	717.250,00	1.749.062,67
2021	23.892	55,3	1.744.110	0,59	1.031.840,33	717.250,00	1.749.090,33
2022	23.893	55,3	1.744.154	0,59	1.031.866,65	717.250,00	1.749.116,65
2023	23.893	55,3	1.744.196	0,59	1.031.891,61	436.000,00	1.467.891,61
2024	23.894	55,3	1.744.236	0,59	1.031.915,24	436.000,00	1.467.915,24
2025	23.894	55,3	1.744.274	0,59	1.031.937,53	436.000,00	1.467.937,53
2026	23.884	55,3	1.743.549	0,59	1.031.508,64	436.000,00	1.467.508,64
2027	23.874	55,3	1.742.822	0,59	1.031.078,59	436.000,00	1.467.078,59
2028	23.864	55,2	1.742.093	0,59	1.030.647,39	436.000,00	1.466.647,39
2029	23.854	55,2	1.741.362	0,59	1.030.215,05	436.000,00	1.466.215,05
2030	23.844	55,2	1.740.630	0,59	1.029.781,57	436.000,00	1.465.781,57
2031	23.834	55,2	1.739.895	0,59	1.029.346,95	436.000,00	1.465.346,95
2032	23.824	55,1	1.739.159	0,59	1.028.911,20	436.000,00	1.464.911,20
2033	23.814	55,1	1.738.420	0,59	1.028.474,32	436.000,00	1.464.474,32
2034	23.804	55,1	1.737.680	0,59	1.028.036,31	436.000,00	1.464.036,31
Totais					20.607.267,45	14.075.000,00	34.682.267,45

Nota - o volume anual faturado corresponde a 100,00 % do volume consumido de água (SNIS 2011)

7.1.4 Estudos de Sustentabilidade Econômico-Financeira do Sistema de Água

O Quadro 7.3 adiante apresenta a formação do resultado operacional relativo ao sistema de abastecimento de água. O volume de receitas foi calculado com base na receita média, que já incorpora os domicílios com tarifa social. A tarifa média de água indicada no SNIS 2011 foi de R\$ 0,70/m³ faturado. Com a atualização desse valor para dezembro de 2013, pela inflação acumulada do IPCA-IBGE entre jan/2012 a dez/2013 de 11,83%, permite a obtenção de um valor médio de R\$ 0,78/m³ faturado.

Esta taxa foi aplicada sobre o volume total da água oferecida à população, constituindo-se na receita operacional bruta. A esta receita foram acrescentadas as demais. Segundo dados levantados em sistemas de abastecimento de água, quando da elaboração dos PMSBs dos municípios integrantes da UGRHI 10, as receitas com ligações adicionais e ampliações de sistema cobertas por usuários correspondem a cerca de 5,0% da receita operacional. Este é o valor adotado no horizonte do projeto.

Das receitas operacionais devem-se excluir os usuários não pagadores, aqui identificados como devedores duvidosos. O percentual identificado nos estudos supracitados também está em torno de 5,0%. Estes são os percentuais aplicados no período do projeto. Também foram abatidos da receita os impostos com COFINS, PIS, IR e CSLL. Estes valores totalizam 7,30% da receita operacional bruta, em concordância com o valor pago atualmente por sistemas autônomos e pela concessionária de alguns sistemas, como a SABESP.

Os custos considerados foram os de investimentos e DEX. Note-se que a DEX, conforme calculada pelo SNIS, inclui impostos. Esses impostos estão deduzidos do valor da DEX considerados no Quadro 7.2, pois também estão deduzidos da receita operacional bruta.

O resultado final indica que o sistema de abastecimento de água é deficitário, para todos os anos do período de planejamento, com déficits mais significativos nos primeiros dois anos, ocasião em que deverão ser efetuadas as obras emergenciais. Ressalta-se ainda que esses déficits são de elevadas proporções, atingindo o valor máximo de R\$ 1,7 milhões em 2015 e o valor mínimo de R\$ 214 mil em 2025. O resultado final acumulado foi de R\$ 9,6 milhões negativos.

Além do valor bruto, foi calculado o Valor Presente Líquido (VPL) do componente. O objetivo de tal procedimento é tornar o projeto comparável a outros de igual porte. A utilização de uma taxa de desconto pretende uniformizar, num único indicador, projetos de diferentes períodos de maturação e operação. Assim, é possível indicar não apenas se o projeto oferece uma atratividade mínima, mas também seu valor atual em relação a outras atividades concorrentes, orientando decisões de investimento.

Foram utilizadas duas taxas de desconto. A taxa de 10% ao ano foi utilizada durante a maior parte das décadas passadas, sendo um padrão de referência para múltiplos órgãos governamentais e privados. Porém, com os elevados índices de inflação observados no final do século passado, esta taxa acabou substituída pela de 12%.

Na atualidade, com os baixos níveis de taxas de juros praticados por órgãos governamentais, observa-se um retorno a padrões de comparação com descontos mais baixos, inclusive abaixo dos tradicionais 10%. Como uma taxa que reflita a percepção de juros de longo prazo não está consolidada optou-se por adotar as duas para fins de análise.

Segundo esta ótica, os VPLs dos componentes descontados a 10% e 12% são negativos e assumem valores em torno de R\$ 5,9 milhões e R\$ 5,5 milhões, respectivamente.

QUADRO 7.3 – RECEITAS E RESULTADO OPERACIONAL DO S.A.A.

Ano	Vol.Faturado (m³)	Receitas Tarifárias Totais (R\$)					Custos (R\$)		Result.Operac. (R\$)
		Operacional	Demais Receitas	Dev Duvidosos	Tributos	Líquida	INVEST	DEX	
2015	1.737.826	1.357.897,77	67.894,89	(67.894,89)	(109.039,19)	1.248.858,58	1.933.500,00	1.028.122,60	(1.712.764,02)
2016	1.739.037	1.358.844,35	67.942,22	(67.942,22)	(109.115,20)	1.249.729,15	1.933.500,00	1.028.839,30	(1.712.610,14)
2017	1.740.313	1.359.840,99	67.992,05	(67.992,05)	(109.195,23)	1.250.645,76	1.053.500,00	1.029.593,89	(832.448,13)
2018	1.741.586	1.360.836,33	68.041,82	(68.041,82)	(109.275,16)	1.251.561,17	1.053.500,00	1.030.347,50	(832.286,33)
2019	1.742.859	1.361.830,36	68.091,52	(68.091,52)	(109.354,98)	1.252.475,38	717.250,00	1.031.100,13	(495.874,75)
2020	1.744.063	1.362.771,45	68.138,57	(68.138,57)	(109.430,55)	1.253.340,90	717.250,00	1.031.812,67	(495.721,77)
2021	1.744.110	1.362.807,98	68.140,40	(68.140,40)	(109.433,48)	1.253.374,50	717.250,00	1.031.840,33	(495.715,83)
2022	1.744.154	1.362.842,74	68.142,14	(68.142,14)	(109.436,27)	1.253.406,47	717.250,00	1.031.866,65	(495.710,18)
2023	1.744.196	1.362.875,72	68.143,79	(68.143,79)	(109.438,92)	1.253.436,80	436.000,00	1.031.891,61	(214.454,82)
2024	1.744.236	1.362.906,92	68.145,35	(68.145,35)	(109.441,43)	1.253.465,50	436.000,00	1.031.915,24	(214.449,74)
2025	1.744.274	1.362.936,36	68.146,82	(68.146,82)	(109.443,79)	1.253.492,57	436.000,00	1.031.937,53	(214.444,96)
2026	1.743.549	1.362.369,90	68.118,49	(68.118,49)	(109.398,30)	1.252.971,59	436.000,00	1.031.508,64	(214.537,04)
2027	1.742.822	1.361.801,91	68.090,10	(68.090,10)	(109.352,69)	1.252.449,22	436.000,00	1.031.078,59	(214.629,37)
2028	1.742.093	1.361.232,40	68.061,62	(68.061,62)	(109.306,96)	1.251.925,44	436.000,00	1.030.647,39	(214.721,95)
2029	1.741.362	1.360.661,39	68.033,07	(68.033,07)	(109.261,11)	1.251.400,28	436.000,00	1.030.215,05	(214.814,77)
2030	1.740.630	1.360.088,86	68.004,44	(68.004,44)	(109.215,14)	1.250.873,73	436.000,00	1.029.781,57	(214.907,84)
2031	1.739.895	1.359.514,84	67.975,74	(67.975,74)	(109.169,04)	1.250.345,79	436.000,00	1.029.346,95	(215.001,15)
2032	1.739.159	1.358.939,31	67.946,97	(67.946,97)	(109.122,83)	1.249.816,49	436.000,00	1.028.911,20	(215.094,71)
2033	1.738.420	1.358.362,30	67.918,12	(67.918,12)	(109.076,49)	1.249.285,81	436.000,00	1.028.474,32	(215.188,50)
2034	1.737.680	1.357.783,81	67.889,19	(67.889,19)	(109.030,04)	1.248.753,77	436.000,00	1.028.036,31	(215.282,54)
Total	34.832.264	27.217.145,69	1.360.857,28	(1.360.857,28)	(2.185.536,80)	25.031.608,89	14.075.000,00	20.607.267,45	(9.650.658,56)
VPL 10%	14.827.360	11.585.765,05	579.288,25	(579.288,25)	(930.336,93)	10.655.428,12	7.805.501,76	8.772.079,25	(5.922.152,89)
VPL 12%	13.008.466	10.164.521,76	508.226,09	(508.226,09)	(816.211,10)	9.348.310,67	7.162.379,72	7.695.995,05	(5.510.064,10)

Como conclusão, pode-se afirmar que o sistema de abastecimento de água não apresenta, de forma isolada, situação econômica e financeira sustentável, em função do panorama de investimentos necessários e das tarifas médias atualmente cobradas, já que as despesas de exploração foram fixadas em um nível normalmente verificado para sistemas autônomos.

7.2 SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS

7.2.1 Investimentos Necessários no Sistema de Esgotos

O resumo de investimentos durante o período de planejamento encontra-se apresentado no Quadro 7.4. Deve-se ressaltar que, para efeito de estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema, os investimentos foram divididos ano a ano, a partir de 2015, de modo equânime, abrangendo os tipos de intervenção utilizados nos Planos de Saneamento elaborados para a SSRH. Evidentemente, o enquadramento das obras segundo a tipologia emergencial, de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pela Prefeitura Municipal, através do Departamento de Obras e Infraestrutura.

QUADRO 7.4 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO S.E.S. - HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	INVESTIMENTO NO SISTEMA-R\$			INVESTIMENTO EM REDE E LIGAÇÕES-R\$	INVESTIMENTO TOTAL - R\$
	Tipo de Intervenção			Tipo de Intervenção	
	Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
2015	695.000,00	2.003.750,00		2.100.000,00	4.798.750,00
2016	695.000,00	2.003.750,00		2.100.000,00	4.798.750,00
2017		2.003.750,00		2.100.000,00	4.103.750,00
2018		2.003.750,00		2.100.000,00	4.103.750,00
2019				2.100.000,00	2.100.000,00
2020				2.100.000,00	2.100.000,00
2021				2.100.000,00	2.100.000,00
2022				2.100.000,00	2.100.000,00
2023 a 2034				25.200.000,00	25.200.000,00
TOTAIS	1.390.000,00	8.015.000,00		42.000.000,00	51.405.000,00

7.2.2 Despesas de Exploração do Sistema de Esgotos

Igualmente como apresentado para o sistema de água, as despesas de exploração foram adotadas com o valor de R\$ 0,53/m³ faturado, na data base de 2011, englobando os dois sistemas (água faturada+esgoto coletado faturado). Com a correção para dezembro/2013, considerando a inflação acumulada (IPCA-Geral), esse valor eleva-se a R\$ 0,59/m³.

7.2.3 Despesas Totais do Sistema de Esgotos

No Quadro 7.5 encontra-se apresentado o resumo, ao longo do horizonte de planejamento, dos investimentos necessários e das despesas de exploração. A composição dos investimentos e despesas de exploração (DEX) está avaliada no item subsequente, onde são efetuados os estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema.

QUADRO 7.5 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS E DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX) DO S.E.S. – HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	Pop.Urb. Atend- esgoto (hab.)	Vol.Anual de Água Faturado (m³)	Vol.Anual Esgoto Faturado (m³)	DEX (R\$/m³ fat)	DEX (R\$)	Investimento (R\$)	Despesa Total (R\$)
2015	23.806	1.737.826	1.365.391	0,59	807.785,19	4.798.750,00	5.606.535,19
2016	23.822	1.739.037	1.366.343	0,59	808.348,29	4.798.750,00	5.607.098,29
2017	23.840	1.740.313	1.367.345	0,59	808.941,17	4.103.750,00	4.912.691,17
2018	23.857	1.741.586	1.368.346	0,59	809.533,27	4.103.750,00	4.913.283,27
2019	23.875	1.742.859	1.369.346	0,59	810.124,60	2.100.000,00	2.910.124,60
2020	23.891	1.744.063	1.370.292	0,59	810.684,44	2.100.000,00	2.910.684,44
2021	23.892	1.744.110	1.370.329	0,59	810.706,17	2.100.000,00	2.910.706,17
2022	23.893	1.744.154	1.370.364	0,59	810.726,85	2.100.000,00	2.910.726,85
2023	23.893	1.744.196	1.370.397	0,59	810.746,46	2.100.000,00	2.910.746,46
2024	23.894	1.744.236	1.370.428	0,59	810.765,03	2.100.000,00	2.910.765,03
2025	23.894	1.744.274	1.370.458	0,59	810.782,54	2.100.000,00	2.910.782,54
2026	23.884	1.743.549	1.369.888	0,59	810.445,56	2.100.000,00	2.910.445,56
2027	23.874	1.742.822	1.369.317	0,59	810.107,68	2.100.000,00	2.910.107,68
2028	23.864	1.742.093	1.368.744	0,59	809.768,89	2.100.000,00	2.909.768,89
2029	23.854	1.741.362	1.368.170	0,59	809.429,20	2.100.000,00	2.909.429,20
2030	23.844	1.740.630	1.367.595	0,59	809.088,62	2.100.000,00	2.909.088,62
2031	23.834	1.739.895	1.367.017	0,59	808.747,15	2.100.000,00	2.908.747,15
2032	23.824	1.739.159	1.366.439	0,59	808.404,78	2.100.000,00	2.908.404,78
2033	23.814	1.738.420	1.365.859	0,59	808.061,53	2.100.000,00	2.908.061,53
2034	23.804	1.737.680	1.365.277	0,59	807.717,40	2.100.000,00	2.907.717,40
Totais			27.367.346		16.190.914,81	51.405.000,00	67.595.914,81

Nota - o volume anual coletado faturado corresponde a 78,57% do volume anual de água faturado (SNIS 2011).

7.2.4 Estudos de Sustentabilidade Econômico-Financeira do Sistema de Esgotos

O Quadro 7.6 adiante apresenta a formação do resultado operacional relativo ao sistema de esgotos sanitários. O volume de receitas foi calculado com base na receita média, que já incorpora os domicílios com tarifa social. A tarifa média de esgoto indicada no SNIS 2011 foi de R\$ 0,40/m³ faturado. Com a atualização desse valor para dezembro de 2013, pela inflação acumulada do IPCA-IBGE, permite a obtenção de um valor médio de R\$ 0,45/m³ faturado.

Esta taxa foi aplicada sobre o volume total da água oferecida à população, constituindo-se na receita operacional bruta. A esta receita foram acrescentadas as demais. Segundo dados levantados em sistemas de esgotos sanitários, quando da elaboração dos PMSBs dos municípios integrantes da UGRHI 10, as receitas com ligações adicionais e

ampliações de sistema cobertas por usuários correspondem a cerca de 5,0% da receita operacional. Este é o valor adotado no horizonte do projeto.

Das receitas operacionais devem-se excluir os usuários não pagadores, aqui identificados como devedores duvidosos. O percentual identificado nos estudos supracitados é de 5,0%. Estes são os percentuais aplicados no período do projeto. Também foram abatidos da receita os impostos com COFINS, PIS, IR e CSLL. Estes valores totalizam 7,30% da receita operacional bruta, em concordância com o valor pago atualmente por sistemas autônomos e pela concessionária de alguns sistemas, como a SABESP.

Os custos considerados foram os de investimentos e DEX. Note-se que a DEX, conforme calculada pelo SNIS, inclui impostos. Esses impostos estão deduzidos do valor da DEX considerados no Quadro 7.5, pois também estão deduzidos da receita operacional bruta.

O resultado final indica que o sistema de esgotos sanitários é sempre deficitário, durante todo o período de planejamento. Esses déficits são maiores e se concentram no período das obras emergenciais e de curto prazo, assumindo valores em torno de R\$ 5,0 milhões. A partir de 2019, os déficits são menores, mas assumem valores médios em torno de R\$ 2,3 milhões. O déficit total acumulado atinge R\$ 56,3 milhões em 2034.

Além do valor bruto, foi calculado o Valor Presente Líquido (VPL) do componente. O objetivo de tal procedimento é tornar o projeto comparável a outros de igual porte. A utilização de uma taxa de desconto pretende uniformizar, num único indicador, projetos de diferentes períodos de maturação e operação. Assim, é possível indicar não apenas se o projeto oferece uma atratividade mínima, mas também seu valor atual em relação a outras atividades concorrentes, orientando decisões de investimento.

Foram utilizadas duas taxas de desconto. A taxa de 10% ao ano foi utilizada durante a maior parte das décadas passadas, sendo um padrão de referência para múltiplos órgãos governamentais e privados. Porém, com os elevados índices de inflação observados no final do século passado, esta taxa acabou substituída pela de 12%.

Na atualidade, com os baixos níveis de taxas de juros praticados por órgãos governamentais, observa-se um retorno a padrões de comparação com descontos mais baixos, inclusive abaixo dos tradicionais 10%. Como uma taxa que reflita a percepção de juros de longo prazo não está consolidada optou-se por adotar as duas para fins de análise.

Segundo esta ótica, os VPLs dos componentes descontados a 10% e 12% são negativos e assumem valores em torno de R\$ 27,5 milhões e R\$ 24,7 milhões, respectivamente.

QUADRO 7.6 – RECEITAS E RESULTADO OPERACIONAL DO S.E.S.

Ano	Vol.Faturado (m³)	Receitas Tarifárias Totais (R\$)					Custos (R\$)		Result.Operac. (R\$)
		Operacional	Demais Receitas	Dev Duvidosos	Tributos	Líquida	INVEST	DEX	
2015	1.365.391	609.649,20	30.482,46	(30.482,46)	(48.954,83)	560.694,37	4.798.750,00	807.785,19	(5.045.840,82)
2016	1.366.343	610.074,18	30.503,71	(30.503,71)	(48.988,96)	561.085,22	4.798.750,00	808.348,29	(5.046.013,07)
2017	1.367.345	610.521,64	30.526,08	(30.526,08)	(49.024,89)	561.496,75	4.103.750,00	808.941,17	(4.351.194,42)
2018	1.368.346	610.968,51	30.548,43	(30.548,43)	(49.060,77)	561.907,74	4.103.750,00	809.533,27	(4.351.375,54)
2019	1.369.346	611.414,80	30.570,74	(30.570,74)	(49.096,61)	562.318,19	2.100.000,00	810.124,60	(2.347.806,42)
2020	1.370.292	611.837,31	30.591,87	(30.591,87)	(49.130,54)	562.706,77	2.100.000,00	810.684,44	(2.347.977,66)
2021	1.370.329	611.853,71	30.592,69	(30.592,69)	(49.131,85)	562.721,86	2.100.000,00	810.706,17	(2.347.984,31)
2022	1.370.364	611.869,32	30.593,47	(30.593,47)	(49.133,11)	562.736,21	2.100.000,00	810.726,85	(2.347.990,63)
2023	1.370.397	611.884,12	30.594,21	(30.594,21)	(49.134,30)	562.749,83	2.100.000,00	810.746,46	(2.347.996,64)
2024	1.370.428	611.898,13	30.594,91	(30.594,91)	(49.135,42)	562.762,71	2.100.000,00	810.765,03	(2.348.002,31)
2025	1.370.458	611.911,35	30.595,57	(30.595,57)	(49.136,48)	562.774,87	2.100.000,00	810.782,54	(2.348.007,67)
2026	1.369.888	611.657,03	30.582,85	(30.582,85)	(49.116,06)	562.540,97	2.100.000,00	810.445,56	(2.347.904,59)
2027	1.369.317	611.402,02	30.570,10	(30.570,10)	(49.095,58)	562.306,44	2.100.000,00	810.107,68	(2.347.801,24)
2028	1.368.744	611.146,33	30.557,32	(30.557,32)	(49.075,05)	562.071,28	2.100.000,00	809.768,89	(2.347.697,61)
2029	1.368.170	610.889,97	30.544,50	(30.544,50)	(49.054,46)	561.835,50	2.100.000,00	809.429,20	(2.347.593,70)
2030	1.367.595	610.632,92	30.531,65	(30.531,65)	(49.033,82)	561.599,10	2.100.000,00	809.088,62	(2.347.489,52)
2031	1.367.017	610.375,20	30.518,76	(30.518,76)	(49.013,13)	561.362,08	2.100.000,00	808.747,15	(2.347.385,07)
2032	1.366.439	610.116,81	30.505,84	(30.505,84)	(48.992,38)	561.124,43	2.100.000,00	808.404,78	(2.347.280,35)
2033	1.365.859	609.857,76	30.492,89	(30.492,89)	(48.971,58)	560.886,18	2.100.000,00	808.061,53	(2.347.175,35)
2034	1.365.277	609.598,03	30.479,90	(30.479,90)	(48.950,72)	560.647,31	2.100.000,00	807.717,40	(2.347.070,08)
Total	27.367.346	12.219.558,35	610.977,92	(610.977,92)	(981.230,54)	11.238.327,81	51.405.000,00	16.190.914,81	(56.357.587,00)
VPL 10%	11.649.702	5.201.608,34	260.080,42	(260.080,42)	(417.689,15)	4.783.919,19	25.436.300,05	6.892.131,05	(27.544.511,91)
VPL 12%	10.220.616	4.563.519,19	228.175,96	(228.175,96)	(366.450,59)	4.197.068,60	22.946.505,82	6.046.662,93	(24.796.100,15)

Como conclusão, pode-se afirmar que o sistema de esgotos sanitários não apresenta, de forma isolada, situação econômica e financeira sustentável, em função do panorama de investimentos necessários e das tarifas médias atualmente cobradas, já que as despesas de exploração foram fixadas em um nível normalmente verificado para sistemas autônomos.

7.3 SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

7.3.1 Investimentos Necessários no Sistema de Resíduos Sólidos

O resumo dos investimentos necessários ao longo de todo horizonte de projeto estão apresentados no Quadro 7.7. Deve-se ressaltar que, para efeito de estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema, os investimentos foram divididos ano a ano, a partir de 2015, de modo equânime, abrangendo os tipos de intervenção utilizados nos Planos de Saneamento elaborados para a SSRH. Evidentemente que, assim como para os componentes água e esgoto, o enquadramento das obras de resíduos sólidos segundo a tipologia emergencial, de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pela Prefeitura do Município de Santa Rita do Passa Quatro.

QUADRO 7.7 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	Tipologia de Intervenção	Investimento Previsto no Sistema (R\$)	Investimento Previsto para Tratamento de RSS (R\$)	Total (R\$)
2015	Emergencial	613.252,00	29.280,00	642.532,00
2016			29.280,00	29.280,00
2017	Curto Prazo	1.782.247,00	29.280,00	1.811.527,00
2018			29.040,00	29.040,00
2019	Médio Prazo		29.040,00	29.040,00
2020		163.168,00	29.040,00	192.208,00
2021			29.040,00	29.040,00
2022		1.079.921,00	29.040,00	1.108.961,00
2023 a 2034	Longo Prazo	2.818.472,00	342.240,00	3.160.712,00
TOTAIS		6.457.060,00	575.280,00	7.032.340,00

7.3.2 Despesas de Operação do Sistema de Resíduos Sólidos

Os custos para o sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos foram obtidos através de curvas paramétricas elaboradas a partir de informações de unidades já existentes. Esses custos foram aplicados em todas as unidades a serem implantadas ou ampliadas, sem considerar o custo de transporte, conforme também já informado anteriormente.

7.3.3 Despesas Totais do Sistema de Resíduos Sólidos

No Quadro 7.8 apresenta-se o resumo dos investimentos necessários e das despesas de operação, ao longo de todo horizonte de projeto.

QUADRO 7.8 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	População Atendida (hab.)	Investimento Previsto no Sistema (R\$)	Investimento em Tratamento de RSS (R\$)	Investimento Previsto em Operação (R\$)	Despesa Total (R\$)
2015	26.442	613.252,00	29.280,00	226.850,00	869.382,00
2016	26.430		29.280,00	226.691,00	255.971,00
2017	26.419	1.782.247,00	29.280,00	226.585,00	2.038.112,00
2018	26.408		29.040,00	240.201,00	269.241,00
2019	26.397		29.040,00	240.044,00	269.084,00
2020	26.385	163.168,00	29.040,00	239.888,00	432.096,00
2021	26.356		29.040,00	239.457,00	268.497,00
2022	26.326	1.079.921,00	29.040,00	239.093,00	1.348.054,00
2023	26.297		29.040,00	259.282,00	288.322,00
2024	26.267		28.800,00	258.852,00	287.652,00
2025	26.238	208.490,00	28.800,00	258.421,00	495.712,00
2026	26.197		28.800,00	257.771,00	286.571,00
2027	26.157	1.366.893,00	28.560,00	257.119,00	1.652.572,00
2028	26.116		28.560,00	283.684,00	312.244,00
2029	26.075		28.560,00	282.968,00	311.528,00
2030	26.035	163.168,00	28.320,00	282.366,00	473.854,00
2031	25.995		28.320,00	281.713,00	310.033,00
2032	25.954	1.079.921,00	28.320,00	281.000,00	1.389.241,00
2033	25.914		28.080,00	293.839,00	321.919,00
2034	25.874		28.080,00	293.124,00	321.204,00
TOTAL		6.457.060,00	575.280,00	5.168.949,00	12.201.289,00

7.3.4 Estudos de Sustentabilidade Econômico-Financeira do Sistema de Resíduos Sólidos

Além das despesas apresentadas no subitem anterior, o sistema de resíduos sólidos também possui a capacidade de gerar receitas, através da comercialização da parcela reaproveitável dos resíduos gerados.

O valor dessas receitas, no entanto, é altamente questionável. Em primeiro lugar, deve ser considerado como as mesmas serão apropriáveis: pelo município, por cooperativas de catadores, por empresas concessionárias, etc. Em segundo lugar, o valor atual de um mercado ainda incipiente não é um bom indicador das receitas futuras. Com a criação de volume consideráveis de resíduos recicláveis, é difícil prever a direção destes fluxos.

Assim, as análises presentes devem ser entendidas apenas como um alerta sobre as possibilidades de aproveitamento econômico desta variável, com mercados que se formarão durante a vigência do Plano.

7.3.4.1 Receitas por tipo de Unidade

Embora a nova Política Nacional de Resíduos enfatize a diretriz de inclusão social dos catadores na gestão dos resíduos sólidos, o que praticamente induz ao repasse das receitas para os mesmos, as municipalidades precisam conhecer pelo menos sua ordem de grandeza.

Assim, dependendo da forma de organização proposta, podem optar pelo repasse total ou mesmo parcial para as cooperativas mantendo, neste segundo caso, uma reserva monetária para a manutenção e reposição de recursos naturais.

Receitas de Central de Triagem

As receitas unitárias resultantes da venda de materiais recicláveis gerados pelas atividades da central de triagem foram obtidas junto à CEMPRE (Compromisso Empresarial com Reciclagem) e à indústria Gerdau. O Quadro 7.9 apresenta os valores.

QUADRO 7.9 – RECEITAS DE CENTRAL DE TRIAGEM

Material	Preço (R\$/t)	Condição
Papel Branco	400,00	Limpo e prensado
Outros Papéis/ Papelão	430,00	Prensado
Plástico Filme	750,00	Limpo
Plástico Rígido	1.000,00	Limpo
Embalagem PET	1.250,00	Limpo
Embalagem Longa Vida	360,00	Limpo
Sucata de Aço	300,00	Limpo
Cobre	12.373,00	Limpo
Alumínio	2.200,00	Limpo e prensado
Vidro Incolor	80,00	Limpo
Vidro Colorido	80,00	Limpo

Para a aplicação destes preços unitários, utilizam-se médias para adaptar esta relação à composição dos materiais encontrados no lixo urbano.

Receitas de Usina de Compostagem

A receita unitária resultante da venda de composto orgânico gerado pelas atividades da usina de compostagem foi obtida junto à entidade CEMPRE e está apresentada no Quadro 7.10.

QUADRO 7.10 – RECEITAS DE USINA DE COMPOSTAGEM

Material	Preço (R\$/t)	Condição
Composto Orgânico	125,00	Peneirado, sem impurezas e ensacado

Receitas de Central de Britagem

Embora os entulhos selecionados devidamente britados também apresentem valor comercial, já que podem ser aplicados como material de construção para peças não estruturais prevê-se que sua maior utilização será mesmo nas obras de manutenção e recuperação de estradas vicinais.

Portanto, como tais materiais apresentam restrição de aplicação na construção civil que precisaria ser fiscalizada resultando em custos adicionais para a municipalidade, considerou-se que não serão vendidos para terceiros e que, portanto, não acrescentarão receitas aos cofres públicos.

Assim, aplicando as receitas possíveis apresentadas aos resíduos gerados, obteve-se o valor da composição das receitas, apresentadas no Quadro 7.11.

QUADRO 7.11 – RECEITAS DE CENTRAL DE TRIAGEM (R\$)

Ano	Papel/ Papelão	Plástico Mole	Plástico Rígido	PET	Longa Vida	Metal Ferroso	Metal Não Ferroso	Vidro	Composto Orgânico	Total
2015	934,00	785,00	2.214,00	264,00	127,00	148,00	452,00	21,00	4.422,00	9.366,00
2016	934,00	785,00	2.214,00	264,00	127,00	148,00	452,00	21,00	4.422,00	9.366,00
2017	934,00	785,00	2.214,00	264,00	127,00	148,00	452,00	21,00	4.422,00	9.366,00
2018	2.792,00	2.348,00	6.623,00	788,00	378,00	442,00	1.353,00	64,00	13.225,00	28.012,00
2019	2.792,00	2.348,00	6.623,00	788,00	378,00	442,00	1.353,00	64,00	13.225,00	28.012,00
2020	2.792,00	2.348,00	6.623,00	788,00	378,00	442,00	1.353,00	64,00	13.225,00	28.012,00
2021	2.783,00	2.340,00	6.602,00	786,00	377,00	440,00	1.349,00	63,00	13.183,00	27.924,00
2022	2.783,00	2.340,00	6.602,00	786,00	377,00	440,00	1.349,00	63,00	13.183,00	27.924,00
2023	5.558,00	4.673,00	13.183,00	1.569,00	753,00	879,00	2.693,00	126,00	26.325,00	55.761,00
2024	5.549,00	4.666,00	13.162,00	1.567,00	752,00	877,00	2.689,00	126,00	26.284,00	55.673,00
2025	5.540,00	4.659,00	13.142,00	1.564,00	751,00	876,00	2.684,00	126,00	26.243,00	55.586,00
2026	5.523,00	4.644,00	13.100,00	1.560,00	749,00	873,00	2.676,00	126,00	26.160,00	55.410,00
2027	5.505,00	4.629,00	13.059,00	1.555,00	746,00	871,00	2.668,00	125,00	26.077,00	55.235,00
2028	9.161,00	7.703,00	21.730,00	2.587,00	1.242,00	1.449,00	4.439,00	208,00	43.393,00	91.913,00
2029	9.135,00	7.681,00	21.668,00	2.580,00	1.238,00	1.445,00	4.426,00	208,00	43.269,00	91.650,00
2030	9.118,00	7.667,00	21.627,00	2.575,00	1.236,00	1.442,00	4.418,00	207,00	43.187,00	91.475,00
2031	9.100,00	7.652,00	21.585,00	2.570,00	1.233,00	1.439,00	4.409,00	207,00	43.104,00	91.300,00
2032	9.074,00	7.630,00	21.523,00	2.562,00	1.230,00	1.435,00	4.397,00	207,00	42.980,00	91.038,00
2033	10.871,00	9.141,00	25.787,00	3.070,00	1.474,00	1.719,00	5.268,00	247,00	51.494,00	109.070,00
2034	10.845,00	9.119,00	25.725,00	3.062,00	1.470,00	1.715,00	5.255,00	247,00	51.370,00	108.808,00
Total	111.723,00	93.944,00	265.006,00	31.548,00	15.143,00	17.667,00	54.134,00	2.543,00	529.194,00	1.120.901,00
VPL 10%	33.463,00	28.138,00	79.375,00	9.449,00	4.536,00	5.292,00	16.214,00	762,00	158.504,00	335.732,00
VPL 12%	27.384,00	23.026,00	64.955,00	7.733,00	3.712,00	4.330,00	13.268,00	623,00	129.709,00	274.740,00

As receitas possíveis com a venda de recicláveis seriam em torno de R\$ 1,1 milhão. No entanto, dadas as limitações institucionais e, principalmente, a inexistência de uma cultura de reciclagem, adotar essa hipótese é difícil na prática.

Apenas para efeito de simulação considerou-se simplificada que seja viável arrecadar 50% da receita, tida como possível apresentada no Quadro 7.11 acima. Esse montante possível de arrecadação com rejeitos demonstra sua importância, uma vez que a mesma chega a cobrir cerca de 5% dos custos totais do componente. Se somados os ganhos com aproveitamento energético, que será uma necessidade no futuro do manejo de resíduos sólidos, é possível imaginar uma redução adicional nos gastos municipais com coleta e disposição de resíduos sólidos ao longo do horizonte do Plano.

O Quadro 7.12 apresenta o resumo dos investimentos e receitas previstos para os serviços relativos a resíduos sólidos.

QUADRO 7.12 – CUSTOS, INVESTIMENTOS E RECEITAS POSSÍVEIS (R\$) – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ano	Investimento no Sistema	Investimento em Tratamento de RSS	Investimento em Operação	Despesas Totais	Receitas Possíveis	Total (Receita - Despesa)
2015	613.252,00	29.280,00	226.850,00	869.382,00	4.683,00	(864.699,00)
2016		29.280,00	226.691,00	255.971,00	4.683,00	(251.288,00)
2017	1.782.247,00	29.280,00	226.585,00	2.038.112,00	4.683,00	(2.033.429,00)
2018		29.040,00	240.201,00	269.241,00	14.006,00	(255.235,00)
2019		29.040,00	240.044,00	269.084,00	14.006,00	(255.079,00)
2020	163.168,00	29.040,00	239.888,00	432.096,00	14.006,00	(418.090,00)
2021		29.040,00	239.457,00	268.497,00	13.962,00	(254.535,00)
2022	1.079.921,00	29.040,00	239.093,00	1.348.054,00	13.962,00	(1.334.092,00)
2023		29.040,00	259.282,00	288.322,00	27.880,00	(260.442,00)
2024		28.800,00	258.852,00	287.652,00	27.837,00	(259.815,00)
2025	208.490,00	28.800,00	258.421,00	495.712,00	27.793,00	(467.919,00)
2026		28.800,00	257.771,00	286.571,00	27.705,00	(258.865,00)
2027	1.366.893,00	28.560,00	257.119,00	1.652.572,00	27.618,00	(1.624.955,00)
2028		28.560,00	283.684,00	312.244,00	45.957,00	(266.287,00)
2029		28.560,00	282.968,00	311.528,00	45.825,00	(265.703,00)
2030	163.168,00	28.320,00	282.366,00	473.854,00	45.738,00	(428.116,00)
2031		28.320,00	281.713,00	310.033,00	45.650,00	(264.383,00)
2032	1.079.921,00	28.320,00	281.000,00	1.389.241,00	45.519,00	(1.343.722,00)
2033		28.080,00	293.839,00	321.919,00	54.535,00	(267.384,00)
2034		28.080,00	293.124,00	321.204,00	54.404,00	(266.800,00)
TOTAL	6.457.060	575.280,00	5.168.949,00	12.201.289,00	560.451,00	(11.640.838,00)
VPL 10%	3.191.184	246.469,00	2.105.482,00	5.543.135,00	167.866,00	(5.375.269,00)
VPL 12%	2.875.184	216.458,00	1.833.919,00	4.925.562,00	137.370,00	(4.788.192,00)

Essas possíveis receitas não excluem, no entanto, a necessidade de criação de outros mecanismos de arrecadação que possam garantir a sustentabilidade econômico-financeira do sistema de resíduos sólidos de forma isolada. Entre outros mecanismos de arrecadação, pode-se citar a criação de uma taxa de lixo por domicílio, taxa essa indicada como uma possibilidade de receita, conforme predisposições constantes na Lei Nacional de Saneamento (nº 11.445/07).

7.4 SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

7.4.1 Investimentos Necessários no Sistema de Drenagem

O resumo de investimentos durante o período de planejamento encontra-se apresentado no Quadro 7.13. Deve-se ressaltar que, para efeito de estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema, os investimentos foram divididos ano a ano, a partir de 2015, de modo equânime, abrangendo os tipos de intervenção utilizados nos Planos de Saneamento elaborados para a SSRH. Evidentemente, o enquadramento das obras segundo a tipologia emergencial, de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pelo município.

QUADRO 7.13 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO SISTEMA DE DRENAGEM - HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	INVESTIMENTO NO SISTEMA-R\$				INVESTIMENTO TOTAL - R\$
	Tipo de Intervenção				
	Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
2015	24.500,00	-	-	-	24.500,00
2016	24.500,00	-	-	-	24.500,00
2017		137.000,00	-	-	137.000,00
2018		137.000,00	-	-	137.000,00
2019			294.000,00	-	294.000,00
2020			294.000,00	-	294.000,00
2021			55.000,00	-	55.000,00
2022			55.000,00	-	55.000,00
2023 a 2034				-	-
TOTAIS	49.000,00	274.000,00	698.000,00	-	1.021.000,00

7.4.2 Despesas de Exploração do Sistema de Drenagem Urbana

As despesas de exploração foram adotadas com base nos custos de manutenção do sistema de drenagem urbana adotados pelo SEMASA e acrescidos custos das medidas não estruturais e estudos complementares, cujo valor apresentado foi de R\$ 25,5/domicílio/ano data base Dezembro/2010. Com a correção para Dezembro/2013, a partir do IPCA acumulado, e os acréscimos esse valor eleva-se a R\$ 30,2.

7.4.3 Despesas Totais do Sistema de Drenagem Urbana

No Quadro 7.14 encontra-se apresentado o resumo, ao longo do horizonte de planejamento, dos investimentos necessários e das despesas de exploração. A composição dos investimentos e despesas de exploração (DEX) está avaliada no item subsequente, onde são efetuados os estudos de sustentabilidade econômico-financeira do sistema.

QUADRO 7.14 – RESUMO DOS INVESTIMENTOS E DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX) DO SISTEMA DE DRENAGEM – HORIZONTE DE PLANEJAMENTO

Ano	Domicílios (un.)	DEX (R\$)	Investimento (R\$)	Despesa Total (R\$)
2015	8.094	244.438,80	24.500,00	268.938,80
2016	8.116	245.103,20	24.500,00	269.603,20
2017	8.137	245.737,40	137.000,00	382.737,40
2018	8.158	246.371,60	137.000,00	383.371,60
2019	8.180	247.036,00	294.000,00	541.036,00
2020	8.201	247.670,20	294.000,00	541.670,20
2021	8.223	248.334,60	55.000,00	303.334,60
2022	8.244	248.968,80	55.000,00	303.968,80
2023	8.266	249.633,20	-	249.633,20
2024	8.287	250.267,40	-	250.267,40
2025	8.308	250.901,60	-	250.901,60
2026	8.330	251.566,00	-	251.566,00
2027	8.351	252.200,20	-	252.200,20
2028	8.373	252.864,60	-	252.864,60
2029	8.394	253.498,80	-	253.498,80
2030	8.416	254.163,20	-	254.163,20
2031	8.437	254.797,40	-	254.797,40
2032	8.459	255.461,80	-	255.461,80
2033	8.480	256.096,00	-	256.096,00
2034	8.501	256.730,20	-	256.730,20
TOTAIS		5.011.841,00	1.021.000,00	6.032.841,00

7.4.4 Estudos de Sustentabilidade Econômico-Financeira do Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

O Quadro 7.15 adiante apresenta a formação do resultado operacional relativo ao sistema de drenagem urbana

Além do valor bruto, foi calculado o Valor Presente Líquido (VPL) do componente. O objetivo de tal procedimento é tornar o projeto comparável a outros de igual porte. A utilização de uma taxa de desconto pretende uniformizar, num único indicador, projetos de diferentes períodos de maturação e operação. Assim, é possível indicar não apenas se o projeto oferece uma atratividade mínima, mas também seu valor atual em relação a outras atividades concorrentes, orientando decisões de investimento.

Foram utilizadas duas taxas de desconto. A taxa de 10% ao ano foi utilizada durante a maior parte das décadas passadas, sendo um padrão de referência para múltiplos órgãos governamentais e privados. Porém, com os elevados índices de inflação observados no final do século passado, esta taxa acabou substituída pela de 12%.

Na atualidade, com os baixos níveis de taxas de juros praticados por órgãos governamentais, observa-se um retorno a padrões de comparação com descontos mais baixos, inclusive abaixo dos tradicionais 10%. Como uma taxa que reflita a percepção de juros de longo prazo não está consolidada optou-se por adotar as duas para fins de análise.

Segundo esta ótica, o VPL dos componentes descontados a 10% e 12% resultou negativos e assumiu valores em torno de R\$ 2,7 milhões e R\$ 2,4 milhões, respectivamente.

QUADRO 7.15 – RESULTADO OPERACIONAL DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

Ano	DEX (R\$)	Investimento (R\$)	Resultado Operacional (R\$)
2015	244.438,80	24.500,00	(268.938,80)
2016	245.103,20	24.500,00	(269.603,20)
2017	245.737,40	137.000,00	(382.737,40)
2018	246.371,60	137.000,00	(383.371,60)
2019	247.036,00	294.000,00	(541.036,00)
2020	247.670,20	294.000,00	(541.670,20)
2021	248.334,60	55.000,00	(303.334,60)
2022	248.968,80	55.000,00	(303.968,80)
2023	249.633,20	-	(249.633,20)
2024	250.267,40	-	(250.267,40)
2025	250.901,60	-	(250.901,60)
2026	251.566,00	-	(251.566,00)
2027	252.200,20	-	(252.200,20)
2028	252.864,60	-	(252.864,60)
2029	253.498,80	-	(253.498,80)
2030	254.163,20	-	(254.163,20)
2031	254.797,40	-	(254.797,40)
2032	255.461,80	-	(255.461,80)
2033	256.096,00	-	(256.096,00)
2034	256.730,20	-	(256.730,20)
TOTAIS	5.011.841,00	1.021.000,00	(6.032.841,00)
VPL 10%	641.411,44	2.116.942,78	(2.758.354,22)
VPL 12%	588.851,95	1.854.958,00	(2.443.809,95)

Observa-se que como o sistema de drenagem não possui receita, de modo que seu resultado operacional é negativo. Portanto, o sistema não apresenta de forma isolada situação econômica e financeira sustentável, em função do panorama de investimentos necessários e das despesas de exploração incidentes ao longo do período de planejamento.

8. RESUMO DOS ESTUDOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

De acordo com os estudos efetuados para os quatro componentes dos serviços de saneamento do município, podem-se resumir alguns dados e conclusões, como apresentado no Quadro 8.1.

QUADRO 8.1 – RESUMO DOS ESTUDOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA SEGUNDO O PMSB-PERÍODO 2015-2034

Componentes	Investimentos (R\$)	Despesas de Exploração (R\$)	Despesas Totais (R\$)	Receitas Totais (R\$)	Conclusões
Água	14.075.000,00	20.607.267,45	34.682.267,45	25.031.608,89	A princípio, o sistema não é viável. Somente com readequação tarifária ou com a obtenção de repasses a fundo perdido, o sistema tornar-se-á viável isoladamente.
Esgoto	51.405.000,00	16.190.914,81	67.595.914,81	11.238.327,81	A princípio, o sistema não é viável. Somente com readequação tarifária ou com a obtenção de repasses a fundo perdido, o sistema tornar-se-á viável isoladamente.
Resíduos Sólidos	6.457.060,00	5.744.229,00	12.201.289,00	-	Atualmente não há receitas no sistema de resíduos sólidos assim, o sistema dependerá de recursos a fundo perdidos para viabilização das proposições em função dos altos investimentos necessários.
Drenagem	1.021.000,00	5.011.841,00	6.032.841,00	-	A princípio, o sistema não é viável. É necessária a criação de uma taxa pela prestação dos serviços e recursos a fundo perdido.
TOTAIS	72.958.060,00	47.554.252,26	120.512.312,26	36.269.936,70	

Nota: DEX- valores brutos

A análise da sustentabilidade econômico-financeira de cada componente de forma isolada está de acordo com o artigo 29 da Lei 11.445/2007, que estabelece que os serviços públicos de saneamento básico tenham essa sustentabilidade assegurada, **sempre que possível**, mediante a cobrança dos serviços da seguinte forma:

- ♦ abastecimento de água e esgotamento sanitário – preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

- ♦ limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos – na forma de taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviço ou de suas atividades;
- ♦ manejo de águas pluviais urbanas – na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação de serviço ou de suas atividades.

No caso específico de Santa Rita do Passa Quatro, as incidências percentuais dos serviços são as seguintes, conforme apresentado no Quadro 8.2.

QUADRO 8.2 – INCIDÊNCIAS PORCENTUAIS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO SEGUNDO O PMSB-PERÍODO 2015-2034

Componentes	Investimentos (%)	Despesas de Exploração (%)	Despesas Totais (%)	Conclusões
Água	19%	43%	29%	Os investimentos em água são inferiores àqueles de esgoto; as despesas de exploração são superiores, porém, implicando uma % menor de despesa total.
Esgoto	70%	34%	56%	Verifica-se maior porcentagem de investimentos no sistema de esgotos, em função da necessidade implantar o sistema de tratamento no Distrito de Santa Cruz das Estrela.
Resíduos Sólidos	9%	12%	10%	Os investimentos são inferiores aos anteriores. As despesas de exploração também são baixas, comparativamente aos sistemas de água e esgotos.
Drenagem	1%	11%	5%	Os investimentos previstos nesse sistema são altos, ocorrendo, no entanto, baixos custos de exploração relativamente aos outros sistemas.
TOTAIS	100%	100%	100%	

Como conclusão, pode-se afirmar, com base nos dados desse PMSB de Santa Rita do Passa Quatro, que as despesas totais em água e esgoto representam cerca de 85% dos serviços de saneamento. A representatividade para os serviços de resíduos sólidos e drenagem urbana atinge apenas 15% do valor total previsto para exploração dos sistemas.

Os dados resultantes, com relação aos custos unitários dos serviços, em termos de investimentos e despesas de exploração, estão indicados no Quadro 8.3.

QUADRO 8.3 – RESUMO DE CUSTOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO SEGUNDO O PMSB-PERÍODO 2015-2034

Componentes	Custos Unitários Atuais (R\$ /unidade)	Custos Unitários Estimados (R\$ /unidade)	Despesas Totais (R\$/domicílio/mês)
Água	0,70/m³ faturado	1,24/m³ faturado	22,35
Esgoto	0,45/m³ faturado	3,08/m³ faturado	44,42
Resíduos Sólidos	-	2,50/hab./mês	7,30
Drenagem	-	1,35/hab./mês	4,05
TOTAIS			78,12

Como conclusões finais do estudo, tem-se:

- ◆ Os investimentos em água e esgoto representam mais de 80% dos serviços de saneamento, sendo que os de resíduos e drenagem representam juntos, menos de 15% do total previsto para exploração dos sistemas;
- ◆ Os custos de água/esgoto conforme praticados atualmente são insuficientes para suprir as despesas com os serviços, devendo ser aumentados para patamares próximos dos estimados neste estudo, nos quais a tarifa de água assume valor em torno de 1,24/m³ faturado e a de esgoto 3,08/m³ faturado. Ressalta-se que também pode ser prevista uma relação entre os dois sistemas, com tarifas que permitam um auxiliar o outro, conforme necessidade, de modo que nenhuma das tarifas seja muito elevada, juntamente com a sustentabilidade dos sistemas;
- ◆ Os custos de resíduos sólidos estão num montante razoável pela adoção de solução individual; esse valor pode diminuir caso se adote um consórcio com outros municípios com disposição em unidades regionais;
- ◆ Recomenda-se a criação de uma taxa média mensal em torno de R\$ 7,30/domicílio para a viabilização do sistema de resíduos sólidos conforme planejado;
- ◆ Os custos de drenagem também estão num montante razoável pela adoção de solução individual; esse valor pode diminuir em caso de adoção de uma política de serviços interligada no município, que permita um determinado sistema auxiliar outro, quando necessário;
- ◆ Para o sistema de drenagem ser sustentável, recomenda-se a criação de taxa de prestação dos serviços, de modo que haja uma receita, podendo essa taxa ser incluída em outras já existentes;
- ◆ Outra alternativa que pode tornar os sistemas viáveis (água, esgoto, resíduos e drenagem) é a obtenção de recursos a fundo perdido para viabilização das proposições.

Ainda que seja recomendável a revisão de custos das despesas de exploração dos sistemas de água e esgotos para melhor adequação à nova realidade, os valores resultantes certamente deverão ser compatíveis com a capacidade de pagamento da população local.

9. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Alguns programas deverão ser instituídos para que as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico possam ser cumpridas. Esses programas compreendem medidas estruturais, isto é, com intervenções diretas nos sistemas, e, medidas estruturantes, que possibilitam a adoção de procedimentos e intervenções de modo indireto, constituindo-se um acessório importante na complementação das medidas estruturais. Deve-se realçar que as linhas de financiamento ou repasses a fundo perdido, quando aplicáveis a esses programas, encontram-se apresentados no capítulo 10 subsequente.

São apresentados, a seguir, alguns programas, descritos de modo sucinto, que podem ser (ou já estão sendo) aplicados a qualquer município integrante da UGRHI 9. Tendo em vista a premente necessidade da redução de perdas nos sistemas de distribuição dos municípios integrantes dessa UGRHI, considerou-se o Programa de Redução de Perdas como o mais importante dentre os programas abordados.

9.1 PROGRAMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS ÁREAS DE SANEAMENTO

9.1.1 Programa de Redução de Perdas

A grande maioria dos municípios integrantes da UGRHI 9 apresenta perdas elevadas, variando de 30 a 60%. No caso específico de Santa Rita do Passa Quatro, a perda média na distribuição está em torno de 45%, valor que pode ser considerado elevado.

Essa perda é composta das perdas reais (físicas) e das perdas aparentes (não físicas). As perdas reais referem-se às perdas por vazamentos na rede de distribuição e em outras unidades do sistema, como é o caso dos reservatórios. As perdas aparentes estão relacionadas com erros na micromedição, fraudes, existência de ligações irregulares em favelas e áreas invadidas e falhas no cadastro comercial.

A implementação de um Programa de Redução de Perdas pressupõe, como ponto de partida, a elaboração de um projeto executivo do sistema de distribuição, já que a maioria dos municípios não dispõe ainda desse importante produto. Como resultado, nesse projeto deverão constar: a setorização da rede, em que fiquem estabelecidos os setores de abastecimento, os setores de manobra, os setores de rodízio e, se possível, os distritos pitométricos. Além disso, paralelamente, é conveniente, efetuar o cadastro das instalações existentes.

Com esse projeto, além das intervenções fundamentais no sistema de distribuição, que abranjam eventuais reformas e/ou ampliações em estações elevatórias, adutoras de água tratada, podem-se estabelecer ações paralelas relativas ao Programa de Redução de Perdas, considerando a meta a ser atingida, com intervenções complementares no âmbito do programa. A meta a ser atingida, no caso do município de Santa Rita do Passa Quatro, pressupõe a redução do índice de perdas para 25% até o ano de 2034.

Em relação às perdas reais (físicas), as medidas fundamentais visam ao controle de pressões, à pesquisa de vazamentos, à redução no tempo de reparo dos mesmos e ao gerenciamento da rede. Quanto às perdas aparentes (não físicas), as intervenções se suportam na otimização da gestão comercial, pois elas ocorrem em função de erros na macro e na micromedição, nas fraudes, nas ligações clandestinas, no desperdício pelos consumidores sem hidrômetros, nas falhas de cadastro, etc.

No caso específico de Santa Rita do Passa Quatro, a proposição desse Plano Municipal de Saneamento Básico é a diminuição das perdas reais e aparentes de 45,0% (valor estabelecido para 2013) para 25% em 2034, isto é, uma redução de cerca de 20% em 20 anos. Evidentemente, essa redução deve ser gradativa. Ressalta-se que o município já possui um Plano de Controle e Redução de Perdas, cuja meta final era de 25%, corroborada nesse PMSB.

De um modo geral, considerando-se a situação de todos os municípios da UGRHI 9, os procedimentos básicos podem ser sintetizados, conforme apresentado a seguir, aplicáveis indistintamente a todos os municípios, com algumas diversificações em alguns procedimentos, em função do porte do município e das características gerais do sistema de abastecimento de água:

▪ **AÇÕES GERAIS**

- ◇ elaboração do projeto executivo do sistema de distribuição, com as ampliações necessárias, com enfoque na implantação da setorização e equacionamento da macro e micromedição;
- ◇ elaboração e disponibilização de um cadastro técnico do sistema de abastecimento de água, em meio digital, com atualização contínua;
- ◇ implantação de um sistema informatizado para controle operacional.

▪ **REDUÇÃO DAS PERDAS REAIS (FÍSICAS)**

- ◇ redução da pressão nas canalizações, com instalação de válvulas redutoras de pressão com controladores inteligentes;
- ◇ pesquisa de vazamentos na rede, com utilização de equipamentos de detecção de vazamentos tais como geofones mecânicos, geofones eletrônicos, correlacionador de ruídos, haste de escuta, etc.;
- ◇ minimização das perdas inerentes à distribuição, nas operações de manutenção, quando é necessária a despressurização da rede e, em muitas situações, a drenagem total da mesma, através da instalação de registros de manobras em pontos estratégicos, visando a permitir o isolamento total de no máximo 3km de rede;

- ◇ monitoramento dos reservatórios, com implantação de automatização do liga/desliga dos conjuntos elevatórios que recalcam para os reservatórios, além de dispositivos que permitam a sinalização de alarme de níveis máximo e mínimo;
- ◇ troca de trechos de rede e substituição de ramais com vazamentos;
- ◇ eventual instalação de inversores de frequência em estações elevatórias ou *Boosters*, para redução de pressões no período noturno.

■ **REDUÇÃO DE PERDAS APARENTES (NÃO FÍSICAS)**

- ◇ planejamento e troca de hidrômetros, estabelecendo-se as faixas de idade e o cronograma de troca, com intervenção também em hidrômetros parados, embaçados, inclinados, quebrados e fraudados;
- ◇ seleção das ligações que apresentam consumo médio acima do consumo mínimo taxado e das ligações de grandes consumidores, para monitoramento sistemático;
- ◇ substituição, em uma fase inicial, dos hidrômetros das ligações com consumo médio mensal entre o valor mínimo (10 m³) e o consumo médio mensal do município (por ligação);
- ◇ atualização do cadastro dos consumidores, para minimização das perdas financeiras provocadas por ligações clandestinas e fraudes, alteração do imóvel de residencial para comercial ou industrial e controle das ligações inativas;
- ◇ estudos e instalação de macromedidores setoriais, para avaliação do consumo macromedido para confronto com o consumo micromedido, resultando um planejamento mais adequado de intervenções em setores com índices de perdas maiores.

Nota – No específico do Município de Santa Rita do Passa Quatro, já existe um Programa de Redução de Perdas a ser colocado em andamento.

Além dessas atividades supracitadas, são necessárias melhorias no gerenciamento, com incremento da capacidade de acompanhamento e controle.

Apesar de o enfoque dessas recomendações estar relacionado principalmente com o sistema de distribuição, podem-se efetuar, também, intervenções no sistema produtor, principalmente na área de tratamento, quando se recomenda o reaproveitamento das águas de lavagem dos filtros e o sobrenadante dos lodos decantados, que poderão ser retornados ao processo.

9.1.2 Programa de Utilização Racional da Água e Energia

A utilização racional da água e da energia elétrica constitui-se em um dos complementos essenciais ao Programa de Redução de Perdas, tendo em vista a política de conservação da água e da energia estabelecida em projetos efetuados para esse fim. No âmbito da utilização racional da água, os municípios devem elaborar programas que resultem em economia de demandas, com planejamento de intervenções voltadas diretamente para os

locais de consumo, como é o caso de escolas, hospitais, universidades, áreas comerciais e industriais e domicílios propriamente ditos.

A elaboração desse programa para qualquer município da UGRHI 9 pode se basear no Programa Pura – Programa de Uso Racional da Água, elaborado em 1996 pela Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Esse programa adotou uma política de incentivo ao uso racional da água, com ações tecnológicas e mudanças culturais. Em abril de 2009, a SABESP lançou a cartilha “O Uso Racional da Água”, que, além de trazer diversas informações, relata os casos de sucesso adotados por empresas e instituições que reduziram o consumo de água em suas unidades. Essa cartilha está disponível para consulta no site www.sabesp.com.br.

Com relação à utilização de energia elétrica em sistemas de saneamento básico, o PROCEL – Programa de Conservação de Energia Elétrica, criado pela ELETROBRAS em 1985, estabeleceu, em 1997, uma meta de redução de 15% no desperdício de energia elétrica. Para isso, esquematizou ações relativas à modulação de carga, controle de vazões de recalque, dimensionamento adequado de equipamentos eletromecânicos e automação operacional de sistemas com gerenciamento e supervisão “on-line”.

As intervenções necessárias em sistemas de abastecimento de água estavam, originária e prioritariamente, relacionadas com a otimização do funcionamento dos conjuntos motobombas dos sistemas de recalque, onde o consumo de energia atinge até 95% do custo total, aumentando os custos de exploração.

Em 2003, a ELETROBRAS/PROCEL instituiu o PROCEL SANEAR – Programa de Eficiência Energética em Saneamento Ambiental, que atua de forma conjunta com o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCDA e o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, ambos coordenados pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA, vinculada ao Ministério das Cidades. Entre os principais objetivos do programa, estão a promoção de ações que visem ao uso eficiente da energia elétrica e água em sistemas de saneamento ambiental, incluindo os consumidores; o incentivo ao uso eficiente dos recursos hídricos, como estratégia de prevenção de escassez de água destinada à geração hidrelétrica; e a contribuição para a universalização dos serviços de saneamento ambiental, com menores custos para a sociedade e benefícios adicionais nas áreas de saúde e meio ambiente.

Para maiores informações em relação a esse programa, pode-se entrar em contato com a ELETROBRÁS pelo e-mail procelinfo@eletrobras.com.

Outras várias medidas podem ser tomadas, como a identificação das áreas com consumo elevado de energia elétrica e consequente adoção de procedimentos técnicos e operacionais mais adequados. Além disso, a redução dos custos com energia elétrica pode ser obtida, também, com o conhecimento detalhado do sistema tarifário, adotando-se a melhor forma de fornecimento de energia, em função das várias opções existentes (tarifas convencional, horo-sazonal, azul e verde).

9.1.3 Programa de Reuso da Água

Outro programa de importância que pode ser adotado no município é o Programa de Reuso da Água, com o objetivo de economizar água e até otimizar a disposição em cursos d'água. A água de reuso pode ser produzida pelas estações de tratamento de esgotos, podendo ser utilizada com inúmeras finalidades, quais sejam, na limpeza de ruas e praças, na limpeza de galerias de águas pluviais, na desobstrução de redes de esgotos, no combate a incêndios, no assentamento de poeiras em obras de execução de aterros e em terraplenagem, em irrigação para determinadas culturas, etc.

No caso específico de Santa Rita do Passa Quatro, os esgotos da sede estão sendo tratado na ETE Santa Rita, com nível de tratamento secundário, com vazões médias diárias totais de cerca de 55,2 L/s (vazão média de final de plano). Ressalta-se que não há tratamento instalado no Distrito Santa Cruz da Estrela.

Isso significa que existe a possibilidade de reaproveitamento de efluentes finais que apresentam redução de cerca de 80% da carga orgânica em relação ao esgoto bruto, com utilizações onde não se necessita da água potabilizada, conforme relacionado anteriormente. Evidentemente, as utilizações dependem de inúmeras circunstâncias que envolvem custos, condições operacionais, características qualitativas da água de reuso e demais condições específicas, dependendo dos locais de utilização.

A adoção de um programa para reutilização da água pode ser iniciada estabelecendo-se contato com o Centro Internacional de Referência em Reuso da Água – CIRRA, que é uma entidade sem fins lucrativos, vinculada ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Com o objetivo de promover e disponibilizar recursos técnicos e humanos para estimular práticas conservacionistas, essa entidade tem como funções básicas desenvolver pesquisas e tecnologias adequadas, proporcionar treinamento e divulgar informações visando à promoção, à institucionalização e à regulamentação da prática do reuso no Brasil. A assessoria técnica é direcionada ao setor público e ao setor privado, com promoção de cursos e treinamento.

A estrutura do CIRRA permite a realização de convênios com instituições públicas e privadas, para desenvolvimento de temas pertinentes ao reuso de água, sob diversos aspectos relacionados à gestão ambiental, desde o uso otimizado dos recursos hídricos a tecnologias de tratamento e minimização da geração de efluentes.

O enfoque está dirigido aos reusos urbano, industrial, agrícola e meio ambiente. Podem-se obter maiores informações no site www.usp.br/cirra.

9.1.4 Programa Município Verde Azul

Dentre os programas de interesse de que o Município de Santa Rita do Passa Quatro participa, pode-se citar o Projeto Município Verde Azul da Secretaria do Meio Ambiente (SMA). O programa, lançado em 2007 pelo governo de São Paulo, tem por objetivo ganhar eficiência na gestão ambiental através da descentralização e valorização da base da sociedade. Além disso, visa a estimular e capacitar as prefeituras a implementarem e desenvolverem uma Agenda Ambiental Estratégica. Ao final de cada ciclo anual é avaliada a eficácia dos municípios na condução das ações propostas na Agenda. A partir dessa avaliação, são disponibilizados à SMA, ao Governo do Estado, às Prefeituras e à população o Indicador de Avaliação Ambiental – IAA.

Trata-se de um programa que propõe 10 diretrizes ambientais, que abordam questões ambientais prioritárias a serem implementadas. Assim, pode-se estabelecer uma parceria com a SMA que orienta, segundo critérios específicos a serem avaliados ano a ano, quais as ações necessárias para que o município seja certificado como “Município Verde Azul”. A Secretaria do Meio Ambiente, por sua vez, oferece capacitação técnica às equipes locais e lança anualmente o Ranking Ambiental dos Municípios Paulistas.

As dez diretrizes são as seguintes: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental, onde os municípios concentram esforços na construção de uma agência ambiental efetiva.

A participação do município neste programa é pré-requisito para liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle de Poluição-FECOP, controlado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

De acordo com a classificação da SMA, a situação do município de Santa Rita do Passa Quatro em relação aos municípios paulistas participantes é a seguinte:

- ♦ ano 2009 – nota 48,6 – classificação – 427º lugar;
- ♦ ano 2010 – nota 59,2 – classificação – 306º lugar;
- ♦ ano 2011 – nota 63,6 – classificação – 246º lugar.

9.1.5 Programas de Educação Ambiental

Outros programas relacionados com a conscientização da população em temas inerentes aos quatro sistemas de saneamento podem ser elaborados pela operadora, com ampla divulgação através de palestras, folhetos ilustrativos, mídia local e em instituições de ensino.

9.1.6 Programas Relacionados com a Gestão do Sistema de Resíduos Sólidos

▪ *Orientação para separação na origem dos lixos seco e úmido*

A coleta seletiva e a reciclagem de resíduos são soluções desejáveis, por permitirem a redução do volume de lixo para disposição final. O fundamento da coleta seletiva é a separação, pela população, dos materiais recicláveis (papéis, vidros, plásticos e metais, os chamados de lixos seco) do restante do lixo (compostos orgânicos, chamados de lixo úmido).

A implantação da coleta seletiva pode começar com uma experiência-piloto, que vai sendo ampliada aos poucos. O primeiro passo é a realização de uma campanha informativa junto à população, convencendo-a da importância da reciclagem e orientando-a para que separe o lixo em recipientes para cada tipo de material.

É aconselhável distribuir à população, ao menos inicialmente, recipientes adequados à separação e ao armazenamento dos resíduos recicláveis nas residências (normalmente sacos de papel ou plástico).

▪ *Promoção de reforço de fiscalização e estímulo para denúncia anônima de descartes irregulares*

Para denúncias sobre descarte irregular de lixo ou entulho, a Prefeitura pode instituir um programa de ligue-denúncias. Assim a própria população poderá denunciar irregularidades que ocorrem na sua região.

Porém, o mais importante é prevenir os descartes irregulares. Uma sugestão é a de que a Prefeitura mantenha, durante todo o ano, uma Operação Cata-Tranqueira, que recolhe todo o tipo de material inservível, exceto lixo doméstico e resíduo da construção civil. Pode-se desenvolver uma programação para cada bairro da cidade. A intenção é exatamente evitar que este material seja descartado irregularmente em terrenos ou córregos, colaborando para enchentes.

▪ *Orientação para separação dos entulhos na origem para melhorar a eficiência do reaproveitamento*

Os resíduos da construção civil são compostos principalmente por materiais de demolições, restos de obras, solos de escavações diversas. O entulho é geralmente um material inerte, passível de reaproveitamento, porém geralmente contém uma vasta gama de materiais que podem lhe conferir toxicidade, com destaque para os restos de tintas e de solventes, peças de amianto e metais diversos, cujos componentes podem ser remobilizados caso o material não seja disposto adequadamente.

Para tanto, é importante a implantação por parte da Prefeitura, de um programa de gerenciamento dos resíduos da construção civil, contribuindo para a redução dos impactos causados por estes resíduos ao meio ambiente, e principalmente, informando a população sobre os benefícios da reciclagem também no setor da construção civil.

As metas a serem cumpridas e as ações necessárias serão decorrentes da formatação e implementação dos programas supracitados.

9.2 PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL

Na área rural de Santa Rita do Passa Quatro, predominam domicílios dispersos e alguns pequenos núcleos, cuja solução atual de abastecimento de água e esgotamento sanitário se resume, individualmente, na perfuração de poços freáticos e disposição dos esgotos em fossas negras (predominantemente) ou em fossas sépticas seguidas de poços absorventes. A análise da configuração da área rural do Município de Santa Rita do Passa Quatro permite concluir pela inviabilidade da integração dos domicílios e núcleos dispersos aos sistemas da área urbana, pelas distâncias, custos, dificuldades técnicas, operacionais e institucionais envolvidas.

Em reunião mantida com o GEL do município, foram discutidas as questões acerca da possibilidade de atendimento à área rural, mas chegou-se à conclusão de que é inviável a integração dos domicílios e núcleos dispersos aos sistemas da área urbana pelas razões acima apontadas. Conforme estudo populacional apresentado anteriormente, a população rural indicada no Censo Demográfico de 2010 era de 2.777 hab. A projeção da população rural até 2034 resultou em uma população de 2.070 hab., o que demonstra uma pequena redução.

De acordo com os estudos populacionais desenvolvidos para toda a UGRHI 9, verifica-se que o grau de urbanização dos municípios tende a aumentar, isto é, o crescimento populacional tende a se concentrar nas áreas urbanas, o que implicará a necessidade de capacitação dos sistemas de água e esgotos para atendimento a 100% da população urbana com água tratada e esgoto coletado/tratado. No entanto, nas áreas rurais (alguns municípios da UGRHI 9 possuem áreas rurais muito extensas) o atendimento fica dificultado, pelos motivos anteriormente expostos.

Nos itens subsequentes, são apresentadas algumas sugestões para atendimento à área rural, com base em programas existentes ou experiências levadas a termo para algumas comunidades em outros estados. Sabendo-se que no PMSB somente se fornecem orientações ou caminhos que podem ser seguidos, deve-se ressaltar que o município é soberano nas decisões a serem tomadas na tentativa de se universalizar o atendimento, adotando o programa ou caminho julgado mais conveniente, como resultado das limitações econômico-financeiras e institucionais.

9.2.1 Programa de Microbacias

Uma das possibilidades de solução para os domicílios dispersos ou pequenos núcleos disseminados na área rural seria o município elaborar um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, com assistência da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, através da CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas II – Acesso ao mercado. Os objetivos prioritários estariam relacionados com o desenvolvimento rural sustentável, aliando a produção agrícola e a conservação do meio ambiente com o aumento de renda e melhor qualidade de vida das famílias rurais.

O enfoque principal são as microbacias hidrográficas, com incentivos à implantação de sistemas de saneamento em comunidades isoladas, onde se elaboram planejamentos ambientais das propriedades. Especificamente em relação aos sistemas de água e esgotos, os programas e as ações desenvolvidas com subvenção econômica são baseados nos seguintes incentivos:

- ♦ Construção de poços freáticos comunitários;
- ♦ Construção de fossas biodigestoras, modelo EMBRAPA, com destinação adequada para o efluente final (adubação de áreas diversas);
- ♦ Construção de outros sistemas de disposição de esgotos, tipo fossa séptica, filtro anaeróbio, sumidouro ou mesmo fossa séptica e leitos cultiváveis (*wetlands*) e vala de infiltração.

Toda essa tecnologia está disponível na CATI (www.cati.sp.gov.br) e as linhas do programa podem ser obtidas junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Evidentemente, a adoção de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável estará sujeita às condições específicas de cada município, porque envolve diversos aspectos de natureza político-administrativa, institucional, técnica, operacional e econômico-financeira. No entanto, dentro das possibilidades para se atingir a universalização dos serviços de saneamento básico, em que haja maior controle sanitário sobre a água utilizada pelas populações rurais e a carga poluidora difusa lançada nos cursos d'água, acredita-se que esse Programa de Microbacias Hidrográficas possa ser, no momento, o instrumento mais adequado para implantação de sistemas isolados para comunidades não atendidas pelo sistema público.

9.2.2 Outros Programas e Experiências Aplicáveis à Área Rural

Para atendimento a essas áreas não contempladas pelo sistema público, existem algumas outras experiências em andamento, que resultam da implementação de programas de saneamento para comunidades isoladas, o que pode ser de utilidade à prefeitura do município, no sentido da universalização do atendimento com água e esgotos. Essas experiências encontram-se em desenvolvimento na CAGECE (Ceará-

onde se emprega o modelo SISAR - Sistemas de Integração do Saneamento Rural), CAERN (Rio Grande do Norte - modelo de gestão caracterizado pela autonomia das comunidades atendidas), COPASA (Minas Gerais - sistemas gerenciados pelas próprias prefeituras ou pelos próprios moradores) e SABESP (São Paulo).

No âmbito do Estado de São Paulo, vale citar o Programa Água é Vida, instituído pelo Decreto Estadual nº 57.479 de 1º de novembro de 2011, nova experiência em início de implementação, dirigido às comunidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda. O objetivo do programa não é somente equacionar a cobertura dos serviços, mas buscar alternativas de modelos e gerenciamentos inovadores e adequados para os sistemas de pequeno porte.

Nesse caso, é possível a utilização de recursos financeiros estaduais não reembolsáveis, destinados a obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos, que objetivam a melhoria das condições de saneamento básico. Segundo o artigo 3º do decreto em referência, a participação no programa depende do prévio atendimento às condições específicas do programa, estabelecidas por resolução da SSRH-Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que definirá os requisitos necessários à transferência aos municípios de recursos financeiros estaduais não reembolsáveis.

De especial interesse, são os dados e as informações do seminário realizado na UNICAMP-Universidade de Campinas, entre 20 e 21 de junho de 2013, denominado “Soluções Inovadoras de Tratamento e Reuso de Esgotos em Comunidades Isoladas – Aspectos Técnicos e Institucionais”, que, dentre os vários aspectos relacionados com a necessidade de universalização do atendimento, apresentou vários temas de interesse, podendo-se citar, entre outros:

- ♦ Ações da Agência Nacional de Águas na Indução e Apoio ao Reuso da Água – ANA;
- ♦ Aproveitamento de Águas Residuárias Tratadas em Irrigação e Piscicultura – Universidade Federal do Ceará;
- ♦ Entraves Legais e Ações Institucionais para o Saneamento de Comunidades Isoladas – PCJ – Piracicaba;
- ♦ Aspectos Técnicos e Institucionais – ABES – SP;
- ♦ Experiência da CETESB no Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários de Comunidades Isoladas – CETESB – SP;
- ♦ Emprego de Tanques Sépticos – PROSAB/SANEPAR;
- ♦ Aplicação de *Wetlands* Construídos como Sistemas Descentralizados no Tratamento de Esgotos – ABES - SP;

- ♦ Linhas de Financiamento e Incentivos para Implantação de Pequenos Sistemas de Saneamento – FUNASA;
- ♦ Necessidades de Ajustes das Políticas de Saneamento para Pequenos Sistemas – SABESP – SP;
- ♦ Parasitoses de Veiculação Hídrica – UNICAMP – SP;
- ♦ Projeto Piloto para Implantação de Tecnologias Alternativas em Saneamento na Comunidade de Rodamonte – Ilhabela – SP – CBH – Litoral Norte – SP;
- ♦ Informações decorrentes do Programa de Microbacias - CATI – Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SP;
- ♦ Solução Inovadora para Uso (Reuso) de Esgoto – Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- ♦ Tratamento de Esgotos em Pequenas Comunidades – A Experiência da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Todo esse material, de grande importância para o município, pode ser obtido junto à ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – Seção SP.

Deve-se salientar que, em função desse seminário realizado na UNICAMP, a Câmara Técnica de Saneamento e Saúde da ABES elaborou uma proposta para instituição da Política Estadual de Inclusão das Comunidades Isoladas no planejamento das ações de saneamento em todo o Estado de São Paulo. Em 12/dezembro/2013, foi publicado, no Diário Oficial do Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 947, que instituiu a política de inclusão dessas comunidades isoladas no planejamento de saneamento básico, visando-se à universalização de atendimento para os quatro componentes dessa disciplina.

De acordo com o documento apresentado no supracitado seminário, as comunidades isoladas deverão ser contempladas nas ações de saneamento, no âmbito do planejamento municipal, regional e estadual e as instituições deverão utilizar ferramentas de educação, mediação e conciliação socioambientais, de forma a garantir a participação efetiva dessas comunidades em todo esse processo.

9.2.3 O Programa Nacional de Saneamento Rural

Dentro dos programas estabelecidos pelo recém-aprovado PLANSAB-Plano Nacional de Saneamento Básico (dez/2013), consta o Programa 2, voltado ao saneamento rural.

O programa visa a atender, por ações de saneamento básico, a população rural e as comunidades tradicionais, como as indígenas e quilombolas e as reservas extrativistas. Os objetivos do programa são o de financiar em áreas rurais e comunidades tradicionais medidas estruturais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de

provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias domiciliares e de educação ambiental para o saneamento, além de, em função de necessidades ditadas pelo saneamento integrado, ações de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de manejo de águas pluviais. Também, nas linhas das ações gerais, os objetivos englobam medidas estruturantes, quais sejam, suporte político e gerencial para sustentabilidade da prestação dos serviços, incluindo ações de educação e mobilização social, cooperação técnica aos municípios no apoio à gestão e inclusive na elaboração de projetos.

A coordenação do programa está atribuída ao Ministério da Saúde (FUNASA), que deverá compartilhar a sua execução com outros órgãos federais. Os beneficiários do programa serão as administrações municipais, os consórcios e os prestadores de serviços, incluindo instâncias de gestão para o saneamento rural, como cooperativas e associações comunitárias. O programa será operado principalmente com recursos não onerosos, não se descartando o aporte de recursos onerosos, tendo em vista a necessidade de investimentos em universalização para os próximos 20 anos.

A FUNASA é o órgão do governo federal responsável pela implementação das ações de saneamento nas áreas rurais de todos os municípios brasileiros.

No capítulo subsequente, constam vários programas de financiamento, incluindo a área rural e as comunidades isoladas, no âmbito estadual (SSRH) e no âmbito federal (FUNASA).

10. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

10.1 CONDICIONANTES GERAIS

Nos itens em sequência, apresentam-se várias informações relativas à captação de recursos para execução das obras de saneamento básico. São informações gerais, podendo ser utilizadas por qualquer município, desde que aplicáveis ao mesmo. A seleção dos programas de financiamentos mais adequados dependerá das condições particulares de cada município, atreladas aos objetivos de curto, médio e longo prazo, aos montantes de investimentos necessários, aos ambientes legais de financiamento e outras condições institucionais específicas.

Em termos econômicos, sob o regime de eficiência, os custos de exploração e administração dos serviços devem ser suportados pelos preços públicos, taxas ou impostos, de forma a possibilitar a cobertura das despesas operacionais administrativas, fiscais e financeiras, incluindo o custo do serviço da dívida de empréstimos contraídos. O modelo de financiamento a ser praticado envolve a avaliação da capacidade de pagamento dos usuários e da capacidade do tomador do recurso, associado à viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto e às metas de universalização dos serviços de saneamento. As regras de financiamento também devem ser respeitadas, considerando-se a legislação fiscal e, mais recentemente, a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007).

Para que se possam obter os financiamentos ou repasses para aplicação em saneamento básico, as ações e os programas pertinentes deverão ser enquadrados em categorias que se insiram no planejamento geral do município e deverão estar associadas às Leis Orçamentárias Anuais, às Leis de Diretrizes Orçamentárias e aos Planos Plurianuais do Município. Em princípio, as principais categorias, que serão objeto de propostas, são: Desenvolvimento Institucional; Planejamento e Gestão; Desenvolvimento de Tecnologias e Capacitação em Recursos Hídricos; Conservação de Solo e Água e de Ecossistemas; Conservação da Quantidade e da Qualidade dos Recursos Hídricos; Gestão, Recuperação e Manutenção de Mananciais; Obras e Serviços de Infraestrutura Hídrica de Interesse Local; Obras e Serviços de Infraestrutura de Esgotamento Sanitário.

A partir do estabelecimento das categorias, conforme supracitado, os programas de financiamentos, a serem elaborados pelo próprio município, deverão contemplar a definição do modelo de financiamento e a identificação das fontes e usos de recursos financeiros para a sua execução. Para tanto, poderão ser levantados, para efeito de apresentação do modelo de financiamento e com detalhamento nos horizontes de planejamento, os seguintes aspectos: as fontes externas, nacionais e internacionais, abrangendo recursos onerosos e repasses a fundo perdido (não onerosos); as fontes no âmbito do município; as fontes internas, resultantes das receitas da prestação de serviços

e as fontes alternativas de recursos, tal como a participação do setor privado na implementação das ações de saneamento no município.

10.2 FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS

As principais fontes de financiamento disponíveis para o setor de saneamento básico do Brasil, desde a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico (1971), são as seguintes:

- ◆ Recursos onerosos, oriundos dos fundos financiadores (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e Fundo de Amparo do Trabalhador-FAT); são captados através de operações de crédito e são gravados por juros reais;
- ◆ Recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (Loa), também conhecida como OGU (Orçamento Geral da União) e, também, de orçamentos de estados e municípios; são obtidos via transferência fiscal entre entes federados, não havendo incidência de juros reais;
- ◆ Recursos provenientes de empréstimos internacionais, contraídos junto às agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD);
- ◆ Recursos captados no mercado de capitais, por meio do lançamento de ações ou emissão de debêntures, onde o conceito de investimento de risco apresenta-se como principal fator decisório na inversão de capitais no saneamento básico;
- ◆ Recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes de superávits de arrecadação;
- ◆ Recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Fundos Estaduais de Recursos Hídricos).

Os recursos onerosos preveem retorno financeiro e constituem-se em empréstimos de longo prazo, operados, principalmente, pela Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, e pelo BNDES, com recursos próprios e do FAT. Os recursos não onerosos não preveem retorno financeiro, uma vez que os beneficiários de tais recursos não necessitam ressarcir os cofres públicos.

Nos itens seguintes, apresentam-se os principais programas de financiamentos existentes e as respectivas fontes de financiamento, conforme a disponibilidade de informações constantes dos órgãos envolvidos.

10.3 FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

De forma resumida, apresentam-se as principais fontes de captação de recursos, através de programas instituídos e através de linhas de financiamento, na esfera federal e estadual:

▪ **No âmbito Federal:**

- ◇ ANA – Agência Nacional de Águas – PRODES/Programa de Gestão de Recursos Hídricos, etc.;
- ◇ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ver linhas de financiamento no item 10.5 adiante);
- ◇ CEF – Caixa Econômica Federal – Abastecimento de Água/Esgotamento Sanitário/Brasil Joga Limpo/Serviços Urbanos de Água e Esgoto, etc.;
- ◇ Ministério das Cidades – Saneamento para Todos, etc.;
- ◇ Ministério da Saúde (FUNASA);
- ◇ Ministério do Meio Ambiente (conforme indicação constante do Quadro 10.1 adiante);
- ◇ Ministério da Ciência e Tecnologia (conforme indicação constante do Quadro 10.1 adiante).

▪ **No âmbito Estadual:**

- ◇ SSRH - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, vários programas, incluindo aqueles derivados dos programas do FEHIDRO;
- ◇ Secretaria do Meio Ambiente (vários programas);
- ◇ Secretaria de Agricultura e Abastecimento (por exemplo, Programa de Microbacias).

O Plano Plurianual (2012 – 2015), instituído pela Lei nº 14.676 de 28 de dezembro de 2001, consolida as prioridades e estratégias do Governo do Estado de São Paulo, para os setores de saneamento e recursos hídricos, através dos diversos Programas aplicáveis ao saneamento básico do Estado, podendo ser citados, entre outros:

- ◆ Programa 3904 – Saneamento para Todos – atendimento técnico e financeiro aos municípios não operados pela SABESP e com população urbana até 50.000 habitantes (população dos municípios abrangida pelo Programa Água Limpa) e programa Pró Conexão;
- ◆ Programa 3907 – Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento;

- ♦ Programa 3932 – Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado (dentre várias ações, inclui o saneamento rural e de pequenas comunidades isoladas, além dos programas Água é Vida e Sanebase);
- ♦ Programa 3933 – Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – atendimento às populações residentes dos municípios operados pela SABESP, podendo atuar, também, nos serviços de drenagem, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

10.4 LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO

No Quadro 10.1 a seguir, apresenta-se uma listagem com os programas, as fontes de financiamento, os beneficiários, a origem dos recursos e os itens financiáveis para o saneamento. Os programas denominados REFORSUS e VIGISUS do Ministério da Saúde foram suprimidos da listagem, porque estão relacionados diretamente com ações envolvendo a vigilância em termos de saúde e controle de doenças, apesar da intercorrência com as ações de saneamento básico.

Cumpre salientar que o município, na implementação das ações necessárias para se atingir a universalização do saneamento, deverá selecionar o (s) programa (s) de financiamentos que melhor se adeque (m) às suas necessidades, função, evidentemente, de uma série de procedimentos a serem cumpridos, conforme exigências das instituições envolvidas.

QUADRO 10.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO

Instituição	Programa Finalidade	Beneficiário	Origem dos Recursos	Itens Financiáveis
SSRH	<u>FEHIDRO</u> - Fundo Estadual de Recursos Hídricos Vários Programas voltados para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos.	Prefeituras Municipais. - abrangem municípios de todos os portes, com serviços de água e esgoto operados ou não pela SABESP.	Ver nota 1	Projeto / Obras e Serviços.
GESP / SSRH	<u>SANEBASE</u> - Convênio de Saneamento Básico Programa para atender aos municípios do Estado que não são operados pela SABESP.	Prefeituras Municipais.- serviços de água e esgoto não prestados pela SABESP.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo (fundo perdido).	Obras de implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto.
SSRH	<u>PMSB</u> – Planos Municipais de Saneamento Básico Programa para apoiar os municípios do Estado de São Paulo, visando atender a Lei Federal 11.445/2007 e o Decreto Estadual 52.895/08.	Prefeituras Municipais.- abrangem municípios de todos os portes, com serviços de água e esgoto operados ou não pela SABESP.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo	Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
SSRH / DAEE	<u>ÁGUA LIMPA</u> – Programa Água Limpa Programa para atender com a execução de projetos e obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário municípios com até 50 mil habitantes e que prestam diretamente os serviços públicos de saneamento básico.	Prefeituras Municipais.com até 50 mil habitantes e que prestam diretamente os serviços públicos de saneamento básico.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo e Organizações financeiras nacionais e internacionais.	Projetos executivos e obras de implantação de estações de tratamento de esgotos, estações elevatórias de esgoto, emissários, linhas de recalque, rede coletora, interceptores, impermeabilização de lagoas, dentre outras relacionadas.
SSRH	<u>ÁGUA É VIDA</u> – Programa Água é Vida Programa voltado as localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda, visando a implementação de obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos.	Prefeituras Municipais. - comunidades de baixa renda, cujo atendimento no município seja pela SABESP.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo (fundo perdido).	Obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos, relacionados ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
SSRH	<u>PRÓ-CONEXÃO</u> – Programa Pró-Conexão (Se liga na Rede) Programa para atender famílias de baixa renda ou grupos domésticos, através do financiamento da execução de ramais intradomiciliares.	Famílias de baixa renda ou grupos domésticos. – localizadas em municípios operados pela SABESP.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo	Obras de implantação de ramais intradomiciliares, com vista à efetivação à rede pública coletora de esgoto.

Continua...

Continuação.

QUADRO 10.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO

Instituição	Programa Finalidade	Beneficiário	Origem dos Recursos	Itens Financiáveis
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	Pró Comunidade – Programa de Melhoramentos Comunitários: Viabilizar Obras de Saneamento através de parceria entre a comunidade, Prefeitura Municipal e CEF.	Prefeituras Municipais.	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos, melhoramento em vias públicas, drenagem, distribuição de energia elétrica e construção e melhorias em áreas de lazer e esporte.
MPOG – SEDU	<u>PRÓ-SANEAMENTO</u> Ações de saneamento para melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, aumento da eficiência dos agentes de serviço, drenagem urbana, para famílias com renda média mensal de até 12 salários mínimos.	Prefeituras, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Concessionárias Estaduais e Municipais de Saneamento e Órgãos Autônomos Municipais.	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Destina-se ao aumento da cobertura e/ou tratamento e destinação final adequados dos efluentes, através da implantação, ampliação, otimização e/ou reabilitação de Sistemas existentes e expansão de redes e/ou ligações prediais.
MPOG – SEDU	<u>PROSANEAR</u> Ações integradas de saneamento em aglomerados urbanos ocupados por população de baixa renda (até 3 salários mínimos) com precariedade e/ou inexistência de condições sanitárias e ambientais.	Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Concessionárias Estaduais e Municipais de Saneamento e Órgãos Autônomos Municipais.	Financiamento parcial com contrapartida e retorno do empréstimo / FGTS.	Obras integradas de saneamento: abastecimento de água, esgoto sanitário, microdrenagem/instalações hidráulico sanitárias e contenção de encostas com ações de participação comunitária (mobilização, educação sanitária).
MPOG – SEDU	<u>PASS</u> - Programa de Ação Social em Saneamento Projetos integrados de saneamento nos bolsões de pobreza. Programa em cidades turísticas.	Prefeituras Municipais, Governos estaduais e Distrito Federal.	Fundo perdido com contrapartida / orçamento da união.	Contempla ações de abastecimento em água, esgotamento sanitário, disposição final de resíduos sólidos. Instalações hidráulico-sanitárias intra-domiciliares.
MPOG – SEDU	<u>PROGEST</u> - Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos.	Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e Distrito Federal.	Fundo perdido / Orçamento da União.	Encontros técnicos, publicações, estudos, sistemas piloto em gestão e redução de resíduos sólidos; análise econômica de tecnologias e sua aplicabilidade.
MPOG – SEDU	<u>PRO-INFRA</u> Programa de Investimentos Públicos em Poluição Ambiental e Redução de Risco e de Insalubridade em Áreas Habitadas por População de Baixa Renda.	Áreas urbanas localizadas em todo o território nacional.	Orçamento Geral da União (OGU) - Emendas Parlamentares, Contrapartidas dos Estados, Municípios e Distrito Federal.	Melhorias na infraestrutura urbana em áreas degradadas, insalubres ou em situação de risco.

Continua...

Continuação.

QUADRO 10.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO

Instituição	Programa Finalidade	Beneficiário	Origem dos Recursos	Itens Financiáveis
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNASA	<u>FUNASA</u> - Fundação Nacional de Saúde Obras e serviços em saneamento.	Prefeituras Municipais e Serviços Municipais de Limpeza Pública.	Fundo perdido / Ministério da Saúde	Sistemas de resíduos sólidos, serviços de drenagem para o controle de malária, melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, estudos e pesquisa.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	PROGRAMA DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM GESTÃO AMBIENTAL URBANA Coletar e Organizar informações, Promover o Intercâmbio de Tecnologias, Processos e Experiências de Gestão Relacionada com o Meio Ambiente Urbano.	Serviço público aberto a toda a população, aos formadores de opinião, aos profissionais que lidam com a administração municipal, aos técnicos, aos prefeitos e às demais autoridades municipais.	Convênio do Ministério do Meio Ambiente com a Universidade Livre do Meio Ambiente.	—
	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS Ações, Programas e Projetos no Âmbito dos Resíduos Sólidos.	Municípios e Associações participantes do Programa de Revitalização dos Recursos nos quais seja identificada prioridade de ação na área de resíduos sólidos.	Convênios firmados com órgãos dos Governo Federal, Estadual e Municipal, Organismo Nacionais e Internacionais e Orçamento Geral da União (OGU).	—
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA	<u>REBRAMAR</u> - Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos Sólidos.	Estados e Municípios em todo o território nacional.	Ministério do Meio Ambiente.	Programas entre os agentes que geram resíduos, aqueles que o controlam e a comunidade.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	<u>LIXO E CIDADANIA</u> A retirada de crianças e adolescentes dos lixões, onde trabalham diretamente na catação ou acompanham seus familiares nesta atividade.	Municípios em todo o território nacional.	Fundo perdido.	Melhoria da qualidade de vida.
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	<u>PROSAB</u> - Programa de Pesquisa em Saneamento Básico. Visa promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas na área de saneamento ambiental.	Comunidade acadêmica e científica de todo o território nacional.	FINEP, CNPQ, Caixa Econômica Federal, CAPES e Ministério da Ciência e Tecnologia.	Pesquisas relacionadas a: águas de abastecimento, águas residuárias, resíduos sólidos (aproveitamento de lodo).

Notas

1 - Atualmente, a origem dos recursos é a compensação financeira pelo aproveitamento hidroenergético no território do estado;
 2 – MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

10.5 DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMSB

A seguir, encontram-se descritos, de forma resumida, alguns programas de grande interesse para implementação do PMSB, em nível federal e estadual.

▪ No âmbito Federal:

PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Entre os programas instituídos pelo governo federal, o *Programa Saneamento para Todos* constitui-se no principal programa destinado ao setor de saneamento básico, pois contempla todos os prestadores de serviços de saneamento, públicos e privados.

Visa a financiar empreendimentos com recursos oriundos do FGTS (onerosos) e da contrapartida do solicitante. Deverá ser habilitado pelo Ministério das Cidades e é gerenciado pela Caixa Econômica Federal. Possui as seguintes modalidades:

- ◇ Abastecimento de Água – destina-se à promoção de ações que visem ao aumento da cobertura ou da capacidade de produção do sistema de abastecimento de água;
- ◇ Esgotamento Sanitário – destina-se à promoção de ações para aumento da cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário ou da capacidade de tratamento e destinação final adequada dos efluentes;
- ◇ Saneamento Integrado – destina-se à promoção de ações integradas em áreas ocupadas por população de baixa renda. Abrange o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, além de ações relativas ao trabalho socioambiental nas áreas de educação ambiental, além da promoção da participação comunitária e, quando for o caso, ao trabalho social destinado à inclusão social de catadores e aproveitamento econômico do material reciclável, visando à sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos.
- ◇ Desenvolvimento Institucional – destina-se à promoção de ações articuladas, visando ao aumento de eficiência dos prestadores de serviços públicos. Nos casos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações e redes existentes, redução de custos e de perdas; no caso da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações existentes.
- ◇ Manejo de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais – no caso dos resíduos sólidos, destina-se à promoção de ações com vistas ao aumento da cobertura dos serviços (coleta, transporte, tratamento e disposição dos resíduos domiciliares e provenientes dos serviços de saúde, varrição, capina, poda, etc.); no caso das

águas pluviais, promoção de ações de prevenção e controle de enchentes, inundações e de seus danos nas áreas urbanas.

Outras modalidades incluem o manejo dos resíduos da construção e demolição, a preservação e recuperação de mananciais e o financiamento de estudos e projetos, inclusive os planos municipais e regionais de saneamento básico.

As condições gerais de concessão do financiamento são as seguintes:

- ◇ em operações com o setor público a contrapartida mínima de 5% do valor do investimento, com exceção na modalidade abastecimento de água, que é de 10%; com o setor privado é de 20%;
- ◇ os juros são de 6%, exceto para a modalidade Saneamento Integrado, que é de 5%;
- ◇ a remuneração da CEF é de 2% sobre o saldo devedor e a taxa de risco de crédito limitada a 1%, conforme a análise cadastral do solicitante.

PRODES

O PRODES (Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas), criado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2001, visa a incentivar a implantação ou ampliação de estações de tratamento para reduzir os níveis de poluição em bacias hidrográficas, a partir de prioridades estabelecidas pela ANA. Esse programa, também conhecido como “Programa de Compra de Esgoto Tratado”, incentiva financeiramente os resultados obtidos em termos do cumprimento de metas estabelecidas pela redução da carga poluidora, desde que sejam satisfeitas as condições previstas em contrato.

Os empreendimentos elegíveis que podem participar do PRODES são: estações de tratamento de esgotos ainda não iniciadas, estações em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e estações com ampliações e melhorias que signifiquem aumento da capacidade de tratamento e/ou eficiência.

PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA)

Esse programa integra projetos e atividades que objetivam a recuperação e preservação da qualidade e quantidade de recursos hídricos das bacias hidrográficas. O programa, que tem gestão da ANA – Agência Nacional de Águas, é operado com recursos do Orçamento Geral da União (não oneroso-repasse do OGU). Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos pela ANA em conformidade com as Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As modalidades abrangidas por esse programa são as seguintes:

Despoluição de Corpos D'Água

- ◇ Sistema de transporte e disposição final adequada de esgotos sanitários;
- ◇ Desassoreamento e controle da erosão;
- ◇ Contenção de encostas;
- ◇ Recomposição da vegetação ciliar.

Recuperação e Preservação de Nascentes, Mananciais e Cursos D'Água em Áreas Urbanas

- ◇ Desassoreamento e controle de erosão;
- ◇ Contenção de encostas;
- ◇ Remanejamento/reassentamento da população;
- ◇ Uso e ocupação do solo para preservação de mananciais;
- ◇ Implantação de parques para controle de erosão e preservação de mananciais;
- ◇ Recomposição da rede de drenagem;
- ◇ Recomposição de vegetação ciliar;
- ◇ Aquisição de equipamentos e outros bens.

Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes

- ◇ Desassoreamento e controle de enchentes;
- ◇ Drenagem urbana;
- ◇ Urbanização para controle de cheias, erosões e deslizamentos;
- ◇ Recomposição de vegetação ciliar;
- ◇ Obras para preservação ou minimização dos efeitos da seca;
- ◇ Sistemas simplificados de abastecimento de água;
- ◇ Barragens subterrâneas.

PROGRAMAS DA FUNASA (FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE)

A FUNASA é um órgão do Ministério da Saúde que detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País. Na busca da redução dos riscos à saúde, financia a universalização dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos. Além disso, promove melhorias sanitárias domiciliares, a cooperação técnica, estudos e pesquisas e ações de saneamento rural, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza.

Cabe à FUNASA a responsabilidade de alocar recursos não onerosos para sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e melhorias sanitárias domiciliares prioritariamente para municípios com população inferior a 50.000 habitantes e em comunidades quilombolas, assentamentos e áreas rurais.

As ações e programas em Engenharia de Saúde Pública constantes dos financiamentos da FUNASA são os seguintes:

- ◇ Saneamento para a Promoção da Saúde;
- ◇ Sistema de Abastecimento de Água;
- ◇ Cooperação Técnica;
- ◇ Sistema de Esgotamento Sanitário;
- ◇ Estudos e Pesquisas;
- ◇ Melhorias Sanitárias Domiciliares;
- ◇ Melhorias habitacionais para o Controle de Doenças de Chagas;
- ◇ Resíduos Sólidos;
- ◇ Saneamento Rural;
- ◇ Projetos Laboratoriais.

▪ ***No âmbito Estadual:***

PROGRAMA REÁGUA

O Programa REÁGUA (Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas) está sendo implementado no âmbito da SSRH-SP e tem como objetivo o apoio a ações de saneamento básico para ampliação da disponibilidade hídrica onde há maior escassez hídrica. As ações selecionadas referem-se ao controle e redução de perdas, uso racional de água em escolas, reúso de efluentes tratados e coleta, transporte e tratamento de esgotos. As áreas de atuação são as UGRHIs Piracicaba/Capivari/Jundiaí, Sapucaí/Grande, Mogi Guaçu e Tietê/Sorocaba.

A contratação de ações a serem empreendidas no âmbito do Programa REÁGUA estará condicionada a um processo de seleção pública coordenado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH. O Edital contendo o regulamento que estabelece as condições para apresentação de projetos pelos prestadores de serviço de saneamento, elegíveis para financiamento pelo REÁGUA, orienta os proponentes quanto aos procedimentos e critérios estabelecidos para esse processo de habilitação, hierarquização e seleção. Esses critérios são claros, objetivos e vinculados a resultados que: (i) permitam elevar a disponibilidade ou a qualidade de recursos hídricos; e, (ii) contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários diretos.

O Programa funciona com estímulo financeiro não reembolsável, para autarquias ou empresas públicas, mediante a verificação de resultados.

PROGRAMAS DO FEHIDRO

Para conhecimento de todas as ações e programas financiáveis pelo FEHIDRO, deve-se consultar o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento, editado pelo COFEHIDRO – Conselho de Orientação do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos – dezembro/2010.

Os beneficiários dos recursos disponibilizados pelo FEHIDRO são as pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta do Estado ou municípios, concessionárias de serviços públicos nos campos de saneamento, meio ambiente e de aproveitamento múltiplo de recursos hídricos; consórcios intermunicipais, associações de usuários de recursos hídricos, universidades, instituições de ensino superior, etc.

Os recursos do FEHIDRO destinam-se a financiamentos (reembolsáveis ou a fundo perdido), de projetos, serviços e obras que se enquadrem no Plano Estadual de Recursos Hídricos. A contrapartida mínima é variável conforme a população do município. Os encargos, no caso de recursos onerosos (reembolsáveis), são de 2,5% a.a. para pessoas jurídicas de direito público, da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios e consórcios intermunicipais, e de 6,0% a.a. para concessionárias de serviços públicos.

As linhas temáticas para financiamento são as seguintes:

- ◆ Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- ◆ Proteção, Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos;
- ◆ Prevenção contra Eventos Extremos.

Na linha temática de Proteção, Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, encontram-se indicados os seguintes empreendimentos financiáveis, entre outros:

- ◆ estudos, projetos e obras para todos os componentes sistemas de abastecimento de água, incluindo as comunidades isoladas;
- ◆ idem para todos os componentes de sistemas de esgotos sanitários;
- ◆ elaboração do plano e projeto do controle de perdas e diagnóstico da situação; implantação do sistema de controle de perdas; aquisição e instalação de hidrômetros residenciais e macromedidores; instalação do sistema redutor de pressão; serviços e obras de setorização; reabilitação de redes de água; pesquisa de vazamentos, pitometria e eliminação de vazamentos;

- ♦ tratamento e disposição de lodo de ETA e ETE;
- ♦ estudos, projetos e instalações de adequação de coleta e disposição final de resíduos sólidos, que comprovadamente comprometam a qualidade dos recursos hídricos;
- ♦ coleta, transporte e tratamento de efluentes dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos (chorume).

PROGRAMA ÁGUA É VIDA

O Programa para Saneamento em Pequenas Comunidades Isoladas, denominado "Água É Vida"¹⁵, foi criado em 2011, através do decreto nº 57.479 de 1-11-2011, e tem como objetivo a implantação de obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos visando a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, ou seja, abastecimento de água e de esgotamento sanitário para atender moradores de áreas rurais e bairros afastados (localidades de pequeno porte predominantemente ocupadas por população de baixa renda), por meio de recursos não reembolsáveis.

O projeto é coordenado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e executado pela Sabesp, em parceria com as prefeituras.

As redes para fornecimento de água potável às famílias serão colocadas pela Sabesp, com verba da companhia. As casas receberão também uma Unidade Sanitária Individual – um biodigestor, mecanismo que funciona como uma “mini estação” de tratamento de esgoto. Esse equipamento é instalado pelas prefeituras, com recursos do Governo do Estado. A manutenção é realizada pela Sabesp.

A seguir serão apresentados os resultados já obtidos com a implementação do Programa:

♦ Período de 2011

Foram assinados 20 convênios, atendendo 20 municípios, totalizando um valor de R\$ 5,4 milhões e visando beneficiar 41 comunidades, com 3.602 ligações, para uma população de 13.089 habitantes.

♦ Período de 2012

Foram assinados 34 convênios, atendendo 34 municípios, totalizando um valor de R\$ 16,1 milhões e visando beneficiar 167 comunidades, com 10.727 ligações, para uma população de 37.235 habitantes.

¹⁵ O programa sofreu significativas alterações durante sua implantação em face da orientação da Consultoria Jurídica:

- Inicialmente seriam beneficiados os municípios atendidos pela Sabesp; - Estimativa inicial da Sabesp do número de domicílios a serem atendidos; - Valor da USI (Sabesp = R\$ 1.500,00); - Licitação pelo município. Assim, definiu-se que:

- A Nota Técnica contemplou que a USI poderá ser confeccionada em diversos materiais (tijolo, concreto pré-moldado, poliuretano, etc.); - A Sabesp realizou composição de média do preço- teto, obtendo R\$ 4.100,00 por unidade instalada. Tal composição esta sendo atualizada pela Sabesp; - O CSD – Cadastro Sanitário Domiciliar será efetuado pelo município. - A SSRH/CSAN efetuara Visita Técnica às comunidades de forma a constatar a viabilidade técnica e a renda familiar. - O mercado não estava preparando para a demanda, que agora investe em tecnologia e produção.

♦ Período de 2013

Foram assinados 12 convênios, atendendo 12 municípios, e um convênio com a Itesp para construção de poços para 31 assentamentos, totalizando um valor de R\$ 11,5 milhões e visando beneficiar 63 comunidades, com 1.513 ligações e 32 poços, para uma população de 16.071 habitantes, distribuídas em 4.679 famílias.

Resumindo, o montante de convênios assinados e os respectivos valores são:

- ♦ Convênios novos assinados: 11; correspondente a R\$ 6.286.800,00;
- ♦ Convênios aditados: 26; correspondente a R\$ 6.754.200,00;

Total – Primeira Etapa: 37 convênios, valor de R\$ 13.041.000,00.

Desse total de convênios, foram ou estão em processo licitatórios 7, correspondendo a um valor de R\$ 3.177.500,00.

- ♦ Convênios a serem aditados: 12; correspondente a R\$ 4.665.800,00;
- ♦ Convênios aguardando recursos: 24; correspondente a R\$ 5.232.000,00;

Total – Segunda Etapa: 36 convênios, valor de R\$ 9.897.800,00.

Dos convênios da segunda etapa 3 foram cancelados.

Os investimentos previstos para o período de 2014 a 2017 correspondem a R\$ 10 milhões/ano, visando atender uma demanda de 2.500 domicílios/ano.

Meta para 2020 – 400 mil domicílios atendidos.

PROGRAMA PRÓ CONEXÃO (SE LIGA NA REDE)

Programa de incentivo financeiro à população de baixa renda do Estado de São Paulo destinado a custear, a fundo perdido, a execução pela Sabesp de ramais intradomiciliares e conexões à rede pública coletora de esgoto, colaborando para a universalização dos serviços de saneamento com critérios pré-definidos na Lei nº 14.687, de 02 de janeiro de 2012 e Decreto nº 58.280 de 08 de agosto de 2012.

As áreas beneficiadas devem atender, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. sejam classificadas nos Grupos 5 e 6 do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), publicado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, correspondentes, respectivamente, a vulnerabilidade alta e muito alta;
- II. disponham de redes públicas de coleta de esgotos, com encaminhamento para estações de tratamento.

Os resultados obtidos com o Programa e os investimentos previstos são:

- ♦ Período de 2013: Foram realizadas 30.130 ligações intradomiciliares.
- ♦ Investimentos previstos para o período de 2014 a 2017: Esta sendo estimado o valor de R\$ 30 milhões anuais, com base no Decreto nº 58.208/12 de 12/07/2012 como a demanda estimada para as metas físicas do programa em 04 anos, num total aproximado de 25 mil atendimentos.

De acordo com as metas do programa, ao longo de oito anos serão ligados à rede 192 mil imóveis: 76,8 mil na Região Metropolitana de São Paulo; 30 mil na Baixada Santista; 5,6 mil na Região Metropolitana de Campinas; e 79,3 mil nos demais municípios atendidos pela Sabesp.

A iniciativa beneficia diretamente 800 mil pessoas e indiretamente cerca de 40 milhões de paulistas com a despoluição de córregos, rios, represas e mares. O investimento total previsto é de R\$ 349,5 milhões.

O Pró-Conexão (Se Liga na Rede) tem a participação direta da comunidade. Em cada bairro, as casas beneficiadas são visitadas por uma Agente Se Liga - uma moradora contratada pela Sabesp para apresentar a iniciativa e explicar os benefícios da ligação de esgoto. Com a assinatura do Termo de Adesão, o imóvel é fotografado, a obra é agendada e executada. Ao final, a casa é entregue para a família em condições iguais ou melhores.

PROGRAMA ÁGUA LIMPA

A maioria dos municípios do Estado de São Paulo conta com rede coletora de esgoto em quase toda sua área urbana. Muitos, no entanto, ainda não possuem sistema de tratamento de esgoto doméstico, o que representa grave agressão ao meio ambiente e aos mananciais. Além de comprometer a qualidade da água dos rios, o despejo de esgoto bruto traz um sério risco de disseminação de doenças.

Para enfrentar o problema, o Governo do Estado de São Paulo criou, desde 2005, o Programa Água Limpa, instituído pelo Decreto nº 52.697, de 7-2-2008 e alterado pelo Decreto nº 57.962, 10-4-2012. Trata-se de uma ação conjunta entre a Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos e o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), executado em parceria com as prefeituras.

O programa visa implantar sistemas de afastamento e tratamento de esgotos, em municípios com até 50 mil habitantes que prestam diretamente os serviços públicos de saneamento básico e que despejam seus efluentes "in natura" nos córregos e rios locais. O Programa abrange a execução de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de esgoto, extensão de emissários, linhas de recalque, rede coletora, interceptores, impermeabilização de lagoas, dentre outras.

O Governo do Estado disponibiliza os recursos financeiros para a construção das unidades necessárias, contrata a execução das obras ou presta, através das várias unidades do DAEE, a orientação e o acompanhamento técnico necessários. Cabe ao município conveniente ceder as áreas onde serão executadas as obras, desenvolver os projetos básicos, providenciar as licenças ambientais e as servidões administrativas necessárias. As principais fontes de recursos do Programa provêm do Tesouro do Estado de São Paulo e de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O benefício do Programa não se restringe ao município onde o projeto é implantado, mas abrange a bacia hidrográfica em que está localizado, com impacto direto na redução da mortalidade infantil e da disseminação de doenças, além de proporcionar melhoria na qualidade dos recursos hídricos, com a consequente redução dos custos do tratamento da água destinada ao abastecimento público.

O sistema de tratamento adotado pelo Programa Água Limpa é composto por três lagoas de estabilização: anaeróbia, facultativa e maturação, obtendo uma redução de até 95% de sua carga poluidora, medida em DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio).

Trata-se de um processo natural que não exige equipamentos sofisticados nem adição de produtos químicos, sendo, portanto, de fácil operação e manutenção. Essas características tornam o processo ideal para comunidades de pequeno e médio porte que disponham de terrenos de baixo custo, pois a ETE ocupa áreas relativamente grandes.

A partir de 2013, por disposições regulamentares e orçamentárias específicas, os convênios passaram a ser instrumentalizados pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, através da Coordenadoria de Saneamento, oportunidade em que foram assinados 34 Convênios, com 33 municípios, envolvendo um montante de recursos no valor aproximado de R\$ 280,4 milhões, cujos processos para a contratação das obras estão sendo providenciados pelo DAEE.

Essas obras quando concluídas beneficiarão uma população de aproximadamente, 558.552 mil habitantes, trazendo benefícios irrefutáveis ao meio ambiente com a retirada de mais de 1.018 toneladas de carga orgânica dos rios e córregos paulistas, garantindo maior disponibilidade e qualidade das águas, revitalizando treze Bacias Hidrográficas e melhorando as condições de vida e saúde pública da população atendida.

Para o período de 2014 a 2017, a SSRH estima com base na demanda de novas 56 solicitações em 60 localidades, até a data atual, o valor de R\$ 120 milhões por ano até 2017, de forma a realizar 18 obras por ano, numa valor estimado de R\$ 6,6 milhões por cada obra.

PROGRAMA SANEBASE – Apoio aos Municípios para Ampliação e melhorias de Sistemas de Águas e Esgoto

Este programa, instituído pelo Decreto nº 41.929, de 8-7-1997 e alterado pelo Decreto nº 52.336, de 7-11-2007, tem por objetivo geral transferir recursos financeiros do Tesouro do Estado, a fundo perdido, para a execução de obras e/ou serviços de saneamento básico, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos tendo a SABESP, na qualidade de Órgão Técnico do Programa, através da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento Operacional de Sistemas Regionais e os municípios paulistas cujos sistemas de água e esgoto, são operados diretamente pela Prefeitura Municipal ou por intermédio de autarquias municipais (serviços autônomos).

Visa à ampliação dos níveis de atendimento dos municípios para a implantação, reforma adequação e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários, com vistas à universalização desses serviços.

A seguir apresenta-se um panorama do programa, com indicação de metas alcançadas, demandas requeridas e investimentos previstos.

♦ Meta Alcançada (período de 2011 a 2013)

No período foram celebrados 29 convênios, com investimento aproximado de R\$ 11 milhões, beneficiando uma população de 271 mil habitantes, contribuindo, dessa forma, para a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo.

♦ Demandas para priorização em 2014

As priorizações para 2014 totalizam 28 solicitações, em um valor aproximado de R\$ 11,2 milhões. Os atendimentos em 2014 serão priorizados de acordo com a viabilidade técnica para execução de obras de águas e esgoto e a disponibilidade de recursos financeiros previstos no orçamento de 2014.

♦ Demandas no período 2011 a 2013

As demandas cadastradas totalizam 176 solicitações visando à liberação de recursos financeiros para execução de obras de águas e esgoto em municípios que operam seus sistemas, no valor aproximado de R\$ 76,8 milhões.

♦ Investimentos período 2014 a 2017

Com base na demanda de aproximadamente 30 municípios até a data atual, além dos que já foram atendidos e estão em fase de assinatura em 2014, utilizando-se o valor total da LDO correspondente a R\$ 4,7 milhões, a SSRH estimou o valor de R\$ 10 milhões anuais para que seja possível atender às demandas já existentes, assim como às novas solicitações.

PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO À ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E DE EXECUÇÃO DE PLANOS REGIONAIS

Este Programa tem como objetivo a elaboração dos planos regionais (PRISB) por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI, ao mesmo tempo em que proporciona aos municípios paulistas condições técnicas para a elaboração de seus respectivos PMSB.

Neste contexto, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos contrata por licitação empresa especializada para elaborar os PMSB, celebra convênios com os municípios, e posteriormente, entrega gratuitamente os planos. Esse programa visa atender a Lei Federal nº 11.445/2007 e o Decreto Estadual nº 52.895/08.

Os principais resultados obtidos pelo Programa estão apresentados a seguir, juntamente com os investimentos previstos.

♦ Período de 2010 a 2012

Foram assinados 2 contratos para a elaboração dos planos municipais e regionais de saneamento referentes às UGRHI 1 – Mantiqueira, UGRHI 2 – Paraíba do Sul, UGRHI 3 – Litoral Norte e UGRHI 10 – Tietê/Sorocaba.

O valor total dos contratos foi de aproximadamente R\$ 9,2 milhões, de modo que 75 municípios receberam os planos municipais e regionais, representando cerca de 11,6% da totalidade do Estado de São Paulo. A população total beneficiada por esses planos é de 4.318.279 habitantes.

♦ Período de 2013 a 2014

Estão em andamento 2 contratos para a elaboração dos planos municipais e regionais de saneamento referente às UGRHI 9 – Mogi Guaçu e UGRHI 14 – Alto Paranapanema.

O valor total dos contratos é de aproximadamente R\$ 11,4 milhões, de modo que 74 municípios receberão os planos municipais e regionais, representando cerca de 11,4% da totalidade do Estado de São Paulo. A população total beneficiada por esses planos é de 2.323.271 habitantes.

♦ Investimentos para o período de 2014 a 2017

Encontram-se em andamento 3 processos de licitação para a contratação de serviços para a elaboração dos planos municipais e regionais de saneamento referentes às seguintes UGRHIs: 4 – Pardo; 8 – Sapucaí/Grande; 12 – Baixo Pardo/Grande; 17 – Médio Paranapanema; 20 – Aguapeí; 21 – Peixe; e 22 – Pontal do Paranapanema.

O valor total estimado dessas licitações é de aproximadamente R\$ 19,2 milhões, que deverão contemplar 177 municípios com os planos municipais e regionais, representando 27,5% da totalidade dos municípios do Estado de São Paulo. A população total beneficiada será de 3.961.575 habitantes.

Tendo em vista os resultados já obtidos, os planos em andamento e os investimentos previstos, estima-se que entre 2010 e 2016, a SSRH terá atendido com o fornecimento dos PMSB 326 municípios, totalizando 50,5% das municipalidades do Estado de São Paulo.

10.6 INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS

Outas alternativas possíveis, dentre as instituições com financiamentos onerosos, podem ser citadas as seguintes:

BNDES/FINEM

O BNDES poderá financiar os projetos de saneamento, incluindo:

- ◆ abastecimento de água;
- ◆ esgotamento sanitário;
- ◆ efluentes e resíduos industriais;
- ◆ resíduos sólidos;
- ◆ gestão de recursos hídricos (tecnologias e processos, bacias hidrográficas);
- ◆ recuperação de áreas ambientalmente degradadas;
- ◆ desenvolvimento institucional;
- ◆ despoluição de bacias, em regiões onde já estejam constituídos Comitês;
- ◆ macrodrenagem.

Os principais clientes do Banco nesses empreendimentos são os Estados, Municípios e entes da Administração Pública Indireta de todas as esferas federativas, inclusive consórcios públicos. A linha de financiamento Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos baseia-se nas diretrizes do produto BNDES FINEM, com algumas condições específicas, descritas no Quadro 10.2 a seguir:

QUADRO 10.2 - TAXA DE JUROS

Apoio Direto: (operação feita diretamente com o BNDES)	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Apoio Indireto: (operação feita por meio de instituição financeira credenciada)	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

- ◆ Custo Financeiro: TJLP. Atualmente em 6% ao ano.
- ◆ Remuneração Básica do BNDES: 0,9% a.a..

- ♦ Taxa de Risco de Crédito: até 4,18% a.a., conforme o risco de crédito do cliente, sendo 1,0% a.a. para a administração pública direta dos Estados e Municípios.
- ♦ Taxa de Intermediação Financeira: 0,5% a.a. somente para médias e grandes empresas; Municípios estão isentos da taxa.
- ♦ Remuneração: Remuneração da Instituição Financeira Credenciada será negociada entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
- ♦ Participação: A participação máxima do BNDES no financiamento não deverá ultrapassar a 80% dos itens financiáveis, no entanto, esse limite pode ser aumentado para empreendimentos localizados nos municípios beneficiados pela Política de Dinamização Regional (PDR).
- ♦ Prazo: O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.
- ♦ Garantias: Para apoio direto serão aquelas definidas na análise da operação; para apoio indireto serão negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

Para a solicitação de empréstimo junto ao BNDES, faz-se necessária a apresentação de um modelo de avaliação econômica do empreendimento. O proponente, na apresentação dos estudos e projetos e no encaminhamento das solicitações de financiamento referentes à implantação e ampliação de sistemas, deve apresentar a Avaliação Econômica do correspondente empreendimento. Esta deverá incluir os critérios e rotinas para obtenção dos resultados econômicos, tais como cálculo da tarifa média, despesas com energia, pessoal, etc. As informações devem constar em um capítulo do relatório da avaliação socioeconômica, onde serão apresentadas as informações de: nome (estado, cidade, título do projeto); descrição do projeto; custo a preços constantes (investimento inicial, complementares em ampliações e em reformas e reabilitações); valores de despesas de explorações incrementais; receitas operacionais e indiretas; volume consumido incremental e população servida incremental.

Na análise, serão selecionados os seguintes índices econômicos: população anual servida equivalente, investimento, custo, custo incremental médio de longo prazo - CIM e tarifa média atual. Também deverá ser realizada uma caracterização do município, com breve histórico, dados geográficos e demográficos, dados relativos à distribuição espacial da população (atual e tendências), uso e ocupação do solo, sistema de transporte e trânsito, sistema de saneamento básico e dados econômico-financeiros do município.

Quanto ao projeto, deverão ser definidos seus objetivos e metas a serem atingidas. Deverá ser explicitada a fundamentação e justificativas para a realização do projeto, principais ganhos a serem obtidos com sua realização do número de pessoas a serem beneficiadas.

Banco Mundial

A busca de financiamentos e convênios via Banco Mundial deve ser uma alternativa interessante para a viabilização das ações. A entidade é a maior fonte mundial de assistência para o desenvolvimento, sendo que disponibiliza cerca de US\$30 bilhões anuais em empréstimos para os seus países clientes. O Banco Mundial levanta dinheiro para os seus programas de desenvolvimento recorrendo aos mercados internacionais de capital e junto aos governos dos países ricos.

A postulação de um projeto junto ao Banco Mundial deve ocorrer através da SEAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento). Os órgãos públicos postulantes elaboram carta consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX/SEAIN), que publica sua resolução no Diário Oficial da União. É feita então uma consulta ao Banco Mundial e o detalhamento do projeto é desenvolvido conjuntamente. A Procuradoria Geral da Fazenda Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional então analisam o financiamento sob diversos critérios, como limites de endividamento, e concedem ou não a autorização para contraí-lo. No caso de estados e municípios, é necessária a concessão de aval da União. Após essa fase, é enviada uma solicitação ao Senado Federal, e é feito o credenciamento da operação junto ao Banco Central - FIRCE - Departamento de Capitais Estrangeiros.

O Acordo Final é elaborado em negociação com o Banco Mundial, e é enviada carta de exposição de motivos ao Presidente da República sobre o financiamento. Após a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), o projeto é publicado e são determinadas as suas condições de efetividade. Finalmente, o financiamento é assinado entre representantes do mutuário e do Banco Mundial.

O BANCO tem exigido que tais projetos sigam rigorosamente critérios ambientais e que contemplem a Educação Ambiental do público beneficiário dos projetos financiados.

BID - PROCIDADES

O PROCIDADES é um mecanismo de crédito destinado a promover a melhoria da qualidade de vida da população nos municípios brasileiros de pequeno e médio porte. A iniciativa é executada por meio de operações individuais financiadas pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

O PROCIDADES financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social incluindo: desenvolvimento urbano integrado, transporte, sistema viário, saneamento, desenvolvimento social, gestão ambiental, fortalecimento institucional, entre outras. Para serem elegíveis, os projetos devem fazer parte de um plano de desenvolvimento municipal que leva em conta as prioridades gerais e concentra-se em setores com maior impacto econômico e social, com enfoque principal em populações de baixa renda. O PROCIDADES concentra o apoio do BID no plano municipal e simplifica os procedimentos de preparação e aprovação de projetos mediante a descentralização

das operações. Uma equipe com especialistas, consultores e assistentes atua na representação do Banco no Brasil (CSC/CBR) para manter um estreito relacionamento com os municípios.

O programa financia investimentos em desenvolvimento urbano integrado com uma abordagem multissetorial, concentrada e coordenada geograficamente, incluindo as seguintes modalidades: melhoria de bairros, recuperação urbana e renovação e consolidação urbana.

11. FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS

O presente capítulo tem como foco principal a apresentação dos mecanismos e procedimentos para avaliações sistemáticas sobre a eficácia das ações programadas pelos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico (PMSB).

Para tanto, a referência será uma metodologia definida como Marco Lógico, aplicada por organismos externos de fomento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que associam os objetivos, metas e respectivos indicadores e os cronogramas de implementação com as correspondentes entidades responsáveis pela implementação e pela avaliação de programas e projetos.

Portanto, os procedimentos que serão propostos estarão vinculados não somente às entidades responsáveis pela implementação, como também àquelas que deverão analisar indicadores de resultados, em termos de eficiência e eficácia. Quanto ao detalhamento final, a aplicação efetiva da metodologia somente será possível durante a implementação de cada PMSB, com suas ações e intervenções previstas e organizadas em componentes que serão empreendidos por determinadas entidades.

Com tais definições, será então possível elaborar o mencionado Marco Lógico, que deve apresentar uma Matriz que sintetize a conexão entre o objetivo geral e os específicos, associados a indicadores e produtos, intermediários e finais, que devem ser alcançados ao longo do Plano, em cada período de sua implementação.

Estes indicadores de produtos devem ser dispostos a partir da escala de macrorresultados, descendo ao detalhe de cada componente, programas e projetos de ações específicas, de modo a facilitar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e de resultados previstos pelos PMSBs. Portanto, ao fim e ao cabo, o Marco Lógico deverá gerar uma relação entre os indicadores de resultados, seus percentuais de atendimento em cada período dos Planos e, ainda, a menção dos órgãos responsáveis pela mensuração periódica desses dados, tal como consta na Matriz do Marco Lógico, que segue.

MATRIZ DO MARCO LÓGICO DOS PMSB

Objetivos Específicos e Respetivos Componentes dos PMSBs	Programas	Subprogramas = Frentes de Trabalho, com Principais Ações e Intervenções Propostas	Prazos Estimados, Produtos Parciais e Finais	Entidades Responsáveis pela Execução e pelo Monitoramento Continuado
--	-----------	---	--	--

Em termos dos encargos e funções, é importante perceber que os atores intervenientes no processo de implementação dos PMSB apresentam diferentes atribuições, segundo as componentes, o cronograma geral e os resultados – locais e regionais – que traduzem a performance global dos planos integrados, no âmbito de cada município.

Como referência metodológica, os quadros 11.1 e 11.2, relativos aos serviços de água e esgotos, apresentam uma listagem inicial dos componentes principais envolvidos na administração dos sistemas (intervenção, operação e regulação), bem como dos atores envolvidos, dos objetivos principais e uma recomendação preliminar a respeito dos itens de acompanhamento e os indicadores para monitoramento.

Deve-se ressaltar que os itens de acompanhamento (IA) estão referidos aos procedimentos de execução e aprovação dos projetos e implantação das obras, bem como aos procedimentos operacionais e de manutenção, que podem indicar a necessidade de medidas corretivas e de otimização, tanto em termos de prestação adequada dos serviços, quanto em termos da sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento. Os indicadores de monitoramento espelharão a consecução das metas estabelecidas no PMSB em termos de cobertura e qualidade (indicadores primários), bem como em relação às avaliações esporádicas em relação a alguns resultados de interesse (indicadores complementares).

QUADRO 11.1 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, ATIVIDADES E ITENS DE ACOMPANHAMENTO PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS DOS PMSBs

Componentes Principais-Intervenção/Operação	Atores Previstos	Atividades Principais	Itens de Acompanhamento (IA)
Construção e/ou ampliação da infraestrutura dos sistemas de água e esgotos	Empresas contratadas Operadores de sistemas Órgãos de meio ambiente Entidades das Prefeituras Municipais	• a elaboração dos projetos executivos	• a aprovação dos projetos em órgãos competentes
		• a elaboração dos relatórios para licenciamento ambiental	• a obtenção da licença prévia, de instalação e operação.
		• a construção da infraestrutura dos sistemas, conforme cronograma de obras.	• a implantação das obras previstas no cronograma, para cada etapa da construção/ampliação, como extensão da rede de distribuição e de coleta, ETAs, ETEs e outras
		• a instalação de equipamentos	• a implantação dos equipamentos em unidades dos sistemas, para cada etapa da construção/ampliação
Operação e Manutenção dos serviços de água e esgotos	SAAEs Concessionária estadual Operadores privados	• a prestação adequada e contínua dos serviços	• a fiscalização e acompanhamento das manutenções efetuadas em equipamentos principais dos sistemas, evitando-se descon continuidades de operação.
		• a viabilização do empreendimento em relação aos serviços prestados	• a viabilização econômico-financeira do empreendimento, tendo como resultado tarifas médias adequadas e despesas de operação por m ³ faturado (água+esgoto) compatíveis com a sustentabilidade dos sistemas.
		• o pronto restabelecimento dos serviços de O&M	• o pronto restabelecimento no caso de interrupções no tratamento e fornecimento de água e interrupções na coleta e tratamento de esgotos

QUADRO 11.2 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, OBJETIVOS E INDICADORES PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS DOS PMSBs

Componentes Principais-Monitoramento	Atores Previstos	Objetivos Principais	Indicadores para Monitoramento (IM)
Monitoramento e ações para regulação dos serviços prestados	ARSESP Agências reguladoras locais Secretaria de Saúde	• a verificação e o acompanhamento da prestação adequada dos serviços • a verificação e o acompanhamento das tarifas de água e esgotos, em níveis justificados • a verificação e o acompanhamento dos avanços na eficiência dos sistemas de água e esgotos	a.1) monitoramento contínuo dos seguintes indicadores primários : ○ cobertura do serviço de água; ○ qualidade da água distribuída; ○ controle de perdas de água; ○ cobertura de coleta de esgotos; ○ cobertura do tratamento de esgotos; ○ qualidade do esgoto tratado. a.2) monitoramento ocasional dos seguintes indicadores complementares : ○ interrupções no tratamento e no fornecimento de água; ○ interrupções do tratamento de esgotos; ○ índice de perdas de faturamento de água; ○ despesas de exploração dos serviços por m³ faturado (água+esgoto); ○ índice de hidrometração; ○ extensão de rede de água por ligação; ○ extensão de rede de esgotos por ligação; ○ grau de endividamento da empresa.

A respeito dos quadros 11.1 e 11.2, cabe destacar que:

- ♦ os itens de acompanhamento relativos à elaboração de projetos e obras dizem respeito essencialmente à execução dos PMSB, portanto, com objetivos e metas limitados ao cronograma de execução, até a entrada em operação de unidades dos sistemas de água e esgotos; englobam, também, intervenções posteriores, de acordo com o planejamento de implantações ao longo de operação dos sistemas;
- ♦ os itens de acompanhamento relativos à operação e manutenção do sistemas e os procedimentos de regulação dos serviços prestados baseados nos indicadores principais e complementares devem ser conjuntamente monitorados entre os operadores de sistemas de água e esgotos e as respectivas agências reguladoras, com participação obrigatória de entidades ligadas às PMs, que devem elevar seus níveis de acompanhamento e intervenção, para que objetivos e metas de seus interesses sejam atendidos;

- ♦ os objetivos, metas e indicadores concernentes à abordagem regional, portanto, com foco no Plano Regional Integrado de Saneamento Básico, devem ser encarados como uma das vertentes de ação do Plano da Bacia Hidrográfica da UGRHI 9, dentre outras que correspondem aos demais setores usuários das água;
- ♦ estes indicadores da escala regional devem estar articulados com o perfil das atividades e dinâmicas socioeconômicas da UGRHI 9, sendo que, em sua maioria, serão apenas recomendados, uma vez que extrapolam a abrangência dos estudos setoriais em tela.

Na sequência, também como referência inicial, apresentam-se os quadros 11.3 e 11.4, relativos aos serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos, das componentes principais envolvidas na administração dos sistemas (intervenção, operação e regulação), bem como dos atores envolvidos, dos objetivos principais e uma recomendação preliminar a respeito dos itens de acompanhamento e os indicadores para monitoramento.

QUADRO 11.3 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, ATIVIDADES E ITENS DE ACOMPANHAMENTO PARA MONITORAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DOS PMSBs

Componentes Principais-Intervenção	Atores Previstos	Atividades Principais	Itens de Acompanhamento (IA)
Avanços em procedimentos e equipamentos para coleta e transporte e na implantação e/ou ampliação dos aterros sanitários para disposição final de resíduos sólidos	Empresas contratadas Operadores de sistemas Órgãos de meio ambiente Entidades das PMS.	• projetos de execução	• aprovação dos projetos pelas PMs e pela SSRH
		• licenciamento ambiental	• licença prévia e de instalação
		• ampliação e/ou construção de nova infraestrutura de aterros sanitários, de inertes e de central de tratamento de resíduos de saúde	• implantação das unidades/centrais previstas, para cada etapa, atendendo ao cronograma do Plano
		• aquisição e instalação de equipamentos	• a aquisição de caminhões, tratores e equipamentos necessários para cada uma das unidades/centrais previstas

QUADRO 11.4 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, OBJETIVOS E INDICADORES PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS PMSBs

Componentes Principais-Monitoramento	Atores Previstos	Objetivos Principais	Indicadores para Monitoramento (IM)
Monitoramento e ações para regulação dos serviços prestados	Departamentos de Secretarias Municipais Operadores dos sistemas de limpeza locais Operadores das unidades de disposição final Eventuais agências reguladoras	- prestação adequada dos serviços - viabilidade na prestação dos serviços - O&M regular planejamento e avanços na eficiência e eficácia dos serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos	- indicador do serviço de varrição das vias e calçadas - indicador do serviço de coleta regular - indicador da destinação final dos resíduos sólidos - indicador de saturação do tratamento e disposição final de resíduos sólidos - indicadores dos serviços de coleta seletiva - indicadores do reaproveitamento dos resíduos sólidos domésticos - indicadores do manejo e destinação dos resíduos sólidos de serviços de saúde - indicador de reaproveitamento dos resíduos sólidos inertes - Indicador da destinação final dos resíduos sólidos inertes

Por fim, o Quadro 11.5 trata das ações de micro e macrodrenagem apresentando a pré-listagem geral com as etapas e funções dos atores envolvidos aos PMSBs e a recomendação preliminar do perfil dos indicadores a serem monitorados.

QUADRO 11.5 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, OBJETIVOS E INDICADORES PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DOS PMSBs

Componentes Principais	Atores Previstos	Atividades e Objetivos Específicos	Itens de Acompanhamento e Indicadores
Avanços na microdrenagem em pontos de alagamento e na infraestrutura regional para macrodrenagem e controle de cheias	Empresas contratadas Entidades das PMs Órgãos de meio ambiente DAEE/SSRH	projetos de execução	Serviço de verificação e análise de projetos de pavimentação e/ou loteamentos
		licenciamento ambiental	licença prévia e de instalação
		adequação e/ou novas infraestruturas em pontos de micro e de macrodrenagem	indicadores para cada etapa de ajuste/construção das infraestruturas de micro e macrodrenagem
Planejamento urbano, monitoramento e avanços na infraestrutura de micro e de macrodrenagem	Departamentos de Secretarias Municipais de Obras e de Planejamento DAEE/SSRH	- redução do número de pontos e recorrência de alagamentos nas áreas urbanas - instalação e operação adequada de obras para macrodrenagem e controle de cheias	- Microdrenagem: - padrões de projeto viário e de drenagem pluvial; - extensão de galerias e número de bocas de lobo limpas em relação ao total; - monitoramento de chuva, níveis de impermeabilização do solo e registro de incidentes em microdrenagem; - estrutura para inspeção e manutenção de sistemas de microdrenagem.

Continua...

QUADRO 11.5 – LISTAGEM DAS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, OBJETIVOS E INDICADORES PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM DOS PMSBS

Componentes Principais	Atores Previstos	Atividades e Objetivos Específicos	Itens de Acompanhamento e Indicadores
Planejamento urbano, monitoramento e avanços na infraestrutura de micro e de macrodrenagem	Departamentos de Secretarias Municipais de Obras e de Planejamento DAEE/SSRH	- redução do número de pontos e recorrência de alagamentos nas áreas urbanas - instalação e operação adequada de obras para macrodrenagem e controle de cheias	- Macrodrenagem: - existência de plano diretor de drenagem, com tópico sobre uso e ocupação do solo; - monitoramento de cursos d'água (nível e vazão) e registro de incidentes associados à macrodrenagem; - número de córregos operados e dragados e de barragens operadas para contenção de cheias; - modelos de simulação hidrológica e de vazões em cursos d'água.

O conjunto de indicadores propostos para a etapa de monitoramento demanda maior presença de entidades vinculadas às PMs, em articulação com o DAEE/SSRH.

No que concerne a dados e informações relativas ao conjunto dos segmentos do setor de saneamento – água e esgotos, resíduos sólidos e drenagem – bem como, a outras variáveis indicadas, que dizem respeito aos recursos hídricos e ao meio ambiente, um dos mais significativos avanços a serem considerados será a implementação de um Sistema de Informação Georreferenciada (SIG).

Por certo, o SIG a ser instalado para a UGRHI 9 apresentará importantes reatamentos sobre os procedimentos para avaliações sistemáticas sobre a eficácia das ações programadas pelos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico.

Sob tal objetivo, cabe lembrar que o próprio Governo do Estado já detém sistemas de informações sobre meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, que se articulam com sistemas de cunho nacional, tendo como boas referências:

- ♦ o Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), sob a responsabilidade do Ministério das Cidades;
- ♦ o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH), operado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Por conseguinte, a demanda será para o desenvolvimento de escalas regionais dos sistemas de informação que foram desenvolvidos pelo Governo do Estado de São Paulo, de modo que haja mútua cooperação e convergência entre dados gerais e específicos a cada UGRHI, organizados para os diferentes setores de saneamento, dos recursos hídricos e ao meio ambiente.

Por fim, para a aplicação dos mecanismos e procedimentos propostos com vistas às avaliações sistemáticas sobre a eficácia das ações dos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico, devem-se buscar as mútuas articulações interinstitucionais e coerências entre objetivos, metas e indicadores, tal como consta, em síntese, na Figura 11.1.

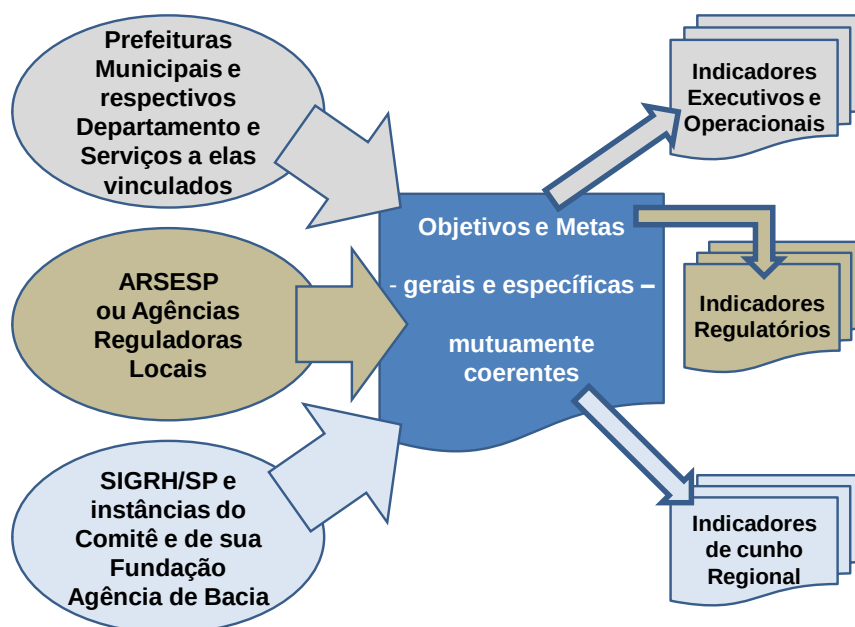


Figura 11.1 – Articulações entre Instituições, Objetivos e Metas e respectivos Indicadores

12. DIRETRIZES PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 DIRETRIZES GERAIS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS PARA PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

De modo coerente com as propostas que foram dispostas anteriormente, torna-se evidente a importância de que os municípios passem a assumir encargos de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, sobretudo, para conferir maior prioridade às suas atribuições constitucionais como titulares desses serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem.

Sem chegar ao nível de detalhes para cada município, deverão ser previstas, então, diretrizes gerais para a institucionalização de normas municipais relativas ao planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Na etapa de planejamento, a primeira a ser cumprida, a diretriz é que as prefeituras municipais definam seus interesses, objetivos e metas relacionadas às características de cada cidade e de seus distritos, para fins do desenvolvimento dos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico (PMSBs), tal como está ocorrendo no contexto dos trabalhos em curso.

Com efeito, ao longo do processo de elaboração dos PMSBs, a ENGECORPS já realizou diversas reuniões, envolvendo os chamados Grupos Executivos Locais (GELs) de todos os municípios da UGRHI 9, também contando com a presença de profissionais da SSRH. Dentre os resultados de tais reuniões, foram anotadas diretrizes a serem atendidas pelos PMSBs, uma vez que o planejamento dos sistemas de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem deve apresentar coerência com o planejamento geral dos municípios, notadamente em termos de uso e ocupação do solo, áreas de expansão e níveis de densidade urbana, dentre outras variáveis, como o local para disposição final de resíduos sólidos.

Mais do que isso, sabe-se que os PMSBs estarão sujeitos à aprovação, não somente sob a ótica da SSRH/CSAN, mas também das prefeituras municipais, para que seja confirmado o atendimento das diretrizes que foram manifestadas pelos GELs.

Uma vez implantados os PMSBs, a etapa seguinte diz respeito à entrada em operação dos sistemas de saneamento, o que demanda o acompanhamento e o monitoramento continuado de metas e respectivos indicadores que foram traçados quando do planejamento, ou seja, trata-se da etapa de regulação e fiscalização da prestação de serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem.

Como diretriz, cabe destacar que estes encargos não devem ficar somente sob a responsabilidade de uma agência reguladora, a exemplo da ARSESP. Ao contrário, visões e interesses da ordem de cada município devem ser explicitados e inseridos nos convênios de prestação de serviços regulatórios que a ARSESP deverá empreender.

Em outras palavras, não obstante a elevada competência e formação da ARSESP quanto aos encargos regulatórios na prestação de serviços de água e esgotos, os municípios devem posicionar-se sobre aspectos prioritários e abordagens próprias a seus interesses específicos.

De fato, mesmo em casos onde a própria prefeitura municipal tenha eventualmente constituído uma agência reguladora local, haverá abordagens distintas e legítimas entre o seu SAAE ou departamento que opera os sistemas de água e esgotos, quando do estabelecimento de metas e respectivos indicadores. Trata-se, portanto, de um continuado processo de negociação e ponderação, para que ocorram avanços factíveis sob a ótica dos municípios, de um lado, em termos executivos, de O&M, de expansão e de modernização dos sistemas, e de outro, sob a regulação, fiscalização e bom atendimento aos consumidores.

Um bom exemplo a respeito são os níveis tarifários. Para expansão de sistemas são demandados faturamentos com valores excedentes (reserva de lucros) que propiciem novos investimentos, contudo, dentro de limites aceitáveis pelos consumidores. Isso significa que sempre haverá um processo de análise e negociação entre os operadores de serviços e as agências reguladoras, sejam locais ou da esfera estadual.

Sob tais diretrizes, quer sejam para planejamento ou para regulação e fiscalização, para que ocorra uma consistente institucionalização de normas municipais, deverão ser oportunamente investigados os seguintes diplomas legais vigentes:

- ♦ no caso de departamentos responsáveis pela operação de serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem, a legislação municipal que estabeleceu as respectivas atribuições e competências, incluindo a devida regulamentação mediante decretos municipais, normas e resoluções das secretarias às quais estejam vinculados;
- ♦ no caso de autarquias, empresas públicas ou de economia mista que operam os sistemas de saneamento, os estatutos jurídicos que devem ser aprovados por decretos, onde constam encargos e atribuições;
- ♦ em relação à ARSESP, os convênios celebrados com prefeituras municipais, onde devem constar as divisões de encargos e atribuições, não somente da agência reguladora, mas também dos municípios que serão atendidos; e,
- ♦ para agência reguladoras locais, os estatutos jurídicos que também definem encargos e atribuições a serem prestadas às suas prefeituras municipais.

Para todos os diplomas legais que foram mencionados, caberá, então, verificar se constam adequadamente e de forma consistente o atendimento às diretrizes que foram dispostas para que os municípios passem a atuar mais fortemente sobre o planejamento e sobre a regulação e fiscalização de serviços de saneamento.

A propósito, sabe-se que cada caso terá sua especificidade, por conseguinte, podendo-se antecipar que haverá propostas de ajustes e/ou complementação da legislação, de estatutos e/ou de normas e resoluções vigentes, sempre sob a ótica de elevar a presença e as manifestações dos municípios junto à prestação e regulação de serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem.

Em suma, dentre as expectativas de avanços no setor saneamento encontra-se uma maior presença dos municípios, que devem manifestar aspectos e interesses próprios, desde a primeira etapa de planejamento, notadamente quando da elaboração dos PMSBs, até assumir encargos relacionados à regulação e fiscalização dos serviços.

12.2 RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À RELEVÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE SANEAMENTO

Em acréscimo à institucionalização de normas municipais para planejamento e regulamentação de serviços de saneamento, sob uma perspectiva moderna e avançada, também devem ser estruturados espaços com vistas à transparência social e vigilância a ser exercida por representantes da sociedade civil.

Em outras palavras, não obstante a maior participação das prefeituras municipais, também se espera que organizações não governamentais e que os próprios consumidores manifestem seus posicionamentos sobre a prestação de serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem, portanto, conferindo maior governança ao setor.

Para tanto, duas vertentes devem ser abordadas. Primeiro, na esfera dos serviços locais, as entidades regulatórias – seja a ARSESP ou agências locais de regulação – devem estabelecer Ouvidorias, com abertura efetiva para manifestações e consultas aos consumidores, sempre sob o objetivo de melhorias na prestação de serviços.

Neste sentido, questionários regulares e periódicos podem ser organizados como um dos indicadores relacionados às metas de serviços de saneamento. Assim, pretende-se que os encargos de regulação alcancem uma ponderação equilibrada entre os três principais posicionamentos sobre o setor, a saber: (i) as intenções dos governos sob mandato, municipais e do estado; (ii) os objetivos e resultados financeiros esperados pelos prestadores de serviços – sejam públicos ou privados; e, (iii) os próprios consumidores.

Contando com tais mecanismos de consulta, verifica-se um acréscimo às formas e mecanismos para a avaliação e acompanhamento da eficácia das ações programadas, ou seja, não somente a ARSESP e agências locais devem exercer a regulação, mas também o próprio município e a vigilância da sociedade civil.

Como a segunda vertente, também cabe considerar espaços institucionais para a transparência e vigilância social sobre objetivos e metas coletivas – intermunicipais –, que abrangem as escalas sub-regionais e regionais. Aqui, a principal oportunidade encontra-se na representação da sociedade civil no contexto do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – o SIGRH/SP.

Com efeito, nos comitês das UGRHIs há representação paritária entre o estado, municípios e atores da sociedade civil, que abrangem ONGs com atuação nas áreas do meio ambiente, recursos hídricos e saneamento e representantes dos setores usuários das águas.

Assim, os objetivos e metas dos planos de bacias, que devem estar articulados de forma coerente com os PMSBs, também estarão sujeitos a manifestações e interesses por parte da sociedade civil, podendo chegar ao patamar de criação de Câmaras Técnicas no âmbito dos Comitês, fato que cabe recomendar para fins de acompanhamento e vigilância social dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

13. INDICADORES DE DESEMPENHO

13.1 INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foi analisado o conjunto de 18 indicadores de regulação da ARSESP, selecionados nas categorias contratuais, operacionais, financeiras e comerciais/outras.

No entanto, chegou-se à conclusão de que poderiam ser adotados, adicionalmente, outros indicadores, considerados importantes para o acompanhamento dos serviços de água e esgotos, e que era essencial o enquadramento do conjunto de novos indicadores (18 indicadores sugeridos pela ARSESP + 9 novos indicadores sugeridos pela ENGECORPS▲MAUBERTEC) em 2 categorias, conforme descrito a seguir:

▪ Indicadores Primários¹⁶

Esses indicadores, considerados extremamente importantes para controle dos sistemas, foram selecionados no presente estudo como instrumentos obrigatórios para o monitoramento dos serviços de água e esgoto e foram hierarquizados dessa maneira porque demonstram, com maior clareza, a eficácia dos serviços prestados à população, tanto em relação à cobertura do fornecimento de água e à cobertura da coleta/tratamento dos esgotos, como em relação à otimização da distribuição (redução de perdas), à qualidade da água distribuída (conforme padrões sanitários adequados) e à qualidade do esgoto tratado (em atendimento à legislação vigente para lançamento em cursos d'água).

Esses indicadores normalmente constam de Contratos de Programa (no caso dos serviços prestados pela SABESP), mas também podem ser aplicados aos serviços autônomos de responsabilidade das prefeituras ou mesmo de outras concessionárias. Encontram-se relacionados a seguir:

- ◇ cobertura do serviço de água;
- ◇ qualidade da água distribuída;
- ◇ controle de perdas de água de distribuição;
- ◇ cobertura do serviço de coleta dos esgotos domésticos;
- ◇ cobertura do serviço de tratamento de esgotos;
- ◇ qualidade do esgoto tratado.

¹⁶ Nota: Esse último indicador, ainda não constante de nenhum estudo, está sendo selecionado, uma vez que é importante que os esgotos sejam tratados obedecendo-se ao padrão de emissão estabelecido no artigo 18º do Decreto Estadual 8468/76; a definição dos parâmetros a serem considerados (a princípio, pH, resíduo sedimentável e DBO5) está em estudos, com metodologia semelhante à formulação considerada para obtenção do índice de qualidade da água tratada).

▪ **Indicadores Complementares**

Esses indicadores são considerados de utilização facultativa, mas, como recomendação, podem ser adotados pelos operadores dos sistemas para um controle mais abrangente dos serviços, uma vez que englobam os segmentos operacional, financeiro, comercial, etc.

São indicadores de natureza informativa e comparativa, sem que estejam ligados diretamente às eficiências de cobertura e qualidade da água e do esgoto tratado, mas que podem demonstrar aos operadores resultados eficazes e/ou ineficazes quando analisados à luz dos padrões considerados adequados ou mesmo quando comparados com outros sistemas em operação. Podem influenciar ou direcionar novas ações e procedimentos corretivos, visando, gradativamente, à otimização dos resultados obtidos.

Nessa categoria de indicadores complementares (utilização facultativa), a ENGECORPS selecionou os seguintes indicadores:

- ◇ interrupções de tratamento de água;
- ◇ interrupções do tratamento de esgotos;
- ◇ índice de perdas de faturamento de água;
- ◇ despesas de exploração por m³ faturado (água+esgoto);
- ◇ índice de hidrometração;
- ◇ extensão de rede de água por ligação;
- ◇ extensão de rede de esgotos por ligação;
- ◇ grau de endividamento.

No Quadro 13.1 encontram-se apresentados os indicadores selecionados, com explicitação das unidades, definições e variáveis envolvidas.

QUADRO 13.1- INDICADORES DE REGULAÇÃO

Nº	NOME DO INDICADOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	PERIODICIDADE	VARIÁVEIS
1-INDICADORES PRIMÁRIOS					
1.1	Cobertura do Serviço de Água	%	(Quantidade de economias residenciais ativas ligadas nos sistemas de abastecimento de água + quantidade de economias residenciais com disponibilidade de abastecimento de água) * 100 / domicílios totais, projeção Fundação Seade, excluídos os locais em que o operador está impedido de prestar o serviço, ou áreas de obrigação de implantar infraestrutura de terceiros. Quantidade de economias residenciais ativas de água e quantidade de economias residenciais com disponibilidade de água * 100 / quantidade de domicílios urbanos * (100 - percentual de domicílios urbanos fora da área de atendimento de água + percentual de domicílios rurais dentro da área de atendimento de água).	Anual	Quantidade de Economias Residenciais Ativas de Água
					Quantidade de Economias Residenciais com Disponibilidade de Água;
					Quantidade de Domicílios Totais
					Quantidade de Domicílios em locais em que o operador está impedido de prestar serviços
					Quantidade de Domicílios em áreas de obrigação de terceiros implantar infraestrutura
					Quantidade de Domicílios urbanos;
					Percentual de domicílios urbanos fora da área de atendimento de água; e
					Percentual de domicílios rurais dentro da área de atendimento de água.
1.2	Qualidade da Água Distribuída	%	Fórmula que considera os resultados das análises de coliformes totais, cloro, turbidez, pH, flúor, cor, THM, ferro e alumínio.	Mensal	Valor do IDQAd
1.3	Controle de Perdas	L * ligação/ Dia	[Volume de água (produzido + tratado importado (volume entregue)- de serviço) anual - volume de água consumo - volume de água exportado]/ quantidade de ligações ativas de água	Mensal	Volume de Água Produzido (anual móvel);
					Volume de Água Tratada Importado (anual móvel);
					Volume de Água de Serviço (anual móvel);
					Volume de Água consumido (anual móvel)I
					Volume de Água tratada Exportado (anual móvel);
					Quantidade de Ligações Ativas de Água (média anual móvel).
1.4	Cobertura do Serviço de Esgotos Sanitários	%	(Quantidade de economias residenciais ativas ligadas ao sistema de coleta de esgotos + Quantidade de economias residenciais com disponibilidade de sistema de coleta de esgotos inativas ou sem ligação) * 100 / domicílios totais, projeção Fundação Seade, excluídos os locais em que o operador está impedido de prestar serviços, ou áreas de obrigação de implantar infraestrutura de terceiros	Anual	Quantidade de Economias Residenciais Ativas de Esgoto
					Quantidade de economias residenciais com disponibilidade de esgoto;
					Quantidade de domicílios totais;
					Domicílios em locais em que o operador está impedido de prestar serviços
					Domicílios em áreas de obrigação de terceiros implantar infraestrutura

Continua...

Continuação.

QUADRO 13.1- INDICADORES DE REGULAÇÃO

Nº	NOME DO INDICADOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	PERIODICIDADE	VARIÁVEIS
1.4 (cont)	Cobertura do Serviço de Esgotos Sanitários	%	Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto e quantidade de economias residenciais com disponibilidade de esgoto * 100 / quantidade de domicílios urbanos * (100 - percentual de domicílios urbanos fora da área de atendimento de esgoto + percentual de domicílios rurais dentro da área de atendimento de esgoto)	Anual	Quantidade de domicílios urbanos;
					Percentual de domicílios urbanos fora da área de atendimento de esgoto; e
					Percentual de domicílios rurais dentro da áreas de atendimento de esgoto.
1.5	Tratamento de Esgotos	%	Quantidade de economias residenciais ativas ligadas ao sistema de coleta de esgotos afluentes às estações de tratamento de esgotos * 100 / quantidade de economias ligadas ao sistema de coleta de esgotos	Anual	Quantidade de economias residenciais ativas ligadas ao sistema de coleta de esgotos afluentes às estações de tratamento de esgotos;
					Quantidade de Economias Residenciais Ativas de Esgoto
1.6	Qualidade do Esgoto Tratado	%	Fórmula que considera os resultados das análises dos principais parâmetros indicados no artigo 18 do padrão de emissão - Decreto 8468/76 - pH, resíduo sedimentável e DB05.	Mensal	Valor do IDQEt (fórmula a ser definida)
2-INDICADORES COMPLEMENTARES-OPERACIONAIS					
2.1	Programa de Investimentos (Água)	%	Investimentos realizados no sistema de abastecimento de água * 100 / investimentos previstos no contrato de programa para o sistema de abastecimento de água	Anual	Investimentos realizados no sistema de abastecimento de água; e
					Investimentos previstos no contrato de programa para o sistema de abastecimento de água.
2.2	Programa de Investimentos (Esgoto)	%	Investimentos realizados no sistema de esgotamento sanitário * 100 / investimentos previstos no contrato de programa para o sistema de esgotamento sanitário	Anual	Investimentos realizados no sistema de esgotamento sanitário; e
					Investimentos previstos no contrato de programa para o sistema de esgotamento sanitário.
2.3	Interrupções de Tratamento (Água)	%	(duração das paralisações) * 100/ (24 x duração do período de referência)	Mensal	Duração das interrupções
2.4	Interrupções de Tratamento (Esgoto)	%	(duração das paralisações) * 100/ (24 x duração do período de referência)	Mensal	Duração das interrupções

Continua...

Continuação.

QUADRO 13.1 - INDICADORES DE REGULAÇÃO

Nº	NOME DO INDICADOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	PERIODICIDADE	VARIÁVEIS
2.5	Interrupções de Fornecimento	%	Somatório para o período de referência (Quantidade de economias ativas atingidas por paralisações x duração das paralisações) * 100/ (Quantidade de economias ativas de água x 24 x duração do período de referência)	Mensal	Quantidade de economias ativas atingidas por interrupções
					Duração das interrupções
2.6	Densidade de Obstruções na Rede Coletora de Esgotos	Nº de desobstruções / km de rede coletora	Desobstruções de rede coletora realizadas / extensão da rede coletora	Mensal	Desobstruções de rede coletora realizadas no mês; e
					Extensão da Rede de Esgoto
2.7	Índice de Utilização da Infraestrutura de Produção de Água	%	Vazão produzida * 100 / capacidade nominal da ETA	Anual	Volume de Água Produzido
					Capacidade nominal da ETA.
2.8	Índice de Utilização da Infraestrutura de Tratamento de Esgotos	%	Vazão de esgoto tratado * 100 / capacidade nominal da ETE	Anual	Volume de Esgoto Tratado
					Capacidade Nominal da ETE.
2.9	Índice de Perda de Faturamento (água)	%	Volume de Águas não Faturadas / Volume Disponibilizado à Distribuição	Anual	Volume de Águas não Faturadas
					Volume Disponibilizado à Distribuição (Vol. Produz.+Vol.TratadoImport - Vol.Água de Serviço-Vol.Tratado Export.)
3-INDICADORES COMPLEMENTARES-FINANCEIROS					
3.1	Despesa com Energia Elétrica por m³ (Cons. + Colet.)	R\$/m³	Despesa com Energia Elétrica / Volume de Água Consumido+ Volume Coletado de Esgoto		Despesa com Energia Elétrica
					Volume de Água Produzido
					Volume de Esgoto Coletado
3.2	Despesa Exploração por m³ (Cons.+ Colet.)	R\$ / m³	Despesas de Exploração / Volume de Água Consumido + Volume de Esgoto Coletado	Anual	Despesas de Exploração
					Volume de Água Consumido
					Volume de Esgoto Coletado
3.3	Despesa Exploração por m³ (faturado) (água + esgoto)	R\$ / m³	Despesas de Exploração / Volume de Água Faturado + Volume de Esgoto Faturado	Anual	Despesas de Exploração
					Volume de Água Faturado
					Volume de Esgoto Faturado

Continua...

Continuação.

QUADRO 13.1 - INDICADORES DE REGULAÇÃO

Nº	NOME DO INDICADOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	PERIODICIDADE	VARIÁVEIS
3.4	Tarifa Média Praticada	R\$/m³	Receita Operacional Direta de Água + Receita Operacional Direta de Esgoto+ Receita Operacional Direta de Água Exportada/ Volume de Água Faturado + Volume de Esgoto Faturado	Anual	Receita Operacional Direta de Água
					Receita Operacional Direta de Esgoto
					Receita Operacional Direta de Água Exportada
					Volume de Água Faturado
					Volume de Esgoto Faturado
3.5	Eficiência de Arrecadação	%	Arrecadação Total / Receita Operacional Total	Mensal	Arrecadação Total
					Receita Operacional Total
4-INDICADORES COMPLEMENTARES-COMERCIAIS / OUTROS/BALANÇO					
4.1	Reclamações por Economia	Reclamações /economia	Quantidade Total de Reclamações de Água + Quantidade Total de Reclamações de Esgoto / Quantidade de Economias Ativas de Água+ Quantidade de Economias Ativas de Esgoto	Mensal	Quantidade Total de Reclamações de Água
					Quantidade Total de Reclamações de Água
					Quantidade de Economias Ativas de Água
					Quantidade de Economias Ativas de Água
4.2	Índice de Apuração de Consumo	%	Quantidade de Leituras com Código de Impedimento de Leitura / Quantidade Total de Leituras Efetuadas	Mensal	Quantidade de Leituras com Código de Impedimento de Leitura
					Quantidade Total de Leituras Efetuadas
4.3	Índice de Hidrometração	%	Quantidade de Ligações Ativas de Água Micromedidas/	Mensal	Quantidade de Ligações Ativas de Água Micromedidas
			Quantidade de Ligações Ativas de Água		Quantidade de Ligações Ativas de Água
4.4	Ligação por Empregado	Ligações / empregado equivalente	Quantidade de Ligações Ativas de Água+ Quantidade de Ligações Ativas de Esgoto/ [Quantidade Total de Empregados Próprios] + [Despesa com Serviços de Terceiros x Quantidade Total de Empregados Próprios]/ Despesa com Pessoal Próprio	Anual	Quantidade de Ligações Ativas de Água
					Quantidade de Ligações Ativas de Esgoto
					Quantidade Total de Empregados Próprios
					Despesa com Serviços de Terceiros
					Quantidade Total de Empregados Próprios
					Despesa com Pessoal Próprio
4.5	Extensão de Rede de Água por ligação	m/ligação	Extensão de Rede de Água/Quantidade de Ligações Totais	Anual	Extensão de Rede de Água
					Quantidade de Ligações Totais de Água
4.6	Extensão de Rede de Esgoto por ligação	m/ligação	Extensão de Rede de Esgoto/Quantidade de Ligações Totais	Anual	Extensão de Rede de Esgoto
					Quantidade de Ligações Totais de Esgoto

Continua...

Continuação.

QUADRO 13.1 - INDICADORES DE REGULAÇÃO

Nº	NOME DO INDICADOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	PERIODICIDADE	VARIÁVEIS
4.7	Grau de Endividamento	%	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo + Resultado de Exercícios Futuros/Ativo Total	Anual	Passivo Circulante
					Exigível a Longo Prazo
					Resultado de Exercícios Futuros
					Ativo Total

13.2 INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO E RESÍDUOS SÓLIDOS

Embora os indicadores (de serviço de coleta regular, de destinação final dos RSD e de saturação do tratamento e disposição final de RSD) utilizados na composição do ISAm – Indicador de Salubridade Ambiental sejam bastante úteis, não podem ser considerados suficientes perante tamanha diversidade de aspectos e de tipos de resíduos que envolvem os serviços de limpeza pública e de manejo de resíduos sólidos.

Assim, o Consórcio ENGECORPS▲MAUBERTEC considerou oportuno apresentar indicadores complementares que, juntamente com os anteriores, podem expressar com maior propriedade as condições dos municípios em relação a este tema.

Além disso, propõe-se que, ao invés de se usar uma média aritmética para o cálculo do Irs – Indicador de Resíduos Sólidos, seja promovida uma média ponderada dos indicadores através de pesos atribuídos de acordo com a sua importância para a comunidade, para a saúde pública e para o meio ambiente.

Para a ponderação, sugere-se que sejam levados em conta os seguintes pesos relativos a cada um dos indicadores que, através de sua somatória, totalizam $p = 10,0$:

- ♦ Icr - Indicador do Serviço de Coleta Regular: $p = 1,5$
- ♦ Iqr - Indicador da Destinação Final dos RSD: $p = 2,0$
- ♦ Isr - Indicador de Saturação do Tratamento e Disposição Final de RSD $p = 1,0$
- ♦ Ivm - Indicador do Serviço de Varrição das Vias: $p = 1,0$
- ♦ Ics - Indicador do Serviço de Coleta Seletiva: $p = 1,0$
- ♦ Irr - Indicador do Reaproveitamento dos RSD: $p = 1,0$
- ♦ Iri - Indicador do Reaproveitamento dos RSI: $p = 0,5$
- ♦ Idi - Indicador da Destinação Final dos RSI: $p = 0,5$
- ♦ Ids - Indicador do Manejo e Destinação dos RSS: $p = 1,5$

$$Irs = (1,5*Icr + 2,0*Iqr + 1,0*Isr + 1,0*Ivm + 1,0*Ics + 1,0*Irr + 0,5*Iri + 0,5*Idi + 1,5*Ids)/10$$

Caso, para este plano, ainda não se tenham as informações necessárias para gerar alguns dos indicadores, seu peso deve ser deduzido do total para efeito do cálculo do Irs.

A conceituação dos indicadores e a metodologia para a estimativa de seus valores encontram-se apresentadas na sequência.

Icr – Indicador de Coleta Regular

Este indicador utilizado na composição do ISAm, quantifica os domicílios atendidos por coleta de resíduos sólidos domiciliares, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$\%Dcr = (Duc/Dut) \times 100$$

Onde:

- ◇ %Dcr - porcentagem de domicílios atendidos
- ◇ Duc - total dos domicílios urbanos atendidos por coleta de lixo
- ◇ Dut - total dos domicílios urbanos

Critério de cálculo final:

$$Icr = \frac{100 \times (\%Dcr - \%Dcr \min)}{(\%Dcr \max - \%Dcr \min)}$$

Onde:

- ◇ %Dcr min ≤ 0
- ◇ %Dcrmax ≥ 90 (Valor para faixa de população de 20.001 a 100.000 habitantes)

Iqr – Indicador de Tratamento e Disposição Final de RSD

Este indicador, denominado de IQR - Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos é normalmente utilizado pela CETESB para avaliar as condições dos sistemas de disposição de resíduos sólidos domiciliares. O índice IQR é apurado com base em informações coletadas nas inspeções de cada unidade de disposição final e processadas a partir da aplicação de questionário padronizado. Em função de seus respectivos IQRs, as instalações são enquadradas como inadequadas ou adequadas, conforme o Quadro 13.2.

QUADRO 13.2 - ÍNDICE DE QUALIDADE DE ATERRO DE RESÍDUOS

IQR	Enquadramento	Iqr
0,0 a 7,0	Condições Inadequadas (I)	0
7,1 a 10,0	Condições Adequadas (A)	100

Fonte: CETESB.

Importa, no caso, a pontuação do local de destinação final utilizado pelo município. Observe-se que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos através da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, passou a exigir que apenas os rejeitos não reaproveitáveis dos resíduos sólidos urbanos sejam destinados a aterros sanitários.

Isr – Indicador de Saturação do Tratamento e Disposição Final de RSD

Este indicador, o último componente do ISAm, demonstra a capacidade restante dos locais de disposição e a necessidade de implantação de novas unidades de disposição de resíduos, sendo calculado com base nos seguintes critérios:

$$Isr = \frac{100 \cdot (n - n_{\min})}{(n_{\max} - n_{\min})}$$

onde:

- ◇ n = tempo em que o sistema ficará saturado (anos)
- ◇ O nmín e o nmáx são fixados conforme Quadro 13.3:

QUADRO 13.3 - FIXAÇÃO DONMÍN E O NMÁX

Faixa da População	nmín	Isr	nmáx	Isr
Até 20.000 hab.	≤ 0	0	n ≥ 1	100
20.001 a 50.000 hab.			n ≥ 2	
De 50.001 a 200.000 hab			n ≥ 3	
Maior que 200.000 hab			n ≥ 5	

Ivm - Indicador do Serviço de Varrição das Vias

Este indicador quantifica as vias urbanas atendidas pelo serviço de varrição, tanto manual quanto mecanizada, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Ivm = 100 \times (\%vm \text{ atual} - \%vmmín) / (\%vmmáx - \%vmmín)$$

onde:

- ◇ Ivm é o indicador da varrição de vias
- ◇ %vmmín é o % da km de varrição mínimo = 10% das vias urbanas pavimentadas
- ◇ %vmmáx é o % de km de varrição máximo = 100% das vias urbanas pavimentadas
- ◇ %vm atual é o % de km de varrição praticado em relação ao total das vias urbanas pavimentadas

Ics - Indicador do Serviço de Coleta Seletiva

Este indicador quantifica os domicílios atendidos por coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, também denominada lixo seco, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Ics = 100 \times (\%cs \text{ atual} - \%csmín) / (\%csmáx - \%csmín)$$

onde:

- ◇ Ics é o indicador de coleta regular
- ◇ %csmín é o % dos domicílios coletados mínimo = 0% dos domicílios municipais
- ◇ %csmáx é o % dos domicílios coletados máximo = 100% dos domicílios municipais
- ◇ %cs atual é o % dos domicílios municipais coletados em relação ao total dos domicílios municipais

Irr - Indicador do Reaproveitamento dos RSD

Este indicador traduz o grau de reaproveitamento dos materiais reaproveitáveis presentes na composição dos resíduos sólidos domiciliares e deve sua importância à obrigatoriedade ditada pela nova legislação federal referente à Política Nacional dos Resíduos Sólidos, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Irr = 100 \times (\%rr \text{ atual} - \%rrmín) / (\%rrmáx - \%rrmín)$$

onde:

- ◇ Irr é o indicador de reaproveitamento de resíduos sólidos
- ◇ %rrmín é o % dos resíduos reaproveitados mínimo = 0% do total de resíduos sólidos gerados no município
- ◇ %rrmáx é o % dos resíduos reaproveitados máximo = 60% do total de resíduos sólidos gerados no município
- ◇ %rr atual é o % dos resíduos reaproveitados em relação ao total dos resíduos sólidos gerados no município

Iri - Indicador do Reaproveitamento dos RSI

Este indicador traduz o grau de reaproveitamento dos materiais reaproveitáveis presentes na composição dos resíduos sólidos inertes e, embora também esteja vinculado de certa forma à obrigatoriedade ditada pela nova legislação federal referente à Política Nacional dos Resíduos Sólidos, não tem a mesma importância do reaproveitamento dos RSD, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Iri = 100 \times (\%ri \text{ atual} - \%rimín) / (\%rimáx - \%rimín)$$

onde:

- ◇ Iri é o indicador de reaproveitamento de resíduos sólidos inertes
- ◇ %rimín é o % dos resíduos reaproveitados mínimo = 0% do total de resíduos sólidos inertes gerados no município

- ◇ %rimáx é o % dos resíduos reaproveitados máximo = 60% do total de resíduos sólidos inertes gerados no município
- ◇ %ri atual é o % dos resíduos inertes reaproveitados em relação ao total dos resíduos sólidos inertes gerados no município

Idi - Indicador da Destinação Final dos RSI

Este indicador é responsável pela avaliação das condições dos sistemas de disposição de resíduos sólidos inertes que, embora ofereça menores riscos do que os relativos à destinação dos RSD, se não bem operados podem gerar o assoreamento de drenagens e acabarem sendo, em muitos casos, responsáveis por inundações localizadas, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Idi = 10 \times IQI$$

onde:

- ◇ Idi é o indicador de disposição final de resíduos sólidos inertes.
- ◇ IQI é o índice de qualidade de destinação de inertes, atribuído à forma/unidade de destinação final utilizada pelo município para dispor seus resíduos sólidos inertes e estimado de acordo com os seguintes critérios, apresentados no Quadro 13.4:

QUADRO 13.4 - VALORES ASSOCIADOS AO IQI – ÍNDICE DE QUALIDADE DE DESTINAÇÃO DE INERTES

Operação da Unidade	Condições	IQI
Sem triagem prévia / sem configuração topográfica / sem drenagem superficial	inadequadas	0,00
Com triagem prévia / sem configuração topográfica / sem drenagem superficial	inadequadas	2,00
Com triagem prévia / com configuração topográfica / sem drenagem superficial	Controladas	4,00
Com triagem prévia / com configuração topográfica / com drenagem superficial	Controladas	6,00
Com triagem prévia / sem britagem / com reaproveitamento	Adequadas	8,00
Com triagem prévia / com britagem / com reaproveitamento	Adequadas	10,00

Caso o município troque de unidade e/ou procedimento ao longo do ano, o seu IQI final será a média dos IQIs das unidades e/ou procedimentos utilizados, ponderada pelo número de meses em que ocorreu a efetiva destinação em cada um deles.

Ids - Indicador do Manejo e Destinação dos RSS

Este indicador traduz as condições do manejo dos resíduos dos serviços de saúde, desde sua forma de estocagem para conviver com baixas frequências de coleta até o transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos, sendo calculado com base no seguinte critério:

$$Ids = 10 \times IQS$$

onde:

- ◇ Ids é o indicador de manejo de resíduos de serviços de saúde
- ◇ IQS é o índice de qualidade de manejo de resíduos de serviços de saúde, estimado de acordo com os seguintes critérios, apresentados no Quadro 13.5:

QUADRO 13.5 - VALORES ASSOCIADOS AO IQS – ÍNDICE DE QUALIDADE DE MANEJO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Operação da Unidade	Condições	IQS
Com baixa frequência e sem estocagem refrigerada /sem transporte adequado /sem tratamento licenciado / sem disposição final adequada dos rejeitos tratados	Inadequadas	0,00
Com baixa frequência e com estocagem refrigerada /sem transporte adequado /sem tratamento licenciado / sem disposição final adequada dos rejeitos tratados	Inadequadas	2,00
Com frequência adequada /sem transporte adequado /sem tratamento licenciado / sem disposição final adequada dos rejeitos tratados	Controladas	4,00
Com frequência adequada /com transporte adequado /sem tratamento licenciado / sem disposição final adequada dos rejeitos tratados	Controladas	6,00
Com frequência adequada /com transporte adequado /com tratamento licenciado / sem disposição final adequada dos rejeitos tratados	Adequadas	8,00
Com frequência adequada /com transporte adequado /com tratamento licenciado / com disposição final adequada dos rejeitos tratados	Adequadas	10,00

Caso o município troque de procedimento/unidade ao longo do ano, o seu IQS final será a média dos IQSs dos procedimentos/unidades utilizados, ponderada pelo número de meses em que ocorreu o efetivo manejo em cada um deles.

13.3 INDICADORES SELECIONADOS PARA OS SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

13.3.1 Objetivos

Este item tem como objetivo a proposição para discussão de um indicador de desempenho para avaliação de sistemas municipais de drenagem urbana, que permita a compreensão de seu estado sob os aspectos de abrangência, operacionalidade e desempenho. A formulação fundamenta-se na avaliação não exaustiva de algumas propostas lançadas por pesquisadores brasileiros e do exterior.

Com base em experiências anteriores, e tomando-se como referência que o indicador deve englobar parâmetros mensuráveis, de fácil e acessível aquisição e disponibilidade, e ser aderente aos conceitos de drenagem, o primeiro aspecto será o da avaliação em separado dos subsistemas de micro e macrodrenagem, lembrando que o primeiro refere-se à drenagem de pavimentos que recebem as águas da chuva precipitada diretamente sobre eles e dos lotes adjacentes, e o segundo considera os sistemas naturais e artificiais que concentram os anteriores.

Assim, pode-se dizer que a microdrenagem é uma estrutura direta e obrigatoriamente agregada ao serviço de pavimentação e deve sempre ser implantada em conjunto com o mesmo, de forma a garantir seu desempenho em termos de segurança e condições de

tráfego (trafegabilidade da via) e ainda sua conservação e durabilidade (erosões, infiltrações e etc.).

Tal divisão é importante porque na microdrenagem utilizam-se elementos estruturais (guias, sarjetas, bocas de lobo, tubos de ligação, galerias e dissipadores) cujos critérios de projeto são distintamente diferentes dos elementos utilizados na macrodrenagem (galerias, canais, reservatórios de detenção, elevatórias e barragens), notadamente quanto ao desempenho. Enquanto na microdrenagem admitem-se, como critério de projeto, as vazões decorrentes de eventos com período de retorno 2, 5, 10 e até 25 anos, na macrodrenagem projeta-se tendo como referência os eventos de 50 ou 100 anos e até mesmo valores superiores.

Da mesma forma, as necessidades de operação e manutenção dos sistemas são distintas, como toda a frequência de inspeções, capacidade dos equipamentos e especialidade do pessoal para execução das tarefas de limpeza, desobstrução, desassoreamento e etc.

Quanto aos critérios de avaliação, os mesmos devem considerar as facetas de institucionalização dos serviços, como atividade municipal, porte/cobertura dos serviços, eficiência técnica e de gestão. A seguir, explica-se cada um dos critérios:

Institucionalização (I)

A gestão da drenagem urbana é uma atividade da competência municipal, e que tende a compor o rol de serviços obrigatórios que o executivo municipal é obrigado a prestar, tornando-se, nos dias atuais, de extrema importância nos grandes aglomerados urbanos. Desta forma, sua institucionalização como serviço dentro da estrutura administrativa e orçamentária indicará o grau de desenvolvimento da administração municipal com relação ao subsetor. Assim, dentro deste critério, devem se considerar os seguintes aspectos, apresentados no Quadro 13.6, que indicam o grau de envolvimento da estrutura municipal com a implantação e gestão dos sistemas de micro e macrodrenagem:

QUADRO 13.6 - INDICADORES RELACIONADOS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Microdrenagem	Macrodrenagem
Existência de Padronização para projeto viário e drenagem pluvial	Existência de plano diretor urbanístico com tópicos relativos à drenagem
Serviço de verificação e análise de projetos de pavimentação e/ou loteamentos	Existência de plano diretor de drenagem urbana
Estrutura de inspeção e manutenção da drenagem	Legislação específica de uso e ocupação do solo que trata de impermeabilização, medidas mitigadoras e compensatórias
Monitoramento de chuva	Monitoramento de cursos d'água (nível e vazão)
Registro de incidentes envolvendo microdrenagem	Registro de Incidentes envolvendo a macrodrenagem

Este indicador pode, a princípio, ser admitido como 'seco', isto é, a existência ou prática do quesito analisado implica na valoração do quesito. Posteriormente, na medida em que o índice for aperfeiçoado, o mesmo pode ser transformado em métrico, para considerar a qualidade do instrumento institucional adotado.

Porte/Cobertura do Serviço (C)

Este critério considera o grau de abrangência relativo dos serviços de micro e macrodrenagem no município, de forma a indicar se o mesmo é universalizado.

Para o caso da microdrenagem, representa a extensão de ruas que tem o serviço de condução de águas pluviais lançados sobre a mesma de forma apropriada, através de guias, sarjetas, estruturas de captação e galerias, em relação à extensão total de ruas na área urbana.

No subsistema de macrodrenagem, o porte do serviço pode ser determinado através da extensão dos elementos de macrodrenagem nos quais foram feitas intervenções em relação à malha hídrica do município (até 3ª ordem). Por intervenções, entendem-se as galerias tronco que reúnem vários subsistemas de microdrenagem e também os elementos de drenagem naturais, como os rios e córregos nos quais foram feitos trabalhos de canalização, desassoreamento ou dragagem, retificação, revestimento das margens, regularização, delimitação das áreas de APP, remoção de ocupações irregulares nas várzeas e etc.

Eficiência do Sistema (S)

Este critério pretende captar o grau de atendimento técnico, isto é, se o serviço atende às expectativas quanto ao seu desempenho hidráulico em cada subsistema. A forma de avaliação deve considerar o número de incidentes ocorridos com os sistemas em relação ao número de dias chuvosos e à extensão dos mesmos.

A consideração de um critério de área inundada também pode ser feita, em uma segunda etapa, quando forem disponíveis de forma ampla os cadastros eletrônicos municipais e os sistemas de informatização de dados.

Eficiência da Gestão (G)

A gestão do serviço de drenagem urbana, tanto para micro como para macro, deve ser mensurada em função da relação entre as atividades de operação e manutenção dos componentes e o porte do serviço, conforme apresentado no Quadro 13.7.

QUADRO 13.7 - INDICADORES RELACIONADOS À EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Microdrenagem	Macro drenagem
Número de bocas de lobo limpas em relação ao total de bocas de lobo	Extensão de córregos limpos/desassoreados em relação ao total
Extensão de galerias limpas em relação ao total de bocas de lobo	Total de recursos gastos com macro drenagem em relação ao total alocado.
Total de Recursos gastos com micro drenagem em relação ao alocado no orçamento anual para micro drenagem	

13.3.2 Cálculo do Indicador

O indicador deverá ser calculado anualmente, a partir das informações das atividades realizadas no ano anterior. Os dados deverão ser tabulados em planilha apropriada de forma a permitir a auditoria externa. O cálculo final do indicador será a média aritmética dos indicadores de micro e macro drenagem, com resultado final entre [0-10].

14. ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA

14.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTOS SANITÁRIOS

As intervenções descritas anteriormente são essenciais para propiciar a operação permanente dos sistemas de água e esgotos do município. De caráter preventivo, em sua maioria, buscam conferir grau adequado de segurança aos processos e instalações operacionais evitando descon continuidades.

Como em qualquer atividade, no entanto, sempre existe a possibilidade de ocorrência de situações imprevistas. As obras e os serviços de engenharia em geral, e os de saneamento em particular, são planejados respeitando-se determinados níveis de segurança, resultados de experiências anteriores e expressos na legislação ou em normas técnicas.

Quanto maior o potencial de causar danos aos seres humanos e ao meio ambiente maiores são os níveis de segurança estipulados. Casos limites são, por exemplo, os de usinas atômicas, grandes usinas hidrelétricas, entre outros.

O estabelecimento de níveis de segurança e, conseqüentemente, de riscos aceitáveis é essencial para a viabilidade econômica dos serviços, pois, quanto maiores os níveis de segurança, maiores são os custos de implantação e operação.

A adoção sistemática de altíssimos níveis de segurança para todo e qualquer tipo de obra ou serviço acarretaria um enorme esforço da sociedade para a implantação e operação da infraestrutura necessária à sua sobrevivência e conforto, atrasando seus benefícios. E o atraso desses benefícios, por outro lado, também significa prejuízos à sociedade. Trata-se, portanto, de encontrar um ponto de equilíbrio entre níveis de segurança e custos aceitáveis.

No caso dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, encontram-se identificados, nos Quadros 14.1 e 14.2, os principais tipos de ocorrências, as possíveis origens e as ações a serem desencadeadas. Conforme acima relatado, alguns operadores disponibilizam, seja na própria cidade ou através do apoio de suas diversas unidades no Estado, os instrumentos necessários para o atendimento dessas situações de contingência, como é o caso da SABESP. Para novos tipos de ocorrências que porventura venham a surgir, os operadores deverão promover a elaboração de novos planos de atuação.

QUADRO 14.1 - AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O S.A.A

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Falta d'água generalizada	- Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas - Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta - Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água - Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água - Qualidade inadequada da água dos mananciais - Ações de vandalismo	- Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência - Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil - Comunicação à Polícia - Deslocamento de frota grande de caminhões tanque - Controle da água disponível em reservatórios - Reparo das instalações danificadas - Implementação do PAE Cloro - Implementação de rodízio de abastecimento
2. Falta d'água parcial ou localizada	- Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem - Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água - Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição - Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada - Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada - Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada - Ações de vandalismo	- Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência - Comunicação à população / instituições / autoridades - Comunicação à Polícia - Deslocamento de frota de caminhões tanque - Reparo das instalações danificadas - Transferência de água entre setores de abastecimento

QUADRO 14.2 - AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O S.E.S.

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Paralisação da estação de tratamento de esgotos	- Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento - Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas - Ações de vandalismo	- Comunicação à concessionária de energia elétrica - Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Comunicação à Polícia - Instalação de equipamentos reserva - Reparo das instalações danificadas
2. Extravasamentos de esgotos em estações elevatórias	- Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento - Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas - Ações de vandalismo	- Comunicação à concessionária de energia elétrica - Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Comunicação à Polícia - Instalação de equipamentos reserva - Reparo das instalações danificadas
3. Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	- Desmoronamentos de taludes / paredes de canais - Erosões de fundos de vale - Rompimento de travessias	- Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Reparo das instalações danificadas
4. Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	- Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto - Obstruções em coletores de esgoto	- Comunicação à vigilância sanitária - Execução dos trabalhos de limpeza - Reparo das instalações danificadas

14.2 SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

14.2.1 Objetivo

O principal objetivo de um plano de contingência voltado para os serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos urbanos é assegurar a continuidade dos procedimentos originais, de modo a não expor a comunidade a impactos relacionados ao meio ambiente e, principalmente, à saúde pública.

Normalmente, a descontinuidade dos procedimentos se origina a partir de eventos que podem ser evitados através de negociações prévias, como greves de pequena duração e paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.

Porém, tal descontinuidade também pode ser gerada a partir de outros tipos de ocorrência de maior gravidade e, portanto, de maior dificuldade de solução, como explosões, incêndios, desmoronamentos, tempestades, inundações e outros.

Assim, para que um plano de contingência seja realmente aplicável é necessário, primeiramente, identificarem-se os agentes envolvidos sem o que não é possível definirem-se as responsabilidades pelas ações a serem promovidas.

Além dos agentes, também é recomendável que o plano de contingência seja focado para os procedimentos cuja paralisação pode causar os maiores impactos, relegando os demais para serem atendidos após o controle total sobre os primeiros.

14.2.2 Agentes Envolvidos

Tendo em vista, a estrutura operacional proposta para o equacionamento dos serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos urbanos nos municípios compreendidos pela UGRHI 9, podem-se definir como principais agentes envolvidos:

Prefeitura Municipal

As municipalidades se constituem agentes envolvidos no Plano de Contingência quando seus próprios funcionários públicos são os responsáveis diretos pela execução dos procedimentos. Evidentemente que, no caso das Prefeituras Municipais, o agente nem sempre é a própria municipalidade e sim secretarias, departamentos ou até mesmo empresas autônomas que respondem pelos serviços de limpeza pública e/ou pela gestão dos resíduos sólidos.

Consórcio Intermunicipal

Os consórcios intermunicipais, resultantes de um contrato formal assinado por um grupo de municípios interessados em usufruir de uma mesma unidade operacional, também são entendidos como agentes, desde que tenham funcionários diretamente envolvidos na execução dos procedimentos.

Prestadora de Serviços em Regime Normal

As empresas prestadoras de serviços são consideradas agentes envolvidos quando, mediante contrato decorrente de licitação pública, seus funcionários assumem a responsabilidade pela execução dos procedimentos.

Concessionária de Serviços

As empresas executantes dos procedimentos, mediante contrato formal de concessão ou de Participação público-privada – PPP, são igualmente consideradas agentes uma vez que seus funcionários estão diretamente envolvidos na execução dos procedimentos.

Prestadora de Serviços em Regime de Emergência

As empresas prestadoras de serviços também podem ser consideradas agentes envolvidos quando, justificada legalmente a necessidade, seus funcionários são mobilizados através de contrato de emergência sem tempo para a realização de licitação pública, geralmente por prazos de curta duração.

Órgãos Públicos

Alguns órgãos públicos também são considerados agentes passam a se constituir agentes quando, em função do tipo de ocorrência, são mobilizados para controlar ou atenuar eventuais impactos decorrentes das ocorrências, como é o caso da CETESB, do DEPRN, da Polícia Ambiental, das Concessionárias de Saneamento Básico e de Energia e Luz e outros.

Entidades Públicas

Algumas entidades públicas também passam a se constituir agentes do plano a partir do momento em que, como reforço adicional aos recursos já mobilizados, são acionadas para minimizar os impactos decorrentes das ocorrências, como é o caso da Defesa Civil, dos Bombeiros e outros.

Portanto, o presente Plano de Contingência deve ser devidamente adaptado às estruturas funcionais com que operam os municípios.

14.2.3 Planos de Contingência

Considerando os diversos níveis dos agentes envolvidos e as suas respectivas competências e dando prioridade aos procedimentos cuja paralisação pode causar os maiores impactos à saúde pública e ao meio ambiente, apresentam-se no Quadro 14.3 a seguir, os planos de contingência para cada tipo de serviço:

QUADRO 14.3 – PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA CADA TIPO DE SERVIÇO

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Paralisação da Varrição Manual	greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.	- Identificação dos pontos mais críticos e o escalonamento de funcionários municipais, que possam efetuar o serviço através de mutirões. - Contratação de empresa especializada prestadora de serviço em regime emergencial
2. Paralisação da Manutenção de Vias e Logradouros	greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.	Entupimento dos dispositivos de drenagem
3. Paralisação da Manutenção de Áreas Verdes	greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.	- O Plano de Contingência para este tipo de procedimento se concentra nos serviços esporádicos, decorrentes da queda de árvores. - O maior problema a ser equacionado está no tombamento de árvores causado por tempestades e/ou ventanias atípicas, que atingem inclusive espécimes saudáveis. - Neste caso, os prejuízos podem atingir perdas incalculáveis, não só diretamente pela perda de vidas humanas, veículos e edificações, mas também indiretamente pela interrupção dos sistemas de energia, telefonia e tráfego em regiões inteiras. - Em função da amplitude do cenário de devastação, além de órgãos e entidades que cuidam do tráfego, da energia elétrica e, conforme a gravidade, o sistema de resgate dos Bombeiros, ainda pode ser acionada recursos das regiões vizinhas e, numa última instância, a Defesa Civil.
4. Paralisação na Limpeza Pós Feiras Livres	greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.	- Identificação dos pontos mais críticos e o escalonamento de funcionários municipais, que possam efetuar o serviço através de mutirões. - Contratação de empresa especializada prestadora de serviço em regime emergencial
5. Paralisação na Coleta Domiciliar de RSD	greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços ou dos próprios trabalhadores.	- Contratação de empresa especializada prestadora de serviço em regime emergencial - No caso de paralisação apenas da coleta seletiva de materiais recicláveis, pelo fato do “lixo seco” não conter matéria orgânica sujeita à deterioração, os materiais recicláveis podem aguardar por um tempo maior nos próprios domicílios geradores. - Na hipótese da paralisação se manter por um tempo maior que o previsto, impossibilitando a estocagem dos materiais nos domicílios e a prestadora de serviço em regime emergencial ainda não estiver em operação, os materiais devem ser recolhidos pela equipe de coleta regular e conduzidos para a unidade de disposição final dos rejeitos dos resíduos sólidos domiciliares. - Porém, é da maior importância a comunicação através de panfletos distribuídos pela própria equipe de coleta domiciliar regular, informando sobre a situação e solicitando colaboração da população.
6. Paralisação no Pré-Beneficiamento e/ou Tratamento dos RSD	Desvalorização do preço de venda desses materiais no mercado consumidor.	No caso da compostagem da matéria orgânica, o Plano de Contingência recomenda os mesmos procedimentos aplicados à prestação de serviços públicos, ou seja, a mobilização de equipes de outros setores da municipalidade ou, no caso de consórcio intermunicipal, das municipalidades consorciadas e, se a paralisação persistir, a contratação de empresa especializada prestadora de serviço em regime emergencial.

Continua...

Continuação.

QUADRO 14.3 – PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA CADA TIPO DE SERVIÇO

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
6. Paralisação no Pré-Beneficiamento e/ou Tratamento dos RSD (continuação)		No caso dos materiais recicláveis, é importante que a cessão das instalações e equipamentos para uso das cooperativas de catadores tenha em contrapartida a assunção do compromisso por parte deles de receber e processar os materiais independentemente dos preços de mercado.
7. Paralisação na Disposição Final de Rejeitos dos RSD	- A paralisação do serviço de operação de um aterro sanitário pode ocorrer por diversos fatores, desde greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado até ocorrências que requerem maiores cuidados e até mesmo por demora na obtenção das licenças necessárias para a sobre elevação e/ou a ampliação do maciço. - Devido às características específicas dos resíduos recebidos pelos aterros sanitários, os motivos de paralisação podem exceder a simples greves, tomando dimensões mais preocupantes, como rupturas no maciço, explosões provocadas pelo biogás, vazamentos de chorume e outros.	- Considerando a ocorrência de greves de pequena duração, é possível deslocar equipes de outros setores da própria municipalidade ou, no caso de consórcios, das municipalidades consorciadas. - Para o caso da paralisação persistir por tempo indeterminado, é recomendável trocar a solução doméstica pela contratação de empresa prestadora de serviço em regime emergencial, pois ela poderá também dar conta dos serviços mais especializados de manutenção e monitoramento ambiental. - Enquanto isto não acontece, os resíduos poderão ser enviados para disposição final em outra unidade similar existente na região. Esta mesma providência poderá ser usada no caso de demora na obtenção do licenciamento ambiental para sobre elevação e/ou ampliação do maciço existente. - A ruptura dos taludes e bermas engloba medidas de reparos para recomposição da configuração topográfica, recolocação dos dispositivos de drenagem superficial e reposição da cobertura de solo e gramíneas, de modo a assegurar a perfeita estabilidade do maciço, após a devida comunicação da não conformidade à CETESB. - Explosões decorrentes do biogás são eventos mais raros, que também podem ser evitados por um sistema de drenagem bem planejado e um monitoramento direcionado para detectar com antecipação a formação de eventuais bolsões no interior do maciço. - Com relação a explosão ou mesmo incêndio, o Plano de Contingência prevê a evacuação imediata da área e a adoção dos procedimentos de segurança, simultaneamente ao acionamento da CETESB e dos Bombeiros. - Os vazamentos de chorume também não são comuns, já que o aterro sanitário é dotado de uma base impermeável, que evita o contato direto dos efluentes com o solo e as águas subterrâneas. Portanto, eles têm mais chance de extravasar nos tanques e/ou lagoas, seja por problemas operacionais, seja por excesso de chuvas de grandes proporções. - A primeira medida do Plano de Contingência diz respeito à contenção do vazamento e/ou transbordamento, para estancar a origem do problema e, em seguida, a transferência do chorume estocado para uma ETE mais próxima através de caminhão limpa fossa.

Continua...

QUADRO 14.3 – PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA CADA TIPO DE SERVIÇO

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
8. Paralisação na Coleta, Transporte, Pré-Beneficiamento e Disposição Final dos RSI	- Estão compreendidos pelo serviço de coleta de resíduos sólidos inertes a retirada dos materiais descartados irregularmente e o recolhimento e traslado dos entulhos entregues pelos municípios nos “ecopontos”. - Portanto, a paralisação do serviço de coleta deste tipo de resíduo engloba ambos os recolhimentos, bem como a operação dos “ecopontos”. - No que se refere aos serviços de triagem e pré-beneficiamento de entulhos reaproveitáveis e de operação de aterro de inertes, as interrupções costumam estar associadas a greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado dos funcionários envolvidos na prestação desses serviços. - No caso dos aterros de inertes, a paralisação do serviço também pode ocorrer devido à demora na obtenção das licenças necessárias para a sobre elevação e/ou a ampliação do maciço já que, pelas características desse tipo de resíduos, não existem ocorrências com efluentes líquidos e gasosos. - Além disso, com a diretriz da nova legislação federal de somente permitir a disposição final dos rejeitos não reaproveitáveis, tais materiais que já não são ambientalmente agressivos ainda terão suas quantidades progressivamente reduzidas à medida que o mercado consumidor de agregado reciclado for se consolidando. - Apesar desses atenuantes, justifica-se a necessidade de se dispor este tipo de materiais de forma organizada num aterro de inertes, para evitar que eles sejam carregados pelas águas de chuva e acabem se sedimentando nos baixios, assoreando as drenagens e corpos d'água localizados a jusante.	- Caso a ocorrência resulte na contaminação do solo e/ou das águas subterrâneas, o passivo ambiental será equacionado através das orientações prescritas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, emitido pela CETESB. - Por se tratarem de atividades bastante simples, que não requerem especialização, o Plano de Contingência a ser acionado em momentos de paralisação está baseado no deslocamento de equipes de outros setores da própria municipalidade ou, no caso de consórcios, das municipalidades consorciadas. - Caso não isto não seja possível, embora tais atividades não exijam maior especialização, a segunda medida recomendada pelo Plano de Contingência é a contratação de empresa prestadora de serviço em regime emergencial. - Para agilizar esta providência, é recomendável que a municipalidade ou consórcio intermunicipal mantenha um cadastro de empresas com este perfil para acionamento imediato e, neste caso, o contrato de emergência deverá perdurar apenas enquanto o impasse não estiver resolvido, cessando à medida que a situação retome a normalidade. - Caso esta providência se retarde ou se constate demora na obtenção do licenciamento ambiental para sobre elevação e/ou ampliação do maciço existente, os rejeitos dos resíduos sólidos inertes poderão ser enviados para disposição final em outra unidade similar existente na região. - Do ponto de vista técnico, a única ocorrência que pode exigir uma maior atenção do Plano de Contingência é uma eventual ruptura dos taludes e bermas, resultante da deficiência de projeto e/ou de execução da configuração do aterro, mesmo tendo a massa uma consistência altamente homogênea, ou no recobrimento com gramíneas. - Este tipo de ocorrência não costuma ocorrer com frequência, uma vez que é precedida pelo aparecimento de fendas causadas por erosões localizadas, que podem ser facilmente constatadas através de vistorias periódicas. - Assim, o Plano de Contingência destinado à ruptura dos taludes e bermas, além dos procedimentos preventivos, recomenda medidas de reparos para recomposição da configuração topográfica, recolocação dos dispositivos de drenagem superficial para organizar o caminhamento das águas e reposição da cobertura de gramíneas, de modo a assegurar a perfeita estabilidade do maciço.

Continua...

QUADRO 14.3 – PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA CADA TIPO DE SERVIÇO

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
9. Paralisação na Coleta, Transporte e Tratamento dos RSS	Devido à alta periculosidade no manuseio desse tipo de resíduos, sua coleta, transporte e tratamento são sempre realizados por equipes treinadas e devidamente equipadas com os EPIs necessários e dotadas de veículos e equipamentos especialmente adequados para essas funções. Logo, a tarefa da municipalidade limita-se ao gerenciamento administrativo do contrato com essas empresas e o risco de descontinuidade se resume a greves de pequena duração ou paralisações por tempo indeterminado das prestadoras de serviços.	- Por tratar-se de atividades altamente especializadas, que requerem recursos materiais e humanos especiais, não é recomendável que se desloquem equipes da própria municipalidade ou, no caso de consórcios, das municipalidades consorciadas para cobrir qualquer deficiência de atendimento. - Portanto, se isso vier a acontecer, o Plano de Contingência recomenda a contratação de empresa prestadora deste tipo de serviço em regime emergência.

14.3 SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

Este item visa a apresentar o elenco de ações de contingência e emergência direcionadas ao sistema de drenagem urbana.

Segundo a publicação “Critérios e Diretrizes sobre Drenagem Urbana no Estado de São Paulo – Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), 2004”, um Plano de Ação de Emergência é a preparação de um conjunto de medidas integradas, adotado pela comunidade para mitigar os danos, as ameaças à vida e à saúde que ocorrem antes, durante e depois de inundações. Esse tipo de programa deve reconhecer a rapidez das cheias dos cursos d’água, com os picos das vazões ocorrendo após algumas horas, ou mesmo minutos, de chuvas intensas. Dessa forma, dispõe-se de pouco tempo para a consecução de medidas de mitigação anteriores as inundações.

Fundamentalmente, recomenda-se a criação de um programa de monitoramento de precipitação, níveis d’água e vazões nas sub-bacias hidrográficas consideradas críticas no município. Posteriormente ou simultaneamente, criar um sistema de alerta de cheias e a inundações visando a subsidiar a tomada de decisões pela defesa civil ou órgão competente, em ocasiões de chuvas intensas.

14.3.1 Sistema de Alerta

Para possibilitar a previsão de ocorrência de acidentes e eventos decorrentes de precipitações intensas, deve ser considerada a criação de um grupo de trabalho e/ou a contratação de consultoria específica, visando à criação de modelos hidrológicos e hidráulicos, ajustados e calibrados por meio de dados coletados pelo monitoramento.

Considerando as pequenas dimensões da bacia e os pequenos tempos de concentração envolvidos, a agregação de observações realizadas por radar meteorológico poderá possibilitar a antecipação das previsões. Para tanto, é recomendado que a Prefeitura

Municipal de Santa Rita do Passa Quatro celebre convênio com entidades que operam radar meteorológico abrangendo a região ou participe de um consórcio de municípios/estados que venha a se formar com o objetivo de instalar e operar este equipamento.

14.3.2 Planos de Ações Emergenciais

Quando da implantação de sistema de alerta de precipitações intensas com a possibilidade de previsão das inundações associados, os Planos de Ações Emergenciais deverão ser formulados com o intuito de adotar medidas que minimizem os prejuízos causados nas diferentes zonas de risco. A efetividade de aplicação desses planos é diretamente dependente da resposta dada pela população aos alertas. Portanto, as recomendações apresentadas nesse Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, quanto à informação e alerta à comunidade, devem perceber a execução das ações.

Na implantação dos Planos de Ações Emergenciais devem ser considerados:

- ◆ Pré-seleção de abrigos (escolas, igrejas, centros esportivos etc.);
- ◆ Rotas de fuga entre abrigos (vias não sujeitas à inundação);
- ◆ Centros de apoio e logística (supermercados, padarias, atacados etc.);
- ◆ Grupos de apoio – relação de pessoas (clubes de rádio amadores, clube de jipeiros, Rotary Clube etc.);
- ◆ Hierarquização de comando (prefeito, chefe da defesa civil, comando militar, comando de bombeiros etc.).

15. MINUTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO

15.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A seguir estão elaboradas as minutas dos instrumentos legais (uma lei e um decreto) de institucionalização dos Planos Municipais Integrados de Saneamento Básico dos municípios localizados nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Mogi Guaçu – UGRHI 9, de acordo com a divisão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, estabelecida no Anexo I da Lei nº 9.034/1994.

A Lei nº 11.445/2007 não define o instrumento legal pelo qual os Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser institucionalizados, ou seja, não determina expressamente se os planos devem ser objeto de decretos ou de leis municipais. Buscou-se então definir o instrumento legal de institucionalização dos planos a partir da Lei Orgânica de cada Município (LOM), verificando-se que há três padrões vigentes: 1. o primeiro, determinando que o plano deve ser instituído por decreto municipal; 2. o segundo, estabelecendo que o mesmo deve ser instituído por lei municipal; e 3. ainda há casos em que a LOM silencia, ou não é clara a esse respeito.

Foram, então, elaborados dois tipos de minutas de institucionalização para os Planos Municipais de Saneamento Básico: um em conformidade com os padrões de um decreto, e outro em conformidade com os padrões de uma lei. A redação dos dois modelos é praticamente idêntica, alterando-se principalmente as questões referentes à sua técnica.

A alteração mais significativa entre a lei e o decreto refere-se ao fato de que na lei há dispositivos instituindo um sistema de sanções e penalidades por infrações cometidas. Ocorre que, segundo o art. 5º, II da CF/88, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Portanto, só à lei cabe estabelecer um sistema de sanções e penalidades, razão pela qual omitiram-se esses dispositivos da minuta de decreto. Cabe salientar que o decreto poderia regulamentar o sistema de sanções e penalidades se previstos em uma lei. Porém, considerando que não há previsão para essa sistemática na lei, não pode o decreto instituí-lo isoladamente. Além disso, obedecendo à técnica legislativa, a minuta de lei não contém consideranda.

O objetivo das minutas foi a indicação do caminho para execução do plano e o alcance das metas fixadas, como forma de melhorar as condições de saúde, do meio ambiente e da qualidade de vida da população, além da necessidade de implantação efetiva do mesmo. Para isso, o texto contém diretrizes específicas para a implantação do plano no âmbito municipal, considerando o Plano Regional de Saneamento Básico da respectiva UGRHI, bem como o Plano de Bacia Hidrográfica. Além disso, há dispositivos tratando, entre outros:

- ♦ do conjunto de serviços abrangidos pelo Plano Municipal de Saneamento Básico;
- ♦ do horizonte do planejamento, bem como dos prazos e procedimentos para sua revisão;
- ♦ dos seus princípios e objetivos;
- ♦ dos seus instrumentos;
- ♦ das responsabilidades dos diversos agentes envolvidos com os serviços de saneamento básico, tais como titulares, prestadores, usuários, reguladores, no que toca à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Está abrangida a hipótese de a entidade municipal ser a prestadora dos serviços, caso em que ela também deverá obedecer aos dispositivos do instrumento legal em questão. É importante salientar que embora a entidade municipal tenha sido criada por lei, na qual estão estabelecidas suas competências, nada impede juridicamente que a prefeitura celebre um contrato de gestão com essa entidade, para o estabelecimento de procedimentos e fixação de metas a serem atingidas; e
- ♦ das sanções e penalidades aplicáveis em caso de descumprimento dos dispositivos acima referidos pelos prestadores dos serviços de saneamento básico. As referidas sanções e penalidades deverão ser aplicadas pelos entes reguladores dos serviços de saneamento básico, sejam esses entes independentes, como por exemplo a ARSESP, ou integrantes da administração municipal. Conforme acima mencionado, esses dispositivos estão presentes somente na minuta de lei, tendo em vista a impossibilidade do decreto determinar sanções e penalidades, nos termos do art. 5º, II, da CF/88.

15.2 MINUTA DE PROJETO DE LEI

MINUTA DE PROJETO DE LEI Nº [____], DE [_____]

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de [____], Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, o Município de [____] deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.445/2007.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

Parágrafo único. Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

- ♦ o Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI [____], instituído pelo Decreto [____]; e
- ♦ o Plano da Bacia Hidrográfica [____].

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- ♦ abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- ♦ esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- ♦ limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e
- ♦ drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico será considerado para um horizonte de 20 (vinte) anos, devendo ser revisto periodicamente em prazos não superiores a 4 (quatro) anos.

§ 1º. As revisões de que trata o caput deste artigo deverão preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de [____], nos termos do art. 19, § 4º, da Lei nº 11.445/2007.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, com as eventuais alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 5º. O Plano Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo geral promover a universalização do saneamento básico em todo o território de [____], ampliando progressivamente o acesso de todos os domicílios permanentes aos serviços.

Parágrafo único. Para alcançar o objetivo geral de universalização, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, são objetivos específicos do Plano de Saneamento Básico de [____]:

- ♦ a garantia da qualidade e eficiência dos serviços, buscando sua melhoria e extensão às localidades ainda não atendidas;
- ♦ a sua implementação em prazos razoáveis, de modo a atingir as metas fixadas no plano;
- ♦ a criação de meios e instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gestão dos serviços;
- ♦ a promoção de programas de educação ambiental de forma a estimular a conscientização da população em relação à importância do meio ambiente equilibrado e à necessidade de sua proteção, sobretudo em relação ao saneamento básico; e
- ♦ a viabilidade econômico-financeira dos serviços, considerando a capacidade de pagamento pela população de baixa renda na definição de taxas, tarifas e outros preços públicos.

Art. 6º. Além dos princípios expressos acima, serão observados, para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os seguintes princípios fundamentais:

- ♦ integralidade dos serviços de saneamento básico;
- ♦ disponibilidade dos serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais urbanas;
- ♦ preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- ♦ adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- ♦ articulação com outras políticas públicas;
- ♦ eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- ♦ utilização de tecnologias apropriadas;
- ♦ transparência das ações;
- ♦ Controle social;

- ♦ Segurança, qualidade e regularidade;
- ♦ Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º. Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básicos para a gestão dos serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo Municipal, na medida em que forem criados, inclusive com a especificação dos recursos orçamentários a serem aplicados.

Art. 8º. A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo da Secretaria Municipal de [____], pressupõe a participação dos diversos agentes envolvidos, inclusive os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º. A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros mediante contrato, sob o regime de direito público, para execução de uma ou mais atividades.

§ 1º. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

§ 2º. Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

§ 3º. Os contratos mencionados no caput não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

§ 4º. No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade única ser encarregada das funções de regulação e fiscalização, observado o disposto no art. 12, da Lei nº 11.445/2007.

§ 5º. Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.

Art. 10. O Município deverá regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, ficando desde já autorizada a delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do §1º, do art. 23, da Lei nº 11.445/2007.

Parágrafo único. Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo I desta Lei, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 11. Com forma de garantir a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico são deveres dos prestadores dos serviços:

- ♦ prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relação contratual;
- ♦ prestar contas da gestão do serviço ao Município de [] quando os serviços forem objeto de relação contratual, e aos usuários, mediante solicitação por escrito;
- ♦ cumprir e fazer cumprir as normas de proteção ambiental e de proteção à saúde aplicáveis aos serviços;
- ♦ permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço;
- ♦ zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço; e
- ♦ captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, bem como a modicidade das tarifas.

§ 2º. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art. 12. Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigações:

- ♦ receber serviço adequado;
- ♦ receber dos prestadores informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- ♦ levar ao conhecimento do Município de [_____] e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- ♦ comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos eventualmente praticados na prestação do serviço;
- ♦ contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

V. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, as infrações ao disposto nesta Lei e seus instrumentos, cometidas pelos prestadores de serviços, acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, pelo ente regulador, observados, sempre, os princípios da ampla defesa e do contraditório:

- ♦ advertência, com prazo para regularização; e
- ♦ multa simples ou diária.

Art. 14. A advertência poderá ser aplicada mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no caput, se o ente regulador constatar a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 2º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o ente regulador certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 3º. Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o ente regulador certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

§ 4º. A advertência não excluirá a aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 15. Para a aplicação da penalidade da multa, a autoridade competente levará em conta a intensidade e extensão da infração.

§1º. A multa diária será aplicada em caso de infração continuada.

§ 2º. A multa será graduada entre R\$ [_____] e R\$ [_____].

§ 3º. O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de [_____] , instituído pela Lei [_____] e suas alterações.

§ 4º Para cálculo do valor da multa são consideradas as seguintes situações agravantes:

- ♦ reincidência; ou
- ♦ quando da infração resultar, entre outros:
 - a) na contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;
 - b) na degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas; ou
 - c) em risco iminente à saúde pública.

VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Constitui órgão executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, a Secretaria Municipal de [_____] , na forma da Lei Municipal [_____].

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de [_____] , Estado de São Paulo, [_____] de 2014.

Prefeito Municipal de [_____]

15.3 MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL

MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL Nº [_____] , DE [_____]

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de [_____] , Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, adotando como princípio fundamental a universalização do acesso aos serviços públicos desse setor;

CONSIDERANDO que o art. 9º, I, da Lei nº 11.445/2007 incumbe ao titular a elaboração dos planos municipais de saneamento básico;

CONSIDERANDO que a existência dos planos municipais de saneamento básico são condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, bem como da obtenção de recursos financeiros e cooperação técnica para o setor;

CONSIDERANDO que na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico o Município deverá articular-se com o Estado e a União, sobretudo na busca de financiamento para as ações, projetos, programas e obras;

CONSIDERANDO a necessidade de articulação do Plano Municipal de Saneamento Básico com o Plano Regional de Saneamento Básico da UGRHI [____], com o Plano de Bacia Hidrográfica, bem como com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de meio ambiente, de saúde e de recursos hídricos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica do Município de [____], de [____] e em seu Plano Diretor e respectivas atualizações,

DECRETA:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, parte integrante deste Decreto, o Município de [____] deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.445/2007.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

Parágrafo único. Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

- ♦ o Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI [____], instituído pelo Decreto [____]; e
- ♦ o Plano da Bacia Hidrográfica [____].

Art. 3º. Para efeitos deste Decreto, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- ♦ abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

- ♦ esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- ♦ limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e
- ♦ drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico será considerado para um horizonte de 20 (vinte) anos, devendo ser revisto periodicamente em prazos não superiores a 4 (quatro) anos.

§ 1º. As revisões de que trata o caput deste artigo deverão preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de [____], nos termos do art. 19, §4º, da Lei nº 11.445/2007.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, com as eventuais alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

II . DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 5º. O Plano Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo geral promover a universalização do saneamento básico em todo o território de [____], ampliando progressivamente o acesso de todos os domicílios permanentes a todos serviços.

Parágrafo único. Para alcançar o objetivo geral de universalização, em observância da Lei nº 11.445/2007, são objetivos específicos do Plano de Saneamento Básico de [____]:

- ♦ a garantia da qualidade e eficiência dos serviços, buscando sua melhoria e extensão às localidades ainda não atendidas;
- ♦ a sua implementação em prazos razoáveis, de modo a atingir as metas fixadas no plano;
- ♦ a criação de meios e instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gestão dos serviços;

- ♦ a promoção de programas de educação ambiental de forma a estimular a conscientização da população em relação à importância do meio ambiente equilibrado e a necessidade de sua proteção, sobretudo em relação ao saneamento básico; e
- ♦ a viabilidade econômico-financeira dos serviços, considerando a capacidade de pagamento pela população de baixa renda na instituição de taxas, tarifas e preços públicos.

Art. 6º. Além dos princípios expressos acima, serão observados, para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os seguintes princípios fundamentais:

- ♦ integralidade dos serviços de saneamento básico;
- ♦ disponibilidade dos serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais urbanas;
- ♦ preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- ♦ adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- ♦ articulação com outras políticas públicas;
- ♦ eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- ♦ utilização de tecnologias apropriadas;
- ♦ transparência das ações;
- ♦ Controle social;
- ♦ Segurança, qualidade e regularidade;
- ♦ Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º. Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básicos para a gestão dos serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos neste Decreto.

Parágrafo único. Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Atos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, com a indicação dos recursos orçamentários a serem aplicadas.

Art. 8º. A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo da Secretaria Municipal de [____], pressupõe a participação dos diversos agentes envolvidos,

inclusive os órgãos e entidades da Administração pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º. A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros mediante contrato, sob o regime de direito público ou privado, para execução de uma ou mais atividades.

§ 1º. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, contido no Anexo I.

§ 2º. Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, contido no Anexo I.

§ 3º. Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

§ 4º. No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade única ser encarregada das funções de regulação e fiscalização, observado o disposto no art. 12, da Lei nº 11.445/2007.

§ 5º. Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.

Art. 10. O Município, como vistas a garantir a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, fica desde já autorizado delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do §1º, do art. 23, da Lei nº 11.445/2007.

Parágrafo único. Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo I deste Decreto, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 11. Com forma de garantir a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico são deveres dos prestadores dos serviços:

- ♦ prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relação contratual;

- ♦ prestar contas da gestão do serviço ao Município de [] quando os serviços forem objeto de relação contratual, e aos usuários, mediante solicitação por escrito;
- ♦ cumprir e fazer cumprir as normas de proteção ambiental e de proteção à saúde aplicáveis aos serviços;
- ♦ permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço;
- ♦ zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço; e
- ♦ captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º. Para os efeitos deste Decreto, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, bem como a modicidade das tarifas.

§ 2º. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art. 12. Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigações:

- ♦ receber serviço adequado;
- ♦ receber dos prestadores informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- ♦ levar ao conhecimento do Município de [] e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- ♦ comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos eventualmente praticados na prestação do serviço;
- ♦ contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Constitui órgão executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, a Secretaria Municipal de [], na forma da Lei Municipal [].

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de [____], Estado de São Paulo, [____] de 2014.

Prefeito Municipal de [____]

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil**. Brasília. Cadernos de Recursos Hídricos. 2005. 134 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Atlas de Abastecimento Urbano de Água: panorama nacional**. Engecorps/Cobrape: Brasília. Ana, 2010.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA USP. **Biófito consome gás de efeito estufa em aterro sanitário**. Disponível em <<http://www.usp.br/agen/?p=106679>>. Acesso em out. 2013.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Gerenciamento dos RSS na cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/58863580474576bc849ed43fbc4c6735/COMLURB_RJ.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em out. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2012. 116p. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2012.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê interministerial da Política nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 abr. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: jul. 2013.

- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: jul. 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: abr. 2013.
- CARNEIRO, C.D.R. et al. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1981.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial com Reciclagem. **Composto Urbano**. Disponível em <http://www.cempre.org.br/ft_composto.php>. Acesso em set. 2013.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial com Reciclagem. **Preço do Material Reciclável**. Disponível em <http://www.cempre.org.br/servicos_mercado.php>. Acesso em set. 2013.
- CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS A AGRICULTURA. **Clima dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acesso em: jul. 2013.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOGI GUAÇU. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2012 – Ano Base 2011**. [São Paulo]. 2013. 128 p.
- COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. **Biogás**. Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br/mudancas-climaticas/biogas/Biogás/17-Definição>>. Acesso em out. 2013.
- COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares: Relatório de 2007**. São Paulo: CETESB, 2008. 180 p. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicações-e-relatórios/1-publicações-/relatórios>>. Acesso em: jul. 2013.
- COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2011**. São Paulo: CETESB, 2012. 218 p. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicações-e-relatórios/1-publicações-/relatórios>>. Acesso em: jul. 2013.
- COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2012**. São Paulo: CETESB, 2013. 114 p. Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicações-e-relatórios/1-publicações-/relatórios>> Acesso em: jul. 2013.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Licenciamento Ambiental**. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/processo_consulta.asp>. Acesso em: abr. 2013.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. **Mapa de destinação dos resíduos urbanos**. Disponível em <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/mapa_ugrhis/iqr/SANTA%20RITA%20DO%20PASSA%20QUATRO/2012/SANTA%20RITA%20DO%20PASSA%20QUADRO%20IQR%2012.pdf>. Acesso em nov. 2013.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE. **Guia prático para Projetos de Pequenas Obras Hidráulicas**. São Paulo: DAEE, 2005. 116p.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE. **Sistema de Informações para o Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA), – **Informação sobre os tipos de solos na bacia do rio Mogi Guaçu**. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/Abertura.html> Acesso em ago. 2013

ENGEORPS – Engenharia S.A. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Sorocaba**. São Paulo: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, 2011.

FACULDADE MUNICIPAL PROF. FRANCO MONTORO/ GEOSYSTEC PLANEJAMENTO E CONSULTORIA. **CBH Mogi: Plano da bacia Hidrográfica 2008-2011**. [São Paulo]. 2008. 170 p.

FB – ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA LTDA. **Plano Diretor de Macrodrenagem de Santa Rita do Passa Quatro – SP; Volume I – Relatório**. Santa Rita do Passa Quatro: Prefeitura Municipal, 2010. 191 p.

FB – ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA LTDA. **Plano Diretor de Macrodrenagem de Santa Rita do Passa Quatro – SP; Volume II – Manual de Drenagem Urbana**. Santa Rita do Passa Quatro: Prefeitura Municipal, 2010. 59 p.

FILHO, C.J.M.et al. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2ª Edição, 2004.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Dados Municipais**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Projeções Populacionais**. Santa Rita do Passa Quatro. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/>>. Acesso em: jul. 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Temas; População e Estatísticas Vitais; Perfil Municipal.** Disponível em: <http://www.seade.gov.br/index.php?option=com_jce&Itemid=39&tema=5>. Acesso em: jul. 2013.

INFOESCOLA – Navegando e Aprendendo. **Aterro sanitário e os gases de efeito estufa.** Disponível em <<http://www.infoescola.com/ecologia/aterro-sanitario-e-mdl/>>. Acesso em out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Cartilha de Limpeza Urbana.** Rio de Janeiro: [2005?]. 81p. Disponível em <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/cartilha_limpeza_urb.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações Estatísticas.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354750&search=sao-paulo|santa-rita-do-passa-quatro>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Portal Ideb.** Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: jul. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Logística Reversa.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>>. Acesso em out. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. ICLEI – Brasil. **Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Brasília, 2011. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso em out 2013.

OLIVEIRA, J.B et al. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), 1999.

PAVAN, M.C.O e PARENTE, V. **Projetos de MDL em aterros sanitários do Brasil: análise política, socioeconômica e ambiental.** Disponível em

<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/uruguay30/BR05432_Pavan_Oliveira.pdf>. Acesso em out. 2013.

PINTO, João da Costa. **Projeto Mogi-Pardo, Carta Geológica Compilada e Simplificada**. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), 1998.

SABESP. **Comunidades Isoladas**. In: REVISTA DAE – Nº 187. São Paulo: SABESP, 2011. 76 p.

SANTA RITA DO PASSA QUATRO. Lei nº 2.667, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Santa Rita do Passa Quatro e estabelece Diretrizes Gerais da Política do Desenvolvimento Municipal e dá outras providências. Santa Rita do Passa Quatro: Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.pmsantaritadopassaquatro.com.br/planodiretor/PLANO%20DIRETOR.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 31 dez. 1991. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei%20n.7.663,%20de%2030.12.1991.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

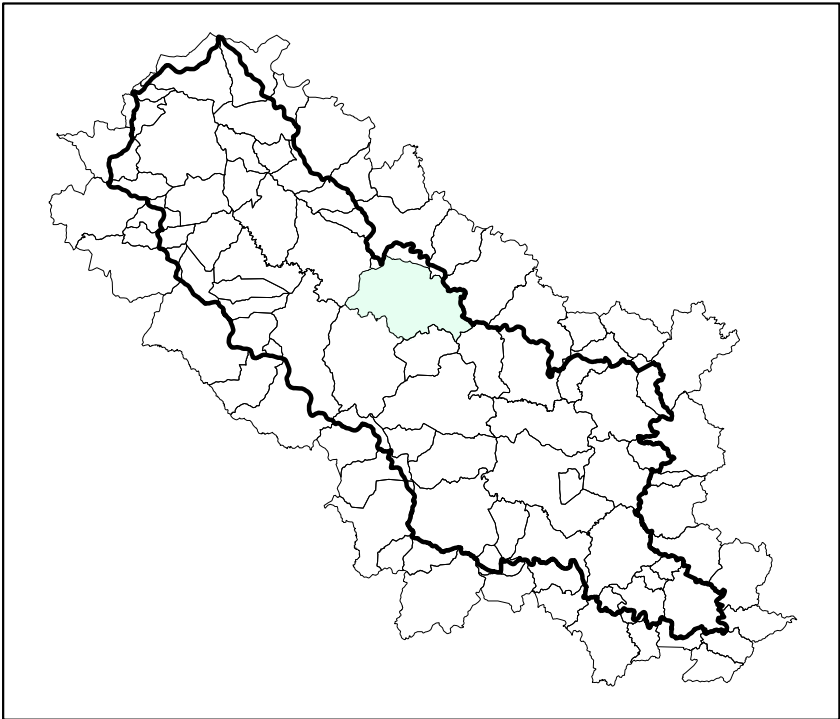
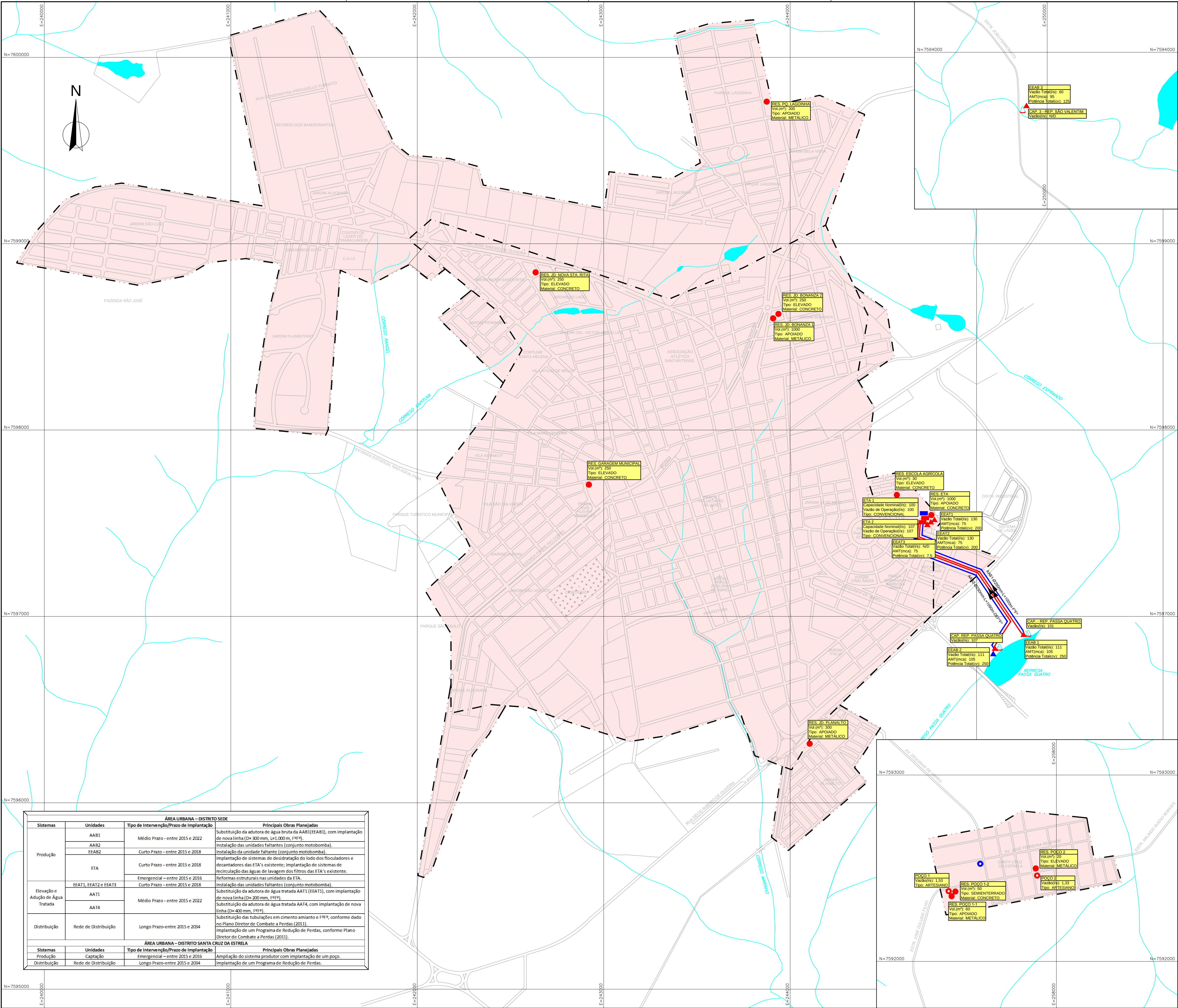
SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007. Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 8 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei%20complementar/2007/lei%20complementar%20n.1.025,%20de%2007.12.2007.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/>>. Acesso em: jul. 2013.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnósticos: Água e Esgotos**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/PaginaCarrega.php?EWRErterterTERTer=6.>>> Acesso em: jul. 2013.

TCRE ENGENHARIA LTDA. **Elaboração de Projetos Executivos de Sistemas de Afastamento e Tratamento de Esgotos – Programa Água Limpa; Relatório Técnica 04 – RT – 04**. Santa Rita do Passa Quatro: DAEE, v. II, 2010. 400 p.

THESIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES. **Plano Diretor de Combate a Perdas de Água no Sistema de Abastecimento do Município de Santa Rita do Passa Quatro; Relatório Final**. Santa Rita do Passa Quatro: Prefeitura Municipal, 2011. 186 p.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



ÁREA DE ESTUDO

LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITE MUNICIPAL
- ESTRADAS MUNICIPAIS, AVENIDAS E RUAS
- FERROVIA
- LINHA DE TRANSMISSÃO
- LIMITE DA ZONA URBANA
- ÁREA DE ATENDIMENTO
- CAPTAÇÃO SUPERFICIAL EXISTENTE
- RESERVATÓRIO EXISTENTE
- RESERVATÓRIO PROJETADO
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (EEAT / EEA / BOOSTER) EXISTENTE
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (EEAT / EEA / BOOSTER) PROJETADA
- POÇO EXISTENTE
- POÇO PROJETADO
- ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EXISTENTE
- ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PROJETADA
- ADUTORA DE ÁGUA(AAB / AAT) EXISTENTE
- ADUTORA DE ÁGUA(AAB / AAT) PROJETADA
- REDE PRIMÁRIA / SUBADUTORA EXISTENTE
- REDE PRIMÁRIA / SUBADUTORA PROJETADA

ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE			
Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Principais Obras Planejadas
Produção	AAB1	Médio Prazo - entre 2015 e 2022	Substituição da adutora de água bruta da AAB1 (EAB1), com implantação de nova linha (D= 300 mm, L= 1.000 m, F= 1%).
	AAB2	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Instalação das unidades faltantes (conjunto motobomba).
	ETA	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Instalação da unidade faltante (conjunto motobomba).
Elevação e Adução de Água Tratada	ETA1, ETA2 e ETA3	Emergencial – entre 2015 e 2016	Implantação de sistemas de desidratação do lodo dos floculadores e decantadores das ETAs existentes; implantação de sistemas de recirculação das águas de lavagem dos filtros das ETAs existentes.
	AA11	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Reformas estruturais nas unidades da ETA.
	AA14	Médio Prazo - entre 2015 e 2022	Instalação das unidades faltantes (conjunto motobomba).
Distribuição	Rede de Distribuição	Médio Prazo - entre 2015 e 2022	Substituição da adutora de água tratada AA11 (ETA1), com implantação de nova linha (D= 200 mm, F= 1%).
	Rede de Distribuição	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	Substituição da adutora de água tratada AA14, com implantação de nova linha (D= 400 mm, F= 1%).
ÁREA URBANA – DISTRITO SANTA CRUZ DA ESTRELA			
Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Principais Obras Planejadas
Produção	Captação	Emergencial – entre 2015 e 2016	Ampliação do sistema produtor com implantação de um poço.
Distribuição	Rede de Distribuição	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	Implantação de um Programa de Redução de Perdas.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

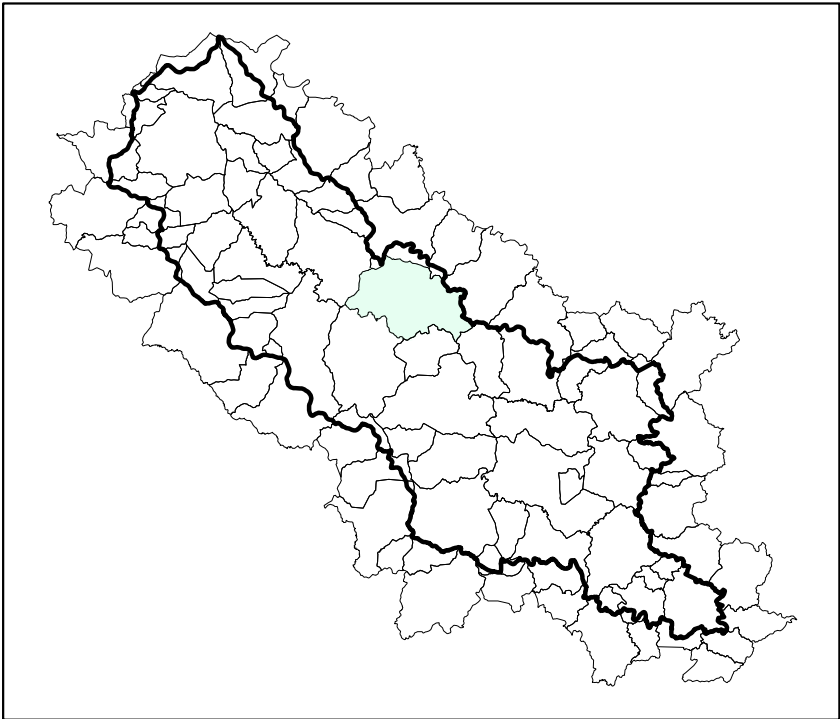
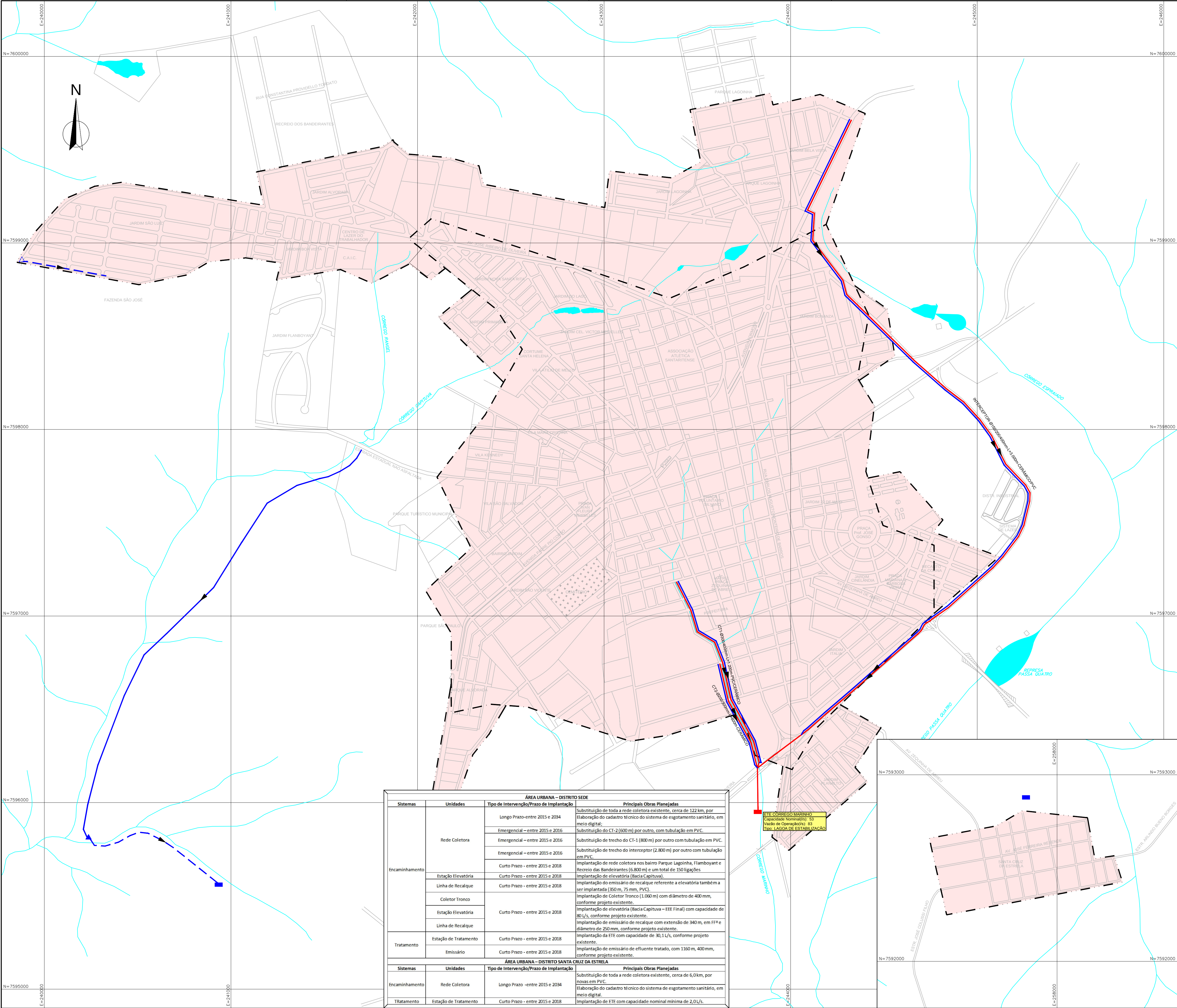
TEMA
PLANOS INTEGRADOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO UGRH9

TÍTULO
SANTA RITA DO PASSA QUATRO
Sistema de Abastecimento de Água
Soluções Propostas

ESCALA
1:10.000

DATA
Junho / 2014

ILUSTRAÇÃO 6.1



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



ÁREA DE ESTUDO

LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITE MUNICIPAL
- ESTRADAS MUNICIPAIS, AVENIDAS E RUAS
- FERROVIA
- LINHA DE TRANSMISSÃO
- LIMITE DA ZONA URBANA
- ÁREA DE ATENDIMENTO
- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS EXISTENTE
- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PROJETADA
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS EXISTENTE
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS PROJETADA
- EMISSÁRIO / INTERCEPTOR / COLETOR TRONCO EXISTENTE
- EMISSÁRIO / INTERCEPTOR / COLETOR TRONCO PROJETADO
- LINHA DE RECALQUE EXISTENTE
- LINHA DE RECALQUE PROJETADA
- LIMITE DE BACIA DE ESGOTAMENTO

ÁREA URBANA – DISTRITO SEDE			
Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Principais Obras Planejadas
Encaminhamento	Rede Coletora	Longo Prazo-entre 2015 e 2034	Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 122 km, por Elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital;
		Emergencial – entre 2015 e 2016	Substituição do CT-2 (600 m) por outro, com tubulação em PVC;
		Emergencial – entre 2015 e 2016	Substituição de trecho do CT-1 (800 m) por outro com tubulação em PVC;
		Emergencial – entre 2015 e 2016	Substituição de trecho do interceptor (2.800 m) por outro com tubulação em PVC;
	Estação Elevatória	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de rede coletora nos bairro Parque Lagoinha, Flamboyant e Recreio das Bandeirantes (6.800 m) e um total de 150 ligações
		Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de elevatória (Bacia Captiva);
	Linha de Recalque	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação do emissário de recalque referente a elevatória também a ser implantada (550 m, 75 mm, PVC);
		Coletor Tronco	Curto Prazo - entre 2015 e 2018
Tratamento	Estação Elevatória	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de elevatória (Bacia Captiva – EEE Final) com capacidade de 80 L/s, conforme projeto existente;
	Linha de Recalque	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de emissário de recalque com extensão de 340 m, em FFP e diâmetro de 250 mm, conforme projeto existente;
	Estação de Tratamento	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação da ETE com capacidade de 30,1 L/s, conforme projeto existente;
	Emissário	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de emissário de efluente tratado, com 1150 m, 400 mm, conforme projeto existente;
ÁREA URBANA – DISTRITO SANTA CRUZ DA ESTRELA			
Sistemas	Unidades	Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação	Principais Obras Planejadas
Encaminhamento	Rede Coletora	Longo Prazo - entre 2015 e 2034	Substituição de toda a rede coletora existente, cerca de 6,0 km, por novas em PVC;
		Longo Prazo - entre 2015 e 2034	Elaboração do cadastro técnico do sistema de esgotamento sanitário, em meio digital;
Tratamento	Estação de Tratamento	Curto Prazo - entre 2015 e 2018	Implantação de ETE com capacidade nominal mínima de 2,0 L/s;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

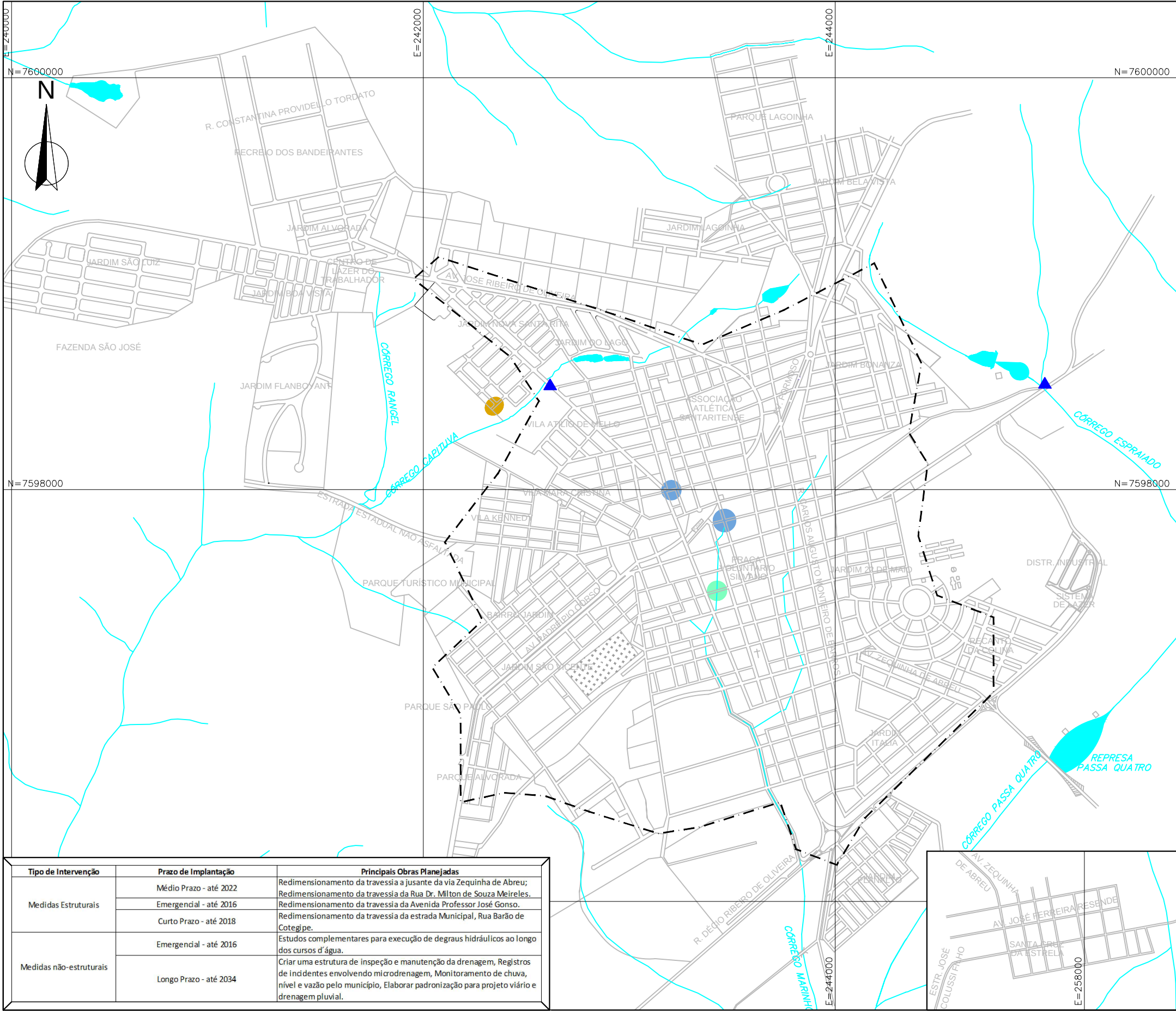
TEMA
PLANOS INTEGRADOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO UGRH9

TÍTULO
SANTA RITA DO PASSA QUATRO
Sistema de Esgotamento Sanitário
Soluções Propostas

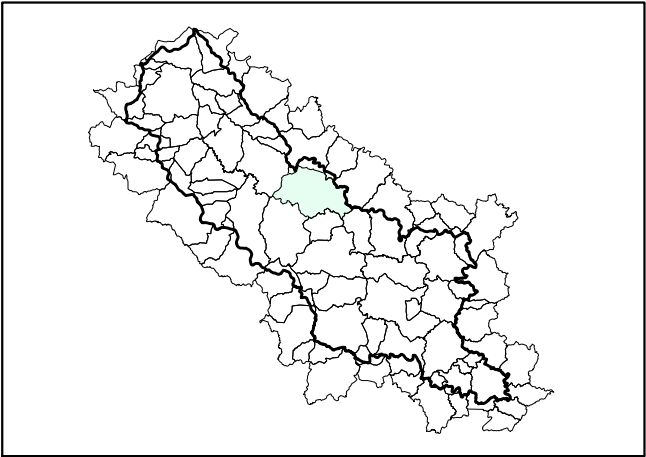
ESCALA
1:10.000

DATA
Junho / 2014

ILUSTRAÇÃO 6.2



Tipo de Intervenção	Prazo de Implantação	Principais Obras Planejadas
Medidas Estruturais	Médio Prazo - até 2022	Redimensionamento da travessia a jusante da via Zequinha de Abreu;
	Emergencial - até 2016	Redimensionamento da travessia da Rua Dr. Milton de Souza Meireles.
	Curto Prazo - até 2018	Redimensionamento da travessia da Avenida Professor José Gonso.
Medidas não-estruturais	Emergencial - até 2016	Redimensionamento da travessia da estrada Municipal, Rua Barão de Cotegipe.
	Longo Prazo - até 2034	Estudos complementares para execução de degraus hidráulicos ao longo dos cursos d'água. Criar uma estrutura de inspeção e manutenção da drenagem, Registros de inddentes envolvendo microdrenagem, Monitoramento de chuva, nível e vazão pelo município, Elaborar padronização para projeto viário e drenagem pluvial.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



ÁREA DE ESTUDO

LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITE MUNICIPAL
- ESTRADAS MUNICIPAIS, AVENIDAS E RUAS
- FERROVIA
- LINHA DE TRANSMISSÃO
- LIMITE DA ZONA URBANA
- SISTEMA DE MICRODRENAGEM EXISTENTE
- INTERVENÇÃO ESTRUTURAL
- ALAGAMENTO
- INUNDAÇÃO
- ASSOREAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

TEMA
PLANOS INTEGRADOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO
UGRH19

TÍTULO
SANTA RITA DO PASSA QUATRO
Sistema de Drenagem Urbana
Soluções Propostas

ESCALA 1:20.000 DATA Junho / 2014 ILUSTRAÇÃO 6.4